

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**FACULDADE DE ARQUITETURA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO**

**URBANO E REGIONAL**

**JULIANA LANG PÁDUA**

**FAVELIZAÇÃO NA CIDADE MÉDIA DO AGRONEGÓCIO:**

**disputa pela terra no núcleo pioneiro da sojicultora**



**PORTO ALEGRE**

**2020**

**JULIANA LANG PÁDUA**

**FAVELIZAÇÃO NA CIDADE MÉDIA DO AGRONEGÓCIO:  
disputa pela terra no núcleo pioneiro da sojicultora.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

**PORTO ALEGRE**

**2020**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Lang Pádua, Juliana  
Favelização na cidade média do agronegócio: disputa  
pela terra no núcleo pioneiro da sojicultura / Juliana  
Lang Pádua. -- 2020.  
199 f.  
Orientador: Eber Pires Marzulo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa  
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,  
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. favelas. 2. cidades do agronegócio. 3. cidades  
médias. 4. memória social. 5. Passo Fundo. I. Pires  
Marzulo, Eber, orient. II. Título.

**JULIANA LANG PÁDUA**

**FAVELIZAÇÃO NA CIDADE MÉDIA DO AGRONEGÓCIO:  
disputa pela terra no núcleo pioneiro da sojicultora.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de mestra.

Aprovada em: 28 de maio de 2020.

---

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo – Orientador  
(PROPUR/UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Daniela Marzola Fialho  
(PROPUR/UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Heleniza Ávila Campos  
(PROPUR/UFRGS)

---

Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos  
(IPPUR/UFRJ)

À memória de Nadir Borba Antunes, Miguelina Meira de Pádua e Geneci da Silva  
Mariano, avós migrantes que cultivaram sementes de um modo de vida rural em  
vilas urbanas sul-rio-grandenses.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grata à CAPES e ao PROPUR pela concessão da bolsa, condição fundamental para que eu pudesse me dedicar à produção desta pesquisa, e também para que tivesse disponíveis tempo e recursos financeiros para realizar o trabalho de campo em cidade distinta da minha residência. Sinto-me honrada por ter recebido o auxílio, especialmente em tempos de retrocesso como os que estamos vivendo. Sou muito grata à Faculdade de Arquitetura e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, minha segunda casa desde 2007, espaços que vêm constantemente contribuindo para que eu amplie meus horizontes e me desenvolva enquanto arquiteta, urbanista e pesquisadora.

Agradeço ao meu orientador Eber Marzulo por ter acreditado no tema desta dissertação, pela dedicação, pelo incentivo e pela crença na minha autonomia enquanto pesquisadora. Agradeço pelas oportunidades de aprendizado durante os estágios docência nas disciplinas de Práticas Sociais na Arquitetura e Urbanismo e Planejamento e Gestão Urbana e por ter me integrado ao time da pesquisa “Como Anda a Favela no Brasil”, no qual pude me aproximar da prática do trabalho de campo no Morro da Glória.

A todo o corpo docente do PROPUR, às e aos professores com quem pude aprender, trocar e contribuir em sala de aula e projetos de extensão: Daniela Fialho, Daniela Cidade, Daniele Caron, Luciana Miron, Martina Lersch e Fábio Zampieri, obrigada! Certamente o que aprendi com vocês contribuiu muito para a produção da presente pesquisa. À professora Heleniza Campos agradeço pelos ensinamentos em sala de aula, pela abertura e confiança em me receber em sua turma de Urbanismo IV como estagiária docente e pelas significativas contribuições na banca de qualificação.

Pelas oportunidades de aprendizado interdisciplinar nas áreas da economia, história e antropologia, sou grata aos professores Eduardo Filippi, José Rivair, Cornélia Eckert e Ana Luiza Rocha do PGDR, PPGHIST e PPGAS, respectivamente. Também sou grata à equipe da secretaria do PROPUR, Mariluz Grando e Paula Fischer, pela atenção e disponibilidade em resolver questões sempre que necessário.

Às comunidades do Záchia e da Popular a minha admiração, respeito e eterna gratidão. Com vocês aprendi sobre força, coletividade, companheirismo, luta; sobre história, geografia, construção da casa e da cidade; e também sobre ancestralidade,

família e memória. Obrigada por terem escolhido se relacionar comigo, por terem me recebido em seus pátios, varandas, salas de estar e cozinhas, e também na Cooperativa Amigos do Meio Ambiente (COAMA). O acolhimento e a confiança de vocês tornou a estadia de uma pesquisadora 'estrangeira' menos deslocada.

Agradeço à Maristela Lang pelo apoio incondicional e por ter me ensinado o amor pelos livros e o poder da persistência; a José Pádua por me incentivar a ir além e dar sempre o melhor de mim; e a Bruno Miyamoto por sua presença, compreensão e companheirismo. À Terezinha Pádua, Elena Pádua e Adriana Della Valle, agradeço pela hospitalidade carazinhense durante o período de trabalho de campo. Às amigas Ana Luísa Seixas, Ana Laura Carvalho, Beatrice Haffner, Brunna Stock, Daniela Dell'Aglio, Dany Silbermann, Letícia Zenevich, Luciana Andrade, Milene Bobsin, Natália Bassanesi, Nathália Cadore, Paula Olivo, Sara Borelli e Stephanie Blazejuk agradeço pelos olhos atentos, escuta disponível e pela profunda amizade.

“A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma *nova consciência*,  
teremos que deixar a margem oposta,  
com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma,  
a fim de que *estejamos nas duas margens ao mesmo tempo* e,  
ao mesmo tempo,  
*enxergar tudo* com olhos de serpente e de águia”.

Gloria Anzaldúa (2005)



## RESUMO

A presente dissertação trata sobre o fenômeno da favelização em cidades médias do agronegócio no Brasil como um processo vinculado à modernização na relação entre a cidade e o campo. Se um dia as favelas foram teoricamente vinculadas exclusivamente às grandes cidades e metrópoles da faixa litorânea brasileira, a partir de meados do século XX esse fenômeno urbano passa a se fazer presente em outros formatos de cidade, especialmente cidades médias. Esse processo vincula a urbanização de territórios no interior do país à modernização da agricultura para atender às demandas do sistema produtivo do agronegócio que modernizou a relação cidade-campo. Ao mesmo tempo que a modernização da agricultura promoveu a mecanização das atividades do campo, provocou a segmentação das atividades agrícolas, transferindo para espaços urbanos o estágio de processamento de cultivos, que se industrializou, conformando os complexos agroindustriais, criando novos ramos agrícolas urbanos: a produção de insumos e os serviços. Os postos de trabalho rurais foram enxugados ao mesmo tempo que os postos de trabalho agrícolas urbanos passaram a exigir altos níveis de especialização. Ao conformarem-se os complexos agroindustriais nessas cidades médias, essas passaram a exercer papel polarizador em relação a municípios vizinhos devido à concentração de recursos financeiros, possibilidades de trabalho, acesso a comércio e serviços. Essa polarização impulsionou o crescimento desigual da cidade que, urbanizada e modernizada, favelizou-se. Enfocando um recorte urbano não metropolitano, o objetivo é analisar os fatores que estão relacionados à favelização nas cidades médias do agronegócio bem como as dinâmicas internas das favelas em espaços urbanos espacial e culturalmente aproximados do mundo rural. Com esse trabalho busca-se contribuir para a construção de conhecimento acerca das favelas brasileiras em sua multiplicidade, conhecendo outros formatos de favelas em suas características espaciais, sociais e culturais. O método de pesquisa inclui revisão de literatura, levantamento e manipulação de dados estatísticos, produção de cartografias urbanas, estudo de caso a partir de trabalho de campo e escrita etnográfica. O trabalho de campo analisa as transformações territoriais de duas favelas no núcleo pioneiro da sojicultura no Brasil, Passo Fundo, em relação às trajetórias socioespaciais das populações que habitam esses espaços e que incidem territorialmente em uma discussão a partir da memória social de seus habitantes. As favelas, Záchia e Popular, estão relacionadas às políticas de desfavelização e regularização de favelas na cidade na década de 1980. No final dos anos 2010, o que se percebe é a consolidação de antigas favelas e a refavelização de espaços contíguos a territórios populares regularizados em uma disputa pela terra urbana que está vinculada às expropriações camponesas de terras rurais para o cultivo de monoculturas de exportação no mercado globalizado.

**Palavras-chave:** favelas; cidades do agronegócio; cidades médias; memória social; Passo Fundo.

## ABSTRACT

This dissertation explores the phenomenon of slumization in medium-sized agribusiness cities in Brazil as a process linked to the modernization of the relationship between the city and the countryside. If previously favelas were theoretically linked exclusively to large cities and metropolises along the Brazilian coast, from the middle of the twentieth century on this urban phenomenon started to appear in other types of cities, especially médium cities. This process links the urbanization of territories in the interior of the country to the modernization of agriculture to meet the demands of the agribusiness production system that modernized the city-countryside relationship. The modernization of agriculture promoted the mechanization of rural activities, yet it also generated the segmentation of agricultural activities, transferring the stage of crop processing to urban spaces, which became industrialized, forming agro-industrial complexes and creating new urban agricultural branches: of input production and services. Rural jobs were depleted as well as the urban agricultural jobs progressively demanded high specialization levels. When the agro-industrial complexes were formed in these medium cities, they started to play a polarizing role in relation to neighboring municipalities due to the concentration of financial resources, job possibilities, access to trade and services they provided. This polarization drove the uneven growth of the city, which, urbanized and modernized, became slums. Focusing on a non-metropolitan urban area, the aim of this dissertation is to analyze the factors that are related to the phenomenon of slumization in medium agribusiness cities, as well as the internal dynamics of favelas in urban spaces spatially and culturally close to the rural world. This work also seeks to contribute to the construction of knowledge about Brazilian slums in their multiplicity, exploring distinct arrays of slums in their spatial, social and cultural characteristics. The research method includes literature review, survey and manipulation of statistical data, besides production of urban cartography, case-study based on fieldwork and ethnographic writing. The fieldwork analyzes the territorial transformations of two favelas in the pioneer center of soybean production in Brazil, Passo Fundo (RS), in relation to the socio-spatial trajectories of the populations that inhabit these spaces and that have a territorial incidence on a discussion based on the social memory of their inhabitants. The favelas, Záchia and Popular, are related to the policies of de-slumming and regularization of favelas in the city in the 1980s. In the late 2010s, what is noticeable is the consolidation of old favelas and the refaveling of spaces adjacent to regularized popular territories in a dispute over urban land that is linked to peasant expropriations of rural lands for the cultivation of export monocultures in the globalized market.

**Keywords:** slums; agribusiness city; medium cities; social memoir; Passo Fundo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Escalas do método.....	24
<b>Figura 2</b> - Estrutura do Trabalho.....	29
<b>Figura 3</b> - Municípios com aglomerados subnormais no Brasil em 2010 .....	33
<b>Figura 4</b> - Um Engenho de Açúcar (A Sugar Mill).....	46
<b>Figura 5</b> - Expansão das áreas com lavoura de soja.....	56
<b>Figura 6</b> - Escolaridade do pessoal ocupado no agronegócio em 2019. ....	65
<b>Figura 7</b> - Grau de informalidade nos segmentos do agronegócio. ....	67
<b>Figura 8</b> - Urbanização de Cidades Médias do Agronegócio (1960 a 2010). ....	72
<b>Figura 9</b> - Déficit Habitacional e Inadequação de Domicílios.....	74
<b>Figura 10</b> - Inadequação de Domicílios Urbanos por % de cada parâmetro .....	75
<b>Figura 11</b> - Cidades médias do agronegócio brasileiras.....	76
<b>Figura 12</b> - Adensamento Domiciliar em Piracicaba.....	85
<b>Figura 13</b> - Famílias de baixa renda em Piracicaba .....	87
<b>Figura 14</b> - Pessoas autodeclaradas não brancas em Piracicaba.....	89
<b>Figura 15</b> - Domicílios conectados à rede de esgoto em Passo Fundo.....	99
<b>Figura 16</b> - Famílias de baixa renda em Passo Fundo .....	101
<b>Figura 17</b> – Pessoas autodeclaradas não brancas em Passo Fundo.....	103
<b>Figura 18</b> – Regularização e remoção das favelas nas manchetes do jornal.....	107
<b>Figura 19</b> - Bairro Záchia e Vila Popular em Passo Fundo.....	110
<b>Figura 20</b> - Loteamento José Alexandre Záchia em 1984. ....	111
<b>Figura 21</b> - R. Hélio Gonçalves Dias quase esquina com R. Ernesto Fazolo .....	112
<b>Figura 22</b> - Záchia em relação a seu entorno imediato .....	113
<b>Figura 23</b> – Ocupação em terrenos junto à antiga ferrovia na Popular .....	114
<b>Figura 24</b> - Vila Popular em relação a seu entorno imediato .....	118
<b>Figura 25</b> - Cartografia das conquistas de infraestrutura no Záchia. ....	121
<b>Figura 26</b> - Mapa da Vila Popular e entorno.....	123
<b>Figura 27</b> - Acesso ao Záchia, esquina da BR-285 com a R. Francisco dal Conte	128
<b>Figura 28</b> - A Ocupação 4 vista da rodovia BR-285 .....	129
<b>Figura 29</b> – O Loteamento Habitacional visto da Av. Luiz Ernesto Fazolo. ....	130
<b>Figura 30</b> - Contraste de tipologia arquitetônica na R. Hugo Busato.....	135
<b>Figura 31</b> - Segunda Ocupação do Záchia.....	137
<b>Figura 32</b> – Edificação que abrigou o Comitê da Ocupação 1.....	138

<b>Figura 33</b> – Via interna à Ocupação 4.....	141
<b>Figura 34</b> – Um carreiro e o acostamento da rodovia BR-285.....	142
<b>Figura 35</b> - O Campo do 13 de Abril em dia de semana. ....	146
<b>Figura 36</b> – Gre-Nal Puxa Carroça, Gre-Nal da Paz Crack Nem Pensar. ....	147
<b>Figura 37</b> - Criação de cavalos no Campo do 13 de Abril. ....	147
<b>Figura 38</b> - Construções rurais e Rio Passo Fundo na R. Manoel Borges. ....	148
<b>Figura 39</b> - Bairro Záchia, territorialidades e territorializações.....	151
<b>Figura 40</b> – Tipologias de habitação na primeira ocupação da vila Popular.....	152
<b>Figura 41</b> – Primeira ocupação na vila Popular em direção ao elevado.....	153
<b>Figura 42</b> - Quarta ocupação da vila Popular .....	154
<b>Figura 43</b> - Panorâmica da segunda ocupação da vila Popular .....	155
<b>Figura 44</b> - Terceira ocupação da vila Popular .....	155
<b>Figura 45</b> – Campo de futebol e pavilhão do Projeto TransformAção. ....	157
<b>Figura 46</b> - Pavilhão conjugado entre COAMA e TransformAção visto da Havaí...	157
<b>Figura 47</b> – Espaço interno do pavilhão da COAMA .....	158
<b>Figura 48</b> - Pixo "Os Mano" no beco da R. Havaí.....	160
<b>Figura 49</b> - Vila Popular, territorializações e territorialidades .....	162
<b>Figura 50</b> - Movimentos migratórios aos territórios Záchia e Popular.....	166
<b>Figura 51</b> - Indígenas, colonos e o agronegócio.....	169

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Brasil (milhares) .....	60
<b>Tabela 2</b> - Pessoal ocupado por ramo de atividade agrícola (milhares) .....	61
<b>Tabela 3</b> - Área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil (milhares de hectares) .....	62
<b>Tabela 4</b> - Pessoal ocupado no agronegócio por segmento .....	64
<b>Tabela 5</b> - Grau de informalidade dentre os trabalhadores do agronegócio. ....	67
<b>Tabela 6</b> - Urbanização e hierarquia regional das cidades médias do agronegócio. ....	69
<b>Tabela 7</b> - Déficit habitacional e inadequação de domicílios (em milhares).....	73
<b>Tabela 8</b> - Aglomerados subnormais em Piracicaba.....	80
<b>Tabela 9</b> - Favelas de Piracicaba em 2007 .....	81
<b>Tabela 10</b> – Aglomerados subnormais de Passo Fundo .....	95
<b>Tabela 11</b> - Ocupações irregulares em Passo Fundo em 2009 .....	96
<b>Tabela 12</b> – Habitantes do Záchia de 1984 a 2017. ....	111
<b>Tabela 13</b> - Domicílios e famílias vivendo no Beira-Trilho .....	114
<b>Tabela 14</b> - Domicílios e famílias vivendo na ocupação Cruzeiro .....	119
<b>Tabela 15</b> - Famílias residentes na Ocupação 4.....	139
<b>Tabela 16</b> - Faixa etária e gênero dos interlocutores de pesquisa.....	163
<b>Tabela 17</b> – Interlocutores de acordo com identificação racial .....	163
<b>Tabela 18</b> – Naturalidade dos moradores .....	164
<b>Tabela 19</b> – Atividades agrícolas rurais .....	171
<b>Tabela 20</b> – Atividades agrícolas urbanas .....	172

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Área de estabelecimentos e pessoal ocupado (milhares/trabalhador) ...	63
<b>Quadro 2</b> - População Urbana: Brasil e Cidades Médias do Agronegócio (em milhares).....	70
<b>Quadro 3</b> - Conjuntos habitacionais em Piracicaba entre 1966 e 2006.....	82
<b>Quadro 4</b> - Famílias coabitantes e densidade habitacional na Beira-Trilho.....	93
<b>Quadro 5</b> - Condição dos domicílios e da infraestrutura na Beira-Trilho .....	93
<b>Quadro 6</b> - Naturalidade e moradia na Beira-Trilho.....	94
<b>Quadro 7</b> - Posição dos moradores da Beira-Trilho sobre possível realocação.....	94
<b>Quadro 8</b> - Ocupação da população habitante da Beira-Trilho.....	95
<b>Quadro 9</b> - Conjuntos habitacionais em Passo Fundo. ....	97
<b>Quadro 10</b> - Interlocutores(as) entrevistados .....	124
<b>Quadro 11</b> - Atividades agrícolas rurais e urbanas.....	173
<b>Quadro 12</b> – Ocupação, gênero e raça das pessoas entrevistadas .....	174

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIações**

ALL	América Latina Logística
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana
CAIS	Centro de Atenção Integrado à Saúde
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
COAMA	Cooperativa Amigos do Meio Ambiente
COHAB	Companhia de Habitação
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
COOPASSO	Cooperativa Tritícola de Passo Fundo
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEALQ	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz
FECOTRIGO	Rede de Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FJP	Fundação João Pinheiro
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEAS	Instituto de Pesquisa e Experimento Agropecuário do Sul do Brasil
IPPLAP	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba
ISA	Instituto Socio Ambiental
MATOIIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PIS	Programa de Integração Social
PMPF	Prefeitura Municipal de Passo Fundo

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PROMORAR	Programa de Erradicação da Subabitação
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RS	Rio Grande do Sul
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação de Passo Fundo
SET	Serviço de Expansão do Trigo
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SINOP	Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná
SEPLAN	Secretaria de Planejamento de Passo Fundo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPF	Universidade de Passo Fundo
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZPRH	Zona de Proteção de Recursos Hídricos
ZRA	Zona de Recuperação Ambiental



## SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO .....	19
1.1) ESCALAS METODOLÓGICAS .....	24
2) FAVELIZAÇÃO: DA METRÓPOLE À CIDADE MÉDIA .....	31
2.1) O FENÔMENO DA FAVELIZAÇÃO NO BRASIL .....	31
2.2) MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO NO INTERIOR .....	44
3) AGRONEGÓCIOS URBANOS E A FAVELIZAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS DO AGRONEGÓCIO .....	59
3.1) ENCOLHIMENTO DO TRABALHO RURAL, ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA URBANO .....	59
3.2) EMERGÊNCIA DAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO .....	68
3.3) AMPLIAÇÃO DA FAVELA EM PIRACICABA E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS COMO ESPAÇOS DE CONCENTRAÇÃO DE DESIGUALDADES .....	78
3.4) DISCREPÂNCIAS E ANALOGIAS NA ESPACIALIZAÇÃO DE FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS EM PASSO FUNDO .....	90
4) DISPUTAS SOCIOESPACIAIS NO CASO ZÁCHIA-POPULAR EM PASSO FUNDO .....	105
4.1) FAVELIZAÇÃO E DESFAVELIZAÇÃO .....	106
4.2) PROCEDIMENTOS: DA ETNOGRAFIA À CARTOGRAFIA .....	120
4.3) ZÁCHIA, DO LOTEAMENTO ÀS OCUPAÇÕES NO LIMIAR RURAL-URBANO .....	128
4.4) POPULAR, UMA VILA NO CENTRO DA CIDADE .....	152
3.5) TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS .....	163
4.6) TERRITORIALIZAÇÕES NO CASO ZÁCHIA-POPULAR .....	175
5) CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	181
REFERÊNCIAS .....	187

## 1) INTRODUÇÃO

O fenômeno da favelização em cidades médias do agronegócio no Brasil, vinculada ao processo de modernização na relação entre a cidade e o campo entre os anos 1960 e 1980 e conseqüente urbanização desses territórios, configura-se como temática da presente pesquisa. Essa urbanização do interior atende a demandas do sistema produtivo do agronegócio pois, ao mesmo tempo que a mecanização das atividades agrícolas provocou a segmentação das atividades agrícolas, transferindo para espaços urbanos o estágio de processamento de cultivos, que se industrializou, conformando os complexos agroindustriais, também se criaram novos ramos agrícolas urbanos: a produção de insumos e os serviços.

Investigando um recorte urbano não metropolitano, são analisadas as dimensões da favelização nas cidades médias do agronegócio a partir de perspectivas que possibilitem a compreensão da desigualdade socioespaciais na escala da cidade até as dinâmicas internas das favelas em espaços urbanos espacial e culturalmente aproximados do mundo rural. Se um dia as favelas foram teoricamente vinculadas exclusivamente às grandes cidades e metrópoles da faixa litorânea brasileira, a partir do último quartil do século XX a favelização consolida-se como um processo presente em outras escalas e arranjos urbanos, especialmente em cidades médias, cujas taxas de urbanização, a partir dos anos 2000, vem superando as taxas de urbanização de grandes cidades e metrópoles (MARICATO, 2000).

As cidades médias são teorizadas (CORRÊA, 2007; SPOSITO, 2007) como espaços urbanos intermediários que se destacam como polos regionais oferecendo aos municípios do entorno diversidade de equipamentos de saúde e educação, comércio e serviço. Também são entendidas como espaços que intermediam relações entre metrópoles e cidades globais e municípios de menor escala hierárquica, polarizando essas cidades pequenas e espaços rurais na região. As cidades do agronegócio, ainda que múltiplas em seus formatos, localizações no país e dimensões populacionais, apresentam a particularidade de intermediar as relações campo-cidade, inserindo-se como pontos espacialmente estratégicos na rede de trocas de *commodities*<sup>1</sup> do mundo globalizado. Tornam-se espaços estratégicos por seu papel

---

<sup>1</sup> As palavras *commodity* ou *commodities* (no plural) são utilizadas como sinônimo de mercadoria(s) homogêneas e não especializadas, de tecnologia difundida, produzidas em larga escala, comercializadas globalmente e cuja oferta e demanda são pouco elásticas em curto prazo. Embora as

como centro de tomada de decisões, estando equipadas com elementos de tecnologia e comunicações, facilitadores dessas trocas. Nessas cidades médias do agronegócio influem o meio técnico-científico-informacional de Milton Santos (1993), cidades que concentram complexos agroindustriais que atuam à montante e à jusante na produção de maquinários, no processo de cultivos agrícolas e nas pesquisas biotecnológicas, além de sedes bancárias que atuam no financiamento de crédito. Chamadas cidades do campo (SANTOS, 1993) nas teorias miltonianas, são as cidades do agronegócio um conceito atualizado para a função que exercem (ELIAS e PEQUENO, 2007).

As cidades médias do agronegócio seriam espaços com altos índices de urbanização e com importância na hierarquia urbana regional e que acumulariam tanto as funções de polarização de cidades menores com a oferta de comércio e serviços quanto de intermediação entre o campo e a cidade em trocas financeiras e de mercadorias entre pequenos espaços rurais e os grandes centros globais.

Trabalha-se com a hipótese de que, em cidades médias cuja economia está vinculada ao agronegócio, esse sistema produtivo que transforma trabalho, território e modos de vida esteja corroborando para a formação de um espaço urbano progressivamente favelizado no qual as migrações inter-regionais tem papel de destaque. Pensando as favelas como espacialidades intrínsecas ao processo de urbanização brasileira (MARZULO, 2007), o pressuposto é de que o crescimento das favelas nas cidades médias do agronegócio está associado ao processo de interiorização da urbanização no Brasil (SANTOS, 1993) e à transformação do trabalho no mundo rural decorrente da modernização dos processos agrícolas.

No Brasil, a modernização da agricultura foi impulsionada a partir de meados da década de 1960 com a mecanização dos processos agrícolas à jusante, posterior à colheita (DELGADO, 2012), intensificando-se em meados da década de 1970 com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cujas pesquisas para transformação biotecnológica da semente de soja colaboraram para a expansão da fronteira agrícola sobre o centro-oeste brasileiro na década de 1980. Nos anos 2000, período conhecido como *boom* das *commodities*, a fronteira agrícola chegou ao nordeste na Região do MATOPIBA, formada por parcelas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e reconhecida pelo governo brasileiro desde 2015. No final dos anos 2010, configura-se como nova fronteira agrícola a região da

---

*commodities* possam ser agrícolas, minerais, financeiras e ambientais (MARTINS, 2009), a palavra *commodity* se refere, nesse trabalho, aos produtos agrícolas comercializados internacionalmente.

Floresta Amazônica (VIEIRA FILHO, 2016; PITTA e VEGA, 2017; ESCHER e WILKINSON, 2019).

No que diz respeito à relevância econômica, o sistema produtivo do agronegócio constitui grande fonte de arrecadação financeira para o Brasil, com expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Em 2018 o PIB brasileiro foi de 6,9 trilhões, enquanto o PIB do agronegócio foi de 1,44 trilhões, cerca de 21% dos bens e serviços finais produzidos pelo país (BARROS *et al*, 2019a). No ramo agrícola, indústria e serviços lideram juntas na participação no PIB. Somadas atingiram 83,4% do PIB do agronegócio em 1996, 75,3% em 2006 e 71% em 2018 (BARROS *et al*, 2019a). Indústria e serviços agrícolas são, majoritariamente, localizados em espaços urbanos e representam maior arrecadação tanto no ramo agrícola quanto no pecuário.

Passados quase sessenta anos da chamada “Revolução Verde” dos anos 1960, o início da modernização da agricultura brasileira, no final dos anos 2010 a soja é a *commodity* de maior produção agrícola no mercado nacional, sendo a cultura de lavoura temporária que ocupa a maior área plantada do Brasil, com maior rentabilidade e também a mais exportada (IBGE, 2018a; ESCHER e WILKINSON, 2019; BRASIL, 2020). Em 2019 os segmentos urbanos do agronegócio, compreendidos pela produção de insumos, indústria e serviços, chegaram a ocupar quase 50% do pessoal que trabalha no agronegócio, o que representa 10% dos empregos da população brasileira, visto que o sistema produtivo do agronegócio, em suas parcelas urbana e rural, emprega aproximadamente 20% da população brasileira (BARROS *et al*, 2019b). Os trabalhos agrícolas têm se transformado no campo e na cidade, em um processo que associa a modernização das lavouras e o encolhimento dos postos de trabalho em espaços rurais à urbanização dos trabalhos do agronegócio.

No noroeste do Rio Grande do Sul, região pioneira da sojicultura brasileira, a modernização da agricultura produziu um processo de migração intra-regional, pressionando o deslocamento das populações camponesas e agrícolas – colonos pobres e indígenas – aos polos urbanos regionais que abrigam complexos agroindustriais. A cidade de Passo Fundo (RS) é enfocada no estudo de caso, polo urbano regional onde estão implantadas agroindústrias, centros logísticos e centros biotecnológicos, intermediando relações entre a produção dos municípios da região adjacente e o mercado nacional e internacional de *commodities* agrícolas. Desde a

década de 1970 as favelas têm se consolidado e ampliado em Passo Fundo, em um processo associado ao aumento das taxas urbanização, que passou de 54% na década de 1960 a 97% na década de 2010. Nos anos 1970 as primeiras favelas da cidade eram habitadas principalmente por migrantes rurais que ocupavam terrenos urbanos, muitas vezes estabelecendo acordos para tal com os proprietários de terra para os quais trabalhavam e autoridades políticas locais (IBGE, 2011b; FRITZ FILHO, 2009; FÁVERO, 2011).

O período entre as décadas de 1970 e 1980 é especialmente importante em relação ao movimento de emigração de camponeses dos espaços rurais da região sul do Brasil. Nesse momento os fluxos de emigrantes se equilibraram entre as regiões sul, sudeste e nordeste. Se entre as décadas de 1950 e 1960 a região nordeste liderava em expulsão de camponeses dos espaços rurais e no período entre 1960 e 1970 o sudeste tomou esse posto, no interstício entre as décadas de 1970 e 1980 a taxa de emigração rural da região sul se equiparou àquelas das regiões nordeste e sudeste. Estima-se que, entre as décadas de 1970 e 1980, as regiões sul, sudeste e nordeste tiveram saldo líquido migratório negativo de 4,2 milhões, 4,5 milhões e 4,9 milhões de pessoas (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

O ímpeto que justifica o desenvolvimento da pesquisa acerca das favelas nas cidades médias do agronegócio partiu de uma experiência primeira (BACHELARD, 1996) de confronto com a existência de um extenso e populoso agrupamento de favelas que utilizam como terrenos as faixas de domínio da via férrea – em alguns trechos desativada, em outros em pleno funcionamento –, conhecidas como Beira-Trilho na cidade de Passo Fundo, interior do Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil. Vir a conhecer esse formato de favela despertou a curiosidade para analisar com maior profundidade o processo de favelização em cidades do interior do país. Essa experiência primeira serviu como uma inquietação, um questionamento que está no nível do senso comum, ainda distante do conhecimento científico (BACHELARD, 1996).

Foi necessário o afastamento das ideias do senso comum (BOURDIEU *et al*, 1975) para lapidar essa primeira formulação e elaborar relações teóricas para que o *insight* da experiência inicial se transformasse no **objeto de pesquisa**, o processo de favelização nas cidades médias do agronegócio, incomuns em relação à imagem que se espera das favelas “clássicas” brasileiras. Para produzir a pesquisa que tem as

favelas de cidades médias do agronegócio como tema, deve-se em primeiro lugar romper com a imagem da favela “clássica” – fundada em estereótipos vinculados à primeira favela documentada do Brasil, o Morro da Favella –, densificada e no topo de um morro. Em segundo lugar é necessário romper com a ideia que se tem de uma cidade favelizada: Passo Fundo, uma cidade do interior que pareceria pequena aos olhos de uma pesquisadora que sempre viveu na metrópole, é teorizada como cidade média quando se amplia o olhar para a rede de relações e circuitos na qual essa cidade está imbricada. Em terceiro lugar deve-se buscar formar relações complexas acerca dos fatos que apreendemos: um lugar nunca é apenas um lugar, sua forma física e espacial, mas sim é resultado de um desencadeamento de fatores que possibilitaram sua existência e transformação ao longo do tempo.

Conhecer a Beira-Trilho em Passo Fundo estimulou a elaboração de relações teóricas que culminaram no **objeto de estudo** sobre o processo de favelização em uma cidade média, urbanidade imersa em um mundo rural, polo da sojicultora e pioneira no atendimento das demandas do sistema produtivo do agronegócio. No caso em estudo, a formação das favelas não é associada ao processo de industrialização das metrópoles e sim ao processo de agroindustrialização das cidades médias do interior do sul do país. A formação dessas relações permitiu conhecer dimensões da favelização que vão muito além da simples constatação da existência de favelas na faixa de domínio da via férrea em Passo Fundo.

As favelas na faixa de domínio da via férrea não são exclusivas à cidade de Passo Fundo, sendo formato de territorialização presente em diversos municípios do interior do Brasil. Apenas na região sul do Brasil existem quase 2.400 processos judiciais<sup>2</sup> que tratam da disputa dos terrenos na faixa de domínio da via férrea, envolvendo moradores e a concessionária dos ramais logísticos ferroviários Rumo. Os processos correm no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que atende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e a maioria deles, 55%, refere-se a terrenos no estado do Rio Grande do Sul.

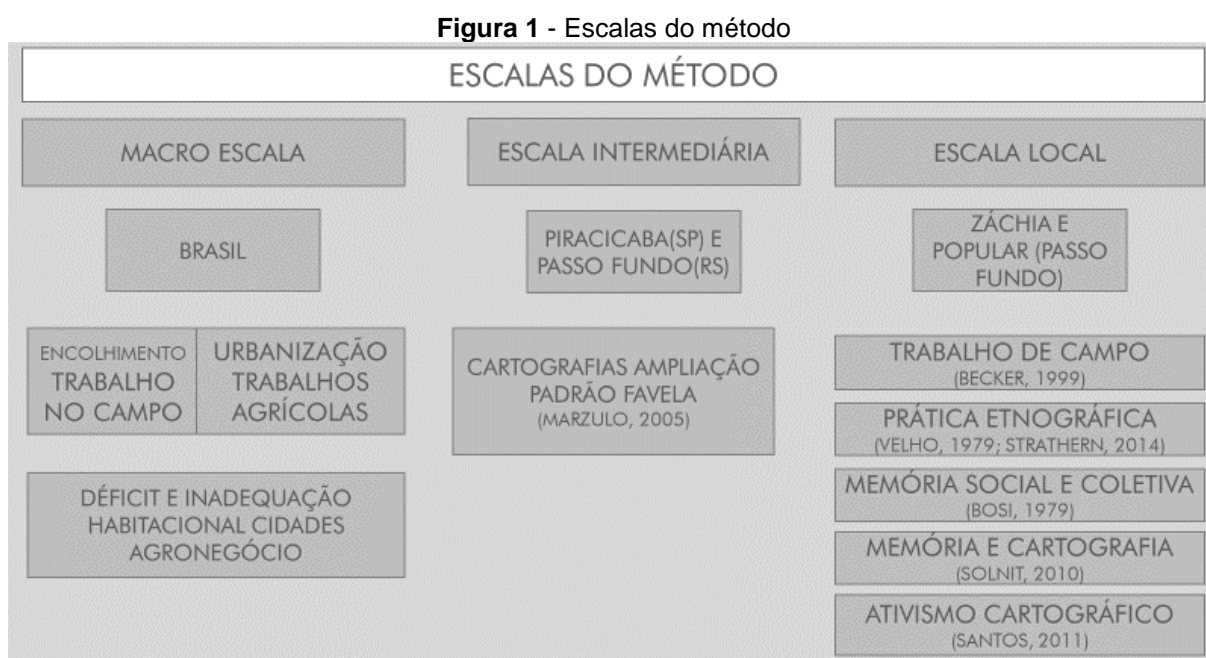
---

<sup>2</sup> Judiciário, Executivo, Legislativo e comunidade discutem soluções para margens de ferrovias”. Disponível em: <[https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia\\_visualizar&id\\_noticia=14411](https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=14411)>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

Em Passo Fundo, as favelas, também chamadas vilas, como em todo o estado do Rio Grande do Sul, são estigmatizadas a partir de alcunhas que vinculam o lugar social de seus habitantes ao espaço físico de suas moradias (BOURDIEU *et al*, 1993). Conhecidas como Beira-Sangas, Beira-BRs e Beira-Trilhos, essas nomenclaturas genéricas fazem referência aos espaços que ocupam: terrenos alagadiços, margens de rodovias e de ferrovias. Tão diversas quanto numerosas, essas vilas somavam mais de 52 espaços ocupados irregularmente em 2014, conformadas por aproximadamente 15 mil famílias, naturais de Passo Fundo e migrantes de municípios da região do noroeste rio-grandense, da região metropolitana de Porto Alegre, do estado de Santa Catarina e de outros países<sup>3</sup> (SPINELLI, 2015).

### 1.1) ESCALAS METODOLÓGICAS

Para analisar o processo de favelização nas cidades médias do agronegócio, o método dessa pesquisa foi desenvolvido de forma a abarcar dados quantitativos e qualitativos para produzir uma compilação de dados e informações abrangente em três escalas, em macro escala, em nível nacional; em escala intermediária, em nível urbano, e em micro escala, ou nível local, em duas favelas. A Figura 1 organiza as três escalas de método que guiaram as análises do presente trabalho.



Fonte: a autora, 2020.

<sup>3</sup> De acordo com integrante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) de Passo Fundo. In: SPINELLI, 2015.

A macro escala trata sobre um estudo de dados quantitativos em nível de Brasil que analisa a dicotomia da questão do trabalho no setor produtivo do agronegócio em que pesam o aumento da produtividade e do uso de terras para produzir *commodities* e o encolhimento dos trabalhos agrícolas com conseqüente urbanização dos trabalhos no setor produtivo do agronegócio, que leva à emergência das cidades do agronegócio. A escala intermediária analisa o fenômeno da favelização em duas cidades médias do agronegócio, Piracicaba (SP) e Passo Fundo (RS), compilando dados estatísticos sobre as favelas e conjuntos habitacionais das cidades como um processo da favelização-desfavelização e produzindo cartografias que espacializam dados quantitativos e permitem a comparação por analogia de condições espaciais de infraestrutura e sociais da população que habita favelas e conjuntos habitacionais.

A escala local enfoca o estudo em duas vilas de Passo Fundo, Záchia e Popular, para a qual foi utilizada a técnica do trabalho de campo com entrevistas não-diretivas associadas à prática etnográfica. As duas vilas de Passo Fundo compõem o estudo de caso por esse município ter se estabelecido enquanto polo urbano central na região do noroeste rio-grandense e espaço pioneiro na sojicultura do agronegócio brasileiro desde a década de 1960. Por sua trajetória como cidade vinculada ao agronegócio, espaço urbanizado em meio a um mundo rural que vem se mecanizando desde meados do século XX, haveria maior possibilidade de encontrar dinâmicas socioespaciais de favelas consolidadas em cidades do agronegócio. Além de seu caráter de consolidação, Popular e Záchia são relevantes por estarem associadas às tipologias do senso comum das vilas de Passo Fundo, as Beira-Trilhos e Beira-BRs.

O trabalho de campo, técnica que permite o estudo de sociedades a partir da coleta de dados e observações, de acordo com Becker (1999) tem sua confiabilidade e eficácia fundadas em duas características: na imersão em uma rede de relações sociais e na liberdade que dá à pesquisadora social, possibilitando “observações numerosas” e “flexibilidade de procedimentos”. A primeira está relacionada à observação dos sujeitos no ambiente onde se desenvolvem suas relações sociais. A presença da pesquisadora teria pouco efeito de influenciar as ações ou respostas das pessoas pertencentes a essas sociedades; quando são observadas a partir de suas redes sociais, em geral tenderiam a agir conforme os mesmos padrões de quando a pesquisadora está ausente, pois as restrições da sociedade em que os observados



estão imersos são mais poderosas do que um possível viés causado pela presença da pesquisadora.

A pesquisadora de campo, de acordo com Strathern (2014), pratica a alternância entre espaços e tempos da etnografia: ora a pesquisadora está imersa no “campo”, ora está imersa na escrita sobre o campo. Essa prática acontece sempre em dois lugares, tanto no local que convencionalmente chamamos “campo” quanto em nossos escritórios, escrivaninhas e até no próprio colo. A escrita etnográfica criaria um segundo “campo”; habitando dois campos ao mesmo tempo, a pesquisadora de campo precisa recordar sempre as fundamentações teóricas que a motivam a pesquisar, e abrir-se a novos eventos e ideias que se apresentam em campo. A essa presença em dois campos ao mesmo tempo, Strathern (2014) chama de “momento etnográfico”. Para ela, exercer a pesquisa de campo é planejar e antecipar sem saber o que se vai descobrir, reunindo material, fatos e questões com pouco conhecimento de suas relações. Resulta em um “campo” de informações coletadas ao qual se pode retornar e fazer novas perguntas que não eram inicialmente imaginadas, produzindo uma escrita acerca das vivências no campo que só funcionaria se fosse uma forma de recriar e reimaginar os efeitos da pesquisa de campo. A partir dessa prática de dois campos, campo experienciado e campo escrito, a prática etnográfica seria uma forma de investigação por meio da qual se pode apreender as complexidades da vida social (STRATHERN, 2014).

O estudo dos formatos de organização social, de acordo com Velho (1978), pede à investigadora uma distância mínima que garanta condições de objetividade, o que é um problema complexo se observadas as necessidades de distância social e distância psicológica. Transformar “o exótico em familiar e o familiar em exótico<sup>4</sup>” é um exercício necessário no estudo de sociedades urbanas, que poderiam parecer aproximadas em comparação a sociedades ditas “exóticas”.

A diversidade de culturas nos espaços urbanos produz “descontinuidades vigorosas” entre o mundo da pesquisadora e outros mundos, assim como experiências de estranheza comparáveis a experiência adquirida em viagens e no convívio com sociedades e regiões consideradas “exóticas”; aquilo que vemos costumeiramente pode nos ser familiar mas não conhecido, e aquilo que não temos o costume de ver

---

<sup>4</sup> Conforme Da Matta em “O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter ‘Anthropological Blues’, 1974.

pode ser até certo ponto, conhecido. Isso porque a distribuição desigual de poder na sociedade de classes produz em nossos imaginários mapas que nos familiarizam com situações cotidianas e produzem estereótipos sobre os mundos sociais alheios (VELHO, 1978).

Essa distância social para observar aquilo que nos parece familiar coloca à pesquisadora a questão de relativizar o seu lugar social para colocar-se no lugar do(a) outro(a), praticando a alteridade. Estranhar o familiar (ou aquilo que pensamos que conhecemos) é prática relacionada ao confronto intelectual de diferentes interpretações e versões sobre fatos e situações em uma sociedade em constante disputa narrativa que é, afinal, uma disputa de poder, na qual a interpretação produzida em etnografia acerca de uma sociedade é apenas mais uma versão (VELHO, 1978).

A versão narrativa acerca das favelas da cidade média do agronegócio, produzida no presente trabalho, somada à prática etnográfica, conforma-se pela memória coletiva (BOSI, 1979) das comunidades através das entrevistas não-diretivas através das quais são colecionadas informações sobre as histórias de vida das pessoas da comunidade. Incidindo territorialmente, são entrelaçadas as trajetórias de vida às trajetórias históricas dos territórios. A historicização dos processos constituintes das favelas a partir da memória social se faz necessária visto que a história das favelas, em geral, não consta como parte integrante da história das cidades.

A memória coletiva seria conformada por lembranças de indivíduos e sustentada pela coletividade, passando de uma dimensão de lembranças individuais, das quais os membros da comunidade atuam como testemunhas, para uma dimensão coletiva, carregada e protegida como um tesouro da coletividade. Ao passarem da dimensão individual para a coletiva, as lembranças podem ser influenciadas e transformadas por aquilo que contam os outros. A memória coletiva teria um aspecto de não originalidade por serem influenciadas pelas conversas que se tem com o(a) outro(a), podendo ser enriquecidas e moldadas pelas experiências coletivas. Em seu processo de formação, a memória coletiva se funda na coesão do grupo social, pois o grupo é “suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado” (BOSI, 1979, p. 414).

A memória dos cidadãos e a diversidade urbana são a matéria-prima da produção cartográfica de Solnit (2010). Cartografando diversos espaços das cidades de São Francisco, Nova Orleans e Nova Iorque (EUA), identifica que cada cidade, se não é infinita, é praticamente inesgotável. Para ela, nunca duas pessoas vivem na mesma cidade pois cada cidade são múltiplos mundos no mesmo lugar, e cada cidadão contém mapas múltiplos da cidade onde vive. Cada pessoa tem mapeada sua cartografia de atividades cotidianas e de descobertas ocasionais; a memória dos cidadãos que carregam uma produção cartográfica em relação às suas cidades vividas às torna verdadeiros atlas de suas cidades, ou seja, os cidadãos, em suas vivências, mapeiam a cidade e carregam consigo esses mapas. Solnit (2010) argumenta que as cartografias não são estáticas; no momento em que são formuladas ou desenhadas, tornam-se obsoletas, pois os lugares e relações estão sempre em transformação. Coloca a produção cartográfica em uma posição de começos e nunca de finalização: um mapa é sempre um convite para entrar, alterar, adicionar e planejar. Um mapa é uma seleção de informações que surgem de desejos e questões relevantes, dando ingresso territórios e atuando como um convite para ir além do que está mapeado (SOLNIT, 2010).

Para Santos (2011), a cartografia social aparece como um dos novos formatos de produzir e utilizar os mapas que vêm conformando um movimento de “ativismos cartográficos”, além da prática cartográfica hegemonicamente estabelecida na modernidade como forma de dominação. Nos activismos cartográficos, atores sociais subalternizados entram em cena, trazendo seus saberes os conteúdos representados nos mapas, muitas vezes em produções participativas desses mapas. Na visão de Santos (2011), esses novos mapas são leituras sociais que confrontam os mapas oficialmente produzidos, ao mesmo tempo que configuram instrumento de identidade social e de articulações políticas. Tensionando o próprio objeto cartográfico, a utilização da cartografia e seu formato de produção, tensionariam as relações de poder (SANTOS, 2011). Nessa dissertação, a cartografia social é utilizada como técnica para espacializar territorializações cujo principal elemento foi a memória social coletiva, justaposta a partir de relatos dos moradores, que permitem a produção de cartografias fundadas em narrativas endógenas às vilas estudadas, Záchia e Popular. O trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo a presente Introdução, que

constitui o Capítulo 1. A estrutura do trabalho está explicitada no diagrama da Figura 2.

**Figura 2 - Estrutura do Trabalho**



Fonte: a autora, 2020.

O Capítulo 2 discute teoricamente o fenômeno da favelização no Brasil em distintas escalas urbanas, das metrópoles às cidades médias. Associada ao processo de industrialização das metrópoles brasileiras no início do século XX, na metade do século XX a favelização se vincula à urbanização do interior do país e à agroindustrialização de cidades médias do sul e sudeste do país.

O Capítulo 3 trata da urbanização das atividades do sistema produtivo do agronegócio em relação à diminuição dos trabalhos agrícolas no campo e à emergência das cidades do agronegócio e de cidades médias do agronegócio enquanto espaços urbanizados nos quais aumentam as desigualdades socioespaciais. Foram produzidas análises sobre o processo de favelização em duas cidades médias do agronegócio no Brasil: Piracicaba (SP) e Passo Fundo (RS). Cidades eleitas por serem polos regionais e estarem relacionadas às cadeias de produção de duas das *commodities* agrícolas mais produzidas no Brasil – a cana-de-açúcar e a soja –; devido a seu pioneirismo em relação aos processos produtivos do agronegócio e seu alto grau de urbanização. Esses estudos permitem analisar o processo de favelização em um contexto de favelas que vem se consolidando desde os anos 1970 (FÁVERO, 2011; PEREIRA, 2012). A partir de dados estatísticos espacializados em mapas através do Sistema de Informação Geográfica (SIG) verifica-se a ampliação do padrão favela (MARZULO, 2007) entre ocupações urbanas irregulares ou regularizadas e conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado para assentar a população pobre.

No Capítulo 4 a discussão se aprofunda no estudo de caso da favelização em Passo Fundo a partir de trabalho de campo (BECKER, 1999) e da prática etnográfica (VELHO, 1978; STRATHERN, 2014) em duas vilas passo-fundenses, Záchia e Popular, territórios que estão relacionados às políticas de desfavelização e

regularização de favelas na cidade na década de 1980. Esses dois territórios possuem, cada, diversas territorialidades com distintos níveis de regularidade e irregularidade: ocupações regularizadas, ocupações irregulares e loteamento habitacional. As fontes das informações, entendidas como dados qualitativos, são provenientes de observação e de entrevistas não-diretivas, relatos de moradoras e moradores de *ocupações, invasões, vilas, favelas e bairros*<sup>5</sup>. Foram produzidas cartografias urbanas a partir da memória de cada cidadão (SOLNIT, 2010) visando contribuir para uma produção de conhecimento vinculada ao ativismo cartográfico (SANTOS, 2011). Essas práticas associam-se na produção de um relato que busca conformar a memória social e coletiva (BOSI, 1979) das comunidades que territorializam as vilas estudadas, visto a lacuna existente da história das favelas como parte integrante da história das cidades. Agrega-se ao estudo documentos históricos produzidos pela mídia local acessados no Acervo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

O Capítulo 5, último capítulo da dissertação, trata dos processos de reterritorialização na disputa pela terra e pelas sociabilidades, que se transpõem dos espaços rurais aos espaços urbanos, e da refavelização em cidades médias do agronegócio a partir do estudo de caso Záchia-Popular no final dos anos 2010 como um processo de reterritorialização divergente das políticas de desfavelização produzidas pelo poder público.

---

<sup>5</sup> Nomenclaturas utilizadas pelas pessoas entrevistadas ao referirem-se aos espaços aonde vivem.

## **2) FAVELIZAÇÃO: DA METRÓPOLE À CIDADE MÉDIA**

As favelas são formato de urbanização frequentemente associado aos grandes centros urbanos, cidades e metrópoles altamente industrializadas e localizadas na faixa litorânea do Brasil. Se um dia as favelas foram consideradas como espacialidades exclusivas das cidades grandes e espaços metropolitanos no país, no último quartil do século XX esse cenário se transformava. Especialmente a partir dos anos 1970 já era possível encontrar favelas em outros formatos de cidades que não os grandes centros, como as cidades médias, contribuindo para o aumento da diversidade (locacional, tipológica, cultural) das favelas brasileiras, o que demanda a análise dos processos relacionados a suas formações para além da dualidade urbanização-industrialização.

O primeiro item desse capítulo discute as dimensões do fenômeno de favelização no Brasil, partindo de conceitos formulados para produzir levantamentos estatísticos sobre as favelas brasileiras, passando pelos discursos e visões estigmatizantes que permeiam a imagem das favelas e chegando à complexidade das relações socioespaciais e territoriais endógenas às favelas brasileiras. O segundo item discute as transformações econômicas que ocorreram a partir do segundo quartil do século XX que incidiram no processo de modernização da agricultura associado à urbanização do interior, transformando um país industrializado em um país também agroindustrializado no qual as cidades médias têm papel de destaque.

### **2.1) O FENÔMENO DA FAVELIZAÇÃO NO BRASIL**

No Brasil vem sendo produzida uma diversidade de estudos quantitativos e qualitativos para dar conta das dimensões da favelização, não havendo um consenso sobre a definição do conceito de favela ou de uma metodologia a adotar para a produção de conhecimento acerca dos espaços favelizados. Tratadas como aglomerados subnormais pelo IBGE, assentamentos precários pelo IPEA, assentamentos urbanos informais por planos diretores de municipalidades, favelas pelos urbanistas e cientistas sociais ou vilas em um recorte regional rio-grandense, além de uma diversidade de outras nomenclaturas que carregam consigo conceitos, ideias e inclusive estigmas. Nesse item começamos a tratar dos levantamentos quantitativos produzidos por pesquisadores vinculados à órgãos institucionais, IBGE (2011a), IPEA (CARDOSO, 2016) e FJP (2013), passando por estudos mistos (quali-quantitativos) elaborados por cientistas sociais e urbanistas vinculados a

universidades, Perlman (2002), Lago e Ribeiro (2001), Valladares (2018) e Marzulo (2005). Esses estudos, quando analisados em complementaridade, podem auxiliar no entendimento sobre as congruências e discrepâncias da favelização brasileira.

O IBGE, que identifica as favelas a partir do conceito de *aglomerado subnormal*, relaciona-o a outros conceitos que se referem a espacialidades que define como sinônimos: invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos e palafitas. O termo *aglomerado subnormal* é uma transformação conceitual enraizada no Censo Demográfico de meados do século XX, o primeiro a produzir levantamentos de ocupações descritas como *favelas* em 1950, nomenclatura que permaneceu até o levantamento de 1980, quando a expressão sofreu modificação para *setor especial de aglomerado urbano*. Em 1991 foi adotada a designação *aglomerado subnormal* (CARDOSO, 2016), uma forma genérica e generalizante de se referir às favelas (IBGE, 2011a).

Há uma série de critérios nos quais esses assentamentos, para serem classificados como aglomerados subnormais, devem encaixar-se. Em primeiro lugar, devem estar localizados na porção considerada urbana pela legislação municipal; também é determinante que o conjunto seja composto por no mínimo 51 unidades de habitação – casas ou barracos – e esteja assentado em uma ocupação de terra ilegal, de forma que o conjunto esteja disposto no tecido urbano densa e desordenadamente. Para ser considerado um aglomerado subnormal o espaço deve ser uma invasão de terra, loteamento irregular ou clandestino, ou ainda uma terra regularizada pouco tempo antes do recenseamento. Ainda, a urbanização do assentamento deve ser distinta dos padrões regulamentados, possuindo ao menos uma das características: “vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2011a, p. 19). Na Figura 3 estão pontuados com esferas vermelhas os municípios nos quais existem assentamentos identificados como aglomerados subnormais.

**Figura 3 - Municípios com aglomerados subnormais no Brasil em 2010**



Fonte: IBGE, 2011a, p. 39.

A cartografia acima permite analisar a distribuição espacial dos assentamentos identificados pelo IBGE. Os aglomerados subnormais localizam-se principalmente nas cidades costeiras do litoral atlântico, concentrados nas regiões metropolitanas do sul e sudeste, passando pelas regiões metropolitanas do nordeste e chegando à costa de água doce do rio Amazonas, no norte do país. Os aglomerados subnormais identificados no interior do Brasil, ou seja, em partes do território que não a faixa litorânea do Atlântico, estão localizados principalmente nas regiões sudeste e sul, com maior concentração no interior de São Paulo e Minas Gerais, em municípios interligados pela via férrea, conforme se vê no mapa. Menor é a incidência de aglomerados subnormais na região centro-oeste.



Para Cardoso (2016), os números relativos às favelas brasileiras são subestimados e isso está relacionado à metodologia adotada pelo IBGE, que divide a cidade a partir de setores censitários, ou seja, uma medida espacial possível de ser contabilizada por um recenseador. No caso em que uma favela tenha vinte domicílios em um setor censitário e quarenta domicílios em outro, as moradias não serão consideradas na contagem de setor de aglomerado subnormal, sendo computadas nos setores censitários dos quais fazem parte (CARDOSO, 2016).

Pela subestimação desses dados, Cardoso (2016) justifica a necessidade de quantificação dos assentamentos precários, visto que os levantamentos embasados a partir da definição de aglomerado subnormal não dão conta de abranger a diversidade de moradias que pode estar englobada no espectro, afirmando que

existem outras formas de moradia popular tão ou mais precárias que as favelas e que até agora só foram quantificadas a partir de estudos localizados, não havendo estimativas nacionais, como os loteamentos irregulares, os conjuntos habitacionais degradados ou mesmo os cortiços (CARDOSO, 2016, p. 30).

Os assentamentos precários são definidos de acordo com a) a regularidade jurídico-urbanística do terreno – regulares, regularizados, regularizáveis ou não regularizáveis –; b) a precariedade do ambiente no qual estão inseridos – local de risco, inacessível, com ou sem infraestrutura urbana; c) a consolidação ou não do grupamento e d) o grau de vulnerabilidade e carência da comunidade que nele está assentada (CARDOSO, 2016).

Por outro lado, a Fundação João Pinheiro (FJP) analisa a desigualdade no acesso à habitação a partir de dois conceitos-chave: o Déficit Habitacional e a Inadequação de Domicílios. O Déficit Habitacional é subdividido entre a) domicílios precários – que por sua vez se subdividem em domicílios improvisados e domicílios rústicos –; b) coabitação familiar – habitação em cômodos e famílias conviventes –; c) ônus excessivo com aluguel urbano – famílias que gastam mais de 30% de sua renda mensal com o aluguel de moradia – e d) adensamento de domicílios alugados. Nesse levantamento, cada domicílio enquadra-se em apenas um item, podendo ser somados os domicílios para chegar a um resultado de quantos domicílios são demandados pelo déficit habitacional, indicando quantas habitações são necessárias produzir para reposição e incremento de estoque de moradia. Se o domicílio não se encaixa nos critérios definidos para déficit habitacional, investiga-se seu enquadramento nos critérios da inadequação domiciliar (FJP, 2018).

A Inadequação de Domicílios Urbanos diz respeito àquelas unidades habitacionais existentes cuja adequação estaria relacionada à produção de melhorias de infraestrutura, não sendo necessário produzir novas unidades habitacionais. O critério da Inadequação de Domicílios nas cidades está subdividido em a) domicílios carentes de serviço de infraestrutura – forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, existência de energia elétrica e destino do lixo; b) domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva; e c) adensamento excessivo em domicílios próprios. Os critérios utilizados para a inadequação de domicílios não são exclusivos, um domicílio pode enquadrar-se em um ou vários critérios, de forma que as unidades resultantes da inadequação não podem ser somadas para resultar ao número de domicílios afetados pela Inadequação de Domicílios Urbanos (FJP, 2018).

Outra possível fonte de informação para conhecer a localização de algumas favelas são os planos diretores municipais, que muitas vezes definem as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ao identificar ocupações de terras e assentamentos informais com finalidade de regularização fundiária. A delimitação das ZEIS faz parte de um dos instrumentos da política urbana regulamentado pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e são conceitualmente definidas na legislação do Programa Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2009). Atualizada pela lei de Regularização Fundiária Rural (BRASIL, 2017), as ZEIS estão conceituadas como frações de terras urbanas delimitada pelo plano diretor ou lei municipal destinadas à população de baixa renda cuja ocupação, uso e parcelamento do solo obedecem a regras específicas. As porções de terra definidas como ZEIS podem referir-se a assentamentos informais em vias de serem regularizados e a parcelas de terras reservadas para a construção de conjuntos habitacionais. Essa demarcação restringe-se à localização espacial dos assentamentos e não tem a finalidade de levantar dados relacionados à população e moradias, quando é espaço já habitado.

De acordo com Muller (2016), as favelas são tratadas pelos órgãos institucionais como um problema a ser resolvido: a palavra favela é sinônimo de irregularidade, que começaria pela irregularidade jurídico-urbanística do solo, sendo esse um critério necessário para a classificação de um assentamento humano como favela. Muller conclui que se formou um discurso institucional que instaura a favela brasileira, um conjunto de definições carregadas de preconceitos que atingem as favelas em si e as populações que habitam esses espaços (MULLER, 2016).

O discurso institucional, carregado de preconceito, de acordo com Valladares (2018), se constituiu fundado em um imaginário de concepção social da favela que vincula a própria ideia de favela ao Arraial de Canudos, assentamento rural libertário do interior sertanejo da Bahia. Um dos motivos da associação primeira entre favelas e Canudos é o fato de que o Morro da Providência, institucionalmente identificado como Morro da Favella em 1920 pelo recenseamento do Rio de Janeiro, foi inicialmente territorializado por soldados combatentes na guerra de Canudos a quem as autoridades federais haviam prometido terras quando finda a guerra e extinto o Arraial de Canudos. A outra razão da associação foi a tipologia espacial, pois, na obra de Euclides da Cunha, de 1902, Canudos foi descrito como local de padrão urbano, de rápido crescimento, desordenado e precário, em topografia acentuada que dificultava tanto o acesso franco de quem desejasse adentrar bem como a visibilidade do que se passava no arraial (PERLMAN, 2002).

Para Valladares (2018), as características de Canudos estabeleceram-se no imaginário social e foram associadas prontamente às favelas urbanas. Verdadeiros “mundos rurais na cidade”, pedaços do sertão na então capital do país, as favelas expandiam seus territórios nos morros. O arquétipo da favela representaria um mundo bárbaro e antigo, pertencente a um “universo exótico”. No Rio de Janeiro se criou uma vinculação entre os termos “favela” e “morro”, utilizadas como sinônimos desde o início do século XX. Podemos entender a favela como uma invenção tecnicista cujo objetivo era estigmatizar o território para legitimar a remoção, ou desfavelização, visto que a própria alcunha favela foi criada em um período em que os ideais republicanos visavam o higienismo excludente como forma de renovação da cidade (VALLADARES, 2018).

Os estigmas relacionados às formas de ver as favelas e seus habitantes foram estudados por Perlman (2002), que na década de 1960 produziu uma pesquisa para compreender as raízes, validades e implicações das visões sobre as favelas, buscando conhecer e identificar aspectos acerca dos territórios e dos habitantes das favelas. Seu trabalho de campo foi produzido em “duas favelas e um subúrbio” do Rio de Janeiro: Catacumba, Nova Brasília e Duque de Caxias. Catacumba, favela da zona sul do Rio de Janeiro, até o ano de 1974 foi removida pelo CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), órgão federal que pretendia erradicar todas as favelas do Rio de Janeiro. Nova Brasília é uma favela da zona norte

do Rio de Janeiro, em 1993 integrante do Complexo do Alemão (COUTO e RODRIGUES, 2015), e Duque de Caxias é um município da região metropolitana onde foram estudadas três favelas e seis bairros regularizados para analisar se a propriedade da terra era um fator de diferença determinante entre espaços regularizados e irregulares.

Nessa pesquisa, identificou-se que os bairros regularizados em Duque de Caxias seriam a principal opção dos pobres migrantes de primeira e segunda geração por seus baixos valores imobiliários. Em Duque de Caxias, entre espaços regularizados e irregulares, a maior diferença era a segurança da posse de terra. Já os níveis de instrução, ocupação e renda eram equivalentes entre moradores de espaços regulares e irregulares. Tanto em Nova Brasília quanto em Duque de Caxias, territórios então afastados da centralidade urbana e com espaços livres disponíveis, foram identificadas práticas de ruralidades como a criação de animais para alimentação e agricultura de subsistência (PERLMAN, 2002).

Dentre as pessoas entrevistadas, 84% tinham amigos ou parentes na cidade antes do processo de migração, conformando uma rede de solidariedade prévia à chegada em solo urbano. Sobre a cor da pele, 21% eram negros, 30% mulatos e 49% brancos. A pesquisa concluiu que, se as pessoas negras não representam toda a população da favela, por outro lado a população negra residente em favelas representaria praticamente todos os negros da cidade, ou seja, os locais de habitação das pessoas negras na capital carioca seriam as favelas (PERLMAN, 2002).

Afinal, Perlman (2002) identificou que os estereótipos vinculados aos moradores de favelas estavam relacionados à chegada dos imigrantes às grandes cidades, relacionando os moradores de favelas a uma classe de campesinato desordeiro e a origem das favelas a invasões promovidas por indisciplinados grupos de pessoas do meio rural que não teriam se adaptado à vida urbana, conservando em seus espaços urbanos características dos espaços rurais. Seriam locais em social desordem, caracterizados pela desintegração da família, anomia, desconfiança mútua, crime, violência, promiscuidade, com pessoas vivendo no que foi chamado de “cultura da pobreza”. A todas essas crenças estereotipadas, Janice Perlman denomina “mitos da marginalidade”, pesquisando a transformação desses mitos bem como as consequências de sua criação.

A difusão dos mitos da marginalidade acarreta na perpetuação de perspectivas generalizantes sobre as favelas e seus habitantes, de acordo com Perlman. Os retratos da favela abarcavam, em geral, três perspectivas que racionalizavam visões sobre esses espaços: ora como aglomerações patológicas, ora como comunidades em busca de superação, ou mesmo como uma calamidade inevitável. Já os habitantes das favelas seriam o estereótipo do homem negro que não trabalha e leva uma vida desregrada. Essa abordagem é enganadora por caracterizar de forma pejorativa a população negra masculina e também por produzir uma simplificação da complexa textura populacional da favela. Perlman (2002) concluiu que cada hipótese formulada sobre as favelas e seus habitantes é preponderante para determinar as políticas que lhe são impostas.

Outra pesquisa que colabora no combate ao reducionismo de ideias que recaem sobre as favelas foi produzida por Lago e Ribeiro (2001), no qual foram analisadas as distâncias e aproximações entre as favelas e a cidade formalizada na cidade do Rio de Janeiro. Seu estudo é embasado em teorias bourdieanas que relacionam a posição social à posição espacial dos grupos da sociedade, de forma que há uma incidência do espaço social sobre o espaço físico. Argumentando que o espaço físico da cidade expressa as desigualdades de uma sociedade hierarquizada (BOURDIEU *et al*, 1993), para Lago e Ribeiro (2001), os processos de naturalização e substancialização

produzem em nós a ilusão de que as propriedades sociais de uma prática ou os atributos de um grupo podem ser explicados por ele mesmo, sem levar em consideração que *o real na sociedade é sempre relacional* e, como tal, socialmente construído (LAGO e RIBEIRO, 2001, grifo nosso).

Analisando a situação socioeconômica das favelas com base na avaliação das particularidades que as aproximam e distanciam da cidade formal, Lago e Ribeiro (2001) utilizam-se de dados estatísticos do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem Nacional da População de 1996, comparando por analogia dados de diferentes zonas da cidade, refletindo sobre as lógicas de separação ou integração da favela à cidade formal. Os dados utilizados são relativos à população, como o perfil etário, a proporção por sexo e cor, o padrão de escolaridade, as categorias ocupacionais e a renda.

Sobre o perfil etário, identificou-se que na zona oeste da cidade existia menor distância entre as favelas e os bairros: enquanto 51% da população eram jovens de até 24 anos nas favelas, esse valor equivalia a 45% na cidade formal. No que diz

respeito à cor, 64% da população era branca nos bairros da cidade ao mesmo tempo que 62% da população era não-branca nas favelas. A Zona Norte da cidade apresentava a menor distância entre cidade formal e informal a respeito da cor: 62,6% da população na favela eram não-brancos enquanto 52,1% dos moradores dos bairros eram não-brancos. O grau de escolaridade denotava grande separação entre moradores da cidade formal e informal: enquanto, nas favelas, a população com estudo de até quatro anos variava entre 74% e 77% – localizadas na Barra/Jacarepaguá e Centro/Zona Sul, respectivamente – , nos bairros formais representavam de 21% a 38%, nos bairros da Zona Sul e Zona Oeste, respectivamente (LAGO e RIBEIRO, 2001).

Sobre a questão de ocupação, a pesquisa encontra a maior aproximação no corte favela-bairro na Zona Oeste da cidade, onde o critério de “elite” socio ocupacional (empregadores e profissionais do setor público e privado, profissionais de nível superior) na qual 3,6% da população do bairro está nessa classificação, enquanto 0,6% da população das favelas também enquadra-se como “elite”. A questão de renda relacionada à ocupação permitiu-lhes concluir que há aproximação entre favela e bairro quando os níveis de ocupação exigem menor escolaridade, como empregadas domésticas, ambulantes e biscateiros. Quando o trabalho exige maior escolaridade, então a distância entre favela e bairro se amplia, e também se amplia a distância entre brancos e não-brancos com mais alto grau de escolarização. Os autores concluem que “os moradores em favela têm maior dificuldade em transformar seu capital escolar em renda do que o conjunto dos não-brancos” (LAGO e RIBEIRO, 2001, p. 53).

Essas categorias de análise que distanciam e aproximam as favelas aos bairros formais despertam um questionamento: estariam as condições de vida nas favelas aproximando-se das condições de vida nos bairros formais populares e vice-versa?

De acordo com Marzulo (2007), na modernidade tardia, período compreendido na segunda metade do século XX<sup>6</sup>, a precarização das relações de trabalho provocou um processo de favelização nos bairros operários ou subúrbios (no caso da cidade do Rio de Janeiro). Subúrbios, que eram os espaços intermediários entre os espaços onde habitam as classes chamadas sub-proletárias, de mais baixa qualificação no mercado de trabalho, e os espaços habitados pelas elites. No que se refere ao tecido

---

<sup>6</sup> Conforme definição de Hall (2003).

urbano como um todo, extrapolando os limites das favelas e estendendo-se até a região metropolitana, os moradores produzem uma multiterritorialidade no espaço urbano, configurando territórios-rede pelos quais se expandem suas conexões através de redes familiares. Os habitantes das favelas enxergam como Outros não as pessoas que não vivem em favelas, e sim os moradores de bairros elitizados, as classes alta e média, por outro lado, identificam-se com moradores de bairros populares e periféricos:

O morador do bairro no subúrbio, na periferia metropolitana, no loteamento (legal ou ilegal) para classes populares, ou no conjunto habitacional, todos herdeiros de um legado ligado à economia de subsistência e posteriormente inseridos, de forma subordinada, na ordem social competitiva, como trabalhadores pouco qualificados, hoje desempregados, trabalhadores precários, ou, na melhor das hipóteses, trabalhador assalariado com baixa remuneração, responsável por sustentar as relações monetárias da rede social familiar, fazem parte de uma mesma totalidade identitária (MARZULO, 2007, p. 12).

A expansão da dinâmica antes particular da favela, seja em termos espaciais, seja das condições socioeconômicas dos moradores, na segunda metade do século XX passou a atingir o conjunto dos espaços das classes populares. Resulta em uma ampliação do padrão favela que não se restringe aos espaços conhecidos como favelas, as ocupações irregulares, mas se estende aos conjuntos habitacionais e loteamentos populares, espaços regularizados e projetados para desfavelizar as cidades. A ampliação do padrão favela, ou favela ampliada, é entendida como equivalência nos espaços populares regularizados e irregulares, uma aproximação análoga na configuração urbanística, arquitetônica e nas condições socioeconômicas de seus habitantes (MARZULO, 2005).

Essa aproximação por analogia tem como base a progressiva precarização das relações de trabalho das classes populares e se materializa, por um lado, pelo abandono dos bairros populares pelo estado, que, sem manutenção, se degradam progressivamente, e pelos pontuais investimentos de infraestrutura urbana e equipamentos públicos que são realizados nas favelas. Os investimentos em favelas funcionam como equalizadores em relação a bairros populares e como uma sinalização de segurança da terra, indicando o reconhecimento das ocupações irregulares pelo estado, o que estimula a população das favelas a investir na construção e expansão de suas residências em alvenaria (MARZULO, 2005).

Em sua pesquisa sobre a identidade das classes populares que teve como trabalho de campo a favela do Pavão-Pavãozinho, localizada no Morro do Cantagalo na zona sul carioca, Marzulo (2005) identifica que, internamente à favela, há relações de poder baseadas na racialização dos sujeitos, com ênfase para a relação entre negros e nordestinos. Os sujeitos que se identificam enquanto negros são vinculados às famílias que há mais tempo residem no Pavão-Pavãozinho e tem práticas culturais da cultura negra, como o samba e o carnaval, enquanto os nordestinos seriam os imigrantes tardios. Discute a racialização enquanto elemento identitário relacionado aos locais sociais ocupados por negros e nordestinos nas distintas territorialidades tanto da favela e quanto na cidade formal.

Essas distintas territorialidades, nesse trabalho se alinham às ideias de Haesbaert (2004) e Hall (2003). Haesbaert aborda a noção de território em uma perspectiva multidimensional e multiescalar a partir das relações sociais, econômicas e simbólicas que incidem sobre o espaço, não podendo ser o território reduzido à definição jurídico-política. Em sua definição as territorialidades são atividades humanas que buscam dar sentido ao espaço territorial à medida que os territórios atuam como construtores de identidades, e as dimensões simbólicas às quais estão relacionadas as identidades culturais, uma forma de enfrentamento à lógica estatal moderna. Para Haesbaert, o território “é uma parcela de identidade-, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa do espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 72). A reterritorialização seria uma forma de criar sentido na sequência de um processo de abandono de uma anterior territorialidade, uma desterritorialização.

A relação entre território e identidade é abordada por Hall (2003) em uma perspectiva diaspórica que é uma subversão dos tradicionais modelos de cultura que se orientam para legitimar o Estado-nação. Hall contesta a noção de identidade como uma característica fixada no nascimento, discutindo a identidade como um aspecto que está sempre em formação, aspecto esse no qual incidem os processos migratórios. Nessa perspectiva os processos migratórios, estimulados por uma globalização desterritorializante de caráter colonial, forçam a junção de diversos mundos na metrópole onde grupos marginais selecionam e criam novas culturas a partir de suas bagagens culturais, resultando em um processo de transculturação. A transculturação seria resultante do cruzamento de culturas produzido no encontro espaço-temporal de sujeitos antes isolados geográfica e historicamente em um processo de tradução de



sentidos que não podem ser simplesmente transportados, e sim reinventados (HALL, 2003).

Para Hall, as culturas são transgressoras de fronteiras e limites políticos, são parte de um processo de criação que envolve redescoberta, retorno e produção de novas culturas em que tem mais peso o processo de “tornar-se” do que a afirmação do “ser” (HALL, 2003). Um dos aspectos relacionados à produção da cultura é a raça, que é entendida como uma construção política e social, de forma que os grupos compartilham aspectos culturais por viverem em um mundo racializado. A transculturação de grupos subalternos é delimitada por relações de poder assimétricas como resultado da lógica colonial disjuntiva (HALL, 2016).

A racialização das relações é um conceito que deve ser pensado em conjunto com a divisão social do trabalho na América Latina, de acordo com Quijano (2005), devendo ser historicizado, visto que tem suas raízes no período colonial. Nesse ponto de vista, a globalização é a continuidade de um processo que teve início na constituição da América, a primeira identidade da modernidade, e do capitalismo colonial, que se constituiu como um novo padrão de poder global. Esse padrão de poder dividiu a população de acordo com a ideia de raça, produzindo novas identidades sociais: índios, negros, mestiços, e os brancos. A ideia de raça foi relacionada à natureza, naturalizando os lugares sociais da população na nova estrutura de controle do trabalho.

A partir de uma divisão racista dos papéis na sociedade, as estruturas mentais raça e divisão social do trabalho foram associadas e passaram a se reforçar mutuamente. Para Quijano (2005) a ideia de raça, com origem no colonialismo, demonstra-se mais estável e permanente que o próprio período colonial. Sobre as relações sociais na América Latina, desiguais, Quijano afirma que “as ‘classes sociais’, na América Latina, têm ‘cor’, qualquer ‘cor’ que se possa encontrar em qualquer país, em qualquer momento” (QUIJANO, 2005, p. 138), explicitando que a classificação das pessoas na sociedade não se realiza de acordo com apenas um eixo de poder, como o poder econômico, mas sim em todos os eixos de poder e em cada um desses eixos.

A própria ideia de modernidade, a partir da colonialidade, foi reduzida a uma perspectiva etnocêntrica que se consolidou como eurocêntrica<sup>7</sup>, colocando em suas formulações teóricas ideais de acordo com os interesses das elites dominantes, predominantemente brancas. Com a imposição do eurocentrismo, o poder foi exercido sobre os corpos desviantes da norma de outras formas que não apenas financeiras ou laborais, diminuindo e reduzindo as culturas, conhecimentos e identidades históricas da população a quem pretendiam dominar e subjugar. Ainda, o eurocentrismo idealiza esses povos pelo espectro do passado, enquanto a cultura eurocêntrica passa a ser vista como o futuro, sinônimo de modernidade, afirmando que “a modernidade foi também colonial desde o seu ponto de partida” (QUIJANO, 2005, p. 125).

Entende-se a racialidade como um fator de desigualdade que, assim como se expressa nas relações sociais, incide sobre a produção de um tecido urbano desigual, materializando na cidade hierarquias socialmente construídas com aparente teor de naturalização. Por isso coloca-se como necessário a análise do processo de favelização a partir de um recorte racial. Para Bourdieu, “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (BOURDIEU *et al*, 1993, p. 160). Essas hierarquias são expressas através da materialização do espaço e dos discursos que instauram significados sobre esses espaços.

De acordo com Maricato (2000), as raízes de uma sociedade colonial assim como o peso do escravismo incidem sobre a produção de cidades no Brasil, ainda que o processo de urbanização em nosso país tenha se aprofundado apenas em meados do século XX. Maricato (2000) entende a construção das periferias urbanas como um processo de continuidade, nas cidades, da desigualdade que incide na sociedade brasileira, que se fundou no trabalho como alvo de exploração, desde o período colonial, e se aprofundou a partir da implementação da propriedade privada ainda no século XIX. Se no século XIX os trabalhadores tinham sua força de trabalho explorada e não remunerada, exercendo esse trabalho principalmente no campo, no século XX essa desigualdade se transforma, toma ares de modernização e se urbaniza.

---

<sup>7</sup> “Não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais” (QUIJANO, 2005, p. 126).

Trabalhadores informais e formalizados, inclusive aqueles empregados nas indústrias fordistas, edificam suas casas a partir da autoconstrução em ocupações irregulares em espaços em geral não disputados pelo mercado imobiliário (MARICATO, 2000).

A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pela necessidade de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo. A cidade ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização. Até mesmo parte dos trabalhadores empregados na indústria automobilística, surgida no Brasil nos anos 50, mora em favelas (MARICATO, 2000, p. 31).

A produção de espaços favelizados é entendida, de acordo com esse pensamento, como uma consequência da exploração da força de trabalho relacionada aos processos de industrialização e urbanização, que se retroalimentam. Maricato (2000) salienta que o modelo de urbanização brasileiro se redirecionou a partir da década de 1980, nas chamadas “décadas perdidas”. Ainda que as metrópoles continuem crescendo, seu ritmo de crescimento tem desacelerado; por outro lado, as cidades de porte médio cresceram em uma taxa três vezes maior que as grandes cidades no período entre décadas de 1980 e 1990 (MARICATO, 2000). Para analisar o deslocamento do padrão de urbanização brasileiro, que realocou seus principais focos de urbanização, metrópoles da faixa litorânea, para multiplicar os eixos de urbanização às cidades de porte médio do interior do Brasil, adentramos uma discussão que relaciona a urbanização do interior às transformações econômicas no país no século XX.

## **2.2) MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO NO INTERIOR**

Se no século XXI o sistema produtivo do agronegócio é hegemônico sobre as formas de produção agropecuárias nos espaços rurais, é porque esse sistema é fruto de um longo processo que, com ares de modernização, se consolidou sobre ideais colonialistas pré-estabelecidos. Na grande mídia, o sistema produtivo do agronegócio é veiculado como um sistema agrícola industrializado que gera crescimento econômico, descrito como “a indústria-riqueza do Brasil”. Esse jargão está presente em uma série de comerciais produzidos em 2017, transmitidos em emissora de televisão de alcance nacional que divulga o sucesso de produção e exportação de produtos agrícolas: soja, milho e cana-de-açúcar são alguns deles. Podemos utilizar

como referência o episódio-comercial “Agro, a Indústria Riqueza do Brasil – Cana é Agro<sup>8</sup>”, cujo texto inicial introduz as lógicas fundantes desse sistema produtivo:

Cana é agro: desde o Brasil colonial, a cana ajuda a movimentar a nossa economia. Hoje em dia a cana gera um dos maiores faturamentos do campo: 52 bilhões de reais. (...) O Brasil é o maior exportador de açúcar do mundo: 10 bilhões de dólares em 2016. (...) Um sucesso brasileiro há quase quinhentos anos. Cana é agro, agro é tech, agro é pop, agro é tudo (GLOBO, 2017).

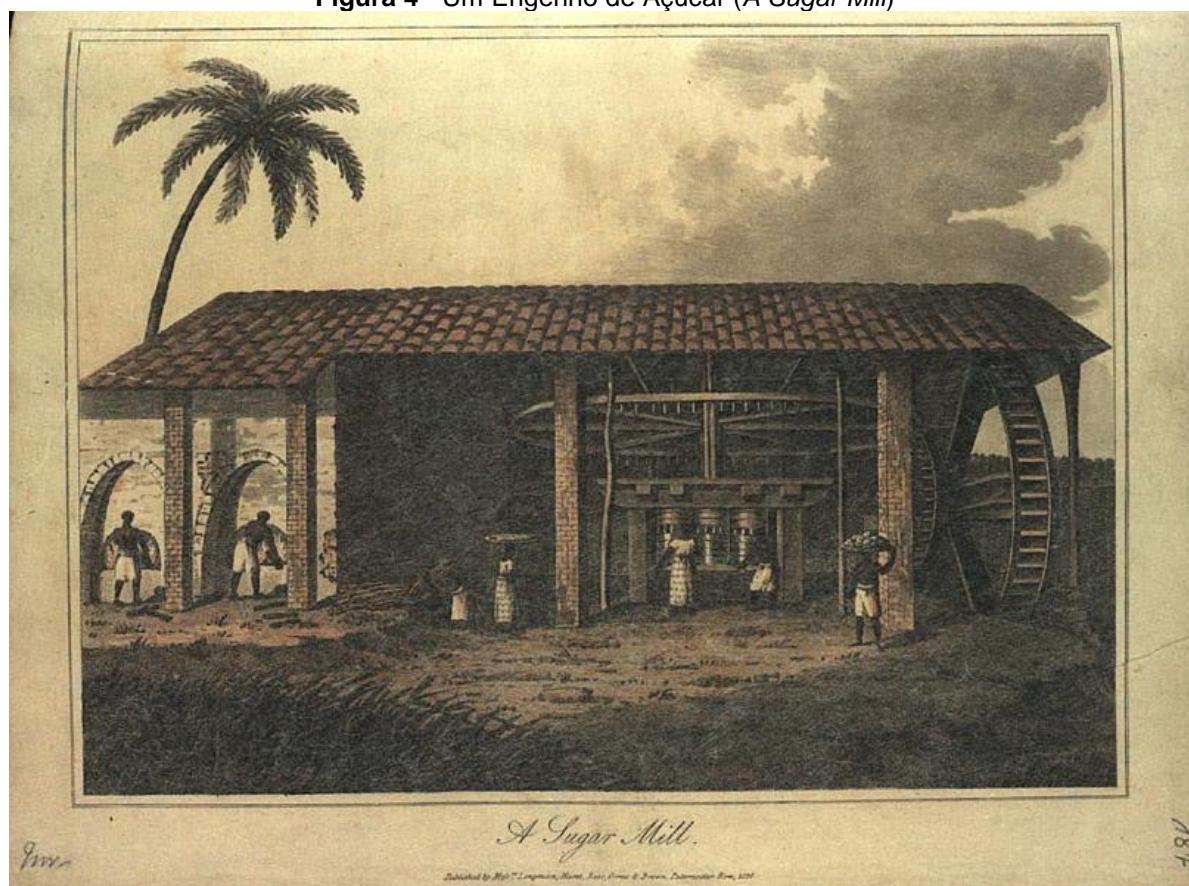
O comercial explicita que o sistema produtivo do agronegócio não vê problemas em vincular-se com o sistema de produção colonial escravagista, naturalizando relações de trabalho exploratórias. Na peça publicitária são veiculadas gravuras que retratam trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras que foram escravizados, em um engenho de cana-de-açúcar do Brasil colonial. Uma das imagens foi produzida por Henry Koster, artista plástico europeu e latifundiário escravagista no Brasil do século XVI, quem no fim de sua vida defendia a libertação de pessoas escravizadas, porém em um “processo lento e gradual” para evitar rebeliões que pudessem ser promovidas por essas pessoas escravizadas<sup>9</sup>. A pintura produzida por Koster no ano de 1816 e veiculada em rede televisiva nacional 200 anos após segue na Figura 4.

---

<sup>8</sup> Comercial “Cana é Agro”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MKfBpSAs8IE>>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

<sup>9</sup> Conforme CASTILHOS, Alceu. “Agro é pop”: propaganda da Globo sobre cana tem imagens de escravos. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/agro-e-pop-propaganda-da-globo-sobre-cana-tem-imagens-de-escravos/>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

**Figura 4 - Um Engenho de Açúcar (A Sugar Mill)**



Fonte: KOSTER (2004).

O comercial coloca o sistema do agronegócio como produzido por três ideias principais: tecnologia, popularidade e totalidade. O conceito da tecnologia, ao permitir a produção em larga escala, aumentaria o retorno financeiro das exportações à economia brasileira, remetendo à ideia de progresso, mesmo que esse progresso esteja vinculado a uma disputa de terras que expulsa camponeses e seus modos de vida dos espaços rurais. O conceito da popularidade produz a ideia de que o agronegócio traz benefícios à sociedade como um todo, como se a produção massiva de *commodities* para exportação gerasse benefícios para toda a população. Já o conceito de totalidade parece estar atrelado a um ideal totalizante do mundo rural que estaria percorrendo um caminho unidirecional evolucionista, indo de um processo atrasado de produção agropecuária a uma forma modernizada e rentável de trabalhar em meio rural.

Veiculando informações estatísticas sobre a produção e exportação de açúcar, são as primeiras imagens – que retratam trabalhadores escravizados no engenho – e a fala do narrador que descreve a produção de cana-de-açúcar como um sucesso desde o período colonial, que remetem às pré-noções relativas à exploração da força de

trabalho associada ao racismo que estruturam a sociedade brasileira. Se a produção de cana-de-açúcar é um sucesso, o destinatário desse sucesso certamente não é o trabalhador braçal da usina que, conforme exposta nesse comercial, é uma atualização do engenho colonial.

A importância da função da propaganda na sociedade de mercado, com a finalidade de promover a legitimação dos ideais capitalistas que desprivilegiam a maioria da população, é teorizada por Dupas (2007). É possível entender a trajetória da transformação do trabalho agrícola como fundada no mito do progresso (DUPAS, 2007), discurso hegemônico assumido no processo de globalização. De pensamento ocidental, esse mito coloca a história humana como uma sucessão linear, que deve modernizar-se, munir-se de tecnologia e de conhecimento científico para chegar ao seu estado ideal. Formulado como uma progressão natural (ou melhor, naturalizada) e um movimento necessário ao trabalho realizado no campo, o comercial que divulga o sistema produtivo do agronegócio é baseado em uma ideia falaciosa que coloca a modernização dos trabalhos agrícolas como um progresso incontornável na sociedade.

Esse processo de modernização na relação cidade-campo, associado à transformação das relações de mercados globais, incide no Brasil modificando território e sociedade, campo e cidade: modernizaram-se os meios de produção, as relações de trabalho, os modos de vida e os espaços, urbanos e rurais. Se a cidade como sinônimo de modernidade e tecnologia, até meados do século XX representou uma oposição aos espaços rurais, cujas formas de trabalho eram predominantemente manuais, a partir dos anos 1960 essa distância foi paulatinamente diminuindo. No século XXI essa dicotomia já não existe: o campo, assim como a cidade, é espaço de tecnologia, modernizado e altamente mecanizado. Essa transformação tecnológica do campo impactou os núcleos urbanos do interior do Brasil, que se adaptaram e se especializaram para atender às demandas urbanas do agronegócio global.

A transformação territorial e o aprofundamento da malha urbana no Brasil a partir da segunda metade do século XX estão estreitamente relacionados às mudanças econômicas que exigiram a transformação dos sistemas de produção. Em uma análise que abarca o continente latino-americano, Singer (1973) aponta as oligarquias rurais como os principais agentes dos estados nacionais que se formaram sobre as lutas de classes, tendo sido eliminados os interesses de quaisquer outras classes sociais que não essas oligarquias. No Brasil essas oligarquias rurais nacionais, possuidoras das

fazendas de café, cacau e açúcar, produziam para exportação, beneficiando-se de um sistema de “intermediação comercial e financeira nas cidades costeiras”.

No início do século XX os baixos índices de urbanização da sociedade brasileira estariam relacionados ao fato de que a maior parte da população vivia em economia de subsistência, sendo menor a parcela de pessoas que trabalhava e vivia inserida na dinâmica das grandes plantações. O processo de urbanização de porções do território brasileiro a partir da década de 1930, associado à industrialização para substituição de importações, é caracterizado por Singer (1973) como de “macrocefalia” metropolitana, ou seja, as metrópoles como grandes centros de importância no território e uma grande desarticulação da rede urbana como um todo. O período entre 1920 a 1950 é caracterizado como de “capitalismo nacional”, preparando o terreno para a forte entrada de capital estrangeiro na economia brasileira a partir da segunda metade do século XX. Em conjunto com a urbanização territorial, houve um processo de urbanização da própria economia (SINGER, 1973).

A partir da década de 1930, a industrialização fordista no Brasil provocou um forte movimento emigratório de populações de localidades do interior do país às metrópoles do eixo sudeste-sul (SINGER, 1973). O processo de industrialização fordista, implantado no Brasil no período da grande depressão econômica mundial, compreendido entre 1929 e o final da década de 1930, coincidiu com a primeira década do governo nacionalista de Vargas. Na década de 1930 ocorreu o que Furtado (2001) chamou de “deslocamento do centro dinâmico” econômico, processo relacionado à estagnação das demandas de exportação de café associada à acumulação de estoques dessa mercadoria. Como resultado, diminuía a renda nacional e aumentavam os valores de mercadorias importadas, cuja procura precisaria ser suprida com produtos nacionais. O Estado nacional produziu uma expansão de crédito aos cafeicultores, o que permitia a retenção e a destruição de parte do produto de modo a equilibrar a demanda de oferta e procura. A economia brasileira recuperou-se em 1933 através da política de fomento “que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros” (FURTADO, 2001, p. 193).

A procura interna atuou como um elemento dinâmico e propiciou maiores oportunidades de investimento no setor interno do que no setor exportador. Circunstância inovadora na formação de capital na economia brasileira, o crescimento do setor produtivo para abastecer o mercado interno do país e a expansão de oferta

proporcionou um crescimento da procura por bens de produção, o que permitiu a formação de condições para a instalação da indústria de bens de capital no Brasil. Graças à existência de algumas indústrias com capacidade ociosa no país foi possível que a indústria nacional crescesse rapidamente, fator preponderante na geração de renda. Foi necessário aumentar o valor dos produtos importados para que houvesse equilíbrio entre procura e oferta e para que assim fosse possível desenvolver as indústrias de substituição de importações no país (FURTADO, 2001).

Cano (1999) classifica a industrialização de nosso país até a década de 1960 como progressista, um momento de fortalecimento da indústria nacional com a ascensão de lideranças políticas nacionalistas e industrialistas no período da ditadura militar. Assim como o Brasil, outros países latino-americanos passaram por esse processo: Argentina, Bolívia, Chile, México, Peru e Venezuela. Os países latino-americanos, seja a partir de investimentos diretos ou de financiamentos, endividaram-se para realizar os projetos nacionais da época, como o desenvolvimento de agroindústrias, petrolíferas e as indústrias de insumos básicos, de infraestrutura e pesada. A industrialização somada à urbanização do país era também uma forma de absorver tensões sociais decorrentes da extrema precariedade em que se encontravam os pobres do campo, tensões que supostamente seriam resolvidas pelo processo de migração às cidades. Ir à cidade representava, para o migrante, tanto a possibilidade de um melhor emprego quanto de sair do local de abandono socioeconômico que o campo representava. Para as elites, os movimentos migratórios constituíam-se enquanto uma alternativa à reforma agrária, eximindo-as de um envolvimento com as resoluções para a diminuição da desigualdade social frente às lutas políticas que reivindicavam as reformas de base<sup>10</sup> (SINGER, 1973; CANO, 1999).

Para Singer (1973), os processos emigratórios dos espaços rurais entre as décadas de 1930 a 1950 estariam relacionados a dois fatores de expulsão, o primeiro seria um fator de estagnação e o segundo um fator de mudança. O fator de estagnação é relacionado às forças produtivas, no caso de comunidades que viviam em sistemas de subsistência e não possuíam recursos para elevar a produtividade do solo e do trabalho, portanto, a produção de alimentos não cresceu na mesma medida que a população, resultando em um empobrecimento cuja saída seria a migração para

---

<sup>10</sup> As reformas de base são compostas pelas reformas agrária, urbana, regional, tributária, financeira, administrativa, judiciária e política (CANO, 1999).



idades. O fator de mudança é vinculado às relações de produção dentro dos trabalhos agrícolas, quando áreas que então produziam agricultura de subsistência conectaram-se ao mercado através da implantação de sistemas de transporte, um processo que levou à espoliação da terra por empresários e à formação de uma elite agrária no qual enriqueceram alguns camponeses, tornando-se além de agricultores, médios empresários. A ampla disponibilidade de força de trabalho nos espaços urbanos latino-americanos seria proveniente do desmanche do setor de subsistência agrícola aliado ao crescimento demográfico no campo (SINGER, 1973).

O trabalho agrícola na década de 1960 iniciou transição a um modo de produção de agricultura modernizada. A mecanização de atividades relacionadas ao campo transferiu para as cidades parte de sua cadeia produtiva ao mesmo tempo que criou procedimentos industrializados para integrar a produção agrícola, também localizados na cidade, com a implantação de grandes complexos agroindustriais. O resultado foi o progressivo encolhimento das atividades camponesas e o esvaziamento populacional do espaço rural, ao mesmo tempo que se ampliaram e densificaram os espaços urbanos do interior do país, com destaque para as cidades médias como articuladoras dessa rede urbana.

Para Belik (2007), a agroindústria é resultado da integração de capitais financeiro, comercial ou industrial, e os complexos agroindustriais, formados a partir da perda de independência dos agricultores perante a indústria. Por um lado, a agricultura passa a se industrializar, por outro, a indústria passa a mecanizar a agricultura, em uma dinâmica da transformação da agricultura que tem início no período desenvolvimentista. O conceito de complexo agroindustrial seria uma sobreposição à interação entre técnica e produção, vinculando-se às relações financeiras, econômicas e políticas entre diferentes partes da cadeia produtiva (BELIK, 2007).

As principais políticas públicas para agroindustrialização começaram a ser realizadas na passagem dos anos 1950 para os anos 1960, com a implementação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Essas políticas públicas focaram na produção de trigo, na armazenagem de mercadorias, na construção e financiamento de frigoríficos, na mecanização da agricultura e na produção de fertilizantes, “uma verdadeira cruzada modernizadora no campo” (BELIK, 2007, p. 157). que ainda tinha como base a lógica da substituição de importações. A modernização do campo tomou outro caminho a partir da segunda metade da década de 1960, após o golpe militar,

quando se iniciou um conjunto de políticas para integrar a agropecuária à indústria processadora com a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (Funagri). Além de conectar os segmentos da agricultura aos fornecedores de insumos, o Funagri adaptava os bens de consumo agroindustriais às possibilidades de consumo das classes médias urbanas, especialmente na indústria de carnes, óleos vegetais, açúcar e álcool (BELIK, 2007).

Seguiram-se a esses programas o documento de Metas e Bases para Ação do Governo, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o II PND (1975-1979). O II PND foi o documento que mais incentivava a integração da agricultura e indústria, produzindo crédito, incentivos e subsídios para indústrias de exportação. Como resultado se desenvolveram os setores de derivados de soja, carne de aves, suco de laranja, álcool e celulose e papel (BELIK, 2007).

Após 1979, os países ditos centrais, leia-se os países da Europa ocidental e os Estados Unidos, com o aumento de poder de novos grupos econômicos ligados às finanças internacionais, focaram-se na economia de capitais internacionais. Com a reestruturação desses países ditos centrais houve uma pressão para o pagamento da dívida externa produzida na América Latina nos anos anteriores. Na década de 1980 consolidou-se o neoliberalismo na América Latina e no Brasil, em um momento de ajuste dos países centrais ao novo mercado financeiro. O Estado brasileiro transformou seu papel, passando de indutor da economia fordista para agente da circulação do capital financeiro globalizado, em um processo que propiciou o aumento das desigualdades na sociedade latino-americana. No final da década de 1980, as políticas neoliberais, vinculadas ao Estado mínimo e associadas ao processo de globalização, promoveram a abertura de capitais nacionais ao mercado internacional, com a massiva privatização de empresas estatais, aliando o conceito de progresso à livre circulação de capitais entre os mercados globais (CANO, 1999). Para Dupas (2007), o processo de globalização só é possível pelo arranjo entre três fatores: o consenso de ideais neoliberais, o livre fluxo dos capitais entre mercados e a reestruturação da produção que incorporou a tecnologia como premissa.

A abundância de produção do mercado seria uma nova forma de escassez transitória; passa a fazer parte da lógica do capitalismo neoliberal a produção de constantes ciclos de escassez e abundância, fator que gera desperdício de matérias-primas e recursos naturais, degradando o meio-ambiente (DUPAS, 2007). Dentro do cenário neoliberal

latino-americano, entre 1980 e 1985 o desemprego urbano subiu de 6,7% a 8,3%; em 1990 o índice de desemprego urbano era de 6,2%, uma queda que está relacionada não ao aumento de postos de trabalho e sim à informalização do emprego, que passou de 40% a 52% na América Latina. Associado ao desemprego urbano houve uma diminuição na distribuição de renda relacionada com políticas de reduções salariais, aumentando o número de pobres latino-americanos, que passou de 136 milhões em 1980 para 197 milhões em 1990 (CANO, 1999).

Nos anos 1990 houve um desmonte da estrutura de financiamento estatal da agroindústria em que o poder de decisão passou, do setor da agroindústria, aos setores de distribuição e logística; esses setores passaram a definir padrões de produção e qualidade a serem cumpridos pela agroindústria. O crédito rural, importantíssimo para a modernização da agroindústria desde a década de 1960, foi drasticamente reduzido; as agroindústrias brasileiras se reestruturaram abrindo espaço para a entrada de novos capitais e estreitando relações técnicas e financeiras com setores de distribuição. Nesse processo houve uma desregulamentação dos produtos exportados associada à decadência das políticas produzidas por estados nacionais, o que permitiu novas formas de regulação das *commodities* (BELIK, 2007). Já a década de 1990 foi o momento de esses países centrais, após estruturarem-se, ajustarem os sistemas subordinados nos países ditos periféricos. Impondo aos países devedores as políticas neoliberais, transplantaram uma série de transformações de cunho institucional, produtivo, comercial e financeiro; diminuindo o papel do Estado, privatizando, desregulamentando e produzindo abertura comercial. Utilizando-se de um discurso ideológico de que os países ditos periféricos deveriam modernizar-se, expondo os meios de produção nacionais à concorrência internacional. Para Cano esse processo nada mais é do que o imperialismo vestido com roupagem de modernidade (CANO, 1999).

Dentro dos ideais neoliberais, o trabalho deve ser o mais barato possível, produzido por mão-de-obra precária, muito mal remunerada e informal. Foi sustentada a ideia de que flexibilizar o mercado de trabalho seria uma estratégia para combater o desemprego, no entanto, a precarização das relações de trabalho causou uma sucessão de crises que resultou no aumento da exclusão social no mundo. Para Dupas (2007), a América Latina seria o lugar mais desigual do mundo, visto que, em

1980, a população latino-americana abaixo da linha de pobreza<sup>11</sup> era composta por 41% dos habitantes (136 milhões de pessoas), em 2000 chegou a 43% (207 milhões) e em 2003 chegou a 44% da população latino-americana, o equivalente a 237 milhões de pessoas (DUPAS, 2007).

Nesse cenário, que aponta a transformação da economia brasileira, de desenvolvimentista para neoliberalista, entre 1960 e 2010, Delgado (2012) subdivide o processo de modernização da agricultura em três períodos estruturantes: Modernização Conservadora, Economia do Agronegócio e Reestruturação da Economia do Agronegócio. A Modernização Conservadora seria a economia agrícola compreendida entre os anos 1965 e 1985, relacionada ao período de desenvolvimentismo brasileiro que para Cordeiro (2014) representou um “pacto autoritário modernizante” que foi colocado em prática por governantes da ditadura militar no Brasil. Nesse momento a indústria agrícola estava relacionada aos procedimentos posteriores à colheita, à jusante, processando os cultivos, e representou uma perda de autonomia dos agricultores em relação à indústria, que determinava a produção agrícola de acordo com as demandas do mercado internacional. Mecanizados os processos à jusante, boa parte da mão de obra que estava atrelada ao processamento em espaços rurais foi liberada (DELGADO, 2012). A segunda fase que estrutura a modernização da agricultura é a Economia do Agronegócio, se deu entre 1986 e 1999, no período de redemocratização da governança brasileira, que transitava a um governo neoliberal. É nesse momento que teve curso o desmonte do financiamento público e o negócio agrícola começou a receber investimentos massivos de capital estrangeiro. Os espaços rurais transformaram-se em lavouras de monoculturas para o cultivo das *commodities* com objetivo de exportação, vinculando-se cada vez mais à indústria que passou a atuar à montante e à jusante. Isso quer dizer que a indústria passou a participar do processo anterior ao cultivo agrícola, produzindo máquinas para plantio e aplicação de agrotóxicos e insumos para a lavoura, além do já estabelecido processamento da produção posterior ao plantio (DELGADO, 2012).

Consolidada a economia neoliberal, no período de 2000 a 2015, temporaliza-se a Reestruturação da Economia do Agronegócio, terceira fase de modernização desse sistema produtivo. Nesse momento foram articuladas parcerias público-privadas para

---

<sup>11</sup> A linha de pobreza, medida pelo Banco Mundial, é o fato de viver com US\$ 5,50 ou menos por dia.

fomentar a produção agrícola. Se por um lado o crédito rural foi restituído, por outro os preços de arrendamento e compra de terra subiram, em relação à alta das commodities em mercado internacional (DELGADO, 2012; PITTA e VEGA, 2017).

Desde os anos 1960 ocorreu a progressiva transferência de funções agrícolas do campo para a cidade, bem como a criação de novas funções dentro da agricultura que se expandem em solo urbano. No estágio seguinte da industrialização, momento em que as taxas de urbanização saltam, demandando do campo alimentos e matérias-primas tanto agrícolas quanto extrativas, velhas formas de exploração do trabalho no campo, servis, foram extintas, dando lugar ao que se chamou de agricultura capitalista. A migração de atividades do campo para a cidade foi seguida por uma migração populacional (SINGER, 1973).

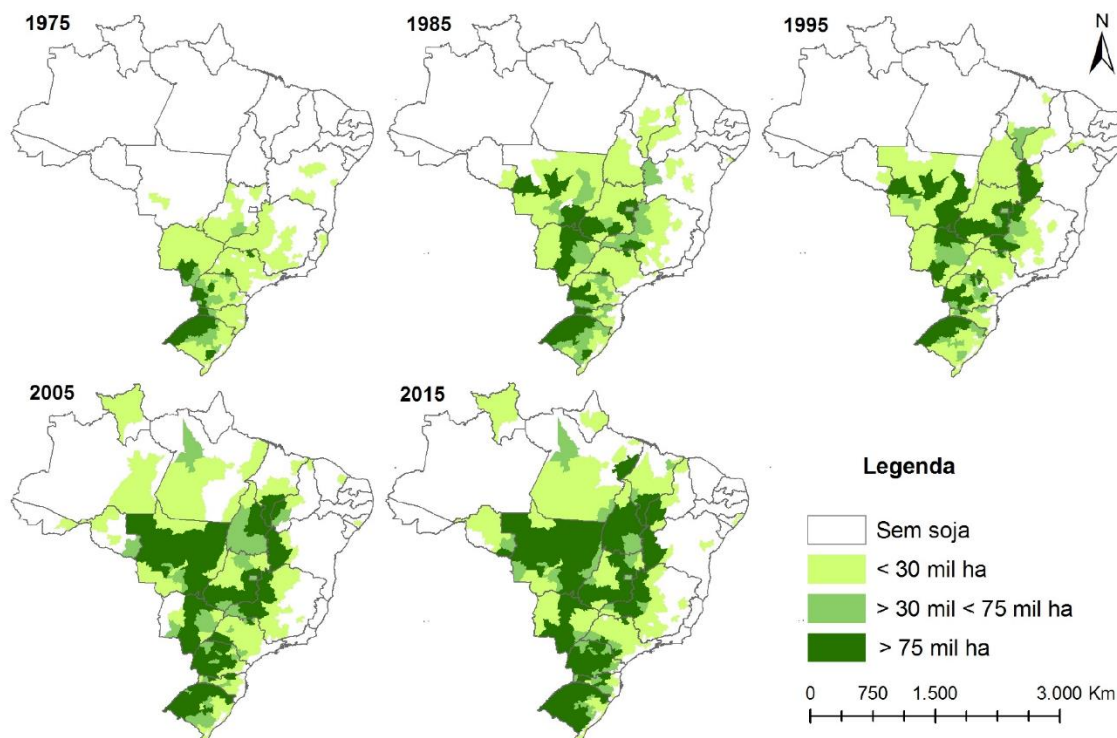
No interstício entre as décadas de 1950 a 1960, a região do país que mais perdia população rural era nordeste, resultando em um saldo migratório negativo de mais de cinco milhões de habitantes. A região nordeste era seguida pelas regiões sudeste, com 3,9 milhões e sul, com 1,9 milhões. Entre as décadas de 1960 e 1970 liderou o posto de maior saldo migratório negativo a região sudeste, com 6 milhões de pessoas abandonando o campo, seguido pela região nordeste, com três milhões, e sul, com 1,6 milhões. No período entre os anos 1970 e 1980, as regiões sul, sudeste e nordeste quase se equiparam na perda de população rural: eram 4,2 milhões, 4,5 milhões e 4,9 milhões de pessoas que emigram do campo (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Se até aproximadamente a década de 1950, o fluxo migratório no Brasil se deu principalmente para as cidades da faixa litorânea, na década de 1980 o fluxo de migrantes às cidades do interior do território brasileiro é significativo, contribuindo para a ampliação da rede urbana nacional, com cidades cada vez mais conectadas. Em um processo de urbanização e modernização do território e da sociedade, a interiorização da urbanização favoreceu a reconfiguração da dimensão urbana no país, conformando novos centros regionais que atuam como intermediadores entre grandes cidades e pequenos núcleos urbanos nas relações de trocas globais que envolvem o capital (SANTOS, 1993).

Já na década de 1930 o governo nacionalista de Vargas tinha como meta colonizar a região oeste do Brasil, então pouco desenvolvida economicamente e pouco ocupada por populações fixas. As políticas do Estado Novo para produzir a chamada Marcha ao Oeste visavam ocupar as ditas áreas desocupadas ou vazias a partir de processos

de colonização, estimulando a migração de colonos vindos de outras regiões do Brasil, especialmente daquelas onde havia pressões sociais e reivindicações pela reforma agrária. Em 1941 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que recebeu migrantes de todo o país. Até 1960 já eram 29 colônias implantadas pelo governo federal no estado do Mato Grosso, que receberam quase 70 mil migrantes contabilizados por registros oficiais, dados que não contabilizam o fluxo migratório a colônias não oficiais na região (NASCIMENTO, 2013).

A migração associada à colonização de terras produziu inúmeros conflitos entre colonos e indígenas, esses últimos que tiveram seus territórios invadidos, sendo marginalizados nesse processo. A colonização da região centro-oeste teria sido um ponto de escape para desafogar os conflitos fundiários do sul do país onde a mecanização da agricultura ameaçava os camponeses. Ao mesmo tempo essa colonização promoveu a abertura da então nova fronteira agrícola do país sobre o bioma do Cerrado, desmatando para produzir lavouras de monocultura de soja, processo que se intensificou entre as décadas de 1970 e 1980 através da criação da EMBRAPA que atuou na adaptação e “tropicalização” das sementes de soja àquele bioma. Isso permitiu a expansão da fronteira agrícola do sul do país, do noroeste dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, região pioneira na mecanização dos cultivos da sojicultura, em direção ao centro-oeste nos anos 1980 com a colonização do cerrado por gaúchos na chamada marcha do oeste sobre os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, oeste de Minas Gerais, sul do Tocantins e sudoeste da Bahia. A Figura 5 apresenta a expansão da fronteira agrícola nos territórios que concentram lavouras de soja (VIEIRA FILHO, 2016; NASCIMENTO, 2013).

**Figura 5** - Expansão das áreas com lavoura de soja

Fonte: ESCHER e WILNKINSON, 2019.

A urbanização de territórios na região do centro-oeste brasileiro, iniciada nos anos 1940 pelo Estado nacionalista de Vargas, prosseguiu no período da ditadura militar através de empresas urbanizadoras privadas<sup>12</sup>, propiciando o surgimento de cidades de tamanhos e funções intermediárias. Uma das consequências da progressiva urbanização do interior do Brasil é a emergência das cidades médias, espaços urbanos que polarizam regiões e intermediam relações entre cidades pequenas e espaços rurais do Brasil e grandes centros e metrópoles. As cidades médias têm um papel de destaque no contexto regional em que se inserem por uma diversidade na oferta de serviços, comércio, equipamentos de saúde e educação (CORRÊA, 2007). Ainda que o tamanho da população seja também um fator que está relacionado à definição do conceito de cidade média, essa definição não deve ser confundida com o conceito de cidade de porte médio definido pelo IBGE. Atualmente a cidade de porte médio está conceituada a partir da dimensão populacional. Já as cidades médias são definidas por seu papel de polarização em nível regional no qual devem ser

<sup>12</sup> Algumas das empresas colonizadoras foram a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, companhia Moura Andrade e Sociedade de Melhoramentos e Colonização (ABREU, 2011 *in* NASCIMENTO, 2013).

destacadas a sua situação geográfica, os papéis políticos-administrativos desempenhados, a área sobre a qual é capaz de exercer influência e a conectividade entre a cidade média e os espaços da região polarizados por esta (SPOSITO, 2007). Deve-se observar que os conceitos definidores de cidade média ou de porte médio não são fixos, como bem observa Santos (1993), e sim mutáveis e relacionais. Se no início do século XXI são consideradas cidades de porte médio aquelas que têm entre 100 mil e 500 mil habitantes, nos anos 1970 anos as cidades consideradas de porte médio tinham cerca de 20 mil habitantes (SANTOS, 1993).

As cidades médias do interior têm se transformado em espaços com alto grau de modernidade e, na perspectiva de Santos (1993), podem ser até mais intensamente modernas do que as grandes metrópoles. Essas cidades especializam-se na produção de aparatos tecnológicos que permitem a mecanização do campo, com a produção de maquinário para plantio e colheita que substitui o trabalho humano e as pesquisas científicas que permitem a transformação genética de sementes e o desenvolvimento de agrotóxicos. Aos espaços que se especializam hegemonizando lugares, superpondo-se ao espaço geográfico de forma desigual e possibilitando as relações do espaço em questão com diversas partes do mundo, Santos (1993) denominou como meio técnico-científico-informacional. Posicionando as cidades do interior no fluxo das trocas de materiais e informação, o meio técnico-científico-informacional configura-se como

terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. (...) É verdade que durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, obstáculo à sua difusão. Hoje, porém, o que vemos é o contrário, *um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente*, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas (SANTOS, 1993, p. 40, grifo nosso).

O “campo que acolhe o capital novo” pede, em complementaridade, espaços urbanos nos quais possa instalar equipamentos que permitam sua adesão às trocas do mundo globalizado. Às cidades médias que se especializam para atender as necessidades advindas da modernização do trabalho no campo, Santos (1993) chamou de *cidade do campo*, e Elias (2006) atualizou esse conceito, conceituando esses espaços urbanos como as *cidades do agronegócio*. As cidades do agronegócio são espaços urbanos vinculados às tomadas de decisão do sistema produtivo do agronegócio,



mediando a relação entre as cidades pequenas em seu entorno e os grandes centros produtivos no Brasil e no mundo.

Equipadas para a modernização agrícola e a intensificação das trocas, as cidades do agronegócio respondem às demandas desse sistema, a partir de redes de eletrificação, transporte e comunicação. Em seus espaços urbanos estão implantados complexos agroindustriais nos quais estão instaladas empresas de armazenamento e logística de mercadorias, indústrias de processamento de *commodities*, produção de maquinário agrícola e também pesquisas científicas relacionadas à modificação genética de sementes. As cidades do agronegócio atuam como pontos estratégicos na malha territorial brasileira, crescendo à medida que o sistema produtivo do agronegócio se expande no Brasil. Expandindo em seu tecido urbano e tamanho populacional, essas cidades têm crescido de forma segregada no que diz respeito à distribuição socioespacial (ELIAS e PEQUENO, 2007), evidenciando-se a ampliação dos espaços dos pobres com a expansão de favelas e construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda. Na sequência, o Capítulo 3 discute a urbanização das atividades do agronegócio, ou seja, as atividades agrícolas que foram transferidas aos espaços urbanos, processo que incide na favelização das cidades médias do agronegócio com base em dados estatísticos.

### **3) AGRONEGÓCIOS URBANOS E A FAVELIZAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS DO AGRONEGÓCIO**

No primeiro item deste capítulo são observados aspectos sobre o trabalho rural mecanizado em que incide o gradativo encolhimento do trabalho humano no campo, transferindo grande parte do trabalho agrícola, que se agroindustrializa, para as cidades. Essa discussão associa o aumento de exigências de especializações e os níveis de precariedade dos trabalhos agrícolas instalados em solo urbano e rural. O segundo item produz uma caracterização das cidades médias do agronegócio em relação à urbanização, às desigualdades socioespaciais e à favelização, a partir dos indicadores de déficit habitacional, inadequação de domicílios e aglomerados subnormais. O terceiro e o quarto itens tratam sobre o processo de favelização em duas cidades médias do agronegócio, Piracicaba (SP) e Passo Fundo (RS) – cidades polo de regiões cuja economia gira em torno da produção de *commodities*, a cana-de-açúcar e a soja. A favelização nessas cidades é analisada a partir de dados estatísticos, científicos e históricos das cidades e suas favelas, a partir de um breve panorama sobre a trajetória socioeconômica da cidade e o surgimento e consolidação das favelas nesses municípios. O capítulo finaliza-se com estudos cartográficos que espacializam dados relacionados à infraestrutura urbana e às condições sociais dos habitantes da cidade a fim de analisar a hipótese da ampliação do padrão favela (MARZULO, 2005) a partir da comparação por analogia dos setores censitários da cidade onde estão assentados as favelas e os conjuntos habitacionais de ambas as cidades supracitadas.

#### **3.1) ENCOLHIMENTO DO TRABALHO RURAL, ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA URBANO**

A modernização dos trabalhos agrícolas implicou na transferência de grande parte de funções que antes eram realizadas no campo – como o processamento da produção agrícola, posterior à colheita – para os espaços urbanos e na criação de novas etapas urbanas de trabalho agrícola, como a produção de máquinas e insumos industrializados e elaboração de pesquisas científicas, processo anterior ao plantio das culturas. Essa modernização resultou no encolhimento do trabalho campesino, o que impactou na crescente concentração populacional nos espaços urbanos, na

transformação das relações de trabalho agrícola e na produção de espaços urbanos desiguais.

A radical diminuição de mão de obra nas atividades agrícolas que são realizadas no campo, como a produção de lavouras temporárias, produção de lavouras permanentes e pecuária pode ser observada na Tabela 1. A tabela foi elaborada a partir de dados dos Censos Agropecuários no intervalo entre 1970 e 2017, são utilizadas como referência as variáveis relativas ao pessoal ocupado na totalidade das atividades agropecuárias, o pessoal ocupado no segmento da agricultura e o pessoal ocupado na pecuária e criação de animais.

**Tabela 1** - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Brasil (milhares)

	1970	1980	1995	2006	2017	Diferença no período 1970-2017	
						Total	%
<b>TOTAL Agropecuária</b>	17.582	21.164	17.931	16.568	15.105	-2.477	-14,1%
Agricultura	12.951	13.611	13.066	9.680	8.173	-4.778	-36,9%
Pecuária e criação de outros animais	2.892	5.576	4.830	6.797	6.831	3.939	136,2%

Fonte: elaboração da autora com base em IBGE (1970; 1980; 1995; 2006; 2017).

Houve um aumento de 16% do pessoal trabalhando na totalidade dos setores que compõem a agropecuária entre 1970 e 1980, que saltou de 17,58 milhões de pessoas a 21,16 milhões, seguido por progressivas quedas. Houve uma redução de 2,4 milhões de pessoas trabalhando no total dos setores agropecuários em estabelecimentos rurais, o que representa -14,1% no intervalo 1970-2017, chegando a 15,10 milhões de pessoas trabalhando em estabelecimentos agropecuários em 2017. No segmento da agricultura, no interstício entre os anos 1970 e 1980 houve um aumento de 660 mil pessoas ocupadas, o que representa 5% do pessoal ocupado em 1970. A partir da década de 1980 o número de pessoal ocupado passou a cair, alcançando uma redução de 4,7 milhões de pessoas ocupadas entre os anos 1970 e 2017, -36,9% trabalhando em estabelecimentos agrícolas rurais. No segmento da pecuária e criação de outros animais houve aumento progressivo dos trabalhadores, que saltou de 2,89 milhões em 1970 para 6,83 milhões em 2017. Movimento contrário

ao da agricultura, no ramo da pecuária e criação de animais o número de trabalhadores cresceu em 136,2%

Dentre os trabalhos rurais, aquele que mais contribuiu para a diminuição da mão de obra rural é a agricultura, com reduções mais significativas a partir da década de 1990. Já em 1995 as lavouras já eram espaços altamente mecanizados, porém só foi possível produzir a série temporal no período 1995-2017 devido às alterações metodológicas de pesquisa do IBGE, que passou a fragmentar os ramos de atividades agrícolas apenas a partir do Censo Agropecuário de 1995. A Tabela 2 detalha a quantidade de trabalhadores agrícolas por ramo de atividade no período 1995 a 2017.

**Tabela 2** - Pessoal ocupado por ramo de atividade agrícola (milhares)

Ramo de atividade agrícola x Ano	1995	2006	2017	Diferença no período 1995-2017	
				Total	%
Lavouras temporárias	6.781	6.263	5.093	-1.688	-24,9%
Lavouras permanentes	2.179	2.209	1.971	-208	-9,6%

Fonte: elaboração da autora com base em IBGE (1995; 2006; 2017)

Nos ramos de atividades agrícolas, entre 1995 e 2017, o número de pessoal ocupado em lavouras temporárias diminuiu em 24,9%. Se em 1995 a produção de lavouras temporárias demandava 6,78 milhões de trabalhadores, em 2017 esse número reduziu-se para 5,09 milhões, liberando 1,68 milhões de postos de trabalho. Já as lavouras permanentes, que em 1995 tinham demanda para 2,17 milhões de postos de trabalho, em 2017 reduziram-se a 1,97 milhões, liberando 208 mil vagas de trabalho, uma redução equivalente a 9,6%.

Se por um lado os postos de trabalho em meio rural diminuíram, por outro, a área dos estabelecimentos agropecuários vem crescendo progressivamente. Os dados da Tabela 3, que foi elaborada a partir de dados dos Censos Agropecuários de 1970 a 2017, apresentam série histórica da área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de atividades agrícolas. Os grupos estão organizados em ordem decrescente em relação à área que tinham em 2017, apresentando no topo da tabela as atividades que ocupam maior área.

**Tabela 3** - Área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil (milhares de hectares)

	1970	1980	1995	2006	2017	Diferença no período 1970-2017	
						Total	%
<b>TOTAL Agropecuária</b>	294.145	364.854	353.611	333.680	351.290	57.144	19,4%
Pecuária e criação de outros animais	152.569	211.442	213.912	221.780	223.711	71.142	46,6%
Lavouras temporárias	25.999	38.632	63.003	74.847	91.409	65.410	251,6%
Florestas plantadas	1.658	5.016	5.396	4.734	14.225	12.567	757,9%
Lavouras permanentes	7.984	10.472	17.170	17.433	14.129	6.145	77%
Matas naturais/ Florestas nativas	56.223	83.152	88.897	95.307	4.674	51.550	-91,7%

Fonte: elaboração da autora com base em IBGE (1970; 1980; 1995; 2006; 2017).

A pecuária e a criação de outros animais estão no ápice do ranking de ocupação de terras, ocupando 223,71 milhões de hectares em 2017, configurando-se como a produção agropecuária que ocupa maior área e representando 63,68% da área total dos estabelecimentos agropecuários. As lavouras temporárias ocupam a segunda maior porção de terras na classificação das atividades agropecuárias. Com 91,40 milhões de hectares em 2017, as lavouras temporárias abarcavam 26% das terras utilizadas por estabelecimentos agropecuários em 2017. Se em 1970 as lavouras temporárias ocupavam 25,99 milhões de hectares, até 2017 essas lavouras cresceram na proporção de 251,58%, em um período de quase seis décadas.

Em terceiro lugar em termos de área estão as florestas plantadas, que em 2017 atingiram 14,22 milhões de hectares. Em 1970 os estabelecimentos para esse cultivo somavam área de 1,65 milhões de hectares, apresentando um espantoso crescimento de 757% no período 1970-2017. As áreas de lavouras permanentes cresceram 77% no mesmo período; em 1970 conformavam 7,98 milhões de hectares, e em 2017 somavam área de 14,12 milhões. Importante ressaltar que o único ramo de cultura agrícola que decresceu nos estabelecimentos agropecuários foi o de florestas nativas. Se na década de 1970 as florestas nativas nesses estabelecimentos eram 56,22 milhões, esse número decresceu vertiginosamente em uma proporção de 91,96%, chegando no ano de 2017 com apenas 4,67 milhões de hectares. Além do processo

de desmatamento de terras para utilização na agropecuária, esse grande decréscimo pode estar relacionado a uma mudança metodológica nos levantamentos de florestas produzidos pelo IBGE, que até 2006 eram identificadas como “matas naturais” e a partir de 2017 foram denominadas “florestas nativas”.

Enquanto as posições de trabalho no ramo da pecuária e criação de animais mais do que dobraram, a extensão de terras ocupadas nessa atividade também cresceu, embora não na mesma proporção. As posições de trabalho do ramo da pecuária cresceram 136,18% no período de 1970 a 2017 enquanto a área de estabelecimentos deste ramo cresceu 46,63%. O cenário das atividades agrícolas é muito diferente: se por um lado as posições de trabalho diminuíram nas lavouras temporárias e permanentes, a área dos estabelecimentos agrícolas cresceu progressivamente.

Ao analisar os dados sobre dos trabalhadores do campo (Tabelas 1 e 2) e das dimensões de área territorial ocupadas pelas atividades agropecuárias (Tabela 3), é possível apreender uma mudança na proporção de trabalhadores por extensão de terras.

**Quadro 1 - Área de estabelecimentos e pessoal ocupado (milhares/trabalhador)**

		1995		2017		Diferença 1995-2017 Área/ Trabalhador
		Área/ Trabalhador		Área/ Trabalhador		
Estabelecimentos agropecuários	Área	353.611	19,7	351.290	23,2	-15%
	Pessoal ocupado	17.931		15.105		
Lavouras temporárias	Área	63.003	9,3	91.409	17,9	-48%
	Pessoal ocupado	6.781		5.093		
Lavouras permanentes	Área	17.170	7,8	14.129	7,2	0,08%
	Pessoal ocupado	2.179		1.971		
Pecuária e criação de outros animais	Área	213.912	44,3	223.711	32,7	35%
	Pessoal ocupado	4.830		6.831		

Fonte: elaboração da autora com base em IBGE (1970; 1980; 1995; 2006; 2017).

Em duas décadas a proporção de trabalhadores em estabelecimentos agropecuários rurais reduziu-se na proporção de 15%. Se em 1995 havia um trabalhador para cada 19,7 hectares nos estabelecimentos agropecuários, em 2017 a razão é de um trabalhador a cada 23,2 hectares. Nas lavouras temporárias houve uma redução rigorosa: em duas décadas, 48% da força de trabalho campesina foi suprimida, se em

1995 havia um trabalhador a cada 9,3 hectares, em 2017 esse trabalhador dava conta de 17,94 hectares. Nas lavouras permanentes essa razão se transformou de um trabalhador por 7,8 hectares para 1 trabalhador a cada 7,2 hectares, apresentando pequeno aumento de 0,8%. No ramo da pecuária e criação de outros animais houve crescimento de pessoal ocupado: se em 1995 um trabalhador correspondia a 44,3 hectares de terra, em 2017 esse mesmo trabalhador dá conta de uma área menor, 32,7 hectares, o que representa um aumento de 35% na relação área/trabalhador.

Se por um lado os estabelecimentos agropecuários, ao modernizar-se, liberam mão-de-obra dos meios rurais, especialmente nos estabelecimentos de culturas temporárias, por outro lado os centros urbanos que concentram espaços agroindustriais demandam trabalhadores agrícolas, em um processo de transferência de trabalho agrícola do espaço rural ao espaço urbano na produção de insumos, nas agroindústrias e nos serviços. Esses postos de trabalho urbanos, no entanto, exigem elevados níveis de escolarização para sua ocupação, exigências essas que não são compatíveis com o grau de escolaridade dos trabalhadores rurais agrícolas. A Tabela 4 organiza o pessoal ocupado por segmento do agronegócio:

**Tabela 4** - Pessoal ocupado no agronegócio por segmento

	2012		Julho a Setembro 2019	
Agronegócio Total (A+B+C+D)	19.492.500	100,00%	18.331.802	100,00%
A) Insumos	174.562	0,90%	231.889	1%
B) Agropecuária	9.886.984	50,72%	8.287.245	45%
C) Indústria	4.046.651	20,76%	3.900.579	21%
D) Serviços	5.384.304	27,62%	5.912.089	32%
Total de Pessoal Ocupado no Brasil	89.064.176		93.800.646	
Percentual de Pessoal Ocupado Trabalhando no Agronegócio	21,89%		19,54%	

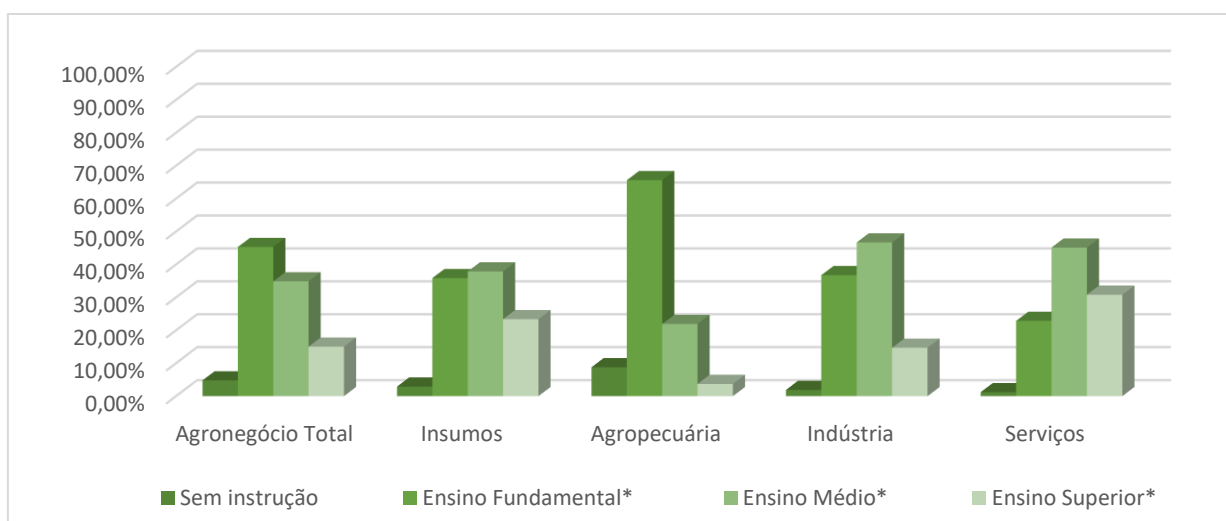
Fonte: elaboração da autora com base em Barros *et al* (2019b).

A fração de população ocupada no setor produtivo do agronegócio atualmente representa 1/5 da população total brasileira, apresentando decréscimo de 2,35% no período entre 2012 e julho a setembro de 2019. Trabalhadores dos segmentos de indústria, serviços e insumos conformam 54% do total de pessoas ocupadas no agronegócio. Dentro das cidades, o segmento do agronegócio que mais emprega é o de serviços, representando 32% das vagas dos trabalhadores do agronegócio. Isso representa uma mudança de paradigma do trabalho agrícola à medida que este é, no

primeiro quartil do século XXI, realizado majoritariamente dentro das cidades e por trabalhadores urbanos.

Esses postos de trabalhos agrícolas urbanos exigem maior grau de especialização que os demandados por postos de trabalho agrícolas no meio rural. A Figura 6 apresenta em gráfico os graus de escolaridade do pessoal ocupado nos segmentos do agronegócio por faixas de cor, que vão do verde escuro (para os trabalhadores sem instrução, ao verde claro, para aqueles que possuem ensino superior, passando pela faixa de trabalhadores com ensino fundamental, em verde médio, e trabalhadores com ensino médio, em verde oliva). Esse levantamento inclui os trabalhadores que concluíram ou realizaram parcialmente cada etapa da escolarização com base em dados de 2019.

**Figura 6** - Escolaridade do pessoal ocupado no agronegócio em 2019.



Fonte: elaboração da autora com base em Barros *et al* (2019b).

No trabalho agropecuário rural, a grande maioria, 65,2%, dos trabalhadores são escolarizados até o ensino fundamental, enquanto 21,92% estudaram até o ensino médio. A maior parcela dos trabalhadores sem instrução, dentre os trabalhadores do agronegócio, está na agropecuária, uma taxa de 8,77% dos trabalhadores. Já os segmentos urbanos da cadeia produtiva do agronegócio contratam mais trabalhadores escolarizados até o ensino médio. Os trabalhadores escolarizados até o ensino médio representam 37,7%, 46,7% e 45,1% do pessoal empregado no ramo de insumos, indústrias e serviços, nessa ordem.

O segmento de serviços é o que contrata mais trabalhadores com ensino superior, uma taxa de 26,71% dos empregados totais desse segmento. No ramo de serviços,



que emprega a maior parte dos trabalhadores do agronegócio nas cidades, os trabalhadores escolarizados com ensino médio e superior representam, somados, 75,93% dos empregados no segmento de serviços do agronegócio; os não escolarizados e aqueles que estudaram até o ensino fundamental são minoria, 24,07% dos trabalhadores dos serviços do agronegócio. Em todos os segmentos os trabalhadores não escolarizados representam menos de 10% dos contratados.

Os dados sobre a escolaridade das pessoas empregadas no agronegócio permitem apreender que a transferência e criação de postos de trabalho agrícolas na cidade não representa oportunidade de emprego para os camponeses que migram aos espaços urbanos. Isso porque as exigências de especialização impostas pelos segmentos urbanos do agronegócio não são compatíveis com as oportunidades de escolarização que os trabalhadores rurais, em geral, possuem no campo. A necessidade de altos graus de escolarização nos segmentos urbanos desse setor produtivo atua como barreira para aquisição de empregos pelos camponeses que imigram à cidade. O pensamento de senso comum do trabalho agrícola tecnológico, no entanto, mantém o discurso de que o trabalho modernizado é mais eficiente e também mais seguro para o trabalhador; a insegurança, no entanto, reside na diminuição e precarização de seus postos de trabalho.

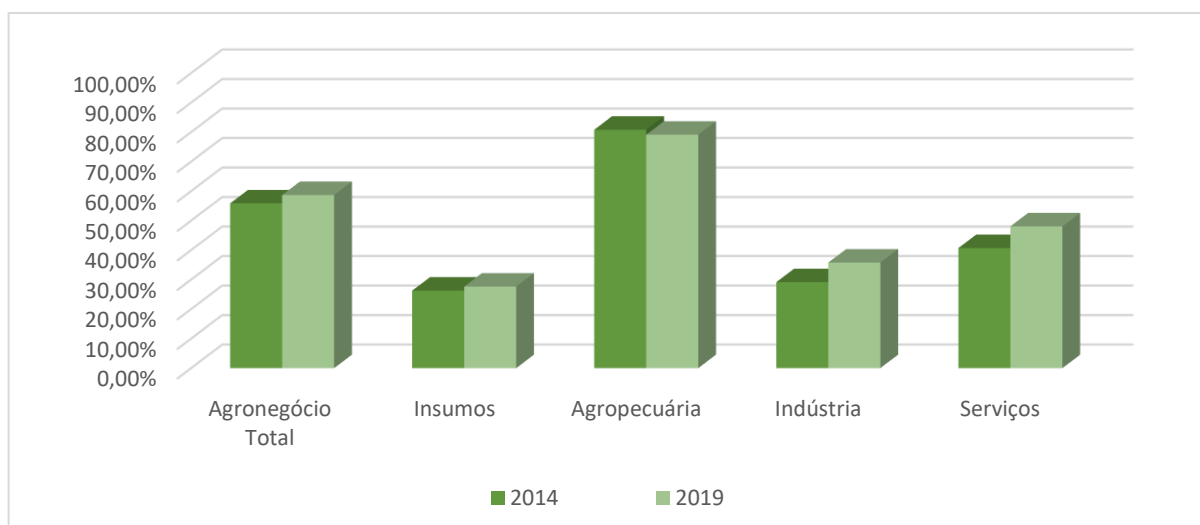
Ainda que as taxas de desemprego nos espaços urbanos não metropolitanos sejam menores que as das metrópoles – 7,5% e 8,4%, respectivamente (IPEADATA, 2014) – os trabalhadores das cidades do agronegócio enfrentam outro fator de instabilidade empregatícia: a informalidade. O grau de informalidade em áreas urbanas não metropolitanas, em 2014, era de 47,5%, muito elevado se comparado à informalidade nas regiões metropolitanas, cuja taxa é de 38,8%. O grau de informalidade é calculado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) produzida pelo IBGE. Pela definição I do IPEA, o grau de informalidade é a razão entre a) a soma dos (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) sobre b) a soma dos (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) (DISOC/IPEA, 2018), não contabilizando os empregadores. A Tabela 5 apresenta o grau de informalidade dos segmentos do agronegócio, foi elaborada de acordo com a definição I de informalidade do IPEA e dados de Barros *et al* (2019b), pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA).

**Tabela 5** - Grau de informalidade dentre os trabalhadores do agronegócio.

	% a	2014		jul - set 2019		
		% b	a/b	% a	% b	a/b
Agronegócio Total (A + B + C + D)	46,69%	83,63%	55,83%	50,28%	85,70%	58,67%
A) Insumos	22,32%	84,97%	26,27%	23,63%	85,50%	27,64%
B) Agropecuária	64,45%	79,75%	80,81%	66,26%	83,74%	79,13%
C) Indústria	27,53%	94,51%	29,13%	33,52%	93,66%	35,79%
D) Serviços	33,29%	81,80%	40,69%	39,98%	83,22%	48,04%
Brasil	41,21%	84,51%	48,77%	46,25%	84,72%	54,59%

Fonte: elaboração da autora com base em Barros *et al* (2019b).

No sistema do agronegócio o grau de informalidade supera as taxas de informalidade das regiões não metropolitanas, aumentando de 55,8% em 2014 a 58,6% em 2019. O segmento rural, agropecuário, apresenta o mais alto grau de informalidade dentre todos, com 79,13% de informalidade em 2019. O segmento que possui segundo maior grau de informalidade em 2019 é o de serviços, com 48% de informalidade, seguido pelo industrial, com 35,8% de informalidade em 2019, e pelo segmento de insumos, com 27,6% de informalidade. Em 2019, o grau de informalidade do segmento agropecuário, de 79,1%, supera o grau de informalidade do geral de trabalhadores brasileiros, que era de 54,6%, e o segmento da agroindústria se aproxima, com 48%, apenas seis pontos percentuais a menos que o grau de informalidade do Brasil. A Figura 7 apresenta em gráfico o percentual de trabalhadores informais em cada um dos segmentos do agronegócio.

**Figura 7** - Grau de informalidade nos segmentos do agronegócio.

Fonte: elaboração da autora com base em Barros *et al* (2019b).

A taxa de informalidade do segmento agropecuário, a maior taxa dentre todos os segmentos, reduziu-se em menos de um ponto percentual no período 2014-2019, mantendo-se estável, em torno de 80%. As taxas de informalidade de todos os segmentos urbanos do agronegócio elevaram-se no período 2014 a julho-setembro de 2019; o segmento cuja taxa de informalidade mais se elevou percentualmente foi o de serviços, aumentando em 8%, seguido pela indústria, com elevação de 6,7% e de insumos, com menos de 1% de acréscimo.

Os dados indicam que a acessibilidade dos empregos no agronegócio urbano é menor para as pessoas de baixa escolaridade, muitos dos quais camponeses migrantes. A urbanização do agronegócio não só encolheu profundamente as vagas de trabalho no campo, mas também deslocou populações do campo à cidade com a expectativa de empregabilidade. Esses migrantes, se por um lado ficaram à margem das possibilidades empregatícias nas cidades do agronegócio, por outro lado estão vulneráveis a graus de informalidade dos empregos urbanos do agronegócio.

Empregadas com baixos salários, desempregadas ou trabalhando na informalidade, assim como nas grandes cidades urbanizadas da faixa litorânea em função da industrialização, o salário que paga as classes mais pobres não inclui o valor da moradia (MARICATO, 1979). Em função da falta de renda necessária de parte da população para cumprir os trâmites jurídico-urbanísticos que implicam uma residência regularizada ou de aluguel, torna-se alternativa viável para a população pobre a ocupação de terras e a formação de favelas.

### **3.2) EMERGÊNCIA DAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO**

Aspectos da urbanização associados à incidência de déficit habitacional e inadequação domiciliar nas cidades médias do agronegócio são analisados nesse item. Na década de 2010 essas cidades apresentavam funções de polarização regional e alto grau de urbanização, portanto, têm maior propensão de apresentar desigualdades socioespaciais. As cidades que fazem parte desse estudo são Passo Fundo (RS), Piracicaba (SP), Petrolina (PE), Mossoró (RN), Dourados (MS), Sinop (MT) e Barreiras (BA), cidades eleitas para esse estudo por serem teorizadas como algumas das cidades do agronegócio brasileiras por Elias e Pequeno (2007) que se enquadram no conceito de cidade média. A hierarquia regional (IBGE, 2007) gradua

os centros urbanos em cinco macro categorias, que por sua vez se subdividem: Metr opoles, Capital Regional, Centro Sub-regional, Centro de Zona e Centro Local. As capitais regionais, em seus contextos locais, são comparáveis às metr opoles por se relacionarem com centros superiores na hierarquia urbana e funcionarem como um polo de influência para sua região (IBGE, 2007). A Tabela 6 caracteriza os municípios estudados em rela o a sua popula o, a propor o de popula o urbana no município e sua hierarquia na rede urbana brasileira.

**Tabela 6** - Urbaniza o e hierarquia regional das cidades médias do agronegócio.

Município	Popula�o Total em 2010	% Popula�o Urbana em 2010	Hierarquia na Rede Urbana em 2007
Passo Fundo (RS)	184.826	97%	Capital Regional B
Piracicaba (SP)	364.571	97%	Capital Regional C
Dourados (MS)	196.035	92%	Capital Regional C
Mossoró (RN)	259.815	91%	Capital Regional C
Barreiras (BA)	137.427	90%	Capital Regional C
Petrolina (PE)	293.962	74%	Capital Regional C
Sinop (MT)	113.099	83%	Centro Sub-regional A

Fonte: elabora o da autora sobre IBGE (2007; 2011b).

Se utilizarmos a tabela acima como uma base para classificar as cidades médias do agronegócio de acordo com sua taxa de urbaniza o e sua hierarquia urbana, Passo Fundo   o município que concentra ao mesmo tempo a maior taxa de urbaniza o, 97%, e a posi o hierárquica regional mais elevada, considerada Capital Regional B. Piracicaba tem também 97% de popula o urbana, estando na posi o hierárquica de Capital Regional C. Dourados, Mossoró, Barreiras e Petrolina estão na mesma classifica o hierárquica de Capital Regional C, com índices de urbaniza o de 92%, 91%, 90% e 74%, nessa ordem. Sinop   classificada como Centro Sub-regional e tem 83% de popula o urbana.

O Quadro 2, elaborado com dados de popula o municipal (IBGE, 2011a), apresenta a rela o entre popula o total e popula o urbana no Brasil e nas cidades supracitadas no período que vai de 1960 a 2010, desde o início do processo de moderniza o da agricultura no Brasil até o mais recente censo demográfico realizado, dados que possibilitam uma aproxima o ao processo de urbaniza o desses municípios.

**Quadro 2** - População Urbana: Brasil e Cidades Médias do Agronegócio (em milhares)

Município			Brasil	Piracicaba (SP)	Petrolina (PE)	Mossoró (RN)	Dourados (MS)	Passo Fundo (RS)	Barreiras (BA)	Sinop (MT)
1960	Total	Total	70.070.457	116.190	35.517	57.690	84.955	93.179	37.378	...
		Urbana	31.303.034	82.303	15.643	41.476	16.468	50.559	10.174	...
		% Urbana	44,67%	70,83%	44,04%	71,89%	19,38%	54,26%	27,21%	...
1970	Total	Total	94.508.583	152.505	61.252	97.245	79.186	93.850	20.864	...
		Urbana	52.904.744	127.776	38.189	79.302	31.625	70.737	9.760	...
		% Urbana	55,98%	83,78%	62,35%	81,55%	39,94%	75,37%	46,78%	...
1980	Total	Total	121.150.573	214.307	104.297	145.981	106.500	121.155	41.454	19.891
		Urbana	82.013.375	197.881	74.828	122.936	84.854	105.472	30.055	8.590
		% Urbana	67,70%	92,34%	71,75%	84,21%	79,68%	87,06%	72,50%	43,19%
1991	Total	Total	146.917.459	283.833	175.406	192.267	135.984	147.318	92.640	38.374
		Urbana	110.875.826	269.961	125.273	177.331	122.856	137.288	70.870	33.253
		% Urbana	75,47%	95,11%	71,42%	92,23%	90,35%	93,19%	76,50%	86,66%
2000	Total	Total	169.590.693	329.158	218.538	213.841	164.949	168.458	131.849	74.831
		Urbana	137.755.550	317.374	166.279	199.081	149.928	163.764	115.784	67.706
		% Urbana	81,23%	96,42%	76,09%	93,10%	90,89%	97,21%	87,82%	90,48%
2010	Total	Total	190.755.799	364.571	293.962	259.815	196.035	184.826	137.427	113.099
		Urbana	160.925.792	356.743	219.172	237.241	181.005	180.120	123.741	93.753
		% Urbana	84,36%	97,85%	74,56%	91,31%	92,33%	97,45%	90,04%	82,89%

Fonte: elaboração da autora com base em IBGE (2011b).

Dentre os municípios estudados, aqueles que tinham mais altas taxas de urbanização, já nos anos 1960, são Piracicaba e Mossoró, ambas com índices próximos de 71%, muito elevadas se comparadas à taxa de população urbana do país (44,67%), com menos de 45% de pessoas vivendo nos centros urbanos nesse período. A taxa de urbanização do território nacional também é superada nesse momento pela cidade de Passo Fundo, com 54% de população urbana, e praticamente igualada pela taxa de urbanização de Petrolina, com 44% de população urbana. Barreiras e Dourados eram municípios predominantemente rurais, com 27% e 19% de população urbana na década de 1960. Sinop passa a figurar nos dados a partir da década de 1980, visto ter sido fundada em meados da década de 1970 no processo de colonização do centro-oeste do país, carregando em seu nome a sigla da empresa colonizadora: Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP). Fundada como vila em 1974, foi

destino de muitos imigrantes em 1975; teve seu distrito fundado em 1976 e foi emancipada como município em 1979<sup>13</sup>.

Na década de 1970, Barreiras, Dourados, Passo Fundo e Petrolina aumentaram seus índices de urbanização em até 20% em relação ao período anterior, alcançando 47%, 40%, 75% e 62%, respectivamente. Piracicaba e Mossoró viram seus índices de urbanização crescer em até 13%, com 84% e 82% de população vivendo nas cidades. Passo Fundo, Petrolina, Piracicaba e Mossoró tem taxas mais altas de urbanização que a totalidade do país, que chega a 56%.

Dourados, o município menos urbanizado em 1960 (19%), na década de 1980 praticamente se equipara aos municípios mais urbanizados, atingindo o índice de 80% de população urbana, índice que dobrou desde a década de 1970 (40%). Barreiras e Petrolina atingem os 72% de urbanização na década de 1980, crescendo 25% e 10%, nessa ordem. Mossoró é o município cuja população urbana cresce menos proporcionalmente no período 1960-1970: 3%, chegando a 84% de taxa de urbanização. A população urbana de Passo Fundo e Piracicaba cresce pouco mais de 10%, atingindo 87% e 92% de índices de urbanização, nessa ordem. Em 1980 Sinop, pouco mais de cinco anos de ter sido fundada e apenas um ano após sua emancipação como município, apresentava 43% de população urbana.

Na década de 1990 a população urbana de SINOP tinha dobrado, de 43% a 87%, o que representa o maior aumento percentual no período de uma década no intervalo analisado, de 1960 a 2010. A cidade de Dourados foi a segunda que mais cresceu proporcionalmente, um aumento de 10% no período 1980-1991, chegando a 90% de população urbana. Mossoró aumentou em 8% sua taxa de urbanização, chegando a 92%, taxa aproximada daquela apresentada por Passo Fundo, 93%, que cresceu 6% em uma década. Piracicaba e Barreiras cresceram entre 3% e 4%, chegando a 95% e 76% de população urbana, nessa ordem, e Petrolina manteve-se estável em 71%. Em 1991, Piracicaba, Passo Fundo, Mossoró e Dourados equiparavam suas taxas de urbanização, todas apresentando mais de 90% de população urbana.

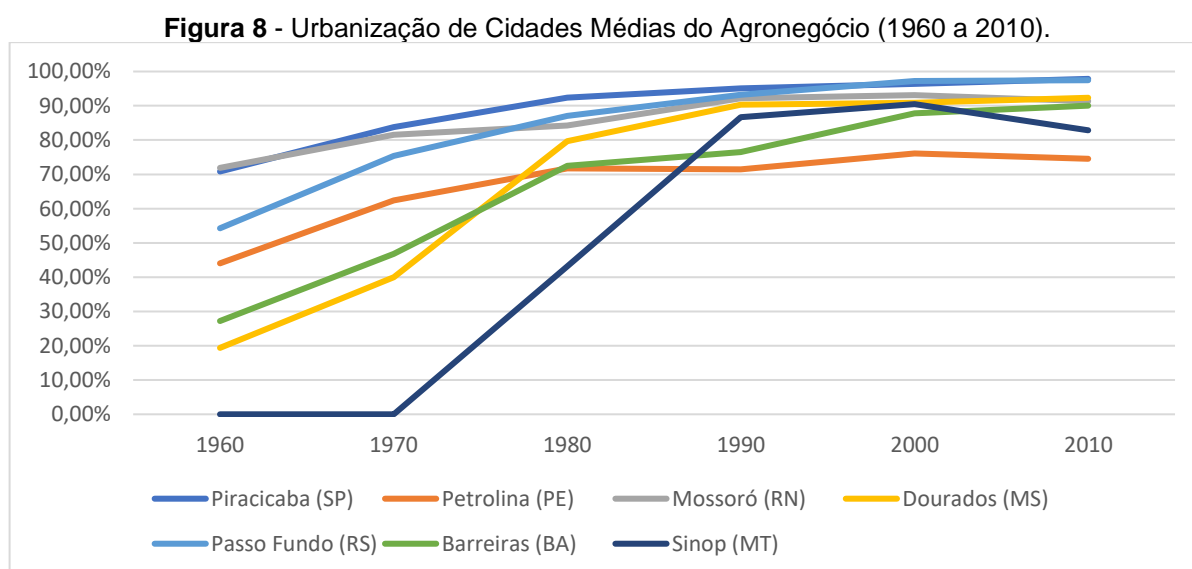
Na década de 2000 Barreiras foi a cidade que mais cresceu, aumentando sua proporção de população urbana em quase 10%, chegando a 87%. Petrolina teve

---

<sup>13</sup> Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/sinop.pdf>>. Acesso em 05/04/2020.

aumento em sua urbanização na taxa de 5%, chegando a 76% de população urbana. Os demais municípios analisados cresceram pouco ou mantiveram estáveis seus índices de urbanização. Dourados ficou estável com 90% e Piracicaba e Mossoró cresceram 1% cada, chegando a 96% e 93% de população urbana, respectivamente. Sinop e Passo Fundo cresceram 6% e 4%, chegando a 90% e 97% de população urbana, nessa ordem. Na década de 2000, Passo Fundo era o município mais urbanizado do grupo em análise.

Em 2010, tanto Passo Fundo quanto Piracicaba equiparavam-se com os maiores índices de urbanização do grupo de municípios estudados: 97%, seguidas por Dourados, Mossoró e Barreiras, com 92%, 91% e 90% de população urbana. Dourados e Barreiras, duas capitais das fronteiras agrícolas do centro-oeste e do MATOPIBA, nessa ordem, aumentaram seu índice em até 3%, enquanto o índice de urbanização de Mossoró diminuiu percentualmente em 2%. No período 2000-2010 também decresceu percentualmente o índice de urbanização de Petrolina, de 76% a 74%, e de Sinop, de 90 a 83%, ainda que suas populações urbanas tenham crescido em termos absolutos em 30% e 38%, o que indica um crescimento da população rural. A Figura 8 apresenta o gráfico com taxas de urbanização dos municípios em relação aos intervalos decenais:



Fonte: elaboração da autora com base em IBGE (2011b).

Com aproximadamente 71% de taxa de urbanização, Mossoró e Piracicaba eram as cidades mais urbanizadas do grupo na década de 1960, apresentando uma elevação nessa taxa de 20% e 26%, nessa ordem, que alcança 91% e 97% em 2010. Em

seguida está Passo Fundo, com 54% de população urbana em 1960, chegando a 97% em 2010, um aumento proporcional de 44%. A taxa de urbanização de Petrolina cresce em 30% no período 1960-2010, de 44% a 74%, mantendo-se na casa dos 70% desde a década de 1980 até 2010. A população urbana de Barreiras aumenta proporcionalmente em 63%, de 27% a 90% entre 1960-2010; a população urbana de Dourados salta em 73% no mesmo período, de 19% a 92%, maior aumento dessa série nesse interstício de tempo. A taxa de urbanização de Sinop, no intervalo entre 1980 e 2010, cresce 40%, vai de 43% a 83%.

Dentre os municípios em análise, apenas Passo Fundo, Piracicaba e Mossoró tenham espaços classificados como aglomerados subnormais, ainda que os espaços urbanos desses municípios apresentem desigualdades socioespaciais que podem ser analisadas a partir do déficit habitacional e da inadequação de domicílios. A Tabela 7 apresenta as quantidades absolutas e relativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios e está em ordem decrescente em relação à quantidade absoluta de déficit habitacional urbano, no topo a cidade de Piracicaba, com maiores índices, e abaixo a cidade de Sinop, com menores índices.

**Tabela 7** - Déficit habitacional e inadequação de domicílios (em milhares)

Município	Déficit Hab. Urbano	% Déficit Hab. Urbano	Inadeq. domicílios urbanos*	% Inad. domicílios urbanos*	Pop. Urbana (2010)	% Pop. Urbana (2010)
Piracicaba (SP)	12,3	11%	4,3	4%	356,7	97,8%
Mossoró (RN)	9,8	15%	22,6	34%	237,2	91,3%
Petrolina (PE)	9,7	16%	9,4	15%	219,1	74,5%
Dourados (MS)	6,3	11%	27,4	48%	181,0	92,3%
Passo Fundo (RS)	5,7	9%	25,6	42%	180,1	97,4%
Barreiras (BA)	5,3	15%	20,2	58%	123,7	90%
Sinop (MT)	3,3	11%	23,9	84%	93,7	82,9%

Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011a) e FJP (2013). \*Pelo menos um componente.

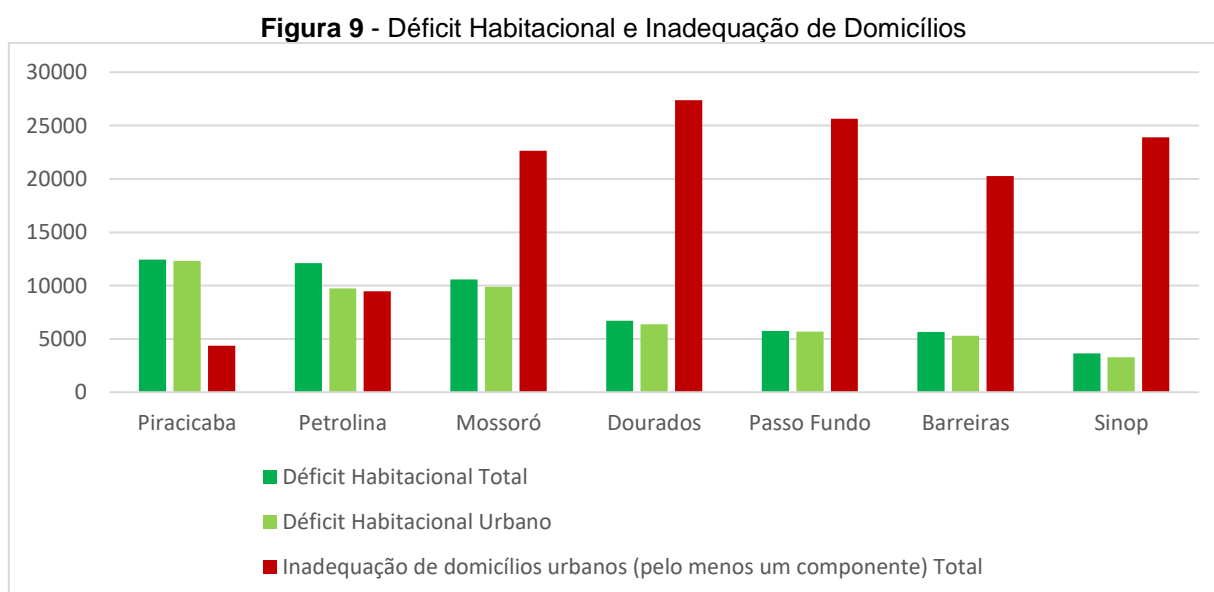
Piracicaba, a maior dentre as cidades de estudo, com 356 mil habitantes, apresenta também o maior índice de déficit habitacional urbano: 12.308 unidades, o que representa 11% dos domicílios, apresentando o menor número de domicílios urbanos com apenas um componente de inadequação domiciliar: 4.348, correspondente a 4%. Petrolina, o segundo município mais populoso, com 293 mil habitantes, apresenta o maior déficit habitacional urbano relativo: 16%, segundo maior déficit habitacional, 12.099 unidades, atrás apenas de Piracicaba, e quantidade absoluta aproximada na



taxa de déficit habitacional e inadequação: 9.724 e 9.453, nessa ordem. Mossoró, município com quase 260 mil habitantes, se aproxima de Petrolina em números absolutos e relativos em relação ao déficit habitacional: são 9,8 mil unidades em déficit, o que representa 15% do total de domicílios urbanos. Já o número de domicílios inadequados é bastante superior: são 22,6 mil unidades, o que representa 34% das moradias.

Dourados tem 6,3 mil domicílios considerados déficit habitacional, 11% dos domicílios da cidade, a inadequação domiciliar, no entanto, chega a 48% em 27,4 domicílios. Passo Fundo apresenta 9% de déficit habitacional, são 5,7 mil domicílios, com inadequação domiciliar de 42% das unidades de habitação. Barreiras, com 15% de déficit habitacional em 5,3 mil unidades, tem 58% de domicílios inadequados, são 20,2 mil unidades de domicílios inadequados. Sinop apresenta percentual de déficit habitacional de 11%, enquanto seu percentual de inadequação domiciliar é o maior de todos: são 84% de domicílios inadequados em um total de 23,9 mil moradias.

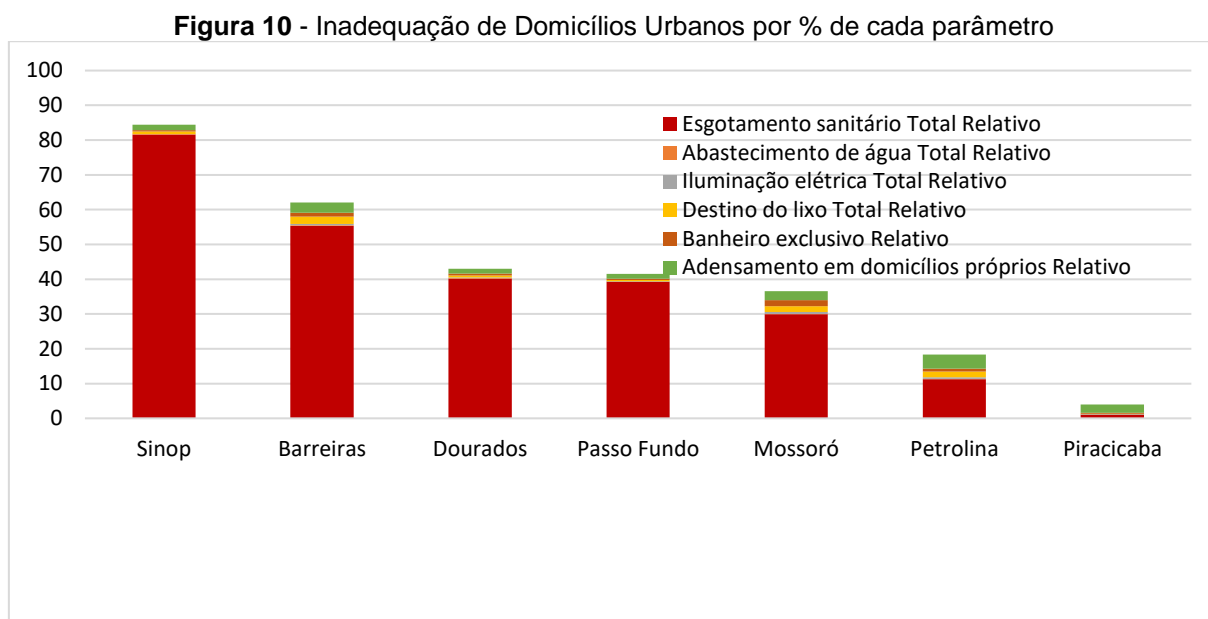
A fim de comparar a relação entre déficit habitacional e inadequação de domicílios, a Figura 9 apresenta gráfico que apresenta os números absolutos que se referem a esses dois índices nas cidades em estudo.



Fonte: elaboração da autora sobre FJP (2013).

Todos os municípios analisados estão em uma faixa de déficit habitacional que varia entre 9% e 15% dos domicílios. A maior discrepância está nos valores relativos de inadequação domiciliar, para os quais os mais altos índices estão em Sinop, com 84%, Barreiras, com 58%, Dourados, com 48% e Passo Fundo, com 42%. São as cidades

com menor número absoluto de população urbana, que varia entre 93,7 mil habitantes para Sinop a 181 mil habitantes em Dourados, e Mossoró, com 34%. Piracicaba, Petrolina e Mossoró tem índices relativos de inadequação de domicílios urbanos dentre 4%, 15% e 34%, nessa ordem, são os municípios cuja população urbana varia de 219 mil a 356 mil habitantes. A Figura 10 traz o gráfico dos elementos de inadequação domiciliar em cada município:



Fonte: elaboração da autora sobre FJP (2013).

Na maioria das cidades, Sinop, Barreiras, Dourados, Passo Fundo, Mossoró e Petrolina, o parâmetro que mais contribui para a inadequação dos domicílios é a falta de esgotamento sanitário. Apenas em Piracicaba esse não é o quesito que mais pesa, sendo o adensamento em domicílios próprios o parâmetro de maior proporção na inadequação de domicílios em Piracicaba, critério que, para os demais municípios, é o segundo parâmetro de importância na inadequação habitacional. O terceiro parâmetro que mais contribui para a inadequação domiciliar é o destino do lixo. Aparece com importância relativa nos municípios de Barreiras e Mossoró a falta de banheiro exclusivo. A iluminação elétrica e o abastecimento de água são fatores menos importantes na inadequação habitacional para todas as cidades em análise. A Figura 11 espacializa essas cidades médias do agronegócio em relação às temporalidades da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil.

**Figura 11** - Cidades médias do agronegócio brasileiras

Fonte: elaboração da autora sobre Vieira Filho (2016), Elias e Pequeno (2007) e Bing (2020).

Piracicaba, Passo Fundo, Mossoró e Petrolina são cidades inseridas em porções do território nacional associadas à expansão de fronteira agrícola até a década de 1970. Junto a Dourados, que está em território de expansão agrícola no centro-oeste dos anos 1980, no limiar entre as fronteiras dos anos 1970 e 1980, essas cinco cidades conformam as mais populosas dentre as analisadas, com população que varia entre 184 mil a 364 mil pessoas. As cidades menos populosas, com população de 113 mil a 137 mil pessoas, Sinop e Barreiras, se localizam na extremidade da fronteira agrícola dos anos 1980 e na fronteira agrícola dos anos 1990, nessa ordem. As cidades médias do agronegócio em estudo estão presentes em quatro regiões brasileiras: sul, sudeste, nordeste e centro-oeste. No mapa se destaca, em negativo, a região da Amazônia Brasileira, a mais recente fronteira agrícola brasileira<sup>14</sup>.

Como prosseguimento, o estudo aprofunda-se em duas cidades médias do agronegócio com os mais altos índices de urbanização: Passo Fundo e Piracicaba. São analisados dados acerca das favelas das cidades e produzidas cartografias em Sistema de Informação Geográfica (SIG) que espacializam as favelas e conjuntos habitacionais sobre dados socioespaciais pela malha de setores censitários (IBGE, 2011c) para produzir uma comparação por analogia da ampliação do padrão favela (MARZULO, 2005). Por utilizar os dados Censo Demográfico de 2010, o último disponível, os conjuntos habitacionais e favelas identificados após esse período não foram contabilizados no estudo da ampliação do padrão favela. Os critérios de análise para aferir a desigualdade nas cidades referem-se ao grau de adensamento excessivo ou à proporção de ligações de esgoto como indicadores de inadequação domiciliar para Piracicaba e Passo Fundo, visto configurarem-se como os critérios de maior índice no estudo sobre a inadequação habitacional nas cidades em estudo, e à renda familiar, como forma de aproximação à classe social da população; e à cor, relativa à racialização da população.

---

<sup>14</sup> Fonte: IBGE. Fronteira Agrícola – Amazônia Legal. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15976-fronteira-agricola-amazonia-legal.html>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

### **3.3) AMPLIAÇÃO DA FAVELA EM PIRACICABA E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS COMO ESPAÇOS DE CONCENTRAÇÃO DE DESIGUALDADES**

Núcleo urbano do setor sucroenergético brasileiro, o território que é associado ao município de Piracicaba se conformou a partir do movimento de interiorização pelos colonizadores portugueses que buscavam minérios no final do século XVII. Com o declínio das colônias de ouro, substituiu-se essa economia pela economia agrícola do açúcar. Nesse momento surgiram as primeiras propriedades privadas de plantações e engenhos de cana-de-açúcar (SPADOTTO, 2016).

Na metade do século XIX a indústria açucareira da cidade perdeu competitividade no mercado internacional, passando por um período de declínio, com engenhos e canaviais de baixa produtividade que utilizavam técnicas tanto rudimentares, como força motriz das águas, força animal e a força de trabalho de pessoas negras escravizadas. No final do século XIX foram implantados os Engenhos Centrais, máquinas à vapor que esmagariam mais cana em menos tempo e que possibilitariam a separação da atividade agrícola da industrial (ou de processamento). Nesse momento foram construídos os primeiros armazéns e implantada a ferrovia de Piracicaba ao porto de Santos, o que Spadotto (2016) define como a equipagem da cidade como sistema de objetos de Milton Santos. Nos anos 1930 passou por outro processo de modernização a partir da implantação de políticas do Estado Novo no governo Vargas como a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A reestruturação produtiva do açúcar, entre as décadas de 1930 a metade da década de 1960, resultou na formação dos primeiros complexos agroindustriais nacionais e teve como principais agentes os imigrantes italianos e alemães (SPADOTTO, 2016).

Na segunda metade da década de 1960 a indústria da cana entrou no período de modernização conservadora no qual foi criado o Plano de Expansão da Indústria Açucareira, uma medida de financiamento da produção do açúcar pelo governo federal, o que gerou grande acúmulo de dívidas. Como forma de contenção da superprodução decorrente do Plano de Expansão, foi criado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que em um primeiro momento propiciou a manutenção de empregos industriais enquanto o produto se manteve competitivo como combustível de automóvel, ainda que a partir de 1985 as indústrias da cidade tenham decaído pelo fato de terem sido encontradas novas reservas de petróleo no país. Decaindo a indústria sucroalcooleira reduziu-se a demanda por equipamentos e serviços para

essa indústria, causando desemprego e grande aumento do trabalho informal nos anos 1990 em Piracicaba (SPADOTTO, 2016).

A ocupação das primeiras favelas de Piracicaba se deu na década de 1970, a partir da atratividade que a cidade passou a exercer regionalmente ao fazer parte do processo de descentralização da industrialização brasileira (PEREIRA, 2012). Uma das classes de migrantes era a dos trabalhadores do ramo industrial que se estabeleceu na cidade, a outra a de camponeses que, repelidos de seus trabalhos e terras no campo, migraram à cidade para trabalhar em serviços da construção civil ou como boias-frias/trabalhadores volantes. Uma moradora de favela de Piracicaba explica o motivo da migração:

O povo vinha porque a coisa da cana tava muito difícil. O trabalho de boia-fria tava muito pesado e os donos (de terra) pagava muito pouco. Valia mais vim pra cidade e trabalhar na obra. Ganhava mais e era melhor pras crianças estudarem. O trabalho num era certo, mas sempre tinha alguma coisa. (Liderança da Associação de Favelados de Piracicaba em 2011 *in* PEREIRA, 2012, p. 62).

Seu depoimento relata um deslocamento à cidade pela precarização dos trabalhos agrícolas, pesados e mal pagos, e relaciona a vinda à cidade a uma oportunidade de trabalhar e de inserir seus descendentes no processo de escolarização. Na década de 1970, Piracicaba chegou a receber mais de 1.300 migrantes anualmente, com maioria vindo do estado de São Paulo (46%), enquanto outras parcelas da população vieram de Minas Gerais (26%), Paraná (13%), Bahia (9%) e outros estados (10%) (PEREIRA, 2012). Esses dados indicam uma forte polarização da cidade em relação aos municípios de estados limítrofes e uma atratividade à migração intraregional: do total de migrantes, a grande maioria, 72%, migraram da região sudeste.

Já no final da década de 1970 haviam 23 favelas em Piracicaba, habitadas por cerca de dez mil pessoas, e na década de 1990 o número de favelas subiu para 53, moradia de vinte e duas mil pessoas. Pereira (2012) relaciona o surgimento das favelas à concentração de terra em espaço rural, à atratividade da cidade aos mais pobres pela industrialização do espaço urbano e à especulação imobiliária que aumentava progressivamente os valores da terra. Ao mesmo tempo, coloca o poder público como parceiro do setor imobiliário quando promove remoções forçadas de favelas para a ocupação por empreendimentos imobiliários (PEREIRA, 2012).

Os primeiros núcleos de favelas surgiram em 1970 nas porções sudoeste da cidade, nos bairros Vila Cristina, Itapuã e Monte Líbano; sudeste, no bairro Piracicamirim; e noroeste, no bairro Algodal (PEREIRA, 2012, p. 61) e desde então tanto as favelas quanto os conjuntos habitacionais se expandiram desses bairros à periferia, em direção à linha limítrofe do perímetro urbano.

De acordo com o IBGE (2011a) em 2010 existiam 21 aglomerados subnormais em Piracicaba, nos quais viviam 103.736 pessoas. Na Tabela 8 consta a quantidade de domicílios e de moradores em espaços definidos como aglomerados subnormais em Piracicaba, agrupados em duas categorias: a) aglomerados subnormais com domicílios menos densos, de 3,5 a 3,9 moradores e b) aglomerados subnormais com domicílios mais densos, de 4 a 4,9 moradores por domicílio.

**Tabela 8** - Aglomerados subnormais em Piracicaba

Densidade Média Domiciliar	Quantidade AGSN	Domicílios	Moradores
de 3,5 a 3,9	13 <sup>15</sup>	2.352	8.969
de 4 a 4,9	8 <sup>16</sup>	1.193	4.983
Total Piracicaba	21	3.545	13.952

Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011a).

A categoria a), que concentra os domicílios menos densos, engloba a maioria de aglomerados subnormais, de domicílios e de moradores. Nessa categoria estão 13 aglomerados subnormais que concentram 2.352 domicílios, o que representa 66,3% do total de domicílios em aglomerados subnormais na cidade, e 8.969 moradores, 64,3% dos moradores residentes em espaços classificados como aglomerados subnormais. Na categoria b) estão incluídos 1.193 domicílios e 4.983 moradores, o que representa 33,7% de um total de 3.545 domicílios e 35,7% do total de 13.952 moradores em aglomerados subnormais na cidade.

Segundo levantamento do Instituto Polis (2007) para a revisão do Plano Diretor de Piracicaba, em 2007 haviam 42 favelas onde viviam 16.077 pessoas. Do total de 42 favelas em 2007, 13 haviam se formado na década de 1970 (31%), 11 na década de 1980 (26%), 1 na década de 1990 (2%), e para outras 17 não havia informação referente à data de ocupação (40%). Ou seja, a maioria das favelas (57%) existentes

<sup>15</sup> Os aglomerados subnormais cujas densidades domiciliares estão entre 3,5 e 3,9 são Algodal, Guamium, Jardim Borghesi, Jardim Camargo, Jardim Maria Cláudia, Jardim Planalto, Monte Branco, Monte Cristo, Monte Líbano, Parque Orlândia, Ponte do Caixão, Santo Antônio e Taiguara.

<sup>16</sup> Os aglomerados subnormais cujas densidades domiciliares estão entre 4 e 4,9 são Canta Galo I, Canta Galo II, Iaa-Bananal, Jaraguá, Jardim Glória, Nossa Senhora Aparecida, Tatuapé I e Tatuapé II.

em Piracicaba no ano de 2007 haviam se formado no período entre as décadas de 1970 e 1980. Em 2019, Piracicaba já continha 59 favelas<sup>17</sup> em seu tecido urbano (IPPLAP, 2019). A Tabela 9 organiza as favelas de Piracicaba de acordo com sua situação jurídica.

**Tabela 9 - Favelas de Piracicaba em 2007**

<b>Situação Jurídica</b>	<b>Nº Favelas</b>	<b>Nº Habitações</b>	<b>% Habitações</b>	<b>Nº Habitantes</b>	<b>% Habitantes</b>
Área Verde	33	2552	67,02%	10.663	66,32%
Área Verde e institucional	1	129	3,39%	550	3,42%
Área Verde e particular	3	78	2,05%	390	2,43%
Área Particular	1	102	2,68%	516	3,21%
Área Institucional Municipal	2	277	7,27%	1.151	7,16%
Área Estadual	1	11	0,29%	40	0,25%
Área em regularização	1	659	17,31%	2.767	17,21%
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>3808</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.077</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração da autora com base em Instituto Polis (2007).

No que se refere à situação jurídica, 37 favelas estão assentadas sobre áreas verdes (sendo três áreas verdes particulares e uma institucional), uma favela estava em processo de regularização (tendo sido regularizada em 2019), duas assentadas sobre área municipal, uma sobre área estadual e outra favela em processo de regularização. Dentre as favelas assentadas sobre áreas verdes, essas concentram 2.759 habitações, o que representa 72,46% do total de habitações e 11.603 dos habitantes, 72,17% do total de moradores. Quatro favelas estariam em áreas particulares (três das quais classificadas como áreas verdes), contabilizando 180 habitações e 906 habitantes, representando 4,73% das habitações e 5,64% do total de habitantes. Em áreas públicas (municipais e estaduais) estão assentadas 3 favelas somando 288 habitações e 1.091 habitantes, o que representa 7,56% do total de habitações e 7,41% de habitantes (POLIS, 2007). A grande maioria das favelas está sobre áreas verdes,

<sup>17</sup> As favelas de Piracicaba contabilizadas pelo IPPLAP em 2019 são Antúrios (removida); Núcleo Habitacional Algodoal e Vila Sônia (regularizadas); Nova Paulista e Vila Maria (a serem regularizadas); Jardim Algodoal (5ª parte), Vera Cruz, Frederico, Santa Rosa, Vila Bessy, Jardim Taiguara, IAA 1 e 2, Jandira, Maria Helena, Maria Cláudia, Javary, Parque Orlanda 1 e 2, Vila Fátima/Dona Luíza, Jardim Diamante, Vila Industrial / Jardim São Pedro, Guamium, MAF (Jardim Esplanada), Ingá (Vitória Régia), Pantanal, Monte Líbano, Jardim das Flores (Haiti), Belvedere, São Dimas, Jaraguá, Marques Cantinho, Nossa Senhora Aparecida, Dona Anésia, Patriotas, Nova Suíça, São Jorge, Maristela, Cantagalo, Caiuby, Precisão, Três Porquinhos, Parque dos Sabiás, Jardim Borghesi, Jardim Camargo, Jardim Glória, Jardim Conceição, Jardim Monte Branco, Jardim Monte Cristo, Portelinha, Jardim Tatuapé, Jardim Tóquio, Pereirinha (Bairrinho/Água do Macaco), Jardim Vitória, Jardim Planalto, Algodoal 2, Santo Antônio, Vila Cristina, Algodoal, Jatobá e DER.



espaços onde as construções não são regularizáveis e, por isso, não são terras disputadas pelo setor imobiliário.

No que diz respeito ao déficit habitacional em Piracicaba, a maior quantidade de inadequação de domicílios urbanos, ao ser analisada a partir das faixas de renda definidas: a) sem rendimento; b) com rendimento de 0 a 3 salários mínimos; c) com rendimento de 3 a 6 salários mínimos; d) com rendimento de 6 a 10 salários mínimos ou e) com rendimento de 10 salários mínimos ou mais; são os domicílios habitados por famílias que se encaixam no critério de renda domiciliar de 0 a 3 salários mínimos, consideradas nesse trabalho como a população de baixa renda. O déficit habitacional está presente em 43% dos domicílios onde vive a população de baixa renda. O adensamento domiciliar excessivo é fator mais expressivo de inadequação domiciliar, chegando a 61,05% dos domicílios inadequados. A inadequação domiciliar por quantidade de sanitários que não são conectados à rede de esgoto é o segundo fator mais crítico, com 26,23%. Os domicílios inadequados nos quais não há abastecimento de água encanada corresponde à 13,7%. Ainda, 5,53% dos domicílios inadequados não possuíam banheiro exclusivo; 4,02% destes não tinham iluminação elétrica, e 2,97% dos domicílios inadequados não teriam destinação de lixo adequada (FJP, 2013).

Em relação à produção de unidades habitacionais para suprir a demanda de déficit habitacional e desfavelizar a cidade, em Piracicaba foram construídos 31 conjuntos habitacionais entre as décadas de 1960 e 2010, contabilizando 12.785 unidades habitacionais. O Quadro 3 apresenta os dados relativos aos conjuntos habitacionais de Piracicaba construídos entre os anos de 1966 e 2006.

**Quadro 3** - Conjuntos habitacionais em Piracicaba entre 1966 e 2006.

<b>Período</b>	<b>Quant. conjuntos</b>	<b>Unidades</b>	<b>% unidades</b>	<b>Empreendedor</b>
1966	1 <sup>18</sup>	401	3,1%	COHAB Bandeirantes
1970	5 <sup>19</sup>	894	7%	COHAB Bandeirantes, EMDHAP e INOCOOP
1980	9 <sup>20</sup>	4.225	33%	Cooperativa de Araras, CECAP, Comercial e Construtora BALBO, PMP, INOCOOP, Programa Municipal de Habitação

<sup>18</sup> Jardim Primavera.

<sup>19</sup> Jardim Esplanada, Jardim Parque Jupia, Tatuapé I (Altos do Tatuapé), Jardim dos Ipês, Jardim Ipanema

<sup>20</sup> Pq. Res. 1º de Maio, Pq. CECAP - 1ª etapa, Res. Pq. Piracicaba, Pq. CECAP - 2ª etapa, Jardim Boa Esperança, Nova Pompéia, Jardim Novo Horizonte, Pq. Res. Eldorado I, Nova República

1990	11 <sup>21</sup>	5.251	41,1%	PMP, COHAB Bandeirantes, CDHU HABITAT e EMDHAP
2006	5 <sup>22</sup>	2.014	15,8%	EMDHAP
		12.785	100%	

Fonte: elaboração da autora sobre OTERO (2016).

Os dados do Quadro 3 apresentam uma periodização da implantação dos conjuntos habitacionais entre as décadas de 1960 e 2010, um processo que em seu início ainda era pouco expressivo, com a construção de um conjunto habitacional na década de 1960, que representa um percentual de 3,1% das unidades habitacionais populares existentes até o final da década de 2000. A maior quantidade de conjuntos habitacionais construída nesse interstício foi na década de 1990, quando foram edificadas 11 conjuntos habitacionais que, juntos, somam 5.251 unidades, 41,1% do total de moradias populares, seguido pela década de 1980, em que foram produzidas 4.225 unidades que representam 33% do total.

Prossegue-se a investigação a partir da espacialização de favelas e conjuntos habitacionais para analisar ampliação do padrão favela (MARZULO, 2005), mapeando as favelas da cidade a partir da delimitação de aglomerados subnormais do IBGE (2011) e dos levantamentos do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP, 2019) e a espacialização dos conjuntos habitacionais foi feita com base nos dados de Otero (2016). Essa camada de territorialidades, favelas e conjuntos habitacionais, é sobreposta a uma malha de setores censitários que coloca os dados desses setores em escala. As Figuras 12, 13 e 14 relacionam a localização das favelas e conjuntos habitacionais de acordo com o adensamento excessivo domiciliar, a quantidade de famílias de baixa renda e a quantidade de pessoas autodeclaradas não brancas por setor censitário, em um estudo que associa infraestrutura urbana, desigualdade de renda e desigualdade racial.

Na Figura 12 os setores censitários da cidade estão graduados a partir de uma escala de densidade domiciliar. Foram considerados domicílios densos aqueles nos quais vivem 5 pessoas ou mais a fim de identificar a mais alta densidade habitacional em favelas para extrapolar os números levantados como média domiciliar nas favelas de Piracicaba, que é de 3,9 pessoas por moradia (IBGE, 2011a).

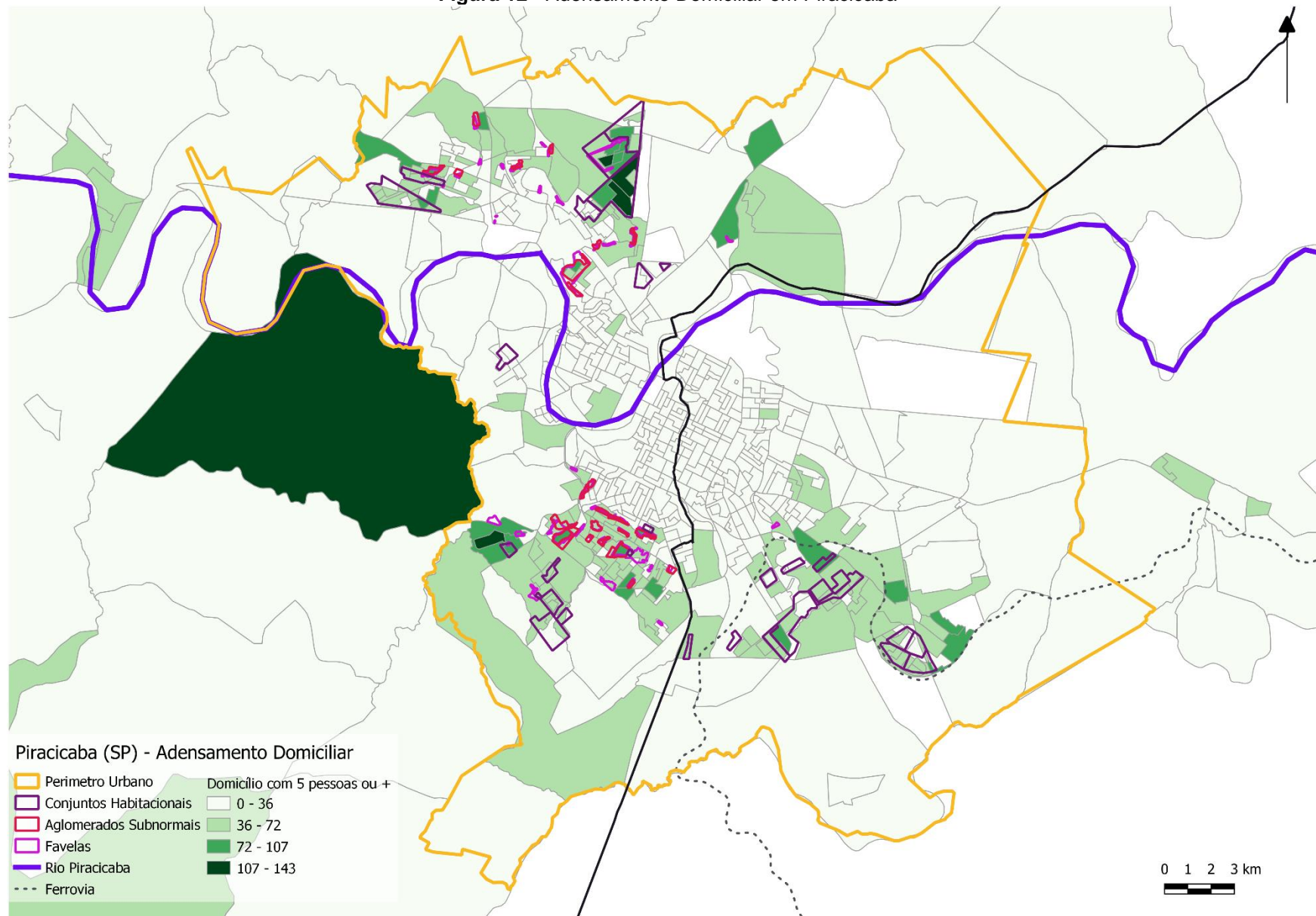
<sup>21</sup> Vila Industrial, Conj. Hab. Alvorada I, Conj. Hab. Alvorada II, Conj. Hab. Alvorada III, Pq. Res. Eldorado II, Jardim Vitória, Conj. Hab. Mário Dedini, Parque dos Sabiás, Vila Liberdade, Jardim Oriente, Conj. Hab. Bosques do Lenheiro

<sup>22</sup> Núcleo Jardim Santa Fé, Vila EMDHAP, Serra Verde, Santa Ana, Núcleo Jardim Gilda.

Na Figura 12 pode-se visualizar os espaços onde estão localizados as favelas e os conjuntos habitacionais em Piracicaba como três parcelas da cidade: a) parcela sudoeste, onde estão localizadas a maioria das favelas da cidade – as mais próximas geograficamente do centro da cidade – e alguns conjuntos habitacionais – mais distantes do centro e próximos da linha divisória perímetro urbano; b) parcela sudeste, onde está localizado um grande agrupamento de conjuntos habitacionais, apartado da zona central pela ferrovia, e c) parcela noroeste, onde há um grupamento composto por grandes conjuntos habitacionais e pequenas favelas, em termos de extensão de terras, grupamento mais distante do centro da cidade e apartado desse pelo Rio Piracicaba. O Rio Piracicaba está representado por uma linha azul, o perímetro urbano por uma linha amarela e a ferrovia por uma linha cinza escura tracejada.

Em uma variação de quatro intervalos iguais na escala de cores que vai de branco a verde escuro, a cor branca representa a) a primeira gradação na escala, os setores censitários que contém de 0 a 36 domicílios com 5 ou mais pessoas habitando a mesma residência, a cor verde claro representa b) a segunda gradação, setores censitários que contém de 36 a 72 domicílios com 5 ou mais pessoas habitando, a cor verde médio representa c) a terceira gradação da escala com 72 a 107 domicílios com 5 ou mais habitantes e a cor verde escura representa d) a quarta gradação na escala de setores censitários que abrigam de 107 a 143 domicílios com 5 moradores ou mais, representando a maior quantidade de domicílios densos nessa setorização.

Figura 12 - Adensamento Domiciliar em Piracicaba



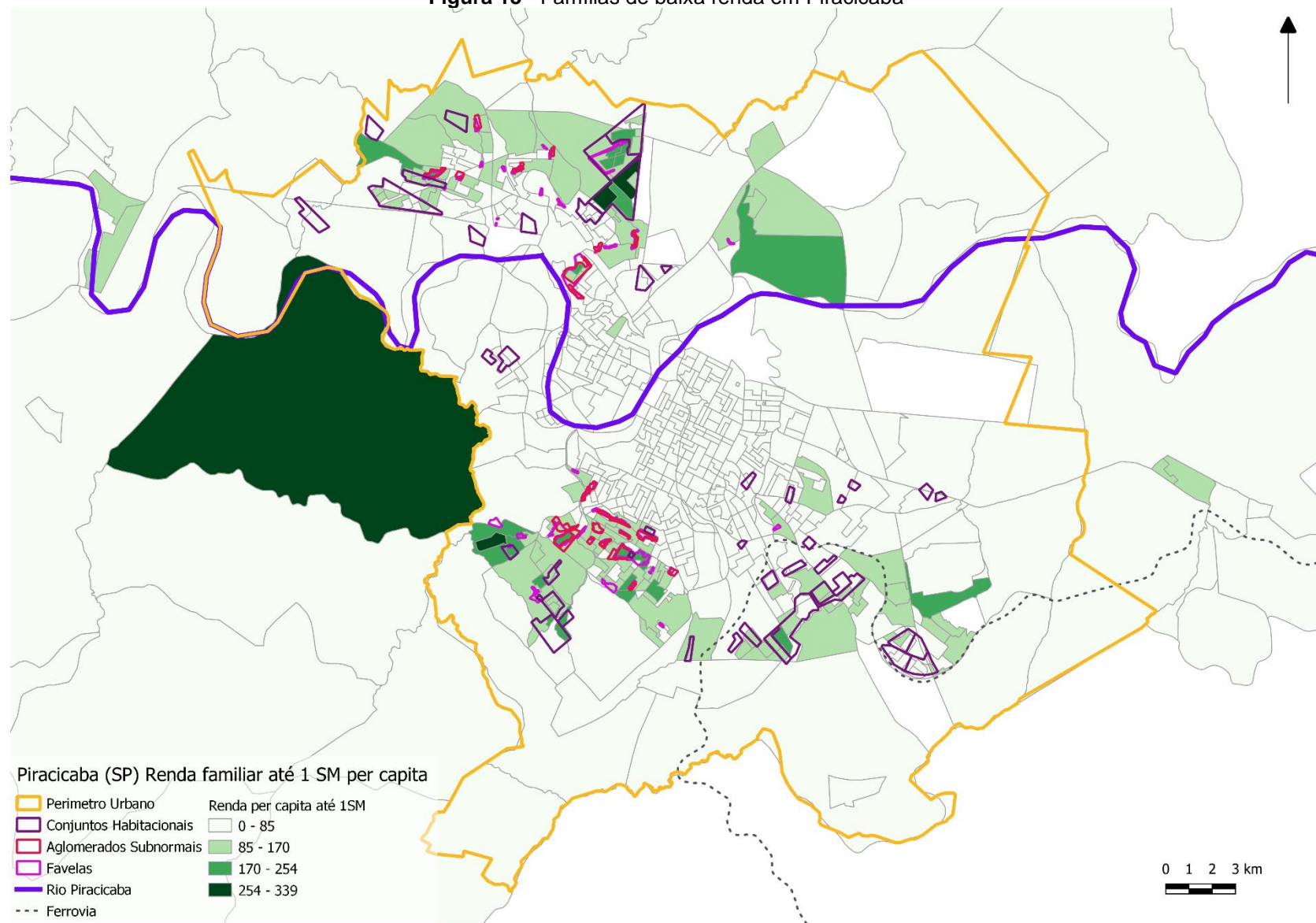
Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011a), Otero (2016) e IPPLAP (2019).

As bordas ao norte e ao sul da cidade, ambas distantes do centro e nas margens do tecido urbano, aproximadas ao perímetro urbano, são os espaços com maior taxa de domicílios adensados. As favelas localizadas na parcela sudoeste da cidade estão inseridas, em sua maioria, em setores censitários na gradação b), com 36 a 72 domicílios densos. A exceção nessas bordas são três favelas ao sul que constituem aglomerado subnormal e também setores censitários, MAF Jardim Esplanada, Jardim Tatuapé e Cantagalo, que estão na gradação c), concentrando de 72 a 107 domicílios densos. Essas favelas correspondem aos aglomerados subnormais Canta Galo I, Tatuapé II e Santo Antônio. O aglomerado subnormal Canta Galo I tem 247 domicílios particulares permanentes onde vivem 977 pessoas, em uma média habitacional de 4 moradores por domicílio. Na terceira gradação c) de densidade, ao menos 72 desses domicílios abrigam 5 pessoas ou mais, o que representa 30% das habitações do aglomerado subnormal; se 107 domicílios forem densos, são até 43% de domicílios mais densos do que a média de densidade encontrada no aglomerado subnormal.

Na parcela sudeste há a identificação de apenas uma favela, existente na cidade desde a década de 1970, conforme Pereira (2012, p. 61). Os conjuntos habitacionais da porção sudeste de Piracicaba estão localizados majoritariamente nos setores censitários da gradação b), que apresentam entre 36 e 72 domicílios densos, e três deles sobre setores censitários que estão na terceira gradação c), de densidade domiciliar, possuem entre 72 e 107 domicílios densos. Esses dados nos permitem concluir que na parte sul da cidade, favelas e conjuntos habitacionais estão em condições análogas no que diz respeito ao adensamento excessivo.

Na parcela noroeste chama a atenção a área de extensão dos conjuntos habitacionais; um deles se localiza sobre setores censitários com o mais alto índice de domicílios adensados d), havendo também sob o mesmo conjunto setores censitários que indica a terceira faixa de adensamento domiciliar, c). As favelas da parte noroeste da cidade, em sua maioria, estão localizadas sobre setores censitários que indicam a faixa b) de adensamento – de 36 a 72 habitações adensadas. Isso indica que na parte noroeste da cidade as favelas, a maioria irregulares no que diz respeito à legislação urbanística, apresentam melhores condições de habitação em relação à densidade do que os conjuntos habitacionais, regularizados e produzidos por instâncias governamentais. Ainda, a parcela nordeste da cidade apresenta dois setores censitários que se enquadram no terceiro grau de adensamento, c); sobre uma destas há uma pequena favela e não há conjuntos habitacionais.

Figura 13 - Famílias de baixa renda em Piracicaba



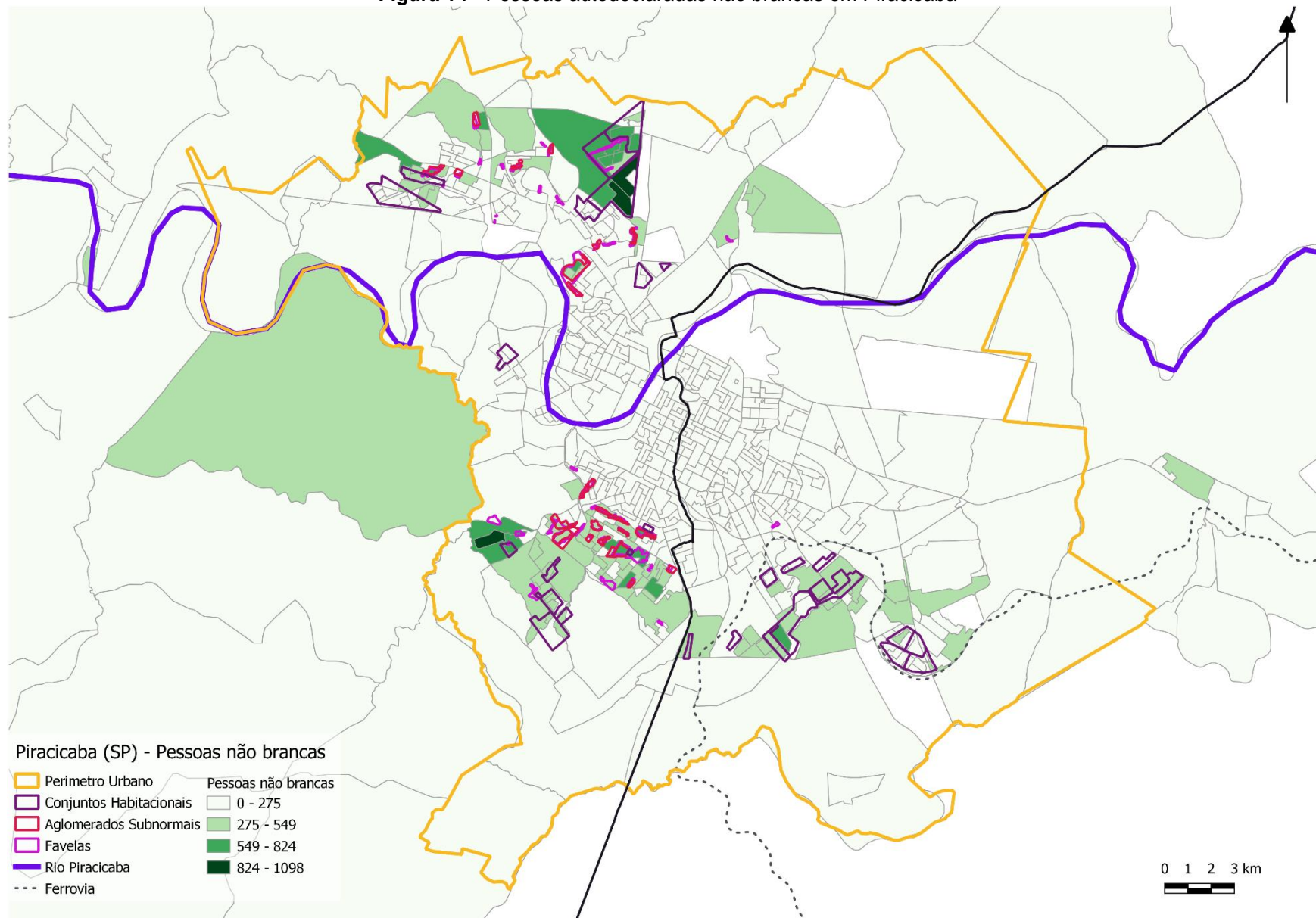
Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011a), Otero (2016) e IPPLAP (2019).

A Figura 13 apresenta a distribuição espacial dos domicílios que abrigam as famílias mais pobres da cidade. Para essa análise foi utilizado o critério de domicílios cujas famílias que têm rendimento mensal de até um salário mínimo per capita, distribuídas em quatro faixas de acordo com a quantidade de domicílios nos setores censitários que abrigam famílias dessa faixa de renda. A faixa a), de cor branca, representa os setores censitários com menor quantidade de famílias dessa faixa de renda – de 0 a 85 famílias –, a faixa b), de cor verde clara, representa a segunda faixa, de 85 a 170 famílias; a faixa c), cor verde média, representa a terceira faixa, de 170 a 254 famílias, e a faixa d), cor verde escuro, de 254 a 339 famílias com renda mensal per capita de até 1 salário mínimo.

Cinco favelas e três conjuntos habitacionais da parcela sudoeste da cidade estão em setores censitários na terceira faixa d) de concentração de pobreza; os demais, tanto aglomerados subnormais quanto conjuntos habitacionais estão na faixa b), com presença de 85 a 170 famílias de baixa renda. Na parcela sudeste há apenas um conjunto habitacional que envolve todo o setor censitário na terceira faixa de pobreza, c), enquanto a única favela dessa parte da cidade está em setor censitário na faixa b) de concentração de pobreza. Nessa parcela da cidade, a favela existente está em setor censitário cuja renda média é maior do que o conjunto habitacional, estando também em espaço da cidade mais privilegiado por estar mais próxima ao centro.

Chama a atenção, na parcela noroeste, extenso conjunto habitacional que está sobre setor censitário classificado na quarta faixa de pobreza, d); não há, na cidade, nenhuma favela delimitada sobre setor censitário na quarta faixa de pobreza. A localização desse agrupamento de conjuntos habitacionais no mapa de renda coincide com o mapa de adensamento domiciliar, possibilitando o entendimento de que densidade e baixa renda são dois fatores que se complementam mais nos conjuntos habitacionais, regularizados, do que nas favelas. Tanto o mapa de adensamento domiciliar quanto o mapa de concentração de famílias de baixa renda destacam, em sua quarta faixa de pobreza, d), e de adensamento, setor censitário rural na porção oeste da cidade, junto à interseção entre perímetro urbano e o Rio Piracicaba.

Figura 14 - Pessoas autodeclaradas não brancas em Piracicaba



Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011a), Otero (2016) e IPPLAP (2019).



O mapa da concentração de pessoas não brancas, espacializado na Figura 14, está baseado na quantidade de pessoas que se autodeclararam, no Censo de 2010, como pretas, pardas, indígenas e amarelas. Compõe-se por quatro faixas de cores, a faixa a), de cor branca, representa os setores censitários com menor quantidade de pessoas não brancas – de 0 a 275 pessoas –, a faixa b), de cor verde clara, representa a segunda faixa, de 275 a 549 pessoas; a faixa c), cor verde média, representa a terceira faixa, de 549 a 824 pessoas, e a faixa d), cor verde escuro, de 824 a 1098 pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas e amarelas.

A Figura 14 nos mostra que, na porção sudoeste da cidade, as mesmas duas favelas que aparecem na terceira faixa de concentração de pessoas de baixa renda familiar também estão indicadas na terceira faixa, c), de maior concentração de pessoas não brancas. No sudoeste, mais próximo ao perímetro urbano está um grupo de conjuntos habitacionais para os quais os dados de renda e racialização não coincidem: há mais pessoas de baixa renda do que autodeclaradas não brancas.

A região noroeste da cidade é a parte que mais concentra moradores não brancos da cidade, em maior quantidade nos conjuntos habitacionais, atingindo a faixa d), de 254 a 339 pessoas não brancas em um setor censitário, totalmente abrangido pelo grupamento de conjuntos habitacionais. De acordo com estes dados, nenhuma favela da cidade concentra tantas pessoas não brancas quanto os conjuntos habitacionais da zona noroeste da cidade. Se a favela já foi colocada na literatura como o espaço único das pessoas racializadas como não brancas, representadas na figura das pessoas negras (PERLMAN, 1977, p. 87), o estudo da distribuição racial em Piracicaba indica que, nas cidades médias do agronegócio, até mais do que nas favelas, as pessoas não brancas estão concentradas em conjuntos habitacionais.

### **3.4) DISCREPÂNCIAS E ANALOGIAS NA ESPACIALIZAÇÃO DE FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS EM PASSO FUNDO**

Cidade pioneira da sojicultura, Passo Fundo tem seu espaço urbano especializado para responder às demandas da *commodity* mais exportada pelo país (BRASIL, 2020). Além de ter um forte papel de polo regional pela intermediação na oferta de comércio e serviços, principalmente aqueles vinculados ao ensino superior e especializações na área da saúde, Passo Fundo se destaca nos fluxos comerciais em escala nacional e internacional, sendo um centro de apoio do sistema produtivo do agronegócio. Esse centro de apoio se constitui à medida que concentra em seu

espaço urbano uma série de atividades demandadas pelo agronegócio: comercialização de insumos agrícolas, maquinário, implementos, especialização de mão-de-obra e concentração de empresas de logística para armazenamento e transporte de mercadorias agrícolas (SOBARZO, 2010).

Sobarzo (2010) relaciona as diferentes escalas de atuação de Passo Fundo (regional, nacional e internacional) a uma 'encruzilhada de vetores' de verticalidades e horizontalidades, embasado nas ideias de Milton Santos, em que considera

que as verticalidades se manifestam nas articulações do agronegócio, destinado principalmente para fora da região, nos circuitos internacionais da produção de alimentos, que se percebem pela presença de empresas com atuação global. No caso das horizontalidades, a cidade possui fortes relações com seu entorno regional na oferta de serviços, que poderíamos caracterizar como mais imediatos, especialmente os relacionados com o comércio, a educação e a saúde (SOBARZO, 2010, p. 32).

Em relação a trajetória da economia agrícola do município, até o final do século XIX a agricultura na região era de subsistência, cenário que se transformou a partir da implantação da ferrovia, que foi construída no município em 1898. A via férrea que passava pela cidade unia o trecho Santa Maria – Cruz Alta – Passo Fundo – Marcelino Ramos – Rio Uruguai, ligando o centro do estado do Rio Grande do Sul à região noroeste e aos estados ao norte, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, o que possibilitou, inicialmente, a comercialização do excedente agrícola (TEDESCO e SANDER, 2002).

A partir de políticas implantadas pelo Estado Novo, o final da década de 1930 trouxe elementos que possibilitaram a transformação da forma de fazer agricultura que passava a modernizar-se. Foram implantados a primeira estação do Instituto de Pesquisa e Experimento Agropecuário do Sul do Brasil (IPEAS) e o Serviço de Expansão do Trigo (SET), que distribuía sementes de trigo gratuitamente, atendendo toda a região polarizada por Passo Fundo, assim como a primeira agência do Branco do Brasil, o que possibilitou o acesso de produtores ao crédito e financiamento agrícola. Em 1950 foi criada na região do Planalto Médio<sup>23</sup>, a Rede de Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO), articulando o processo de modernização do campo com o sistema de cooperativismo regional (FRITZ FILHO, 2009; FERRETTO, 2011).

---

<sup>23</sup> Uma das três regiões fisiográfica da região política do noroeste rio-grandense, da qual também fazem parte as regiões fisiográficas do Alto Uruguai e das Missões.

Durante o período do final da década de 1930 até a década de 1960, foi possível aos produtores agrícolas, colonos de ascendência italiana e alemã, utilizar-se da tríade pesquisa, crédito e cooperativismo. Por volta de 1965, quando se iniciou a produção de culturas de trigo e soja concomitantemente, abandonando as policulturas de subsistência e venda de excedentes, o município passou, de um sistema de produção agrícola rural para o sistema agroindustrial. Nesse cenário despontam as granjas, extensas fazendas com atividades mecanizadas, e os granjeiros, agricultores-empresários ligados à produção de *inputs* para a prática agrícola, como fertilizantes e sementes (TEDESCO e SANDER, 2002; FRITZ FILHO, 2009).

Foi na década de 1960 que se estabeleceram as primeiras favelas de Passo Fundo, mesmo período em que se iniciou o processo de modernização da agricultura na região. Popularmente conhecidas como *brasílias*, foram assim denominadas pejorativamente porque supostamente a imagem das favelas remeteria a um contrassenso em relação ao período de modernização que se estava vivendo no país (FAVERO, 2011), década na qual foi construída Brasília, atual capital do Brasil.

O historiador Monteiro afirma que as populações habitantes das *brasílias* eram migrantes do espaço rural que se acomodavam nos ditos corredores, que seriam terrenos estreitos, e teriam sido assentadas nesses espaços pelos proprietários de terras rurais. Estes proprietários rurais teriam construído os ranchos ou barracos e forneciam o madeiramento para a construção das casas dos migrantes rurais. Essas famílias subsistiam na cidade com subempregos, catando papel, por exemplo, e seriam pessoas não profissionalizadas passando por situações de miserabilidade. As *brasílias* de Passo Fundo consistiam em grupamentos de

ranchos construídos com madeira velha, costaneira, zinco e lonas às margens das estradas nos chamados corredores. As vilas Bom Jesus, Ipiranga, Santa Marta, Jardim e a Beira-Trilho são alguns desses lugares. Atualmente, apenas a Beira-Trilho e parte da Vila Jardim conservam os padrões daquela época (FÁVERO, 2011).

Uma das primeiras *brasílias* de Passo Fundo seria a Beira-Trilho, de acordo com Fávero (2011). Ainda que os territórios conhecidos como Beira-Trilho seja um dos mais antigos e consolidados conjuntos de vilas de Passo Fundo, a questão da possível regularização dessas antigas favelas é um imbróglio judicial, visto que os terrenos sobre os quais estão implantadas, na faixa de domínio da via férrea, são de propriedade federal e administrados pela empresa privada Rumo. Nos anos 2000, quatro décadas depois da instalação das primeiras residências nos terrenos da via

férrea, grande parte dos domicílios ainda não possuía serviços básicos de infraestrutura regularizados, de acordo com a pesquisa de Colet e Silva (2005). Essa pesquisa identificou 1.086 domicílios nas favelas Beira-Trilhos em várias porções da cidade, nos bairros e vilas Valinhos, Vera Cruz, Victor Issler, Primeiro Centenário, Cruzeiro e São Luiz Gonzaga. Colet e Silva (2005) produziram dados quantitativos por amostragem entrevistando os moradores de 100 residências nos terrenos lindeiros à via férrea, abordando as temáticas das condições e do tempo de moradia, aspectos sociais e de infraestrutura urbana. O Quadro 4 foi produzido com base nos dados relativos à densidade habitacional e coabitação de famílias.

**Quadro 4** - Famílias coabitantes e densidade habitacional na Beira-Trilho

Famílias coabitantes			Densidade habitacional		
Uma	Duas	Três	Até 2 pessoas	3 a 6 pessoas	7 a 10 pessoas
90%	9%	1%	23%	59%	18%

Fonte: elaboração da autora sobre Colet e Silva (2005).

Dentre os 100 domicílios cujas pessoas foram entrevistadas, em 90% dos domicílios vivia uma família, em 9% coabitavam duas famílias e, em 1% dos domicílios habitavam três famílias. Os valores relativos à densidade domiciliar apontam que em 18% dos domicílios viviam de 7 a 10 pessoas, 59% abrigavam de 3 a 6 pessoas e em 23% das residências viviam duas pessoas (COLET e SILVA, 2005). O Quadro 5 apresenta os dados acerca das condições dos domicílios, de acordo com a percepção de seus moradores, e o provimento de infraestrutura urbana.

**Quadro 5** - Condição dos domicílios e da infraestrutura na Beira-Trilho

Domicílios	Condição	Bom	20%
		Regular	46%
		Péssimo	20%
		Precário	14%
	Possui banheiro	Sim	71%
		Não	29%
Infraestrutura	Energia elétrica	Sim	88%
		Não	12%
	Água encanada	Sim	91%
		Não	9%
	Coleta de lixo	Sim	80%
		Não	20%
Sem energia, água e coleta de lixo			6%

Fonte: elaboração da autora sobre Colet e Silva, 2005.

A percepção de 46% dos moradores é que seu domicílio é regular; para 20% é bom; 20% consideram péssimo e 14% consideram precário. A maioria dos domicílios, 71%, possuía banheiro próprio, e 29% não possuía banheiro. Acerca da infraestrutura, 88% dos domicílios tinham ligação de energia elétrica, 91% tinham água encanada e 80%

destinavam seu lixo ao sistema de coleta municipal, enquanto o restante dos moradores respondeu que queimava ou enterrava o lixo. Dentre os moradores das 100 residências entrevistadas, 6% declararam que em seu domicílio não havia iluminação pública, água encanada ou coleta de lixo (COLET e SILVA, 2005). O Quadro 6 organiza, dentre os moradores entrevistados, aqueles que são naturais de Passo Fundo; os que sempre viveram nos terrenos da faixa de domínio da via férrea e o tempo de moradia nesses terrenos.

**Quadro 6** - Naturalidade e moradia na Beira-Trilho.

Natural de Passo Fundo	Sim	71%
	Não	29%
Sempre morou na Beira-Trilho	Sim	44%
	Não	56%
Tempo de moradia na Beira-Trilho	20 anos ou mais	11%
	10 a 20 anos	25%
	5 a 10 anos	19%
	1 a 5 anos	11%
	Menos de 1 ano	20%

Fonte: elaboração da autora sobre Colet e Silva, 2005.

Dentre as pessoas entrevistadas, 36% viviam no local há mais de uma década, 11% habitava o local entre 20 e mais de 30 anos e 25% de 10 a 20 anos. Mais da metade das pessoas, 56% sempre viveu na Beira-Trilho, enquanto 44% dos entrevistados já morou em outros espaços. Do total, 71% das pessoas são naturais de Passo Fundo. O Quadro 7 apresenta o posicionamento dos moradores sobre a possibilidade de serem reassentados em outros espaços da cidade.

**Quadro 7** - Posição dos moradores da Beira-Trilho sobre possível realocação

Aceitaria ser realocada	Sim	57%
	Não	40%
	Não responderam	3%
Possui cadastro na SEHAB	Sim	31%
	Não	69%

Fonte: elaboração da autora sobre Colet e Silva, 2005.

A maioria, 57% dentre os entrevistados, aceitaria sair do local onde vive se tivesse determinadas condições atendidas, 40% não aceitaria sair do local, e 3% não responderam. Quando questionadas se possuíam cadastro na Secretaria Municipal de Habitação em Passo Fundo com objetivo de entrar na lista de espera de habitação popular, 31% disseram ter cadastro e 69% disseram não estar cadastrados (COLET e SILVA, 2005). Em relação à ocupação laboral da população habitante da Beira-Trilho, o Quadro 8 organiza as pessoas ocupadas em trabalhos formais, informais,

autônomos e remunerados por outras fontes e as pessoas desocupadas, aposentadas e desempregadas.

**Quadro 8 - Ocupação da população habitante da Beira-Trilho**

Trabalho	% população (de 100 entrevistas)		TOTAL
Ocupadas /Trabalho Remunerado	Formal	32%	83%
	Informal	15%	
	Autônoma	12%	
	Outras Fontes	24%	
Desocupadas	Aposentadas	14%	17%
	Desempregadas	3%	

Fonte: elaboração da autora sobre Colet e Silva (2005).

A maioria das pessoas, 32%, exercia trabalho remunerado formal no período da entrevista, 15% exercia trabalho informal, 12% das pessoas eram autônomas, 24% tinham outras fontes de sustento, 14% eram aposentadas e 3% desempregadas. Sobre participação social de lazer, convivência ou religião, 10% dos entrevistados participava de associações de moradores, 2% de atividades no centro comunitário e 46% exercia outras atividades, 42% não tinha participação em reuniões coletivas de qualquer tipo. Dentre as famílias entrevistadas, apenas 5% responderam participar de reivindicações de moradores e a grande maioria, 95%, disseram não participar de reivindicações (COLET e SILVA, 2005).

A “Beira dos Trilhos” figura como um dos cinco aglomerados subnormais identificados pelo IBGE no Censo de 2010, espaços nos quais viviam uma população de 2.428 pessoas (IBGE, 2011a). Na Tabela 10 consta a quantidade de domicílios e de moradores em espaços definidos como aglomerados subnormais em Passo Fundo, agrupados em duas categorias: a) aglomerados subnormais com domicílios menos densos, de 3,3 a 3,4 moradores e b) aglomerados subnormais com domicílios mais densos, de 3,7 a 4 moradores.

**Tabela 10 – Aglomerados subnormais de Passo Fundo**

Densidade domiciliar	Quantidade de aglomerados subnormais	Domicílios	Moradores
de 3,3 a 3,4	3 <sup>24</sup>	544	1.830
de 3,7 a 4	2 <sup>25</sup>	156	598
TOTAL	5	700	2.428

Fonte: elaboração da autora com base em IBGE (2011a).

A categoria a), que concentra os domicílios menos densos, engloba a maioria de aglomerados subnormais, a maioria de domicílios e também de moradores. Nessa

<sup>24</sup> Cruzeiro, Entre-Rios e Lucas Araújo.

<sup>25</sup> Beira dos Trilhos e Xangri-Lá.

categoria estão três aglomerados subnormais que concentram 1.830 moradores, o que representa 75,4% do total de residentes em aglomerados subnormais na cidade, e 544 domicílios, 77,7% dos domicílios em aglomerados subnormais. Na categoria b) estão 156 domicílios e 596 moradores, o que representa 24,6% de um total de 700 domicílios e 22,3% do total de 2.428 moradores em aglomerados subnormais na cidade.

Há uma grande discrepância entre os levantamentos em nível nacional e em nível municipal. Para a Prefeitura Municipal de Passo Fundo (PMPF), em 2006 eram 27 as favelas da cidade, designadas como loteamentos, ocupações, assentamentos e invasões em locais de irregularidade fundiária (PMPF, 2009). Algumas dessas favelas foram delimitadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Tipo 2 e 3 pela PMPF no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI, 2006). As ZEIS do tipo 1 seriam “assentamentos autoproduzidos em áreas públicas ou privadas” enquanto as ZEIS do tipo 3 foram definidas como “parcelamentos públicos ou privados irregulares ou clandestinos” (PDDI, 2006). A Tabela 11 organiza as ocupações de acordo com a situação jurídica de seus terrenos:

**Tabela 11** - Ocupações irregulares em Passo Fundo em 2009

Situação Jurídica	Nº Ocupações	Nº Lotes
Área verde	8	627
Área alagadiça	1	100
Contíguo à rodovia	2	56
Contíguo à ferrovia	1	180
Outros	15	557
Total	27	1.520

Fonte: elaboração da autora com base em PMPF (2009).

Existiam, em 2009, 1.520 lotes distribuídos entre as 27 ocupações urbanas, dos quais a maioria, 627 lotes, estariam localizados em áreas verdes, em 8 ocupações. Duas ocupações estariam em áreas contíguas à rodovia, somando 56 lotes, uma em área alagadiça, contando 100 lotes, e uma contígua à ferrovia, com 180 lotes. Isso resulta em 963 lotes em áreas com restrições legais ou ambientais para a edificação em 12 ocupações. Em outros tipos de terrenos, sem restrições legais ou ambientais, existem 15 ocupações e 557 lotes. Isso quer dizer que 63,3% dos terrenos em ocupações estão sobre áreas com restrições à edificação e 26,3% estão assentados sobre vazios urbanos (PMPF, 2009).

De acordo com integrante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), a maior parte das ZEIS da cidade foi delimitada por pressão dos movimentos sociais e, ainda que tenham sido delimitadas 27 ZEIS em 2006, em 2014 já haviam mais de 52

ocupações irregulares habitadas por mais de 15 mil famílias provenientes de outras áreas da cidade de Passo Fundo, da Região Metropolitana de Porto Alegre, do estado de Santa Catarina e também naturais de outros países (SPINELLI, 2015).

O déficit habitacional na cidade é de 9,31%, enquanto a inadequação de domicílios chega a 45,50%. Nos domicílios habitados pela população que está na faixa de renda entre 0 a 3 salários mínimos, o índice de inadequação é o maior, de 42%, seguido pela faixa de renda de 3 a 6 salários mínimos, que alcança 26% de inadequação domiciliar. O critério mais expressivo para a inadequação domiciliar em Passo Fundo é a quantidade de domicílios urbanos que não estão ligados à rede de esgoto sanitário, uma proporção de 92,27% dos domicílios inadequados. Em seguida aparece a falta de abastecimento de água por rede hidráulica, que representa 7,18% dos domicílios inadequados. Dentre os quesitos menos expressivos estão o adensamento excessivo, com 3,33% dos domicílios inadequados; a falta de banheiro exclusivo e o destino inadequado do lixo, que representam, cada, 0,8%, e a falta de iluminação elétrica, com 0,48%. Para suprir a demanda causada pelo déficit habitacional foram produzidos 28 conjuntos habitacionais para população de baixa renda em Passo Fundo entre as décadas de 1960 e 2010. O Quadro 9 organiza a produção de habitação popular a cada década, especificando os empreendedores:

**Quadro 9** - Conjuntos habitacionais em Passo Fundo.

Década	Nº conjuntos habitacionais	% conjuntos habitacionais	Empreendedor
1960	1 <sup>26</sup>	3,6%	COHAB
1970	2 <sup>27</sup>	7,1%	COHAB
1980	2 <sup>28</sup>	7,1%	COHAB
1990	4 <sup>29</sup>	14,3%	PMPF
2000	8 <sup>30</sup>	28,6%	PMPF e PAR
2010	11 <sup>31</sup>	39,3%	PMCMV e PMPF
TOTAL	28	100%	

Fonte: elaboração da autora com base em Spinelli (2015).

Na década de 1960 foi implantado o primeiro conjunto habitacional da cidade, e nas décadas de 1970 e 1980 foram construídos dois conjuntos habitacionais por década.

<sup>26</sup> Núcleo Habitacional (NH) Lucas Araújo.

<sup>27</sup> NH Vila Planaltina, NH Edmundo Trein.

<sup>28</sup> NH Luiz Secchi, NH José Alexandre Záchia.

<sup>29</sup> NH Jaboticabal / Alvorada, NH Manoel da Silva Corralo, Vila Bom Jesus, NH Leão XIII.

<sup>30</sup> Programa de Arrendamento Residencial (PAR) Petrópolis, PAR Boqueirão, PAR Hélio Toldo, PAR Vera Cruz, Núcleo Habitacional Schisler, Vila Donária, Parque do Sol, Recreio.

<sup>31</sup> Loteamento Bom Jesus, Edifício Residencial Luiz Henrique, Edif. Laura, Lot. Donária II, Condomínio Residencial Bosque das Pitangas, Cond. Res. Bosque das Cerejas, Cond. Res. Bosque dos Araçás, Cond. Res. Bosque das Uvaías, Res. Recanto Planaltina I, Res. Recanto Planaltina II, Habitação Bom Jesus.

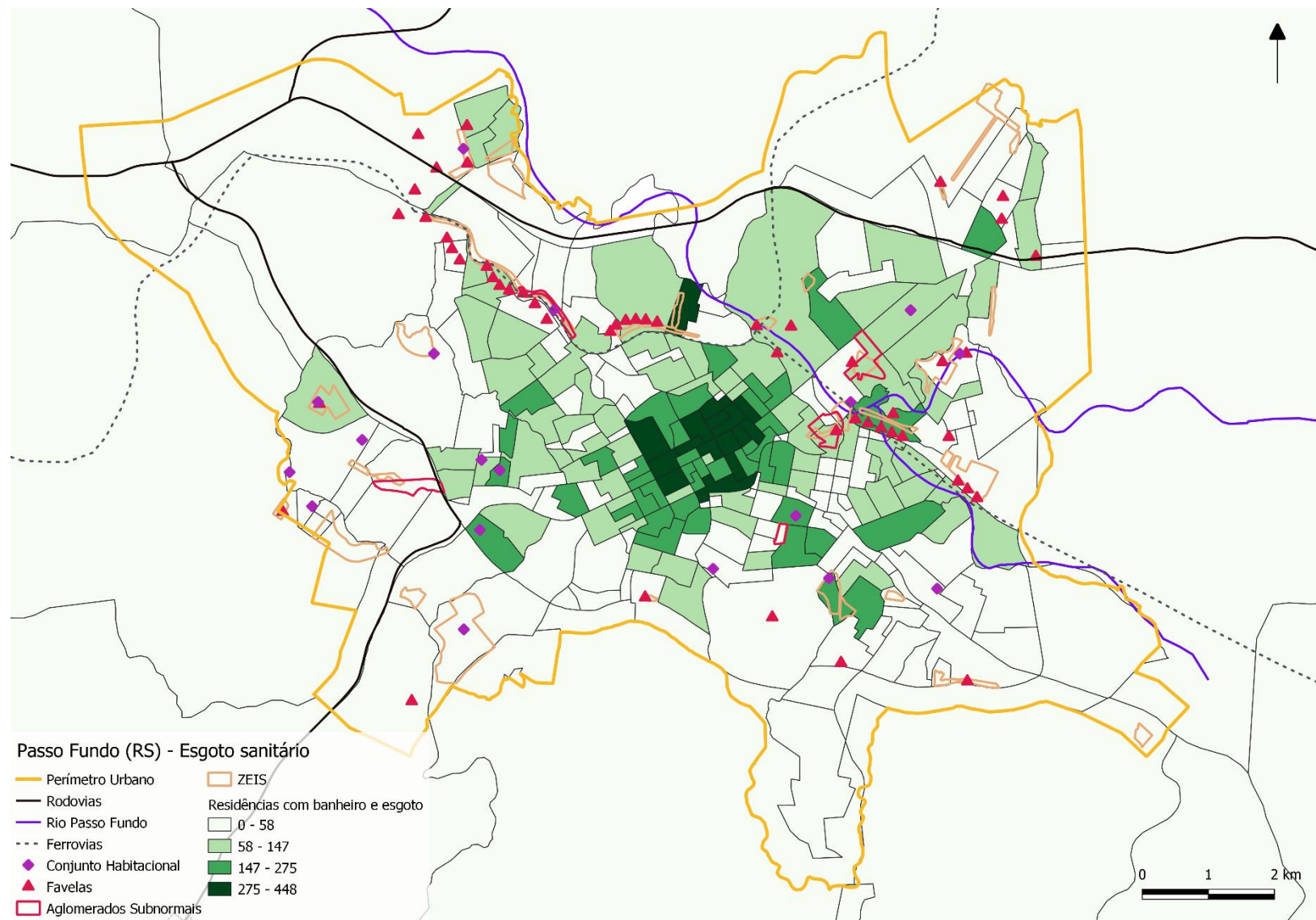


Em 1990 foram 4 os conjuntos habitacionais implantados, aumentando progressivamente a quantidade de habitação popular construída a cada década, chegando a 8 conjuntos nos anos 2000. A maior parte dos conjuntos habitacionais da cidade foram implantados na década de 2010, 11 conjuntos, que conformam 39,3% do total de conjuntos habitacionais na cidade.

A investigação do processo de favelização na cidade prossegue a partir da produção de cartografia de favelas e conjuntos habitacionais para analisar a hipótese de favelização ampliada (MARZULO, 2005). As favelas são espacializadas a partir da delimitação de aglomerados subnormais do IBGE (2011a), dos levantamentos municipais sobre ZEIS 1 e 3 (PMPF, 2009); a espacialização dos conjuntos habitacionais está baseada nos dados de Spinelli (2015). As Figuras 15, 16 e 17 analisam a localização das vilas, loteamentos e conjuntos habitacionais em relação à inadequação habitacional a partir do critério de quantidade de domicílios conectados à rede de esgoto, das famílias de baixa renda e das pessoas autodeclaradas não brancas por setor censitário.

Na Figura 15 se pode ver as partes da cidade onde estão localizadas as vilas e conjuntos habitacionais de Passo Fundo: nas porções sudoeste, entre a rodovia e o perímetro urbano, na parte sudeste, aproximadas do centro, de noroeste a sudeste, acompanhando a ferrovia, e de noroeste a nordeste entre rodovia e perímetro urbano. A Figura 15 refere-se à desigualdade na cidade em relação à infraestrutura urbana a partir do critério de quantidade de domicílios por setor censitário que não está conectada à rede de esgoto sanitário, critério utilizado por ter despontado na pesquisa sobre déficit habitacional como maior indicador de inadequação domiciliar em Passo Fundo. A concentração de domicílios conectados à rede de esgoto varia em quatro intervalos iguais na escala de cores que vai de branco a verde escuro, a cor branca representa a) a primeira gradação na escala, os setores censitários que contém de 0 a 58 domicílios conectados à rede de esgoto, a cor verde claro representa b) a segunda gradação, setores censitários que contém de 58 a 147 domicílios, a cor verde médio representa c) a terceira gradação da escala com 147 a 275 domicílios e a cor verde escura representa d) a quarta gradação na escala de setores censitários que abrigam de 275 a 448 domicílios, representando os setores censitários com maior quantidade de domicílios conectados à rede de esgoto.

**Figura 15 - Domicílios conectados à rede de esgoto em Passo Fundo**



Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011a), Spinelli (2015) e PMPF (2017b).

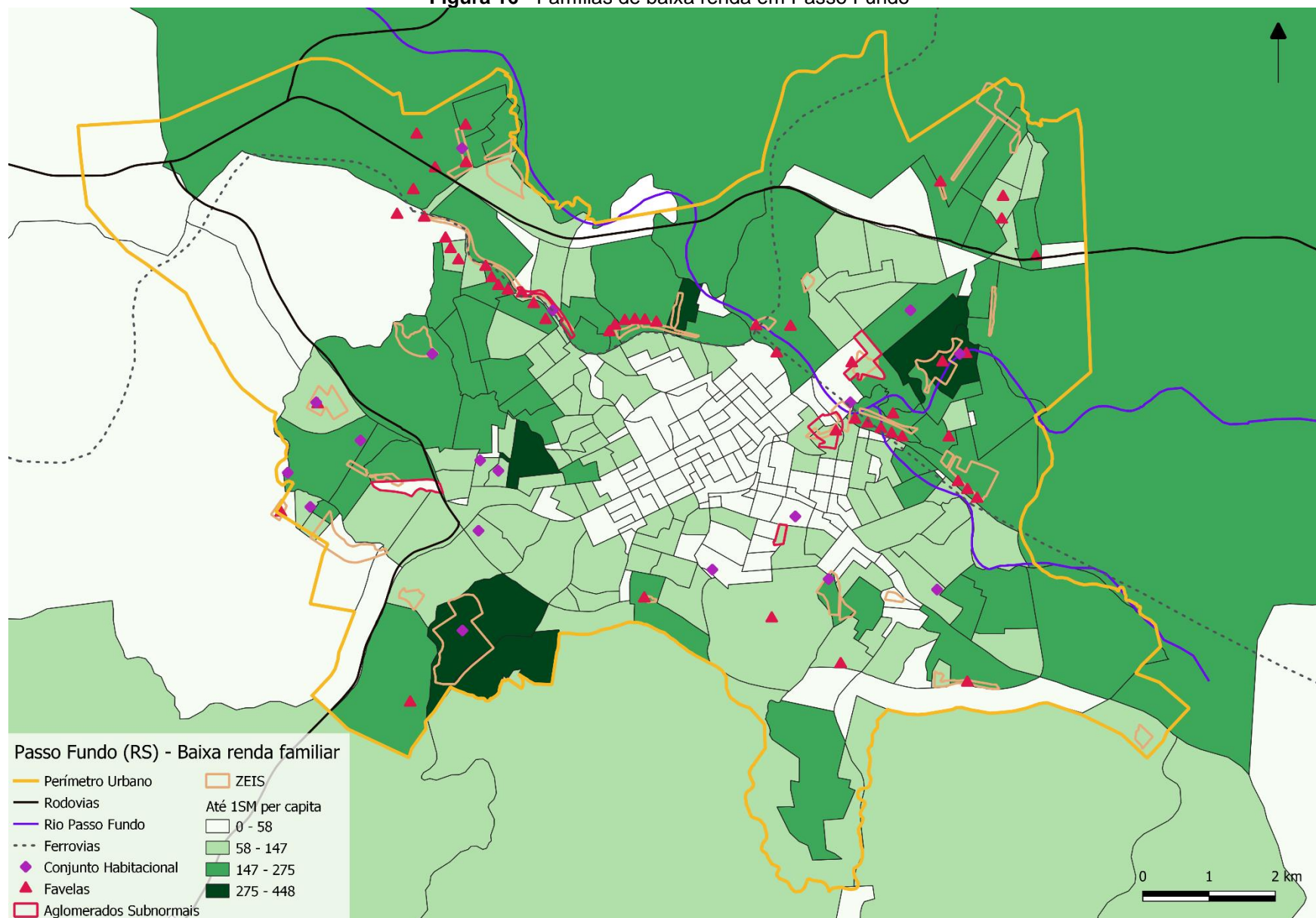
Se mostra bastante expressiva a desigualdade de acesso à infraestrutura urbana entre os espaços centrais e periféricos na cidade: a maior parte das favelas e conjuntos habitacionais localizados nas bordas de Passo Fundo, na proximidade ao perímetro urbano, estão na faixa a), de menor cobertura da rede de esgoto sanitário. Nos extensos setores censitários das bordas da parcela sudoeste da cidade, de 0 a 58 habitações possuem banheiro com ligação à rede de esgoto municipal. Nessas margens, os setores censitários nos quais estão inseridos um grupamento de favelas e 4 conjuntos habitacionais estão na faixa b), concentrando de 58 a 147 domicílios ligados à rede de esgoto.

Ainda na parcela sudoeste, entre rodovia e centro da cidade, estão localizados dois conjuntos habitacionais concentrados na faixa c), de 147 a 275 domicílios com ligação de esgoto; situação semelhante ocorre no setor sudeste. Na porção centro-leste da cidade há favelas sobre setores censitários que concentram a terceira faixa de incidência do serviço, à semelhança dos conjuntos habitacionais citados anteriormente. Confirma-se a analogia da ampliação de padrão favela, visto que ocupações irregulares e conjuntos habitacionais estão em situações análogas, localizadas em espaços cujos graus de infraestrutura urbana são semelhantes.

As favelas localizadas junto à ferrovia localizam-se entre setores censitários nas duas faixas de mais baixa incidência do serviço de esgoto a) e b), em setores censitários com 0 a 147 domicílios que possuem esgoto sanitário. Dentre favelas e conjuntos habitacionais de Passo Fundo, configura-se como exceção uma favela, definida como ZEIS, na porção nordeste da cidade, como único assentamento que se localiza em região cujo setor censitário define o mais alto grau de acesso ao serviço de esgoto sanitário, d), concentrando de 275 a 448 domicílios interligados ao serviço. No caso de Passo Fundo, tanto as vilas ou favelas quanto os conjuntos habitacionais localizados às margens do perímetro urbano, são em geral desfavorecidos no acesso à infraestrutura de esgoto sanitário.

A distribuição espacial dos domicílios que abrigam as famílias mais pobres da cidade está espacializada na Figura 16 a partir da concentração das famílias cujo rendimento mensal per capita é de até um salário mínimo, distribuídas em quatro faixas gradativas.

Figura 16 - Famílias de baixa renda em Passo Fundo



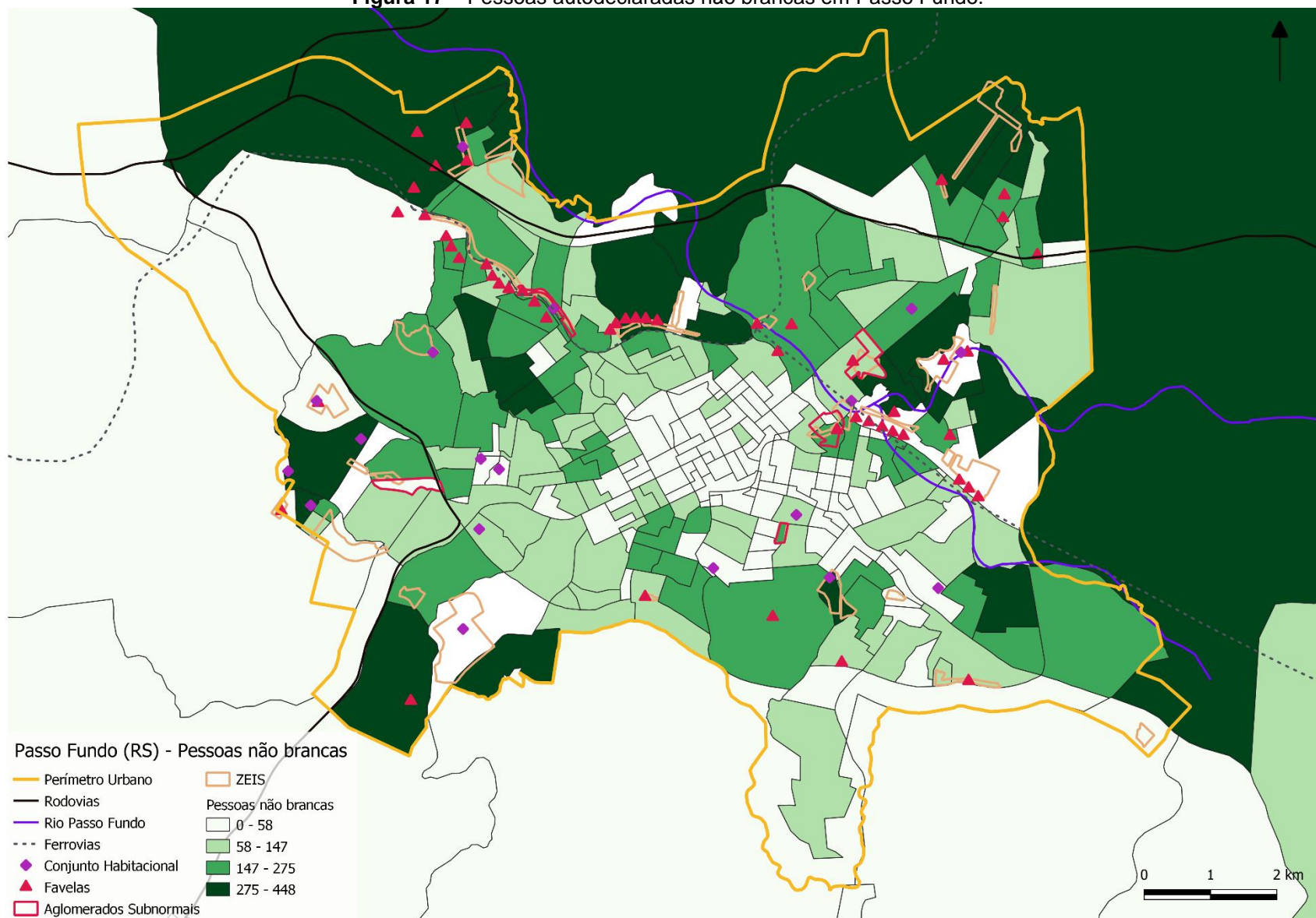
Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011a), Spinelli (2015) e PMPF (2017b).

A espacialização dos dados de baixa renda familiar na cartografia produziu um miolo branco concentrado no centro da cidade que ressalta as periferias em verde, ocupadas pela população de baixa renda. A cor branca representa a) a primeira gradação na escala, os setores censitários que contém a menor proporção, de 0 a 58 domicílios cujas famílias têm baixa renda, por setor censitário, b) a segunda gradação em concentração de famílias pobres, de 58 a 147 domicílios, a cor verde médio representa c) a terceira gradação da escala, de 147 a 275 domicílios com famílias de baixa renda por setor censitário, e a cor verde escura representa d) a gradação que apresenta os setores censitários com maior quantidade de famílias pobres, de 242 a 323 domicílios. A maior parte dos setores censitários que se estendem em um arco de noroeste a leste, da ferrovia em direção a norte, ultrapassando o perímetro urbano, concentrando ou não favelas e conjuntos habitacionais, são espaços de moradia das pessoas mais pobres da cidade.

As maiores concentrações de população de baixa renda – de 242 a 323 domicílios por setor censitários – estão localizadas à sudoeste, em um setor censitário que é ocupada por um conjunto habitacional e demarcado como ZEIS, e à noroeste – onde, em três setores censitários, estão localizadas duas favelas, também como delimitação de ZEIS, e m conjunto habitacional. O mapa da concentração de baixa renda é um negativo da concentração de domicílios inadequados por baixo índice de atendimento do serviço de esgoto sanitário. Essa cartografia mostra uma cidade pobre que margeia o centro, a população de baixa renda se faz presente com média a alta concentração em toda a periferia da cidade.

A Figura 17, a seguir, espacializa as favelas e conjuntos habitacionais em relação à concentração de pessoas não brancas habitantes da cidade em quatro gradações que vão do branco ao verde, concentrando nos setores censitários a) de 0 a 58 pessoas não brancas; b) de 58 a 147; c) de 147 a 275; d) de 275 a 448 pessoas não brancas por setor censitário.

Figura 17 – Pessoas autodeclaradas não brancas em Passo Fundo.



Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011a), Spinelli (2015) e PMPF (2017b).

A cartografia da concentração de pessoas não brancas da cidade apresenta uma forte segregação socioespacial. Destacam-se o arco de noroeste a oeste, onde estão assentadas favelas e um conjunto habitacional, que possui alta concentração de população de baixa renda e também de pessoas não brancas.

Destacam-se os setores nordeste – localizado entre o Rio Passo Fundo, a ferrovia e perímetro urbano, com predomínio de favelas – e sudeste, entre rodovia e perímetro urbano, região onde está assentado um conjunto habitacional. Esses dois setores possuem características análogas à medida que ambos possuem alta concentração de população de baixa renda e também de população não branca. No entanto, o setor noroeste, com maior concentração de favelas, possui média concentração de domicílios com a infraestrutura de esgoto, enquanto a periferia sudoeste, onde estão localizados conjuntos habitacionais, está caracterizada como de baixa concentração de infraestrutura de esgoto sanitário. Nesse sentido, configura-se a comparação por analogia como a ampliação do padrão favela: as porções nordeste e sudeste têm características análogas, concentrando pessoas de baixa renda e não brancas; e a porção nordeste, que concentra mais favelas, é favorecida em relação à infraestrutura sanitária, visto que, mesmo que também esteja próxima do limite do perímetro urbano, está mais aproximada ao centro do que a região sudeste onde se localiza um conjunto habitacional.

#### **4) DISPUTAS SOCIOESPACIAIS NO CASO ZÁCHIA-POPULAR EM PASSO FUNDO**

Este capítulo trata do estudo de caso em duas vilas de Passo Fundo: Záchia e Popular. O capítulo se subdivide em seis itens que abordam: 1) a construção do estudo de caso acerca da favelização e desfavelização na cidade; 2) os procedimentos do trabalho de campo; 3) e 4) caracterizações territoriais do Záchia e da Popular, nessa ordem; 5) trajetórias socioespaciais dos moradores do Záchia e da Popular e 6) processos de territorialização. O primeiro item apresenta o estudo de caso Záchia-Popular discutindo os processos de regularização e remoção de favelas e construção de conjuntos habitacionais por parte do poder público para desfavelizar a cidade. O segundo item aborda os procedimentos do estudo de caso que é composto de trabalho de campo, prática etnográfica, produção de cartografias, observação e realização de entrevistas. Os itens terceiro, quarto e quinto descrevem o Záchia, a Popular e as trajetórias socioespaciais dos interlocutores de pesquisa que incidem nos espaços estudados. O sexto item trata os resultados e processos análogos ou divergentes de territorialização entre Záchia e Popular.

Serão utilizados os termos vila e bairro para referir-nos à totalidade das territorialidades existentes na vila Popular e no bairro Záchia, respectivamente. Esses são termos jurídico-políticos definidos e relacionados a esses territórios pela municipalidade. Independentemente do termo utilizado para a definição desses espaços, é importante salientar que ambos os territórios são compostos por uma diversidade de territorialidades que são distintas em suas territorializações.

Essa diversidade de territorialidades é composta por terrenos regularizados, outros de ocupação ou invasão, alguns dos quais já regularizados, outros demarcados como ZEIS, em processo de regularização, e ainda aqueles que são de propriedade privada e estão em disputa judicial, irregulares. Tanto o bairro Záchia quanto a vila Popular são definidos de múltiplas formas por seus moradores: bairro, vila, ocupação, invasão, favela, periferia e até gueto. Esses termos referem-se especialmente a processos de territorialização e à consolidação dessas territorialidades na qual incide a dimensão do tempo; processos esses que serão explicitados na historicização dos territórios.



#### **4.1) FAVELIZAÇÃO E DESFAVELIZAÇÃO**

Em Passo Fundo as grandes proporções que o fenômeno da favelização tomou entre os anos 1960 e 1980 fez a erradicação das favelas da cidade tornar-se uma meta na qual o governo municipal se empenhou (O NACIONAL, 1984b). Para erradicar as favelas a municipalidade passou a construir conjuntos habitacionais e loteamentos populares, exemplares desse período são os Núcleos Habitacionais Lucas Araújo, em 1966; Vila Planaltina, em 1972; Edmundo Trein, em 1981; Luiz Secchi, em 1983 e José Alexandre Záchia em 1984. A Figura 18 consiste em colagem composta por frações de sete reportagens históricas veiculadas na mídia impressa em Passo Fundo entre 1981 e 1984. As reportagens veiculavam os processos de remoção e regularização de vilas e construção de conjuntos habitacionais no espaço urbano.

Figura 18 – Regularização e remoção das favelas nas manchetes do jornal.



Fonte: colagem da autora sobre reportagens do jornal O Nacional disponíveis no ARH (2020).

Duas das manchetes se referem às políticas de remoção de vilas, uma delas anuncia a remoção de 40 famílias assentadas nas margens da estrada que viria a ser a Av. Perimetral, a outra é um “esclarecimento” da PMPF sobre a demolição de uma residência (que foi posteriormente reconstruída) na vila Entre Rios, que está assentada sobre área alagadiça. A reportagem que explica as intenções de remoção da prefeitura relata que os moradores da vila Entre Rios eram operários. Outras duas reportagens anunciam ora uma venda a preço simbólico, ora uma doação de terrenos permutados entre PMPF e a extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) nas margens do antigo percurso da via férrea que passava pelo centro da cidade, na Av. Sete de Setembro.

A reportagem que indica a manchete de venda dos terrenos traz duas fotografias, a foto acima mostra quatro técnicos da PMPF com a legenda “Miguel explica” e abaixo a foto mostra mais de 30 moradores com a legenda “ferroviários terão solução”, explicitando que as ocupações nas margens da via férrea, nos anos 1980, eram habitadas por funcionários da RFFSA. Uma das reportagens anuncia o lançamento de um fundo de crédito habitacional produzido pela PMPF para regularizar ocupações irregulares sobre terras públicas, “um problema que se arrasta há mais de 35 anos em Passo Fundo”. A reportagem, de 1984, explicita que as favelas existem na cidade desde a década de 1950.

Ainda, outras duas reportagens anunciam a regularização e legalização de um loteamento, o Núcleo do Jaboticabal, e o início da comercialização das casas do PROMORAR, Programa da COHAB para a Erradicação da Subabitação que foi implantado em todo o Brasil. Essas reportagens indicam um intenso processo de expansão das favelas na cidade, ocupadas por famílias de estivadores que trabalhavam na logística de comercialização de mercadorias entre a cidade e outros municípios e famílias de operários que construía uma cidade que se densificava. Ao mesmo tempo que a favelização emergia, a PMPF atuava na remoção de favelas, no assentamento de famílias de baixa renda em conjuntos habitacionais e na regularização de favelas e loteamentos.

Záchia e Popular, os dois territórios que dão lugar aos casos de estudo, estão vinculados às políticas públicas municipais dos anos 1980 que por um lado previam a erradicação de favelas associada à produção de loteamentos e por outro a legalização de algumas das vilas ocupadas irregularmente. Com a construção do loteamento

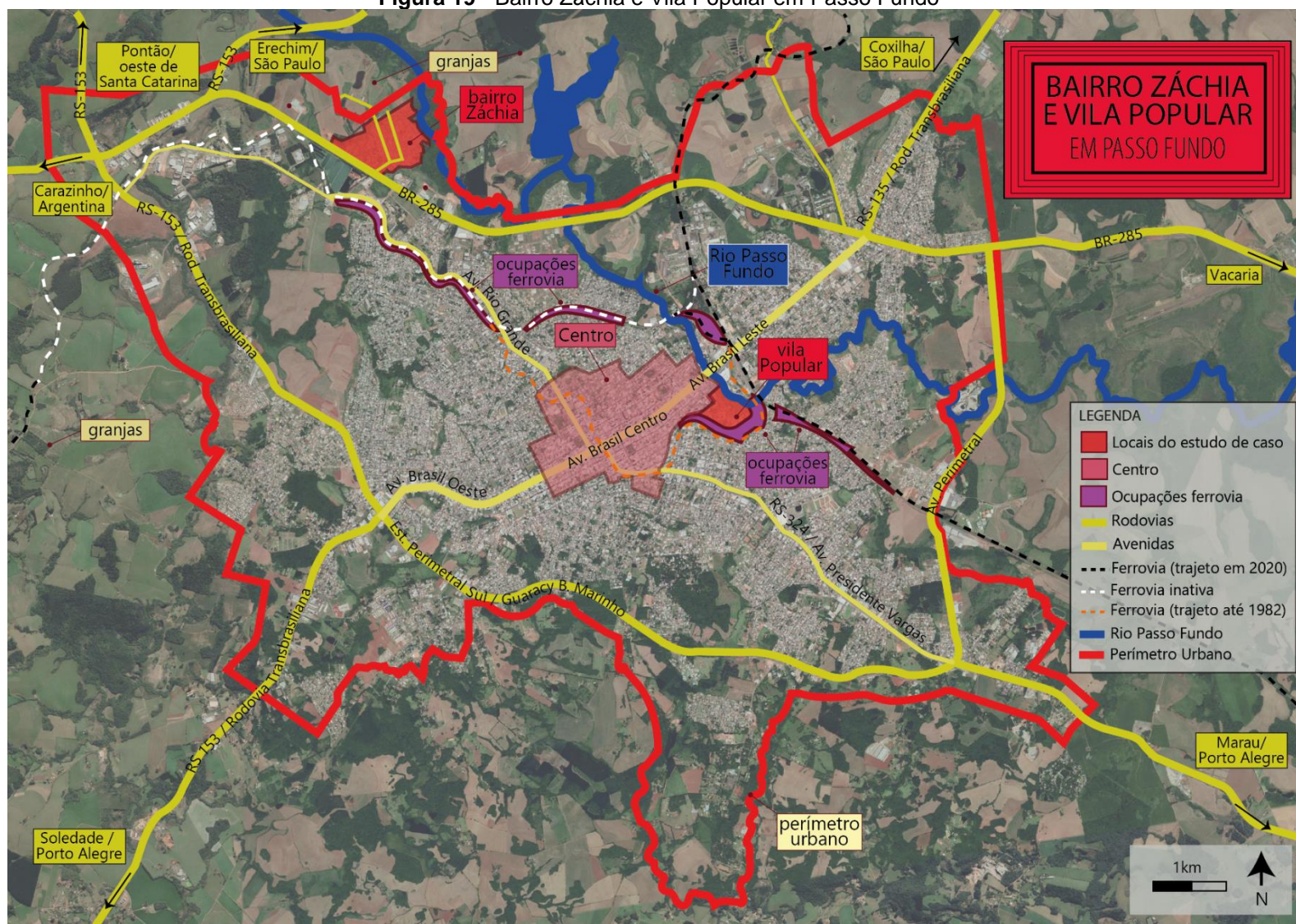
habitacional José Alexandre Záchia o poder público almejava, além de erradicar parte das favelas existentes na cidade, reassentar o histórico grupo de favelas conhecido como Beira-Trilhos<sup>32</sup>. Uma das porções do conjunto de favelas conhecido como Beira-Trilho, aquela localizada na Av. Sete de Setembro junto a antigo trecho da ferrovia transposto para o elevado, foi permutada entre governo federal e municipal e posteriormente regularizada (O NACIONAL, 1982). No final dos anos 2010, Záchia, loteamento regular construído para desfavelizar a cidade, e Popular, favela em parte regularizada, se aproximam em suas características sociais e espaciais.

A Figura 19 é uma cartografia que mostra a localização de Záchia, Popular e das ocupações nos terrenos remanescentes da área operacional da ferrovia na cidade de Passo Fundo em relação ao centro da cidade, à ferrovia e às rodovias que circundam o espaço urbano.

---

<sup>32</sup> CDHPF, 2005. Documentário “Trilhando Direitos Humanos”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N7ovzL7tgc0>>. Acesso em 10 de abril de 2020.

Figura 19 - Bairro Záchia e Vila Popular em Passo Fundo



Fonte: elaboração da autora sobre PMPF (2017a; 2017b) e Google Earth (2020).

Fruto da produção de moradia para população de baixa renda, o bairro José Alexandre Záchia, então chamado PROMORAR, foi implantado na periferia noroeste da cidade. Localizado no Setor Urbano 16, de acordo com o zoneamento da cidade da PMPF (2017b), setor no qual o Záchia é o único bairro residencial. O Záchia tem como limites o Rio Passo Fundo e o perímetro urbano a oeste, empresas de transportes e logística a sul, granjas ao norte e a rodovia BR-285 a sudeste, que faz limite entre o bairro e a CORSAN mais o distrito industrial (PMPF, 2017a).

A Tabela 12 organiza temporalmente a quantidade de moradores do Záchia

**Tabela 12** – Habitantes do Záchia de 1984 a 2017.

	1984	2004	2017	Diferença 1984 -2004	Diferença 2004 -2017	Diferença 1984 - 2017
Habitantes	3.000	4.790	3.342	+ 59,66%	- 30,22%	+ 11,40%

Fonte: O Nacional (1984); Passo Fundo (2014; 2017).

No final de 1984 já haviam mais de 3 mil pessoas vivendo no Záchia (O NACIONAL, 1984). Em 2004 viviam 4.790 pessoas na região do bairro Záchia, número que teria caído até o ano de 2017, em que foram contabilizadas 3.342 pessoas (PMPF, 2014; 2017a). Segue imagem histórica do Loteamento José Alexandre Záchia em 1984.

**Figura 20** - Loteamento José Alexandre Záchia em 1984.



Fonte: blog Bairro Záchia em Movimento<sup>33</sup>.

A Figura 20 mostra os embriões, primeiras edificações do Záchia, volumes em meia-água compostas de um cômodo e um banheiro, com fechamentos de alvenaria chapiscada, sem acabamentos externos ou internos. O bairro foi entregue provido

<sup>33</sup> Disponível em: <http://bairrozachiaemmovimento.blogspot.com/2011/03/um-pouco-da-historia-do-bairro-zachia.html>.

apenas com instalações hidráulicas e elétricas, sem calçamento e passeios públicos ou mesmo transporte público. Na linha do horizonte se pode ver o entorno noroeste do bairro, área rural com solo ocupado por plantações de culturas temporárias e florestas de eucaliptos. Na década de 2010 o Záchia apresenta fortes transformações, conforme se pode ver na Figura 21, fotografia do Záchia de um ponto de vista aproximado ao da fotografia da Figura 20, na Rua Hélio Gonçalves Dias, entre R. Ernesto Fazolo e R. Sebastião de Rezende.

**Figura 21** - R. Hélio Gonçalves Dias quase esquina com R. Ernesto Fazolo



Fonte: Google Street View (2011).

Na foto acima se pode observar transformações espaciais desde as edificações à infraestrutura: os terrenos foram ocupados ao máximo pelas ampliações das residências, e a rua, antes uma estrada de chão, foi asfaltada, além dos passeios ou calçadas que, na década de 1980 inexistentes, em 2011 alternavam-se entre pavimentados e gramados, produzidos de acordo com as possibilidades de seus moradores. No final da década de 2010 o loteamento, consolidado, é uma centralidade de equipamentos públicos e infraestrutura urbana para cinco ocupações irregulares que estão localizadas nas bordas do loteamento regular. As ocupações têm distintas situações jurídico-urbanísticas, áreas privadas em disputa judicial, áreas delimitadas como ZEIS e áreas de proteção ambiental definidas como Zona de Recuperação Ambiental (ZRA), Zona de Proteção de Recursos Hídricos (ZPRH), locais onde, de acordo com o PDDI, não é permitido construir (PMPF, 2015). Segue cartografia do Záchia em relação à cidade e a seu entorno imediato:

Figura 22 - Záchia em relação a seu entorno imediato



Fonte: elaboração da autora sobre Google Earth (2019).



Além da produção de conjuntos habitacionais para suprir o déficit habitacional, também na década de 1980 algumas vilas vinham sendo regularizadas pelo poder público, como é o caso de uma fração de terras da ocupação conhecida como Beira-Trilho. Essa fração de terras, cujos terrenos se localizam na Av. Sete de Setembro, é reconhecida como vila Popular, e foi alvo de permuta entre governo federal e a PMPF após a transposição de trecho da via férrea, executada em 1982. Essa permuta propiciou as primeiras negociações para a regularização das ocupações dos terrenos lindeiros aos antigos trilhos. A Figura 23 retrata a ocupação junto ao antigo percurso da ferrovia na Av. Sete de Setembro, na vila Popular.

**Figura 23** – Ocupação em terrenos junto à antiga ferrovia na Popular



Fonte: foto da autora, 2019.

A Beira dos Trilhos figura como um aglomerado subnormal localizado no bairro Valinhos, noroeste da cidade (IBGE, 2011a) que teria 96 domicílios, 359 moradores e uma média de 3,5 moradores por domicílio. Levantamentos locais indicam grande discrepância no levantamento do IBGE tanto em relação à localização da ocupação quanto em relação à quantidade de domicílios. A Tabela 13 organiza os dados sobre domicílios e famílias vivendo nas ocupações Beira-Trilho entre 2005 e 2019.

**Tabela 13** - Domicílios e famílias vivendo no Beira-Trilho

Domicílios / Moradias / famílias	Moradias (2005)	Domicílios (2010)	Famílias (2019)
Unidades	1.086	96	2.600

Fonte: elaboração da autora sobre Colet e Silva (2005), IBGE (2011a) e Paludo (2019).

O estudo de Colet e Silva (2005) aponta que em meados dos anos 2000 eram 1.086 moradias em oito bairros que atravessam a cidade de noroeste a sudoeste: Valinhos, Vera Cruz, Victor Issler, Primeiro Centenário, Cruzeiro, São Luiz Gonzaga, Dona Elisa Vila Nova. Paludo (2019) afirma que são 2,6 mil famílias que habitam a Beira-Trilho, em reportagem jornalística que relata o processo que corre no Ministério Público Federal (MPF) acerca da disputa desses terrenos entre moradores das ocupações na beira dos trilhos, Rumo Logística e PMPF. Uma análise a partir de fotos aéreas de satélite permite constatar que o percurso da ferrovia dentro da área urbana de Passo Fundo, que perpassa a periferia da porção noroeste da cidade bifurcando-se para em direção norte e sul, atravessa 22 bairros dos quais 18 bairros<sup>34</sup> possuíam ocupações na via férrea em 2019.

A expressão Beira-Trilho, no singular, refere-se às ocupações nas margens da via férrea, e no plural, beira-trilhos, refere-se à população que lá vive. Apesar da grande diversidade de ocupações na via férrea, presente em vários bairros da cidade, em diferentes formatos de terrenos e com diferentes temporalidades de ocupação, as ocupações da Beira-Trilho são retratadas como um local homogêneo. Um dos fatores de variabilidade dentre as ocupações nas margens da ferrovia é o funcionamento dos ramais da ferrovia como percurso logístico, visto que na cidade há dois ramais ferroviários inativos e um ramal ativo, ou seja, há famílias vivendo em terrenos junto à ramais em operação e outras vivendo em terrenos junto a ramais inoperantes.

Os dois ramais que compõem o trecho que cruza o setor norte da cidade de leste a oeste, de Passo Fundo a Marcelino Ramos e de Cruz Alta a Passo Fundo, foram desativados em 1997 e meados dos anos 2010, respectivamente (FACCIO, 2012; PALUDO, 2019). O trecho da ferrovia atualmente em operação é aquele que sai da Estação Ferroviária junto à Rua Dolor Kurtz Terre, na porção centro-oeste da cidade e vai à Roca Sales, no vale do Taquari. Desde a metade da década de 2010, as ocupações nos terrenos contíguos à ferrovia que convivem com a periculosidade da passagem do trem e suas cargas estão nos bairros que vão da região centro-oeste ao sul, sobre o elevado, nas imediações do Loteamento Jardim Primavera, Vila Cruzeiro,

---

<sup>34</sup> Vila Industrial, Loteamento Pio XII, Vila Vera Cruz, Vila Dona Eliza, Vila Santa Terezinha, Vila Santa Maria, Loteamento Jardim Primavera, Vila Cruzeiro, Vila Entre Rios, Vila Ferroviários, Vila Nova Alice, Loteamento Nova Estação, Vila Isabel, Loteamento Victor Issler, Bairro São Luiz Gonzaga, Parque dos Comerciais, Parque Bela Vista e Loteamento Jardim André Rebecchi.

Vila Alice, Loteamento Nova Estação, Vila Ferroviários, Parque Bela Vista, Vila Isabel e Vila Santa Maria.

Outro fator de variabilidade nesses espaços é relacionado à diversidade de usos. O uso residencial é predominante, porém não é o único uso das edificações que estão na faixa de domínio da via férrea. Implantados na faixa de domínio há estabelecimentos comerciais, culturais: mercados, borracharias, igrejas, além de indústrias e até um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O relatório do MPF ressalta:

com o tempo, foram sendo abertas vias públicas – algumas até mesmo asfaltadas atualmente – e instalados serviços e equipamentos públicos ao longo do perímetro urbano vizinho ao leito da ferrovia [...] indicando convivência da municipalidade com o movimento (MM Juiz de Direito Christiano Enger Aires in MPF, 2017).

No entendimento do magistrado supracitado, há convivência do governo municipal com a situação de inadequação de moradias nesses espaços que, ao invés de proporcionar solução para a adequação das moradias, proveu de infraestrutura urbana os arredores das ocupações. Importante salientar que as ocupações estão assentadas junto a diversos bairros da cidade, de forma que não há equipamentos públicos que sejam específicos para a população que vive nos terrenos contíguos aos trilhos, e sim para os bairros onde estão inseridas as ocupações.

Outro fator de variabilidade é o da dimensão dos terrenos, alguns trechos de terrenos ocupados pela dita Beira-Trilho chegam a ter 90 metros de profundidade que é relacionada à distância entre trilhos e a rua paralela ao ramal ferroviário. Outras porções de terras, mais estreitas, tem profundidade de apenas 8 metros. Nos trechos mais largos há uma subdivisão da gleba, com a existência de becos de acesso que permitem a compartimentação dessa profundidade em mais de um lote, produzindo terrenos que têm acesso somente por estes becos, além daqueles que só têm acesso pela via férrea. Essa configuração espacial produz uma diferenciação entre os moradores que lá habitam: aqueles que tem suas residências voltadas para ruas ou avenidas possuem endereços de identificação; já aqueles que vivem em lotes que têm acesso apenas por becos ou pela ferrovia não têm um endereço residencial formalizado. As casas construídas em terrenos mais estreitos em geral são aquelas mais próximas aos trilhos dos trens, algumas chegam a ter uma ínfima distância de dois metros de distância dos trilhos.

Parte das residências possui dois acessos ou duas fachadas principais: uma que dá para uma rua ou avenida – no caso das ocupações mais consolidadas, como nos bairros Valinhos, vila Industrial e Vera Cruz, os terrenos confrontam-se com a avenida Rio Grande e rua Santa Cruz – e a outra face confronta-se com a via férrea. A tipologia arquitetônica das edificações construídas sobre terrenos irregulares apresenta, em geral, o mesmo padrão construtivo das residências em seu entorno, edificadas sobre terrenos regularizados. Formalmente integradas aos bairros onde estão inseridas, torna-se difícil a distinção entre vila e bairro.

A mais consolidada das ocupações nas margens de ferrovias possivelmente é a ocupação da vila Popular, trecho que tem como fator de consolidação a segurança de posse da terra, cujos terrenos da Av. Sete de Setembro estão em parte regularizados e em vias de regularização. Pertencente ao Setor Urbano 19, denominado Rodrigues, que engloba a vila Rodrigues e a vila Popular, localizado na porção centro-oeste da cidade. O Setor 19 faz limite à noroeste com o Setor 1, onde estão localizados a vila Vergueiro e o bairro Centro; à nordeste com o Rio Passo Fundo e Setor 04, que inclui o bairro Petrópolis, o Loteamento Invernadinha, o Distrito Industrial e o Loteamento Cidade Universitária, e à leste com o Setor 06, região da vila Cruzeiro e vila Alice. No limite entre vila Popular e bairro Centro se localizam a Estação Rodoviária de Passo Fundo, construída em 1975<sup>35</sup>, o Bourbon Hipermercado cuja construção data de 1999, uma realocação do antigo mercado existente em terreno à frente, de 1977<sup>36</sup>, e a retomada de terras kaingang *Goj Jur*<sup>37</sup> que resiste em terreno estreito entre rodoviária e hipermercado, nas margens do Rio Passo Fundo, desde 2018 (PMPF, 2006; 2017a). A Figura 24 mostra cartografia da Popular em relação a seu entorno imediato:

---

<sup>35</sup> <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=449211&view=detalhes>

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.grupozaaffari.com.br/linha-do-tempo/>>

<sup>37</sup> A tradução do kaingang para português de *Goj Jur* é Rio Nascente. Disponível em: <<https://rduirapuru.com.br/cidade/fugindo-de-conflitos-indigenas-organizam-aldeia-e-mudam-realidade-de-terreno-proximo-da-rodoviaria/>>. Acesso em 12 de abril de 2020.

Figura 24 - Vila Popular em relação a seu entorno imediato



Fonte: elaboração da autora, 2019.

No território da vila Popular estão localizados diversos tipos de urbanidades, desde uma área considerada aglomerado subnormal pelo IBGE (2011b), denominada Cruzeiro, duas ZEIS tipo 3, que em certa medida se sobrepõe ao aglomerado subnormal, territorialidades que são enfoque dessa análise de trabalho de campo, e importantes equipamentos públicos da cidade, como o Hospital Beneficente Dr. César Santos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e diversos comércios de autopeças mecânicas e materiais recicláveis, especialmente ferros. De nordeste a sudeste, na divisa com o bairro Petrópolis e vila Cruzeiro se localiza o elevado onde foi implantada a nova via férrea. De sudoeste a sudeste é limitada pela Av. Sete de Setembro. Nos terrenos junto ao elevado, na porção nordeste, estão instaladas as empresas Rumo e Cimpasso Cimentos; nos terrenos remanescentes da via férrea da porção sudeste há uma ocupação irregular. O enfoque da pesquisa de campo é especificamente sobre a porção de terra de sobreposição entre o terreno considerado aglomerado subnormal Cruzeiro e a ZEIS 3, local que atualmente os moradores identificam como parte da vila Popular. A Tabela 14 organiza a quantidade de moradores e domicílios na favela Cruzeiro a partir de levantamentos da PMPF e do IBGE.

**Tabela 14** - Domicílios e famílias vivendo na ocupação Cruzeiro

Lotes /Domicílios	Lotes (2009)	Domicílios (2010)	Moradores (2010)
Unidades	180	220	743

Fonte: elaboração da autora sobre PMPF (2009) e IBGE (2011a).

Em 2010 o IBGE identificou que haviam 743 moradores no aglomerado subnormal Cruzeiro vivendo em 220 domicílios, uma média de 3,4 moradores por domicílio. Cruzeiro seria o aglomerado subnormal com maior quantidade de domicílios e moradores de Passo Fundo, com 31,42% dos domicílios de aglomerados subnormais da cidade de um total de 700 e 30,60% dos moradores habitantes de aglomerados subnormais do total de 2.428. Levantamento realizado pela PMPF (2009) identificou 180 lotes irregulares no Bairro Cruzeiro em terrenos remanescentes do antigo traçado da via férrea.

Tendo em vista que os estudos existentes acerca das favelas, vilas e ocupações na cidade de Passo Fundo são de caráter quantitativo e, ainda assim, abarcam poucas classes de informações que nos permitam compreender como são, de fato, as condições socioespaciais dessas vilas, o estudo prossegue em uma investigação de

caráter qualitativo que tem o trabalho de campo e a prática etnográfica como base. O Item 4.2 explicita as técnicas de pesquisa utilizadas para a realização da pesquisa qualitativa.

#### **4.2) PROCEDIMENTOS: DA ETNOGRAFIA À CARTOGRAFIA**

A descrição dos processos históricos e das trajetórias socioespaciais que incidem sobre Záchia e Popular foi produzida a partir do trabalho de campo com observação (BECKER, 1999), realizado nesses territórios entre agosto e outubro de 2019. Parte-se da memória social (BOSI, 1979), transmitida pelos moradores desses espaços através de entrevistas sociobiográficas não-diretivas, como uma fonte possível de informações que permite criar narrativas endógenas à essas vilas, informações cujas perspectivas não constam nos documentos que historicizam a cidade. O trabalho de campo foi realizado em consonância com a prática etnográfica (VELHO, 1978; STRATHERN, 2014), criando dois “campos” para o trabalho, o primeiro, o local “exótico” onde foi realizado o levantamento de informações e buscou-se familiarizar-se com o diferente, e o segundo, o campo da escrita, local “conhecido” no qual se objetivou estranhar o familiar. A cartografia desempenhou um duplo papel no trabalho de campo: de aproximação ao primeiro campo e de justaposição de memórias no segundo campo.

A chegada ao trabalho de campo no Záchia e na Popular foi antecedida por pesquisas em documentos da PMPF, em jornais locais (O Nacional, Rádio Uirapuru), em blogs e páginas de redes sociais e em mapas aéreos produzidos por satélite, a fim de situar a pesquisa com a maior quantidade de informações possíveis. Como forma de aproximação aos territórios em análise foram produzidos croquis cartográficos.

A cartografia do Záchia, na Figura 25, espacializa as conquistas de elementos de infraestrutura e equipamentos públicos divulgadas na página Associação de Moradores do Bairro Záchia<sup>38</sup>. O mapa mostra o Záchia e parte do seu entorno, destacada em vermelho a rodovia BR-285, barreira física entre o tecido consolidado da cidade e o Záchia. A área do loteamento foi hachurada com linhas verticais, os territórios em cujos espaços foram informadas conquistas de infraestrutura estão

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacaodemoradoreszachia/>>. Acesso em 07 de agosto de 2019.





ocupações junto à via férrea e desconhecerem qualquer vizinho que tivesse vindo dessa ocupação.

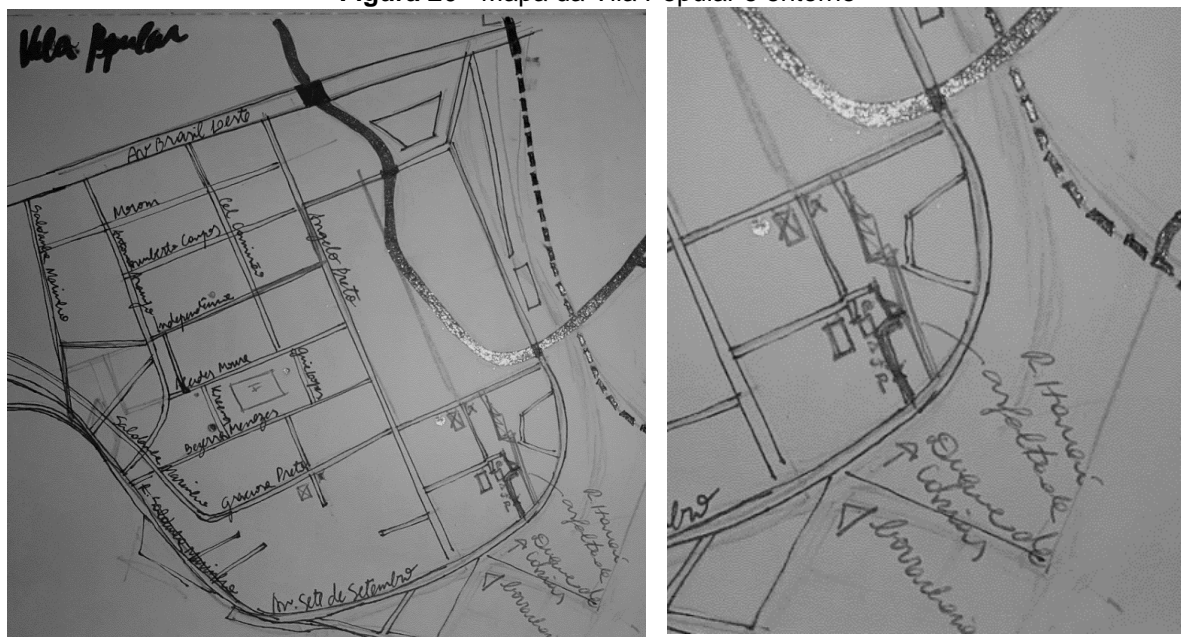
Visto a impossibilidade de encontrar essa conexão a partir dos moradores do Záchia, buscou-se o contato institucional a partir da UPF e de uma escola do bairro Primeiro Centenário, um dos bairros com ocupações Beira-Trilho consolidadas. Os(as) representantes institucionais indicaram alguns nomes de habitantes das ocupações nas imediações da Av. Rio Grande e R. Santa Cruz, no bairro Valinhos. Apesar das indicações, nesse território não foi possível realizar as entrevistas por não ter encontrado pessoas dispostas a participar da pesquisa. Dentre as cinco pessoas indicadas por contatos institucionais, duas delas não foram encontradas nos endereços indicados, uma não estava em casa e o endereço da segunda pareceu inexistente devido à irregularidade na numeração.

Das três pessoas com quem se conversou, uma delas respondeu que não tinha interesse em participar por sua avançada idade, outra respondeu com descrença em relação às pesquisas acadêmicas, afirmando que as pesquisas realizadas por universitários não trazem retorno algum à comunidade. Houve um morador disposto a participar da pesquisa, porém sua resposta afirmativa não inspirou confiança em realizar a entrevista. Isso porque quando feito o convite para participar da entrevista, momento em que o morador trabalhava junto a sua residência separando materiais recicláveis, um conhecido seu que presenciou o convite, durante todo o tempo de nossa conversa, manuseava duas frações do cano de uma espingarda que havia sido descartada de forma a recompor a arma. Esse gesto soou como uma ameaça para a pesquisadora, que decidiu ser o momento de desistir de pesquisar nesse espaço. Para Zaluar (2009), não há fórmulas para se prevenir dos perigos que podem acontecer em um trabalho de campo, o pragmatismo metodológico adquirido a partir da experiência seria a melhor forma de se desvencilhar de armadilhas encontradas no meio do caminho: “a arte de se relacionar e a criatividade em fazer as perguntas certas a pessoas certas não se aprende em textos acadêmicos, mas na experiência vivida, na atenção redobrada para ‘saber entrar’ e ‘saber sair’” (ZALUAR, 2009, p. 568).

A impossibilidade de pesquisar na ocupação Beira-Trilho localizada no bairro Valinhos, que em um primeiro momento pareceu um elo de pesquisa rompido, contribuiu na ampliação de horizontes ao buscar um novo “campo” para o trabalho, encontrado na vila Popular, território onde se localiza uma das mais antigas e

consolidadas ocupações nos terrenos que margeiam as ferrovias da cidade. A Figura 26 espacializa a vila Popular e seu entorno, croqui produzido com referência de imagem de satélite, parte integrante do diário de campo, produzido após a primeira visita do trabalho de campo.

**Figura 26** - Mapa da Vila Popular e entorno



Fonte: croqui da autora baseada em Google Earth (2019).

A cartografia à esquerda apresentada mostra um trecho da cidade circundado pela Av. Brasil Leste, trecho oriental da avenida principal da cidade, que a cruza de leste a oeste passando pelo Centro. As ocupações da Popular, denominadas pelo IBGE e PMPF de Cruzeiro, estão localizadas entre a Av. Sete de Setembro e o Rio Passo Fundo na parte central da figura. Cruzando esse setor da cidade estão o Rio Passo Fundo e o trecho da ferrovia que passa sobre o elevado em linhas tracejadas. O detalhe, à direita, amplia a área de estudo: a Av. Sete de Setembro e o Rio Passo Fundo são limites físicos e estruturantes desse espaço que aparece conformado por quatro quarteirões. No mapa estão destacadas a Rua Havaí, beco asfaltado que passa por dentro das ocupações e a borracharia, ponto de referência na Popular, localizada na esquina da Av. Sete de Setembro com a R. Duque de Caxias.

Os interlocutores de pesquisa ou informantes, habitantes do Záchia, foram escolhidos com base em uma rede comunitária que foi acessada a partir de um contato institucional na escola do bairro. Esse contato indicou uma interlocutora que exerce função de liderança comunitária em uma das ocupações do Záchia, que por sua vez

indicou as moradoras mais antigas da ocupação. Deu-se início a uma rede de 17 informantes no Záchia que, partindo da ocupação mais recente, alcançou alguns dos moradores mais antigos do loteamento. Também na Popular o primeiro contato foi institucional, a partir de um centro religioso assistencial na comunidade que indicou uma moradora da mais recente ocupação, a primeira de uma rede de 7 informantes na Popular. Ainda que 12 pessoas tenham sido indicadas na Popular, apenas 7 aceitaram responder as entrevistas, as outras cinco alegaram não ter interesse em ser respondente de uma entrevista, não gostar de falar ou optaram por não atender a porta quando na data marcada para a entrevista.

O trabalho de campo foi planejado com vistas a entrevistar 15 pessoas em cada comunidade, no entanto, na Popular não foi possível atingir a quantidade de entrevistas planejada; assim mesmo parece mais relevante apresentar as informações coletadas, tendo em vista que não se tem registros de trabalhos qualitativos em que figure a memória social e a trajetória socioespacial da vila Popular. Dentre as sete pessoas que responderam na Popular, três não permitiram a gravação e visivelmente mediram suas palavras. Ainda que a temática do tráfico de drogas não fizesse parte dos tópicos abordados pela pesquisadora na entrevista, algumas dessas pessoas abordaram o assunto do tráfico na comunidade, hesitando entre a vontade de explicitar algumas dinâmicas cotidianas e o receio de falar sobre isso temendo serem prejudicadas. No total foram realizadas 24 entrevistas, nas quais havia um respondente principal e algumas vezes algum familiar acompanhava e complementava as informações com suas visões. O Quadro 10 organiza os interlocutores de pesquisa e as territorialidades onde vivem de acordo com a condição jurídico-urbanística do espaço:

**Quadro 10** - Interlocutores(as) entrevistados

<b>Território</b>	<b>Territorialidade por sua condição jurídica</b>	<b>Entrevistados</b>
<b>Záchia</b>	Regularizado (loteamento)	5
	A regularizar (ZEIS)	1
	Irregular (ZPR e ZRA)	2
	Irregular (privado)	9
	<b>Total</b>	<b>17</b>
<b>Popular</b>	A regularizar (ZEIS)	5
	Irregular (particular)	2
	<b>Total</b>	<b>7</b>
<b>TOTAL</b>		<b>24</b>

Fonte: elaboração da autora sobre PMPF (2017b) e dados do trabalho de campo (2019).

No Záchia foram entrevistados cinco moradores de terreno regularizado, o loteamento, e 12 moradores habitantes de 3 ocupações, das quais uma é demarcada como ZEIS no PDDI, e outras duas são irregulares, sendo uma área privada e outra terreno de proteção ambiental, demarcadas como ZPR e ZRA. Na Popular foram entrevistadas sete pessoas, cinco delas habitantes de duas ocupações reconhecidas como ZEIS e duas moradoras de ocupação irregular sobre área particular.

A entrevista era marcada com antecedência em local previamente combinado, na maioria das vezes nas residências dos(as) interlocutores(as), que cederam o espaço de suas salas e/ou cozinhas em suas residências, tendo algumas entrevistas sido realizadas nas varandas, parte da casa comumente utilizada como local de reuniões comunitárias por ser mais ampla. Outras entrevistas foram realizadas em locais públicos e de trabalho: o Campo de Futebol do 13 de Abril, pequenos comércios locais e o pavilhão de reciclagem da Cooperativa Amigos do Meio Ambiente (COAMA).

No momento da entrevista a gravação do áudio era o único recurso verbal utilizado para registro, se consentida pela pessoa entrevistada, visto que era necessária plena atenção para o prosseguimento da entrevista e encadeamento de temáticas que não seguiam uma estrutura linear, a depender do interesse de aprofundamento do interlocutor em um ou outro assunto. As entrevistas tiveram duração de trinta minutos a três horas cada.

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro contendo tópicos com questões sobre a história de vida do(a) interlocutor(a) associada à trajetória espacial e territorial. O roteiro estava dividido em cinco itens: a) características do entrevistado; b) redes de apoio; c) vida cotidiana; d) memória e trajetória; e) território e casa habitados. O item a) abordava os temas de faixa etária, naturalidade, escolaridade e racialidade. O item b) abordava as redes familiares e de solidariedade. O item c) questionava sobre as atividades laborais e de lazer, utilização de equipamentos públicos de saúde e de comércio. O item d) abordava o passado, os deslocamentos migratórios, os lugares onde o(a) interlocutor(a) estudou e trabalhou. O item e) tratava sobre as territorialidades habitadas e vividas na vila, características da vila quando chegou ao espaço, principais mudanças e o provimento de infraestrutura. Mesmo que tivesse o roteiro como base, nem sempre a entrevista corria na ordem planejada: o(a) interlocutor(a) era agente desse processo à medida que aprofundava a entrevista em assuntos nos quais tinha mais interesse em desenvolver. Alguns aprofundavam-se

em suas histórias de vida e trajetórias familiares, outros enfocavam nas conquistas comunitárias, na qual tinham papel ativo.

O item a) trazia questões sobre a idade, naturalidade, escolaridade e identificação de cor ou racial, em que se perguntava como o interlocutor se identifica racialmente. Muitas vezes a questão da identificação racial não era compreendida, quando isso acontecia, eram citadas as classificações do IBGE, branco, preto, pardo, indígena, amarelo, agregando as opções mestiço e nenhum. Para a coleta e análise de dados foi utilizada a abordagem da autodeclaração, não havendo a heteroidentificação.

O item b) abordava as redes familiares e de solidariedade, com quem a pessoa entrevistada vive, se tem família ou amigos vivendo nas territorialidades próximas. A maioria, 20 de 24 pessoas, tinham familiares vivendo em outro domicílio da mesma vila. O item c) sobre o cotidiano abordava as atividades laborais, os espaços onde eram realizados os trabalhos, o formato de deslocamento a esses espaços, compilando informações sobre o(a) interlocutor(a) e sua rede familiar: mãe, pai, cônjuge, filhos e irmãos. As relações laborais apareceram em sua maioria precarizadas e não regulamentadas, tanto para pessoas que trabalharam na cidade quanto para aquelas que trabalharam no campo. Também foi tratado sobre a utilização de equipamentos públicos de saúde, os espaços comerciais onde compra alimentos e os espaços de lazer que frequenta.

O item d) sobre trajetória e memória questionava sobre os espaços vivenciados no passado, locais onde estudou, trabalhou, deslocamentos migratórios ou mudanças de residência dentro da cidade, meio de transporte para realizar os deslocamentos e as motivações para deslocar-se. O item e) abordava as características e transformações da territorialidade vivida, há quanto tempo vive na comunidade, quem indicou o local para morar, quais as transformações produzidas em sua casa. Também foi questionado sobre a infraestrutura do território e quais as mudanças que aconteceram na vila desde que o(a) interlocutor(a) conheceu o espaço. Ao final pedia-se a indicação de moradores antigos da vila para serem entrevistados.

As visitas a campo aconteciam de duas a três vezes por semana para a realização de entrevistas, nesses dias aproveitava-se o período anterior à entrevista para circular pelo território e observar. Nas primeiras idas ao Záchia percorria-se o trajeto completo do ônibus dentro do bairro como forma de reconhecimento do bairro, territorialmente

extenso, e do percurso da linha de transporte. A partir da terceira semana frequentando o bairro, já com maior entendimento da espacialidade, os períodos anteriores ou posteriores às entrevistas eram utilizados para caminhadas pelo Záchia, momentos em que a pesquisadora aproveitava para fotografar algumas partes do bairro.

Para chegar ao Záchia eram utilizadas duas linhas de ônibus, uma intermunicipal, tomada na Av. Flores da Cunha ou na Estação Rodoviária de Carazinho, descendo na Av. Brasil Oeste em frente ao Colégio Notre Dame, no Centro de Passo Fundo. Duas quadras distante da parada do ônibus intermunicipal, na Av. Brasil Centro, em frente ao Acervo Histórico Regional (AHR) se tomava a linha de ônibus “15 São Luiz / Záchia” no sentido Záchia, onde eram adquiridos os vales-transportes vendidos por imigrantes senegaleses. O trajeto percorrido durava cerca de uma hora e quarenta e cinco minutos e para voltar o procedimento era o mesmo, em sentido contrário. Acessar a vila Popular era mais simples, sendo necessário utilizar a linha de ônibus intermunicipal cujo ponto final é na Estação Rodoviária de Passo Fundo, que dista três quadras da vila Popular, trajeto percorrido caminhando.

O AHR foi um importante centro de pesquisa documental que propiciou a complementação das informações qualitativas obtidas no trabalho de campo. No AHR foram consultadas matérias do jornal O Nacional da década de 1980. O final das entrevistas para a pesquisadora era marcado pela elaboração de textos no diário de campo para assinalar as observações sobre a vivência de entrevista e do mundo social observado. Esse diário por vezes era escrito e algumas tantas outras foi gravado em áudio, forma mais flexível de diário que permite que o registro seja feito enquanto se está em trânsito entre o local de pesquisa e a volta à casa. Textos elaborados no segundo “campo” (STRATHERN, 2014) que por vezes era espaço residencial e em tantas outras as estações de ônibus ou rodoviárias, caminho intermediário do percurso entre primeiro “campo” e segundo “campo”. O trecho que segue retrata a forma de chegada da primeira visita a campo, exceção em relação ao meio de transporte que foi utilizado, transporte particular, que demonstra a adaptação da pesquisadora em uma cidade quase desconhecida:

Domingo, precisando chegar até o Záchia, na Praça Tochetto esperando o ônibus, atrasado, decidi pegar um táxi. “Preciso que me leve até o Záchia”, disse ao motorista, um senhor de aproximadamente 60 anos. “Lá no PROMORAR?”, ele perguntou. Respondi que sim. “Até lá é muito chão. O

que tu está indo fazer lá nas brasílias?” (...) Cruzamos praticamente toda a cidade até a extremidade norte, chegamos à BR-285 em direção oeste, passamos por indústrias na rodovia, até que vejo o Záchia. Ligo para a moradora da Ocupação 4 que irá me receber e aviso que estou chegando, pergunto: “Como faço para chegar até a tua casa?”, ela responde “Sabe a (rua) Sonho Real?”, respondo negativamente, “Sabe a (rua) 28 de Maio?”, outra vez respondo que não: “Ah, ninguém sabe, é sempre uma dificuldade pra explicar onde eu moro” (trecho do diário de campo, 15/04/2019).

### 4.3) ZÁCHIA, DO LOTEAMENTO ÀS OCUPAÇÕES NO LIMIAR RURAL-URBANO

Quem chega ao Záchia, antes de adentrar o bairro, confronta-se com uma paisagem que é um conjunto de espaços agroindustriais, lavouras agrícolas e ocupações urbanas. Os espaços agroindustriais são compostos por empresas de logística e de armazenamento e processamento de grãos, a sudoeste do bairro. De oeste a sul, a rodovia BR-285 produz uma forte barreira física ao acesso da população residente no Záchia ao tecido da cidade. Na margem oposta ao Záchia, do outro lado da rodovia, foi construída, nos anos 2000, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Araucária da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). De norte a sudeste o elemento limítrofe é o Rio Passo Fundo, que separa o bairro do espaço rural, e de norte a oeste, granjas que cultivam lavouras de soja.

**Figura 27** - Acesso ao Záchia, esquina da BR-285 com a R. Francisco dal Conte



Fonte: montagem da autora sobre imagens do Google Street View (2017).

O Záchia é território composto por pelo menos seis territorialidades em um terreno urbano que faz limite com a área rural norte do município de Passo Fundo. A primeira territorialidade estabelecida nesse terreno é o loteamento habitacional produzido pela COHAB e PMPF, inaugurado em outubro de 1984, em que foram assentadas 620 famílias de baixa renda. O terreno onde foi implantado o loteamento foi adquirido pela PMPF, que o comprou da família Barbosa, a quem antes a gleba pertencia, e até então era utilizado para cultivos agrícolas como plantações de trigo e feijão. As outras cinco territorialidades são ocupações urbanas que desde os anos 1990 são territorializadas por famílias e grupos cujos processos de territorialização perpassam diferentes formatos de organização. Ainda que sejam cinco ocupações, suas denominações

referem-se até a quarta, por haver uma repetição do numeral 1 na nomenclatura das ocupações. Isso porque as ocupações só começaram a ser assim denominadas pelos ocupantes e moradores do Záchia a partir da organização coletiva da Ocupação 1, que ocorreu em 2005. Até então, a Primeira e a Segunda ocupações eram chamadas invasões.

Junto à rodovia BR-285 está a Ocupação 4, mais recente dentre as territorialidades, de 2013. A visual da Ocupação 4 impressiona quem passa pela BR-285 pela quantidade de casas e barracos construídos em terreno extenso, comparável ao tamanho do loteamento habitacional, conforme se vê na Figura 28, fotografia da Ocupação 4 vista da BR-285.

**Figura 28** - A Ocupação 4 vista da rodovia BR-285



Fonte: foto da autora, 2019.

Território heterogêneo, o Záchia apresenta grandes discrepâncias se comparadas suas territorialidades, em relação à infraestrutura urbana, ao provimento dos serviços de equipamentos públicos e à arquitetura de suas habitações. O espaço mais bem provido de equipamentos e infraestrutura é o núcleo regularizado do bairro, o



loteamento habitacional, conforme se pode ver na imagem que segue, uma vista da Av. Luiz Ernesto Fazolo, também conhecida como “A Principal”.

**Figura 29** – O Loteamento Habitacional visto da Av. Luiz Ernesto Fazolo.



Fonte: a autora, 2019.

A fotografia, a partir da Av. Luiz Ernesto Fazolo, mostra uma via asfaltada de mão dupla, com estreitos passeios públicos, uma lombada para controle de velocidade dos automóveis e placa de sinalização, elementos resultantes de uma obra que foi inaugurada em 2018<sup>40</sup>. Postes elétricos de concreto, residências construídas em alvenaria, em sua maioria térreas, com destaque para a residência à direita, com dois pavimentos, algumas das quais possuem acabamentos externos (reboco, pintura) e outras sem acabamentos. Completam o cenário alguns carros estacionados ao fundo que direcionam o olhar do observador para o grande elemento construído no centro da foto: um conjunto de seis silos metálicos que já faz parte da paisagem do bairro, construído no terreno vizinho, uma empresa de logística e armazenamento de grãos de soja.

Recém implantado, o loteamento contava com a mais básica infraestrutura, havia apenas água e luz: “Parece fim de mundo... eu chorei mais de vinte dias quando eu vim morar aqui, porque era um deserto, guria, era muito triste”, relatou uma das primeiras moradoras. Não havia pavimentação viária, “era tudo estrada de chão”, tampouco havia calçadas, arborização, iluminação pública ou rede de esgoto sanitário. Até mesmo chegar ao loteamento era um procedimento complexo: não havia linhas de ônibus que transportassem os moradores até o local. Acessar o loteamento

---

<sup>40</sup> Conforme reportagem do Jornal O Nacional. Disponível em: <<https://www.onacional.com.br/cidade,2/2018/05/04/canalizacao-e-urbanizacao-no,83630>>. Acesso em 01 de maio de 2020.

demandava pegar um ônibus que deixasse próximo à antiga sede da COOPASSO (Cooperativa Tritícola de Passo Fundo), no bairro Valinhos, e caminhar cerca de 2 quilômetros para chegar em casa. O terreno da COOPASSO, em espaço ainda periférico, onde está implantado o Distrito Industrial, era naquele momento ainda menos ocupado; ao obstáculo de caminhar em local “deserto” agregava-se o desafio de atravessar caminhando a rodovia BR-285, ou “o asfalto”, como se referem os moradores. Passadas mais de três décadas da implantação do loteamento, uma parcela dos moradores tem a prática de atravessar caminhando a BR-285 para acessar os serviços da cidade, quando não há dinheiro para pagar a passagem de ônibus.

Os terrenos projetados pela COHAB em geral tinham dimensões de 12 x 25 metros, exceto os localizados nas esquinas, que eram um pouco maiores. Em cada terreno foi construído um embrião, módulo habitacional de 20 metros quadrados (5m x 4m) composto por um cômodo e um banheiro, previa-se a futura ampliação pelos moradores. Havia três tipologias de implantação dos embriões no lote: isolado no terreno, geminado com a construção do terreno ao lado, e agrupado em quatro módulos, no centro geométrico de quatro terrenos. Todos os embriões eram entregues às famílias com as paredes de alvenaria sem acabamento de reboco, apenas com aplicação de chapisco, argamassa grosseira aplicada às paredes de alvenaria para a posterior aderência do reboco. Os módulos de quatro casas agrupadas eram entregues no contrapiso, ou seja, apenas com a base de concreto rústica para a posterior aplicação de piso, enquanto os módulos geminados e isolados no terreno tinham piso de cimento queimado. Os moradores contornavam a situação da falta de acabamentos no piso pintando ou aplicando cera, para que se tornasse mais simples de limpar, até que tivessem condições financeiras de comprar e assentar o piso.

Ao descrever sua primeira visita ao loteamento, logo que ficaram prontas as unidades habitacionais, uma interlocutora explicita sua primeira impressão sobre o bairro: “Parecia um cemitério. Aquelas casinhas... bem parecido”. É possível apreender de sua fala que a materialização do loteamento representava algo muito diferente, e talvez contrário, do que esperava de um lugar para viver: grande quantidade de pequeníssimas edificações a perder de vista e espaço visualmente homogêneo pela impessoalidade das edificações implantadas. Os mais antigos moradores descrevem a casa como uma “peça”, salientando que o que lhes foi oferecido não era uma casa,

em terreno que consideram grande, cujas dimensões estariam de acordo com suas expectativas.

As famílias que tinham recursos financeiros modificavam as células habitacionais ainda antes de se mudarem, construindo os chamados “puxadinhos”. Mais comum era a construção de varandas, que permitiam a execução de tarefas em ambiente aberto e coberto, um formato de construção que não demanda os custos dos fechamentos laterais. Núcleos familiares se uniram para comprar embriões geminados, o que possibilitava a demolição da parede central e a ampliação entre edificações.

Com o passar dos anos, “com o tempo de trabalho”, salienta antiga moradora, à medida que melhoravam as possibilidades financeiras, tornava-se possível ampliar a casa, inicialmente utilizando a madeira como principal material. O uso dos espaços se modifica ao longo do tempo: o que um dia foi uma garagem se transforma em uma peça para abrigar outro núcleo familiar quando os filhos crescem e constituem família. Muitos dos elementos construtivos das casas, como portas e janelas, são provenientes de doações de amigos, conhecidos e chefes de trabalho, uma prática de solidariedade que é bastante comum no Záchia.

Além das possibilidades de obtenção dos materiais de construção por compras ou doações, as famílias moradoras do Záchia praticam sistemas de trocas que envolvem outras moedas além do dinheiro: podem abranger objetos e serviços, e estão fundados principalmente na confiança mútua. Essa confiança permite que o contrato estabelecido seja verbal, que o dinheiro seja entregue parcelado (e, quando não entregue, haja uma flexibilidade de negociação) e que se troquem variados objetos por apenas um objeto de maior valor social, ou ainda que sejam trocados objetos por serviços. Foram relatados os casos de uma casa que foi adquirida na troca de um carro somado a uma diferença paga em dinheiro; o serviço de construção de uma casa que era pago semanalmente em dinheiro e artigos para a casa, incluindo cobertores; e a compra de um automóvel, pago em dinheiro parcelado que era entregue a um intermediário, em determinado momento o dinheiro não foi entregue e foi necessário renegociar a dívida. Essas práticas de trocas são popularmente conhecidas como “rolos”.

Para viver no conjunto habitacional era necessário adquirir o direito de compra do imóvel da COHAB através de um parcelamento via carnê, mensalmente pago. O

procedimento de compra era realizado na então sede municipal da COHAB, que se localizava na Rua Fagundes dos Reis, região central de Passo Fundo. Antes de consolidar a venda, a equipe técnica da COHAB acompanhava os possíveis compradores até o loteamento, em fase de finalização, com as “peças” já construídas, para que pudessem conhecer e ter ciência do que estavam adquirindo; não era possível comprar sem fazer essa visita.

A instabilidade financeira das famílias nem sempre permitia que se pagasse a prestação da residência todos os meses, por isso algumas famílias utilizavam-se de determinadas estratégias para o pagamento, como aguardar o recebimento de algum benefício social, como o Programa de Integração Social (PIS) para quitar partes da dívida. A quitação da dívida era uma preocupação que atingia grande parte da comunidade; por volta do início da década de 1990 uma líder comunitária divulgou a informação de que a COHAB iria renegociar as dívidas por um bom valor, que todos conseguiriam pagar. Dentro de alguns meses representantes da COHAB estiveram no Záchia para negociar a quitação das residências. Possivelmente essa negociação foi realizada em virtude da então futura extinção da COHAB no Rio Grande do Sul, que encerrou seus serviços em 1995 (RS, 2019). Nem todas as famílias adquiriram suas casas via carnê, algumas que moravam na periferia, em locais com ainda menos infraestrutura se comparados ao Záchia, sem água nem luz, trocaram suas casas com algum familiar, amigo ou conhecido.

A troca de casas é uma prática vigente para muitas das pessoas moradoras do Záchia, circunstância para a qual são produzidos, algumas vezes, contratos de gaveta. Quando a casa está localizada em uma ocupação, o contrato especifica a mercadoria da troca: a casa e seus componentes materiais – madeiras, esquadrias, telhado –, o terreno não deve constar no contrato por não haver título de propriedade. No caso de uma residência ser maior que a outra, ou seu material ser de maior valor que o da outra, deve-se dar uma “volta”, ou seja, algum valor a mais, seja em dinheiro ou outro objeto, que compense a troca para ambos.

A solidariedade e as ações coletivas são uma marca do grupo social que habita o Záchia; ações coletivas que se fizeram necessárias desde o momento em que se mudaram ao bairro, nos anos 1980. A mudança no nome do bairro, de PROMORAR para José Alexandre Záchia, foi uma das primeiras causas que tornou necessária a união da comunidade. Para os moradores, o antigo nome do bairro era um grande

problema. Estigmatizado na cidade, encontrar trabalho era uma tarefa complexa para quem vivia no PROMORAR: bastava preencher seu endereço na ficha empregatícia para ter a certeza de não ser chamado para trabalhar.

Esses estigmas eram relacionados principalmente à forte onda de violência nos primeiros anos de implantação do bairro; violência relacionada ao assentamento de grande quantidade de famílias sem vínculo algum, desconhecidas umas às outras. Os principais veículos de propagação desses estigmas eram as rádios e jornais de circulação municipal. Para contornar a dificuldade de encontrar emprego, muitas pessoas forneciam aos possíveis empregadores o endereço de algum conhecido que morava em outra parte da cidade. Esse foi um dos motivos que pesou na decisão de ir embora, para aqueles que o fizeram. Em uma ação coletiva, foram recolhidas assinaturas em um abaixo-assinado reivindicando a mudança legal do nome do bairro, que recebeu o nome de José Alexandre Záchia, político que foi deputado estadual do Rio Grande do Sul na década de 1960; esse nome foi cogitado por indicação de um vereador da câmara de Passo Fundo. Para um antigo morador, essa foi uma ação de “político homenageando político”.

A mobilização coletiva é uma via encontrada pela população do bairro para conquistar melhorias de infraestrutura e serviços no bairro. Um habitante antigo resume: “O bairro é uma série de mobilização, né. Porque no começo ali não tinha nem linha de ônibus, não tinha nada. Foi só jogar o povo lá e se vira, não tinha nem escola”. A primeira linha de ônibus fazia um percurso curto dentro do bairro, percorrendo apenas a Av. Luiz Ernesto Fazolo. No final dos anos 2010, são duas linhas de ônibus que servem à população do bairro, com um intervalo de 15 a 20 minutos durante o dia, as linhas “15 São Luiz-Záchia”, que cruza a cidade de sudeste a nordeste, do bairro São Luiz Gonzaga ao Záchia, passando pelo Centro e pela Estação Rodoviária, e a linha “24 Záchia-Universidade” que vai do Centro ao Záchia.

Para os moradores mais antigos do loteamento do Záchia, mudou muita coisa desde que chegaram ao bairro, em meados dos anos 1980. O primeiro equipamento público do bairro foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dirce Machado Carrion, cujas atividades se iniciaram por volta de 1986, dois anos após a inauguração do loteamento. A escola tinha como sede um prédio de madeira na esquina entre as ruas Manoel Borges e Pantaleão Bolner, extremidade oeste do bairro. Em 1992 foi construída nova edificação para abrigar a EMEF Guaracy Barroso Marinho, em

terreno próximo à entrada do bairro, na Rua Francisco dal Conte. Salienta-se que ambos os terrenos estão fora do traçado do projeto original do bairro, que não contemplava qualquer equipamento público.

As intensas transformações pelas quais passou o loteamento habitacional do Záchia, importantíssimas sob o aspecto das conquistas de infraestrutura e dos processos coletivos que permitiram essas conquistas, não se resumem à infraestrutura: a transformação da arquitetura das habitações, seja no loteamento habitacional ou nas ocupações, é um processo constante. No loteamento regularizado essas mudanças são bastante mais evidentes devido à passagem do tempo, que permite consolidações, transformações e rupturas de padrões, é possível notar transformações socioeconômicas da população a partir da transformação das residências. Na Figura 30 podemos ver um contraste tipológico entre duas residências, duas habitações do loteamento original entregues pelo poder público como embriões.

**Figura 30** - Contraste de tipologia arquitetônica na R. Hugo Busato.



Fonte: a autora, 2019.

A habitação da esquerda é um típico embrião que sofreu poucas alterações em relação a seu formato inicial, edificação em meia água com pintura desgastada traz à esquerda uma cobertura que leva ao interior da residência, um típico puxadinho. Foi construído um muro na testada que dá privacidade à residência, e no espaço

reservado para a calçada, o piso é de chão batido. O passeio é mais uma das claras descontinuidades entre as residências, apenas contínuo no alinhamento, visto que o passeio da edificação vizinha se materializa em material quase oposto, um meio-fio de concreto e blocos de concreto intertravado. A habitação da direita passou por grandes transformações, destacando-se em seu entorno por seus traços de arquitetura modernista com linhas retas e volumes de paralelepípedo, uma varanda em pilotis, sua pintura é recente e a divisão entre espaço público e privado é feito em alvenaria e vidro. A tipologia da edificação à direita é popularmente denominada *mansão* pelos moradores do Záchia.

A mansão da foto não é a única mansão do bairro e faz parte de um conjunto de edificações que se destacam pela diferença de tamanho, materialidade e acabamento. Há mansões que crescem em altura, componentes de um seletivo grupo de edificações com dois pavimentos, e que em geral estão associadas a comércios locais que ocupam o térreo. O uso misto de algumas das mansões leva a crer que essa tipologia está vinculada a uma burguesia local que é proprietária de estabelecimentos comerciais, especialmente aqueles vinculados ao comércio de alimentos.

Além do núcleo habitacional regularizado, ao menos outras cinco territorialidades, as ocupações, compõem a diversidade de territórios existentes no Záchia. Já no início da década de 1990, formaram-se duas ocupações nas bordas do Záchia, a Primeira e a Segunda, na época chamadas invasões, nas partes nordeste e oeste do bairro, frações de terra desocupadas entre o loteamento regular e o Rio Passo Fundo. As ocupações se implantaram em um movimento difuso, cada família ocupando um terreno de forma nuclear, não havendo uma organização coletiva para a ocupação. Quando se instalaram essas ocupações não houve grande repercussão junto ao poder público, já que a gleba onde estão implantadas é mais reservada, localizada na parte posterior do loteamento formal, e não é disputada pelo mercado imobiliário por ser área de proteção ambiental. A Figura 31 retrata uma porção da Segunda Ocupação:

**Figura 31** - Segunda Ocupação do Záchia

Fonte: a autora, 2019.

A imagem mostra um espaço urbano provido de certa infraestrutura urbana, com postes de energia elétrica, vias asfaltadas e placas de sinalização, ainda que sem calçadas. As residências são construídas em alvenaria sem acabamentos, algumas das quais tem acabamentos externos (reboco, pintura) em partes pontuais da residência. Ao fundo uma das edificações cresce em altura, com três pavimentos. Algumas residências não apresentam separação física entre o lote e o espaço público enquanto outras têm cercas baixas de madeira.

A terceira territorialização temporal do bairro é a Ocupação 1, localizada em gleba na esquina das ruas Francisco dal Conte e Gaspar Egon Stangler, sua população constituiu-se por descendentes dos moradores do loteamento formal. Quando as famílias assentadas no loteamento cresceram e seus descendentes formaram outros núcleos familiares, colocou-se a necessidade de construir outras residências. Isso se tornou possível a partir do movimento de ocupação, visto que o Záchia está implantado em porção da cidade não planejada para expansão dos espaços residenciais. Para ocupar a área, então pertencente à CORSAN, cerca de 220 famílias se organizaram coletivamente em 2005. Essas famílias se dividiam em quatro grupos para deliberar questões sobre a ocupação; a organização de cada grupo ficava sob a responsabilidade de um dos quatro coordenadores, já os coordenadores levavam as discussões dos pequenos grupos a uma reunião geral. As reuniões eram realizadas



no Comitê da Ocupação, que era localizado em edificação na R. Gaspar Egon Stangler. A Figura 32 retrata o antigo Comitê da Ocupação 1:

**Figura 32** – Edificação que abrigou o Comitê da Ocupação 1.



Fonte: a autora, 2017.

Na edificação do antigo Comitê, um galpão de madeira, há uma faixa pendurada na extremidade direita onde se lê “Ocupação Záchia, Resistência Popular”. O Comitê era o local de reunião e deliberação de decisões dos integrantes da Ocupação 1. A Ocupação 1 esteve vinculada aos movimentos sociais em seu processo de formação, especialmente com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), movimento com o qual a comunidade da Ocupação 1 não tem mais vínculo. Com o MNLN alguns dos integrantes da Ocupação 1 participaram de eventos de formação de movimentos sociais, viajando a Brasília e ao Chuí, produzindo redes de trocas de experiências e informações entre atores sociais de todo o Brasil.

A divisão dos lotes e localização das vias internas ao terreno da Ocupação 1 foram planejadas coletivamente, contando com o trabalho de um agrimensor, para que os lotes tivessem dimensões regulares, de 10mx20m, e para que as vias não fossem muito estreitas. O planejamento e execução da Ocupação 1 tinha o intuito de que o local não se favelizasse, contou um dos organizadores. As vias internas foram nomeadas 28 de Maio e Sonho Real, nomes que se referem à data de entrada das famílias no terreno e à ocupação urbana Sonho Real, nessa ordem. A Ocupação Sonho Real foi uma ocupação urbana da cidade de Goiânia (GO) que faz parte da memória do processo de formação da Ocupação 1 como um símbolo de resistência na luta pela terra urbana. Isso porque em 2005, ano em que foi ocupado o terreno da Ocupação 1, a Ocupação Sonho Real foi violentamente removida pela força policial

em Goiânia, que desabrigou cerca de 14 mil famílias e assassinou duas pessoas (MENDONÇA, 2015).

No momento de ocupação do terreno, a Ocupação 1 era denominada Ocupação da CORSAN, em referência à empresa proprietária das terras sobre a qual se assentou. Tendo entrado em disputa judicial com a proprietária, a população da Ocupação 1 conseguiu o reconhecimento de seu terreno com sua demarcação como ZEIS 2 no PDDI (PMPF, 2017b). Ocupando uma parcela do terreno da CORSAN, o acordo de seus moradores era de não se expandir para além da área já ocupada, que representa cerca de 15% do terreno de propriedade da empresa.

No entanto, cerca de uma década depois, em 2013, outro grupo organizado decidiu por ocupar, ou invadir, como alguns moradores dizem, a área remanescente do terreno da CORSAN, conformando a Ocupação 4. A ocupação 4 faz divisa, de nordeste a sudeste com a Ocupação 1, a sudoeste com a rodovia BR-285 e a noroeste com uma granja em área rural do município. Para adentrar a Ocupação 4 pode-se usar a R. 28 de Maio ou a R. Sonho Real, outro caminho possível é o acostamento da BR-285, utilizado como passeio de pedestres por grande parte dos moradores. Da rodovia à ocupação é possível entrar através dos carreiros, estreitas passagens de terra que, nesse caso, vencem o desnível de altura de mais de 3 metros entre rodovia e Ocupação 4.

Em agosto de 2013, cinco pessoas pertencentes a duas famílias se organizaram para adentrar o terreno no período da noite, o primeiro movimento foi de atear fogo em parte do capinzal, ou capoeira, para assim limpar o terreno, no qual havia grande quantidade de cobras. Terreno de banhado, alagadiço, ainda em 2019 era possível ver animais silvestres, como cobras e capivaras, em terrenos que não haviam sido “limpos”. Naquele momento, cada família deveria demarcar seu terreno com estacas e carpir a terra, deixando o terreno propício para a construção da casa. Em 2019 eram cerca de 220 famílias vivendo na Ocupação 4. A Tabela 15 organiza a quantidade de famílias da Ocupação 4 no período 2013-2019.

**Tabela 15** - Famílias residentes na Ocupação 4.

	2013	2019	% Diferença no período 2013 - 2019
Famílias	2	220	110%

Fonte: elaboração da autora sobre dados do trabalho de campo (2019).

Em seis anos de existência, a população da Ocupação 4 cresceu em uma proporção de 110%. Muitos de seus moradores mudaram-se de outras territorialidades do Záchia, participantes de um intenso processo de mobilidade entre loteamento formal e ocupações do Záchia. Os moradores da Ocupação 4 que se mudaram do loteamento viviam no bairro formal em casas de aluguel e se informaram da possibilidade de moradia na Ocupação 4 através de suas redes de contatos, com vizinhos e colegas de trabalho. Já os moradores que vêm de outras ocupações do Záchia muitas vezes trocam de residência, trocas nas quais estão envolvidas a casa e muitas vezes uma “volta”, objeto de maior valor, como um carro, ou dinheiro. Também há moradores provenientes de outras ocupações e bairros periféricos de Passo Fundo e até de outras cidades.

Para viver na Ocupação 4 é necessário contatar e conversar com os coordenadores, preencher um cadastro que fica armazenado com a coordenação, e ir até a Secretaria de Habitação (SEHAB) de Passo Fundo e lá inscrever-se na lista do déficit habitacional da cidade como candidatos a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O futuro morador da ocupação deve entregar à equipe de coordenação o documento que comprove essa inscrição, e a coordenação da ocupação lhe indica um terreno onde possa construir sua casa. A regra é de que deve construir e ocupar seu terreno em até 30 dias, ou o terreno poderá ser disponibilizado a um próximo morador. Nem todos os moradores cumprem o acordo de preencher os cadastros, muitas vezes simplesmente ocupam o lote sem tratar com a coordenação, o que aumenta a insegurança, já que desconhecidos passam a habitar o local. Outro fator que contribui para a sensação de insegurança é a grande quantidade de casas não finalizadas e desabitadas na Ocupação 4.

Há hierarquia nas relações dentro da ocupação, especialmente em relação à condição dos terrenos: aqueles que ocuparam e fizeram a primeira limpeza dos lotes, e aqueles que chegaram antes na terra ocupada, têm prioridade na escolha de terreno em relação aos recém-chegados. As famílias que ocuparam antes estabeleceram-se nos terrenos mais privilegiados, distantes das linhas hídricas e dos espaços que inundam; àquelas que ocuparam posteriormente restam os terrenos alagáveis, próximos aos banhados.

As famílias que ocupam as áreas alagáveis precisam fazer uma obra de aterro em seus terrenos, utilizando-se de terras que removem de áreas ainda não ocupadas e

caliças de obras que conseguem através de doações ou compras. Essas caliças também são utilizadas para pavimentação das vias da ocupação, às vezes se faz necessário comprar o material pois, mesmo que algumas empresas da construção civil tenham material para doação, nem sempre se disponibilizam a entregar na ocupação por medo de levar o material até o local. Outro resíduo da construção civil que serve como material na Ocupação 4 são as madeiras provenientes das formas de concreto. As madeiras em bom estado são utilizadas para construir algumas das residências, aquelas que não servem para construção são utilizadas como combustível para cozinhar no fogão à lenha. A Figura 33 mostra uma via interna na Ocupação 4.

**Figura 33** – Via interna à Ocupação 4.



Fonte: a autora, 2019.

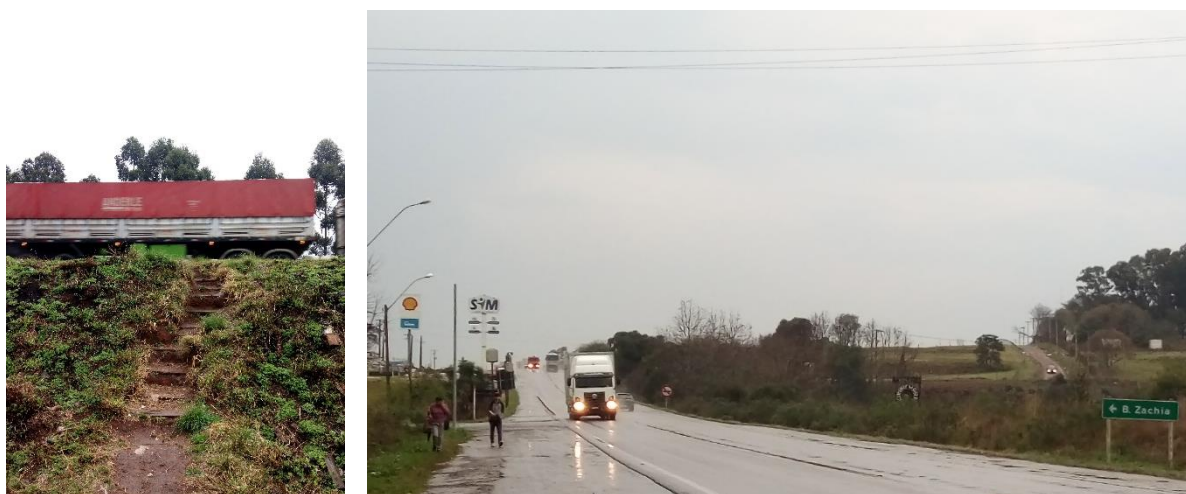
Na imagem figuram cerca de quinze residências, a maioria em meia-água, de madeira reaproveitada, e uma das residências é de alvenaria. A densidade construtiva é baixa, com significativas parcelas de terras desocupadas. As vias não têm pavimentação e a separação entre terrenos e via pública, quando existente, é feita por estacas de madeira e cercas de arame farpado. A infraestrutura disponível foi produzida pelos próprios moradores a partir da extensão de redes elétricas e hidráulicas, os conhecidos “gatos”, e não há iluminação pública.

Em área alagável e desprovida de infraestrutura de drenagem e pavimentação – bem como qualquer outro tipo de infraestrutura urbana regularizada –, o inverno é um período crítico para a população da Ocupação 4. As baixas temperaturas, que ficam próximas dos 0 graus à noite, prejudicam especialmente aqueles que vivem em casas e barracos de madeira sem juntas, forro e acabamentos, cuja vedação é incompleta. No inverno, quando as chuvas são intensas e frequentes, as vias de chão batido da

Ocupação 4 tornam-se barreiras, o que impede as famílias de levar as crianças à escola e dificulta a ida ao trabalho.

A falta de infraestrutura viária interna à Ocupação 4 somada à inexistência de iluminação pública faz os moradores optarem por utilizar o acostamento da rodovia BR-285 como calçada, especialmente à noite, uma escolha dentre as escassas possibilidades existentes. Citam como benefício de deslocarem-se pelo acostamento o fato de chegarem ao trabalho e à escola com calçados e roupas limpas, a segurança proveniente da iluminação dos veículos que trafegam na rodovia para caminhar à noite, e o encurtamento da distância a ser percorrida. O acostamento da rodovia BR-285 faz papel de via pavimentada, iluminada e atalho para os moradores da Ocupação 4. Há que salientar-se o perigo de esse ser o percurso de melhor escolha dos moradores, visto que correm risco de vida ao compartilhar espaço em uma rodovia com caminhões e automóveis em alta velocidade. Para transitar entre rodovia e a ocupação são utilizados os carreiros, conforme mostra a Figura 34:

**Figura 34** – Um carreiro e o acostamento da rodovia BR-285.



Fonte: a autora, 2019.

A imagem à esquerda mostra uma escadaria em carreiro (à esquerda), construída pelos moradores, que leva da R. Oito à rodovia BR-285, onde circulam veículos pesados em alta velocidade; no fundo uma barreira vegetal de pinus que separa a rodovia da ETE Araucária da CORSAN. A imagem à direita traz a perspectiva do pedestre que caminha pelo acostamento da rodovia, veículos trafegando na rodovia em um dia chuvoso, o acesso do bairro Záchia à esquerda e a placa indicativa do acesso do Záchia na margem oposta da rodovia.

São três carreiros existentes que vencem o declive e acessam a rodovia BR-285, um deles está logo no acesso da Ocupação 4 pela R. Oito, em uma fração de terras onde não há residências, podendo ser acessado por qualquer morador. Os outros dois carreiros, um deles na extremidade norte da R. Oito, que dá acesso público ao final da rua, o outro que dá acesso à mesma R. Oito na altura entre as ruas Quatro e Sete, passa por dentro do terreno de uma família. Para acessar a Ocupação 4 por esse carreiro, que fica localizado em espaço intermediário entre o início e o final da ocupação, é necessário pedir licença, prática recorrente entre aqueles que tem laços de parentesco e/ou afetividade com essa família.

Os carreiros, construídos pelos moradores, não se restringem à acessos entre Ocupação 4 e rodovia, mas permeiam todo o território da Ocupação 4. Designação comum entre os moradores da Ocupação 4, é utilizada para descrever as passagens de pedestres estreitas e não pavimentadas, desde aquelas que cruzam terrenos e fazem as vezes de atalhos até aquelas que levam de uma via até outra. A origem do uso dessa palavra vem dos espaços rurais, sendo utilizada no campo para descrever os estreitos caminhos de terra entre as lavouras.

Conformado por distintos processos de territorialização, as práticas sociais entre as territorialidades no Záchia oscilam entre a união, tensão e cisão. A Associação de Moradores do Bairro é um dos veículos dessa união, mobilizando-se por questões de infraestrutura que concernem às diversas territorialidades. São realizados encontros presenciais entre os componentes da Associação no salão da igreja católica, a Capela Divino Espírito Santo, e comunicações virtuais com grande parte dos moradores, habitantes das ocupações e do loteamento, através de grupo de mensagens de aplicativo de celular. Atualmente a Associação de Moradores é coordenada por um morador da Ocupação 3, conhecido como “Presidente do Bairro”.

Dentre os tensionamentos é possível citar a própria imagem da Ocupação 4 perante os habitantes das outras territorialidades, alguns dos quais possuem amigos e parentes vivendo em algumas das cinco ocupações. Para alguns moradores, a Ocupação 4 é mais uma parte do bairro que deve receber a atenção dos governantes com obras de infraestrutura e equipamentos. Para outros, é um espaço onde vivem muitas pessoas estranhas, considerado como ponto de insegurança por atraírem pessoas novas e desconhecidas, local propício à criminalidade. Ao mesmo tempo, grande parte dos moradores da Ocupação 4 não sente que a territorialidade onde

vivem faz parte do Záchia, e pouco frequentam as outras partes do bairro, apenas quando indispensável para ir ao mercado ou à Unidade Básica de Saúde (UBS).

Uma disputa que ficou na memória dos interlocutores foi entre os interesses da Associação de Moradores e da direção do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Pastoreio da Tradição. Construído no terreno da antiga EMEF Dirce Machado Carrion no início da década de 1990, o CTG esteve em atividade por cerca de 20 anos. No início da década de 2010 a comunidade teve a oportunidade de abrigar uma escola de Ensino Médio no bairro que seria construída pelo governo municipal, sendo necessário que a comunidade disponibilizasse um terreno para tal. A Associação de Moradores viu como alternativa a utilização do lote onde funcionava o CTG, então desativado.

A direção do CTG não cedeu o terreno, alegando que iriam utilizá-lo para retomar suas atividades, o que não aconteceu, seguindo a edificação abandonada até o final de 2019. As pessoas da comunidade veem essa situação como uma grande perda para o bairro, que poderia contar com uma escola de ensino médio profissionalizante, ampliando as possibilidades de especialização dos moradores e trazendo pessoas de outras partes da cidade para estudar no Záchia. Por não ter um terreno disponível, o bairro perdeu a disputa pela construção do colégio, que foi edificado no bairro Santa Marta.

As atividades educativas são muito valorizadas pelos moradores do Záchia por possibilitarem perspectivas de futuro às crianças e adolescentes do bairro. Especialmente as atividades de turno inverso ao da escola, complementares à escola, profissionalizantes ou esportivas, que mantêm as crianças e adolescentes focadas em atividades de ensino e lazer, afastando-as do contato ou do hábito do uso de drogas.

Uma instituição educacional e profissionalizante importante no Záchia é o Centro de Assistência Social Arquidiocesana Leão XIII, centro que atende crianças e adolescentes do bairro em turno inverso ao da escola oferecendo cursos de dança, música, artes cênicas, informática e modalidades esportivas<sup>41</sup>. Durante o trabalho de campo, o espaço, conhecido simplesmente como Leão XIII, permaneceu fechado para reformas, fechamento que foi sentido com pesar pelas interlocutoras, mães que relataram a importância das experiências e vivências de aprendizagem de seus filhos

---

<sup>41</sup> Cursos ofertados pelo Leão XIII. Disponível em: <<http://www.leaotrzeze.com.br/cursos>>.

no centro educativo. Tendo passado por reformas hidrossanitárias, elétricas e de acabamentos, o Leão XIII foi reinaugurado em outubro de 2019<sup>42</sup>.

As atividades esportivas de caráter público no bairro estão relacionadas a jogos de futebol, que ocorrem aos finais de semana nos campos de futebol conhecidos como “Campo do 13” e “Campo do Fluminense”, em referência a dois times de futebol do bairro, a Sociedade Esportiva Recreativa 13 de Abril e o Fluminense. Os campos se localizam na R. Hugo Busato esquina com R. Gaspar Egon Stangler e Pantaleão Bolner esquina com Manoel Borges, respectivamente. No bairro chegaram a existir até seis times de futebol, além do 13 de Abril e do Fluminense havia os times Juventus, A.J.A. e América, que tinham equipes femininas e masculinas, e o 14 de Julho, com equipe masculina apenas.

Em 2019 o Campo do Fluminense, em terreno contíguo ao do CTG, corria risco de desaparecer, visto que estava sendo loteado e vendido por um morador. No terreno junto ao Campo do 13 de Abril estão instaladas uma quadra aberta de futebol, uma pracinha infantil e um ginásio esportivo, uso recreativo que não estava previsto no projeto do loteamento. Essa região era alagadiça, antigamente “o Campo do 13 era um rio”, até que em meados dos anos 1990 a Associação de Moradores reivindicou, junto à Câmara de Vereadores, obras de drenagem e aterro para utilização do terreno como espaço de lazer. O ginásio é outro espaço que foi construído a partir das mobilizações comunitárias no início da década de 2010, sendo utilizado para treinos esportivos de times de futebol adultos e infantis.

Ainda que o conjunto formado pelo Campo do 13, ginásio e pracinha seja o espaço recreativo reconhecido pelos moradores do bairro, os interlocutores relataram que o Campo do 13 e a pracinha já não são espaços que costumam frequentar e levar os filhos, devido à cotidiana utilização de drogas ilícitas no local. A Figura 35 mostra uma visão panorâmica do Campo do 13:

---

42 Reportagem “Leão XIII inaugura melhorias no Centro de Juventude do Bairro Zachia”, 2019. Disponível em: <http://rdplanalto.com/noticias/39441/leao-xiii-inaugura-melhorias-no-centro-de-juventude-do-bairro-zachia>



**Figura 35** - O Campo do 13 de Abril em dia de semana.



Fonte: a autora, 2019.

À esquerda está o ginásio, em estrutura de concreto pré-moldado e fechamento em blocos de alvenaria, ao centro o campo de futebol, gramado, e à direita a pracinha infantil, os brinquedos de madeira instalados sobre uma caixa de areia. A impressão é de um generoso espaço desabitado, pois não há população utilizando, principalmente em dias de semana.

A maior utilização do espaço é nos finais de semana, em partidas de futebol, e em eventos realizados ao longo do ano, quando são realizadas disputas com objetivo de entreter e integrar a população. Alguns dos formatos disputados no futebol são as partidas nas quais jogam Pretos contra Brancos; os jogadores do time perdedor devem-se pintar com tinta guache na cor dos jogadores do time adversário. Para novembro de 2019 estava prevista uma partida de Brasil versus Senegal, nas quais os imigrantes senegaleses seriam convidados especiais. O contato com esses imigrantes, muitos dos quais trabalham como vendedores ambulantes no centro da cidade, dava-se nos campeonatos interbairros dos times de segunda divisão do município, dos quais o time 13 de Abril participa.

Outra disputa muito reconhecida no bairro e que costuma veicular na mídia local é o Gre-Nal<sup>43</sup> Puxa Carroça, que em 2019 completou 10 anos de tradição. Após a partida, os jogadores do time perdedor devem puxar uma carroça com os jogadores do time vencedor sobre o veículo de tração. O Gre-Nal Puxa Carroça traz uma segunda alcunha: Gre-Nal da Paz, Crack Nem Pensar, uma disputa que tem como mote alertar e prevenir as famílias sobre os malefícios do uso de drogas e apontar outros caminhos possíveis para a juventude do bairro, como a prática esportiva. A Figura 36 mostra dois momentos após as partidas, quando os times adversários puxam a carroça e levantam a taça da vitória.

---

<sup>43</sup> Em referência à tradicional disputa dos dois principais times de futebol sul-rio-grandenses Grêmio e Internacional.

**Figura 36** – Gre-Nal Puxa Carroça, Gre-Nal da Paz Crack Nem Pensar.



Fonte: Blog Záchia em Movimento (2013)<sup>44</sup> e Jornal Diário da Manhã (2019)<sup>45</sup>.

Na maior parte do tempo em desuso por conta da precária urbanização do espaço, o Campo do 13 não tem infraestrutura ou subespaços, quadras esportivas e mobiliário urbano, que estimulem o uso pela população. O amplo espaço em desuso permite que o Campo do 13 seja utilizado, para além das práticas esportivas, para a criação de animais. A Figura 37 mostra o Campo do 13 em sua extremidade noroeste, na margem da delimitação municipal entre espaços urbanos e rurais do município.

**Figura 37** - Criação de cavalos no Campo do 13 de Abril.



Fonte: foto da autora, 2019.

44 “Grenal Puxa carroça mobiliza comunidade”, 2013. Disponível em: <<http://bairrozachiaemmovimento.blogspot.com/2013/06/grenal-puxa-carroca-mobiliza-comunidade.html>>. Acesso em 03 de março de 2020.

45 Reportagem “Inter vence o Grêmio no ‘Grenal Puxa Carroça’ do bairro Záchia, em Passo Fundo”, 2019. Disponível em: <<https://diariodamanha.com/noticias/inter-vence-o-gremio-no-grenal-puxa-carroca-do-bairro-zachia-em-passo-fundo/>>. Acesso em 03 de março de 2020.

Na imagem se vê o campo gramado, à esquerda uma edificação utilizada como garagem e estábulo, à direita uma trave de futebol, e cavalos ao centro. O plano de fundo mostra um fechamento em árvores caducas que separa o bairro de seu entorno rural, onde há uma granja vizinha. No Záchia há uma diversidade de práticas consideradas rurais, especialmente nas bordas, terras de ocupação, onde há mais espaço disponível. Além da criação de cavalos junto ao campo de futebol foram observadas criações de porcos em chiqueiros e criação de galinhas e marrecos em quintais, assim como pomares de árvores frutíferas e lavouras cultivadas em alguns outros quintais.

No período inicial da vida no loteamento, na metade da década de 1980, quando havia maior quantidade de espaços livres não edificadas, eram cultivadas lavouras e pomares. Com o passar do tempo, o crescimento da família e a necessidade de construir cada vez mais para abrigar os novos núcleos familiares, a lavoura e o pomar perderam espaço para novos cômodos da casa. Nas ocupações é comum “segurar” o terreno, quando ainda não está sendo utilizado para moradia, ocupando-o com lavouras de culturas de subsistência, plantando milho, batata doce e mandioca e criando animais para alimentação da família. A Figura 38 retrata uma das bordas rurais do Záchia, extremidade da Primeira Ocupação, no final da R. Manoel Borges.

**Figura 38** - Construções rurais e Rio Passo Fundo na R. Manoel Borges.



Fonte: foto da autora, 2019.

A imagem mostra à direita um braço do Rio Passo Fundo e à esquerda os fundos de construções em madeira produzidas para a criação de animais, um galinheiro e um estábulo. Essas construções, algumas em palafitas, assentadas na margem do rio, em terreno alagadiço, adaptando-se ao local que alaga em épocas de cheias. Outras

práticas que estão ligadas às culturas rurais são os modos de cozinhar, com a utilização do fogão à lenha, elemento presente em quase todas as residências das pessoas entrevistadas, fato que se explica pelo baixo custo dessa forma de cozinhar, visto que seu combustível é, em geral, conseguido de forma gratuita, o que se coloca como uma possibilidade tendo em vistas o alto custo de cozinhar em fogão a gás. A lenha utilizada é proveniente de árvores tombadas nos arredores do bairro e das sobras de construção civil trazidas do centro da cidade.

Outro aspecto cultural que deve ser observado no Záchia é a diversidade de práticas religiosas. Mesmo que o tópico da religiosidade não fizesse parte do roteiro de entrevistas, esse assunto foi por abordado por muitos interlocutores, praticantes de religiões católicas e neopentecostais. Os interlocutores evangélicos classificaram a prática do culto como um momento de lazer, e muitas vezes referiram-se à igreja como o único local que frequentam com a finalidade de lazer. Impressionante é a quantidade de igrejas neopentecostais observadas no Záchia. Ainda que não contabilizadas, pode-se estimar uma quantidade aproximada de 20 igrejas neopentecostais distribuídas por todas as territorialidades, tanto no loteamento quanto nas ocupações, e instaladas em diversos formatos arquitetônicos, desde edificações na Av. Principal, passando por pavilhões, cômodos junto a grandes residências e inclusive pequenas casas de madeira, barracos ou casebres.

As religiões de matriz africana não foram abordadas verbalmente pelos interlocutores, embora estivessem simbolizadas no corpo das pessoas e na arquitetura. A guia de contas de missangas, colar escondido sob a roupa, indica a prática da religião. Na arquitetura a religião se materializa na casa de religião de Marcelo de Oxalá, na R. Sebastião de Rezende. Oxalá “é o criador do homem, senhor absoluto do princípio da vida, da respiração, do ar” (PRANDI, 2001, p. 23). Outra materialização das religiões de matriz africana é a casa de Bará, que, seguindo regras religiosas, é assentado em uma pequena construção, em geral vermelha, no quintal da residência e separada da edificação principal (MACHADO, 2015). Bará, ou Exú, é

o orixá sempre presente, pois o culto de cada um dos demais orixás depende de seu papel de mensageiro. Sem ele orixás e humanos não podem se comunicar. Também chamado Legba, Bará e Eleguá, sem sua participação não existe movimento, mudança ou reprodução, nem trocas mercantis, nem fecundação biológica (PRANDI, 2001, p. 20).

Multiterritorial e multicultural, o Záchia é ainda periférico em sua localização em relação ao centro da cidade. A partir da organização coletiva e comunitária seus

moradores preencheram os vazios que lhes foram oferecidos pelo poder público e construíram para si sua própria centralidade, cotidianamente materializada por múltiplas agências. Ainda que não seja provido de toda a infraestrutura necessária, pode-se dizer que a progressiva urbanização do loteamento habitacional funciona como um fator de atratividade para as ocupações que se instalam em suas bordas, um espaço regularizado que, provido de infraestrutura, faveliza-se. Os equipamentos e as distintas territorializações do Záchia, o loteamento habitacional, e as cinco ocupações, a Primeira ocupação, Segunda Ocupação, Ocupação 1, Ocupação 3 e Ocupação 4 estão indicadas no mapa da Figura 39.

Figura 39 - Bairro Záchia, territorialidades e territorializações.

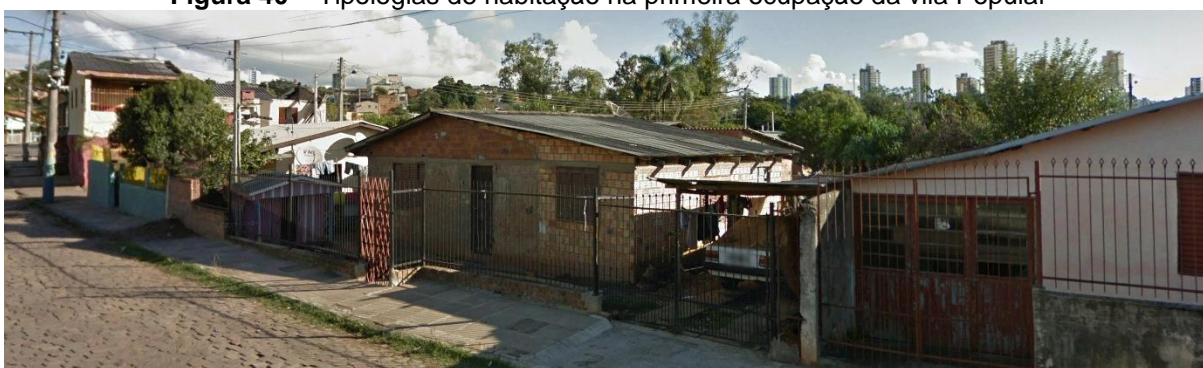


Fonte: elaboração da autora sobre dados do trabalho de campo (2019) e Google Earth (2020).

#### 4.4) POPULAR, UMA VILA NO CENTRO DA CIDADE

Em 2019 a Popular compunha-se por quatro territorializações de ocupações urbanas. A primeira, mais antiga, e a quarta e mais recente territorializações estão localizadas junto à Av. Sete de Setembro. A primeira territorialização ocorreu nos terrenos remanescentes da faixa de domínio da via férrea, por volta dos anos 1960, sendo habitada principalmente por funcionários das companhias que administravam a via férrea e suas famílias. A Figura 40 mostra um trecho da Av. Sete de Setembro, na altura da R. Vasco da Gama:

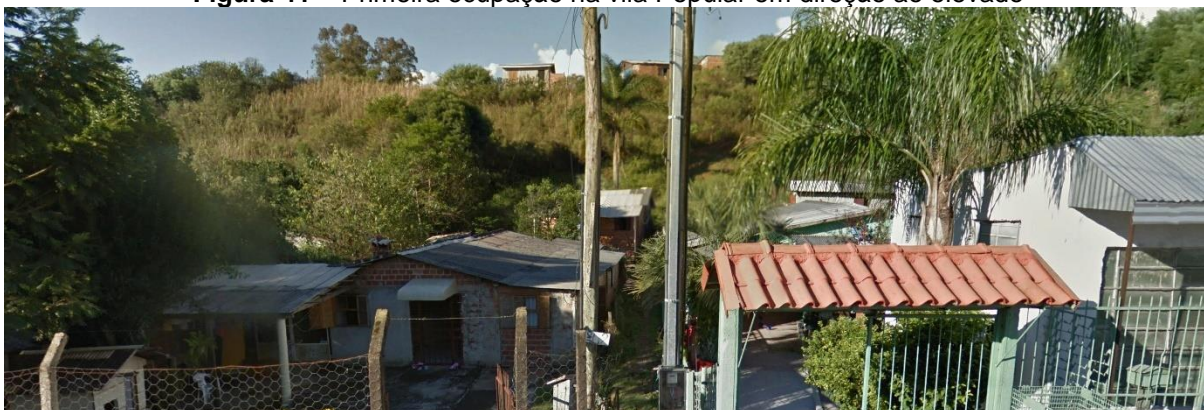
**Figura 40** – Tipologias de habitação na primeira ocupação da vila Popular



Fonte: Google Street View (2017).

Quem percorre a Popular pela Av. Sete de Setembro se depara com um conjunto de edificações consolidado, em sua maioria de alvenaria, algumas sem acabamento, e outras finalizadas com reboco e pintura, conforme se vê na imagem acima, que nos apresenta três estágios na tipologia habitação em alvenaria. A habitação que aparece no centro, em alvenaria sem acabamento; a casa à direita rebocada e finalizada com pintura e a edificação à esquerda, de alvenaria em dois pavimentos, rebocada e pintada, de uso misto com térreo comercial, na esquina que dá acesso a um beco. Ao fundo da imagem é possível visualizar edifícios que crescem em altura; localizados no bairro Centro, indicam a centralidade da Popular na cidade. Esse trecho da Avenida Sete de Setembro é pavimentado com paralelepípedos de pedra-ferro, resultado das obras de 1982, quando a via férrea foi transposta para seu atual percurso, que passa sobre viaduto elevado sobre o Rio Passo Fundo, ao lado da vila Popular. A Figura 41 mostra a primeira ocupação da Popular com visual da Av. Sete de Setembro em direção ao elevado da via férrea.

**Figura 41** – Primeira ocupação na vila Popular em direção ao elevado



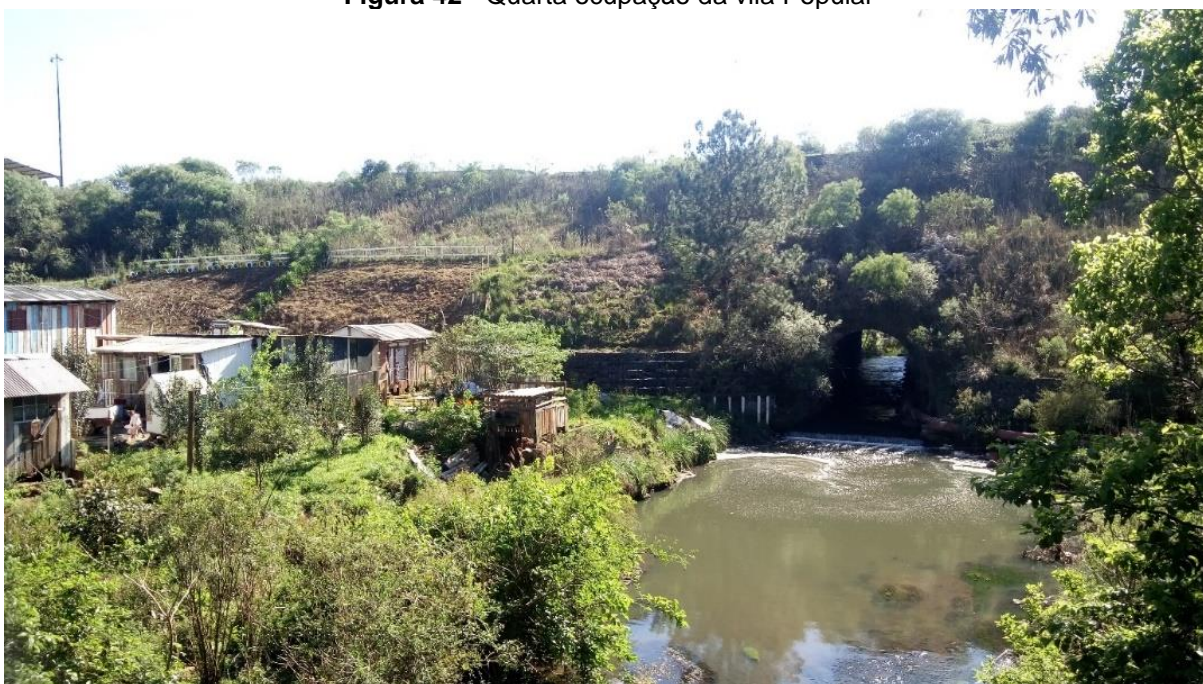
Fonte: Google Street View, 2017.

A imagem acima mostra residências assentadas no quarteirão a sudeste da Av. Sete de Setembro que, de acordo com as delimitações de bairros produzidas pela PMPF, não faz parte da vila Popular e sim da vila Cruzeiro. No entanto, o sentimento de pertencimento e as relações entre as pessoas que vivem nesses espaços indicam que, independentemente das divisões políticas produzidas pela municipalidade, os quarteirões que são apartados pela Av. Sete de Setembro pertencem ao mesmo território. A imagem mostra edificações em alvenaria com diferentes graus de acabamento, e, sobre o terreno elevado, se vê três residências em alvenaria que estão edificadas sobre terrenos junto à via férrea.

A quarta ocupação e a mais recente, dos anos 2010, localiza-se na continuidade da Av. Sete de Setembro, passando a ponte sobre o Rio Passo Fundo, em direção à Avenida Brasil Oeste. A Figura 42 apresenta uma imagem da quarta territorialização com visual a partir da ponte sobre o Rio Passo Fundo em direção ao elevado da via férrea:



**Figura 42** - Quarta ocupação da vila Popular



Fonte: foto da autora, 2019.

Na imagem se vê algumas das habitações, que eram em torno de dez unidades, em 2019, construídas em madeira reaproveitada em terreno nas margens do rio Passo Fundo, atravessando a estrutura construída nos anos 1980 para a transposição da ferrovia. Especialmente apartada das demais, a quarta ocupação não é considerada pelos interlocutores como parte integrante da vila Popular. A ponte sobre o rio, em concreto armado, foi construída em meados dos anos 2010; até então a ponte, utilizada para passagem de automóveis e pedestres, era um precário elemento de madeira, fato que impressiona se considerarmos a localização central da Av. Sete de Setembro na cidade.

A segunda ocupação da Popular foi ocupada no começo dos anos 1990, em terrenos de propriedade municipal e privados. A ocupação está localizada entre a primeira ocupação e a R. Capitão Aguiar. A porção privada da ocupação, localizada entre as ruas Havaí e Capitão Aguiar, foi removida, e seus moradores foram reassentados nos terrenos municipais. Atualmente tanto a primeira quanto a segunda ocupação estão definidas como ZEIS 3, que são os “parcelamentos públicos ou privados irregulares ou considerados clandestinos” (PMPF, 2012 [2006]). A Figura 43, centralizada no acesso da R. Havaí em direção à Av. Sete de Setembro, mostra a segunda ocupação.

**Figura 43** - Panorâmica da segunda ocupação da vila Popular



Fonte: montagem da autora sobre imagens do Google Street View (2011).

Parte da população assentada nos terrenos municipais permaneceu e parte se mudou. Os terrenos privados, entre as ruas Capitão Aguiar e Havaí, voltaram a ser ocupados por outras famílias no final da década de 1990, alguns anos depois da remoção, conformando uma terceira ocupação. A ocupação sobre os terrenos de propriedade privada está atualmente em disputa judicial entre moradores e proprietários, que pedem reintegração de posse. Os moradores que ocupam esses terrenos afirmam que têm interesse de regularizar sua situação e comprá-los dos proprietários<sup>46</sup>. A Figura 44 mostra a terceira ocupação a partir da visual da R. Capitão Aguiar.

**Figura 44** - Terceira ocupação da vila Popular



Fonte: foto da autora, 2019.

A imagem mostra, à esquerda, algumas residências da terceira ocupação, onde se pode ver uma residência em alvenaria e uma residência mista, de alvenaria no térreo e de madeira no segundo pavimento. A referida edificação de técnica construtiva mista

<sup>46</sup> “Moradores da Vila Popular apresentam proposta de compra de área ocupada”. Disponível em: <<https://www.onacional.com.br/cidade,2/2020/02/05/moradores-da-vila-popular-aprese,94127>>. Acesso em 5 de abril de 2020.

também tem uso misto com térreo comercial e residência no pavimento superior. À direita e ao fundo a imagem mostra uma edificação de alvenaria que abriga um estabelecimento que produz peças e produtos em metal.

Na vila Popular e em seu entorno, vila Rodrigues e vila Cruzeiro, é comum a presença de estabelecimentos que compram e revendem metais e produzem artefatos a partir desses materiais. Esse uso é complementar à prática de catação de resíduos recicláveis que existe na região:

O trabalho de catação e reciclagem faz parte do cotidiano da vila Popular. É comum avistar carrinheiros, pessoas que trabalham empurrando o carrinho onde armazenam papéis e outros materiais catados, circulando pelo local, especialmente na Av. Sete de Setembro. Nas vizinhanças da vila existem comércios locais que anunciam em placas a compra de materiais como papel, garrafas pet, latinhas de alumínio e aço. A borracharia, na Av. Sete de Setembro, esquina com antiga Duque de Caxias, é um comércio local que atende os carrinheiros quando precisam fazer algum tipo de manutenção em seus carrinhos (Trecho do diário de campo, 17/09/2019).

Dentre as sete pessoas entrevistadas na vila Popular, três já trabalharam ou trabalham catando ou reciclando lixo seco. A construção da sede da Cooperativa Amigos do Meio Ambiente (COAMA) na vila Popular, espaço dedicado à reciclagem de resíduos sólidos, é um indício de que a atividade de catação tem grande relevância no território. Implantada em 2007 por cinco entidades católicas assistencialistas<sup>47</sup>, a cooperativa de reciclagem atua na organização e coletivização de um trabalho que era praticado individualmente. Em 2019, nove pessoas trabalhavam na COAMA, sendo oito moradoras da vila Popular e uma moradora da vila Maria. O mesmo pavilhão que abriga a COAMA é, em parte, utilizado como sede do Projeto Transformação em Arte, espaço educativo e artístico que acolhe crianças de sete a 14 anos.

Quem chega à Popular a partir da R. Havaí percebe a imponência do núcleo assistencialista católico que gerencia as atividades da COAMA e do Projeto Transformação a partir dos marcos visuais edificados que conduzem o passante. A imponente araucária emoldura o conjunto arquitetônico formado pelo campo de futebol à esquerda, e pelo grande pavilhão, à direita, que é antecedido por extenso muro verde, conforme se vê na Figura 45.

---

<sup>47</sup> A Congregação de Nossa Senhora (Notre Dame), Missionários da Sagrada Família, Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, Cáritas Passo Fundo e Congregação Missionária Redentorista.

**Figura 45** – Campo de futebol e pavilhão do Projeto TransformAção.



Fonte: montagem da autora sobre imagens do Google Street View (2019).

Percorrendo a rua Havaí, vindo da Av. Ângelo Preto no sentido à R. Capitão Aguiar, quatro frases são apresentadas ao leitor: “Que Deus abençoe as pessoas que nos ajudam / Projeto Transformação em Arte”, “Vamos ter cuidado com o projeto pois é nossa segunda casa”, “A educação tem raízes amargas, mas seus frutos são doces”. Junto ao pavilhão, a última frase anuncia “O campo é seu, o campo é meu, cuide do que é nosso”. A quadra de futebol, construída no final dos anos 2010, é mais uma das melhorias de infraestrutura que vem acontecendo desde que as entidades católicas passaram a dar assistência à Popular. Por volta de 2009, o trecho da R. Havaí que fica entre as ruas Ângelo Preto e Capitão Aguiar foi asfaltado, e em 2017 foi asfaltado o beco, continuação da R. Havaí que leva à Av. Sete de Setembro. A edificação que é sede da COAMA e do Projeto TransformAção se vê na Figura 46:

**Figura 46** - Pavilhão conjugado entre COAMA e TransformAção visto da Havaí



Fonte: foto da autora, 2019.

O pavilhão, com quase dez metros de altura e área edificada aproximada de 800m<sup>2</sup>, é a maior edificação da Popular, foi construída em estrutura pré-moldada de concreto, fechamento em alvenaria e acabamentos externos com pintura e reboco e instalada em terreno particular. O edifício tem dois acessos independentes: o portão na fachada principal da edificação, que dá para a R. Havaí, leva aos espaços do Projeto Transformação, cujas atividades são direcionadas para as crianças e jovens. O portão lateral, na R. Capitão Aguiar, dá acesso para o espaço interno da COAMA, que é setorizado para cinco atividades: estacionamento do caminhão e descarga de materiais, triagem de resíduos recicláveis, agrupamento e prensa de resíduos, escritório e sala de aulas, a última localizada no mezanino.

Há distintas funções dentro da Cooperativa: as atividades que antecedem a reciclagem são a abertura de pontos de coleta e a própria coleta. A abertura de pontos consiste em fazer contatos, no local e por telefone, em espaços comerciais que possam fornecer materiais para a reciclagem. Em 2019, dois dos maiores pontos de coleta da COAMA eram a Universidade de Passo Fundo (UPF) e a BSBios, empresa produtora de biodiesel de soja. Para fazer a coleta se formam equipes de três ou quatro pessoas, uma das quais dirige o caminhão cedido pela PMPF, as demais coletam o material reciclável. Coletado, o resíduo reciclável é levado para a mesa a fim de separar os resíduos de acordo com sua matéria-prima: plásticos cristal, plásticos rígidos, papéis e papelões, metais. Separados os materiais, devem ser prensados. A Figura 47 retrata o espaço interno da COAMA.

**Figura 47** – Espaço interno do pavilhão da COAMA



Fonte: foto da autora, 2019.

O foco central da imagem está na prensa, máquina que permite que o material reciclado, como papéis e plásticos, tenha seu volume reduzido para o transporte, transformando uma quantidade de material em um bloco agregado, como o tijolo de papelão que está ao lado esquerdo da prensa. Prensado o material, é vendido para

empresas de reciclagem. Atualmente todos os papéis e papelões reciclados na COAMA são vendidos para uma fábrica de cadernos em Soledade (RS). Já a totalidade de ferro reciclado na COAMA fica em Passo Fundo, é vendido para uma empresa localizada na vila Popular. O plano posterior, à esquerda da imagem, mostra a garagem do caminhão de coleta.

Além dos trabalhos manuais com a reciclagem há os serviços administrativos, em geral executados pela presidente e pelo vice-presidente da cooperativa; esse último cargo estava vago em 2019. Os serviços administrativos referem-se à elaboração de contratos com os pontos de coleta empresariais, a produção da folha de pagamento das cooperativadas e a escritura de alguma advertência, quando necessário. O escritório, local para execução dos serviços técnicos, localiza-se no fundo do galpão. Do escritório há uma escada que dá acesso para o mezanino do pavilhão onde há uma sala onde são ministradas, por um professor voluntário da UPF, aulas de alfabetização e de complementação do ensino fundamental para membros da COAMA.

A mais antiga moradora da Popular, dentre as pessoas entrevistadas, atualmente trabalhadora da COAMA; ela narrou ter ido morar na vila Popular, então chamada Cruzeiro, por volta de 1985. Para ela, nos anos 1980 a Popular era uma favela, um grupamento de casas precárias de madeira em uma área de ruas esburacadas, sem água encanada e apenas uma torneira para abastecer a comunidade. Muito diferente de como o local está mais de três décadas após, com ruas e becos asfaltados e abastecimento de água e luz. Moradora da primeira ocupação, mudou-se para a Av. Sete de Setembro quando se casou; seu marido era ferroviário, trabalhava na carga e descarga de soja, óleo de soja, adubos e cimentos, na estação de trem vizinha à Popular.

Quando questionada se o trabalho na cooperativa lhe rendia bons ganhos, respondeu que os ganhos são insuficientes: recebem uma média de 800 reais mensais. No verão os ganhos aumentam relativamente por conta do maior consumo de bebidas envasadas em latas de alumínio e garrafas pet, gerando mais lixo para ser reciclado. Para ela, o ideal seria que cada trabalhadora da cooperativa recebesse, além do pagamento, uma cesta básica mensal, pois os ganhos não são suficientes para pagar sua alimentação e demais despesas pessoais.

Tanto a COAMA quanto o Projeto Transformação em Arte têm forte atuação e importância nos processos coletivos na comunidade. O Projeto Transformação em Arte oportuniza o acesso de crianças e adolescentes a atividades esportivas, como dança, capoeira e reforço escolar, ofertando, além das atividades em turno inverso ao da escola, alimentação. Quando os adolescentes atingem os 14 anos precisam deixar as atividades do projeto, nesse momento geralmente são indicados ao primeiro emprego, muitas vezes vão trabalhar em redes de supermercados, a partir de uma rede de contatos estabelecida entre entidades católicas e possíveis empregadores. Em 2019 havia duas sedes do Projeto Transformação em Passo Fundo, uma na vila Jardim e outra na vila Popular; a sede da vila Popular foi a primeira implantada na cidade. A equipe do projeto afirma que a vila Popular foi a primeira vila da cidade a ser atendida porque nos anos 2000 era um espaço com altos índices de criminalidade, tráfico de drogas e prostituição infantil, sendo por isso o território priorizado na implantação de um projeto de atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade social.

Uma disputa pelo tráfico de drogas é percebida na espacialidade a partir da pixação em muros residenciais no beco da R. Havaí que dá acesso à Av. Sete de Setembro, conforme a Figura 48:

**Figura 48** - Pixo "Os Mano" no beco da R. Havaí



Fonte: Google StreetView (2019).

A pixação traz a escrita "Os Mano" em letras pretas, fazendo referência a uma facção do tráfico de drogas que atua na capital sul-rio-grandense, Porto Alegre (RS). Cada palavra escrita, por sua vez, está sobreposta por um X pixado em tinta vermelha. Essa

escrita dupla, provavelmente produzida em tempos distintos e por diferentes pessoas ou grupos, é um indício de uma disputa de poder relacionada ao tráfico de drogas. Os moradores contam que, apesar da relativa segurança que existe na Popular durante o dia, à noite o território é espaço onde com frequência há tiroteios e execuções.

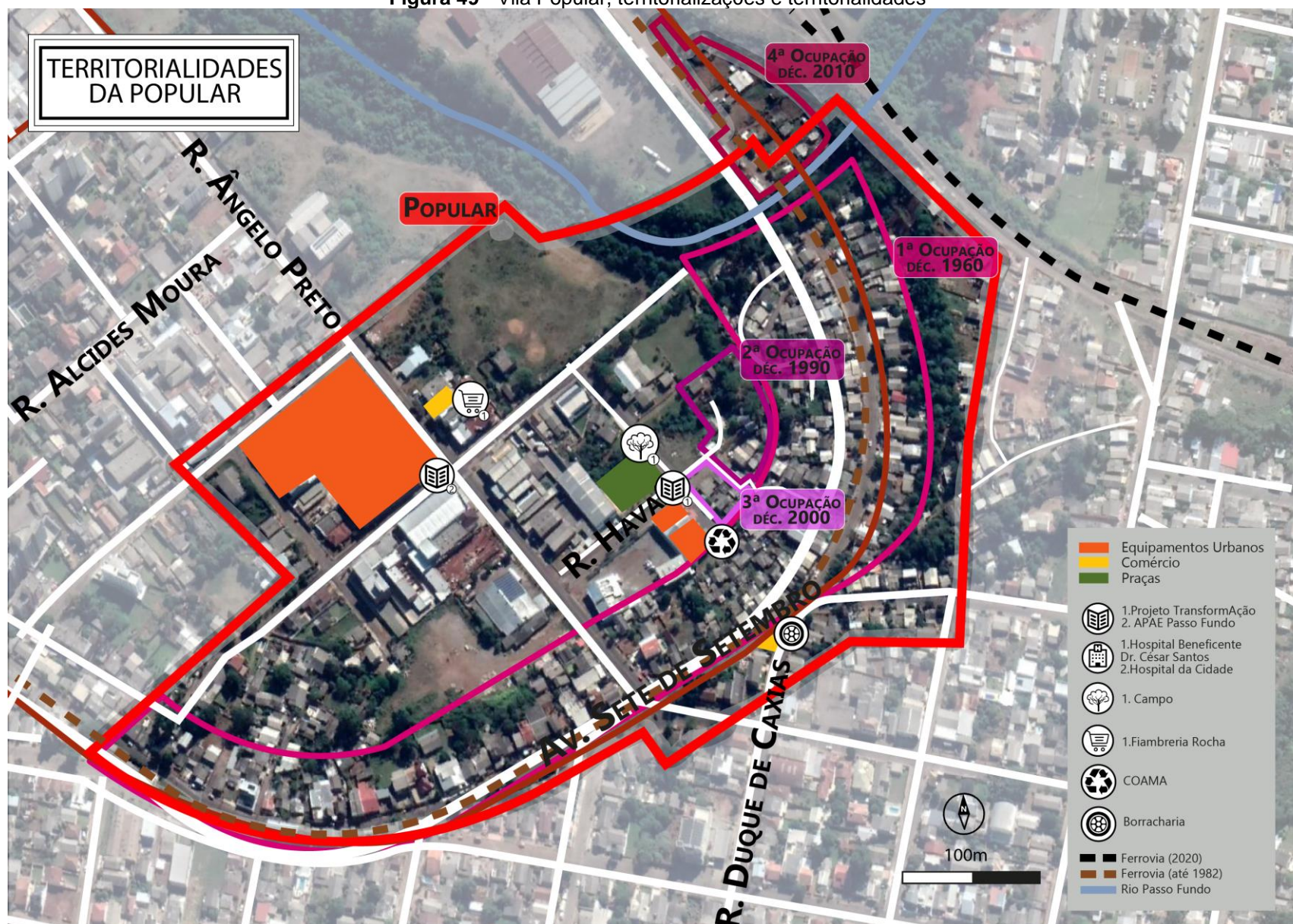
Se por um lado o tráfico de drogas é um forte ponto de tensão cujas disputas trazem insegurança à comunidade, por outro lado a centralidade da vila é uma característica que foi bastante apontada pelos moradores como um dos melhores benefícios de se viver na Popular. Por ser vizinha ao bairro Centro, torna-se fácil acessar comércios e serviços sem a necessidade de pagar pelo transporte, percorrendo um trajeto que pode ser feito caminhando e com grande variedade de linhas de ônibus que levam a diversas partes da cidade, que podem ser acessadas pela R. Ângelo Preto e pela Av. Brasil Leste. A posição central da vila Popular possibilita uma mais livre mobilidade de seus habitantes pela cidade.

Outra força de atuação na comunidade é a recentemente formada Associação de Moradores da vila Popular cujas atividades se iniciaram em 2017. A Associação de Moradores atua principalmente na reivindicação da regularização dos terrenos ocupados e de provimento de infraestrutura urbana às habitações estabelecidas. A principal queixa em relação à infraestrutura é a falta de esgotamento sanitário nas residências, serviço inexistente na Popular, ainda que ela esteja centralmente localizada na cidade, região onde há maior provimento desse serviço em Passo Fundo.

Mesmo que o território da Popular seja bastante edificado, foram observadas algumas práticas de ruralidade nos poucos terrenos disponíveis, uma criação de cavalos em terreno ocioso de propriedade privada, criação de galinhas em quintal e uma pequena horta de aproximadamente 3m x 3m associada a uma residência onde se cultivavam hortaliças que estavam anunciadas à venda. Nos anos 1960 uma favela irregular, composta de casebres precários de madeira e não servida por qualquer tipo de infraestrutura urbana, no final dos anos 2010 a Popular é uma vila consolidada, provida de serviços básicos de infraestrutura como água e luz. Em partes delimitada como ZEIS e em partes terrenos privados em disputa, seu caráter de irregularidade continua presente no território em um movimento de refavelização. A cartografia a seguir apresenta as territorialidades e equipamentos da Popular e seu entorno.



Figura 49 - Vila Popular, territorializações e territorialidades



Fonte: elaboração da autora sobre IBGE (2011), PMPF (2017), trabalho de campo (2019) e Google Earth (2020).

### 3.5) TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS

O presente item discute as trajetórias socioespaciais dos interlocutores dessa pesquisa, moradores do Záchia e da Popular. Nessas trajetórias estão inclusos os processos migratórios, as relações de trabalho e a racialidade enquanto processos que se atravessam nas formas de territorialização produzidas na cidade de Passo Fundo. Os agentes de ambos os territórios serão tratados de forma conjunta, especificando-se, caso a caso, as distinções e similaridades para os interlocutores de cada território. Inicia-se caracterizando os interlocutores em relação à faixa etária e ao gênero, conforme detalha a Tabela 16:

**Tabela 16 - Faixa etária e gênero dos interlocutores de pesquisa**

	<b>Pessoas entrevistadas</b>	<b>21 – 35 anos</b>	<b>36 – 49 anos</b>	<b>50 – 64 anos</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>8</b>
<b>Záchia</b>	17	2	7	8	11	6
<b>Popular</b>	7	1	4	2	5	2

Fonte: elaboração da autora sobre dados do trabalho de campo (2019).

A maior parte das pessoas entrevistadas pertencia às duas faixas etárias das pessoas mais velhas: 11 interlocutores tinham entre 36 e 49 anos e 10 interlocutores tinham entre 50 e 64 anos. A faixa etária que concentrou menor quantidade de pessoas foi de 21 a 35 anos, com 3 interlocutores. No Záchia, a maior parte das pessoas entrevistadas, 8, tinha entre 50 e 64 anos, em geral moradores antigos do bairro. Já na vila Popular a maior parte dos entrevistados, 4, estava na faixa etária entre 36 e 49 anos, seguida pela faixa etária dos mais velhos, duas pessoas com idade entre 50 a 64 anos. Em relação ao gênero, tanto no Záchia quanto na Popular a maior parte das pessoas interlocutoras eram mulheres, 16 do total de 24. No Záchia 11 mulheres foram entrevistadas e 6 homens; na Popular foram 5 mulheres e 2 homens entrevistados. No que diz respeito à racialidade dos interlocutores, detalha-se a identificação racial na Tabela 17:

**Tabela 17 – Interlocutores de acordo com identificação racial**

<b>Territorialidade/Cor</b>	<b>Brancos</b>	<b>Pretos</b>	<b>Pardos</b>	<b>Bugre</b>	<b>Nenhum</b>
Záchia - Loteamento	3	-	-	-	2
Záchia – 1ª Ocupação	1	-	-	1	-
Záchia – Ocupação 1	-	-	1	-	-
Záchia – Ocupação 4	5	1	1	-	2

Total Záchia	9	1	2	1	4
Popular – 1ª Ocupação	-	-	1	-	1
Popular – 2ª Ocupação	-	1	2	-	-
Popular – 3ª Ocupação	-	-	2	-	-
Total Popular	-	1	5	-	1
TOTAL	9	2	7	1	5

Fonte: elaboração da autora sobre dados do trabalho de campo (2019).

De um total de 24 respondentes, a maior parte, 9 pessoas, se autodeclarou branca, número não tão divergente da quantidade de pessoas que se autodeclarou parda: 7 pessoas. Dentre os moradores da vila Popular, as seis pessoas que se identificaram com alguma cor ou raça se identificam como pretos ou pardos, o que representa 85% de um universo de sete respondentes. No bairro Záchia, três pessoas, de um total de 17 interlocutores se declararam pretas ou pardas, o que representa 17,6% dos respondentes.

As pessoas que se afirmaram enquanto pretos e pardos não tinham dúvidas sobre sua identificação. Houve interlocutores que declararam não ter identificação racial ou de cor, alguns dos quais rebatiam a questão com a afirmação religiosa “somos todos filhos de deus”; duas interlocutoras responderam “da minha cor”, pessoas que poderiam ser lidas socialmente como preta e parda. Dentre os que se identificaram como brancos, houve os que afirmavam sua identificação com segurança, alguns dos quais rememoraram ancestralidades germânicas, outras que se declararam brancas e identificaram os filhos como mestiços, e houve aqueles que hesitaram, uma dessas pessoas respondeu que “a gente diz branco” para em seguida afirmar sua ancestralidade uruguaia e bugra. Quando questionada sobre o significado que tem para si a palavra bugre, ela respondeu que o bugre seria uma pessoa criada nas matas, nativa e de sangue brasileiro.

Para compreender as dimensões dos deslocamentos intraurbanos e os processos migratórios dos moradores de vilas em Passo Fundo a Tabela 18 organiza os moradores em relação a sua naturalidade.

**Tabela 18 – Naturalidade dos moradores**

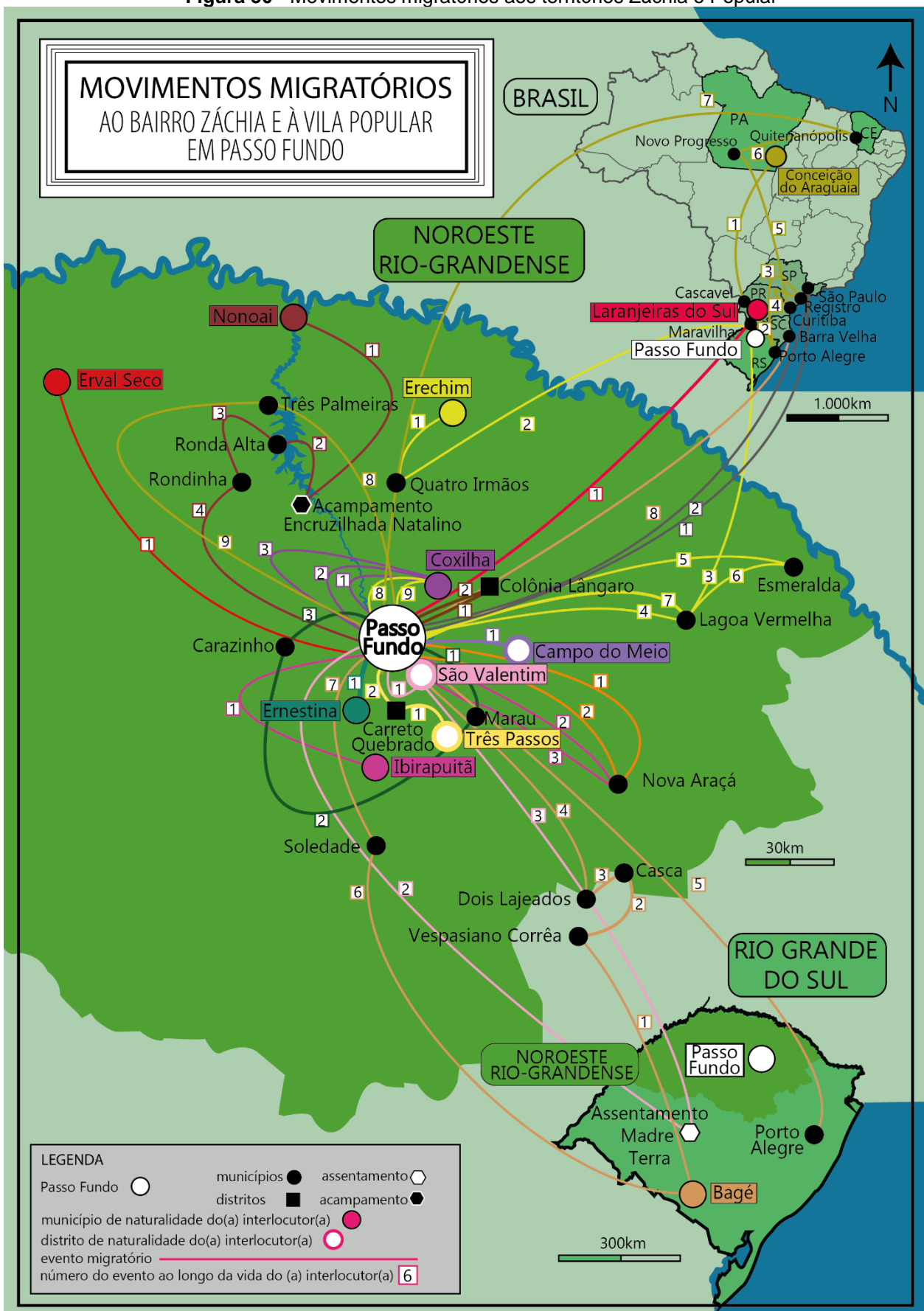
	Passo Fundo (urbana)	Passo Fundo (rural)	Outros municípios do RS	Municípios Região Sul (PR)	Municípios Região Norte (PA)
Záchia	10	1	6	-	1
Popular	3	-	3	1	-
Total	12	1	9	1	1

Fonte: elaboração da autora sobre dados do trabalho de campo, 2019.

Metade das pessoas entrevistadas, doze, são naturais da cidade de Passo Fundo, e a outra metade é composta por migrantes: onze migraram de outros municípios e uma migrou da área rural de Passo Fundo, o distrito de São Valentim. Os outros doze interlocutores sempre viveram na área urbana de Passo Fundo, nos bairros e vilas Centro, Dona Julia, Donária, Lucas Araújo, Operária, Parque Leão XIII, Petrópolis, Professor Schisler, Rodrigues, São Cristóvão, Santa Maria, São Luiz Gonzaga, Valinhos, Vera Cruz e Xangri-Lá. Duas moradoras da vila Popular viveram sempre no mesmo local ou arredores, tendo mudado apenas de domicílio. Duas pessoas naturais de Passo Fundo emigraram a outros municípios em idade adulta para trabalhar; essas pessoas viveram em Carazinho e Marau (RS), e na cidade de São Paulo (SP). As principais motivações para as migrações foram questões relacionadas às possibilidades de trabalho e de acesso a serviços urbanos no local de destino.

O mapa da Figura 50 apresenta as trajetórias migratórias das pessoas entrevistadas. Para elaborar o mapa as localidades foram tabeladas e depois localizadas em SIG. Foi produzida ilustração digital que espacializa o processo de migração entre municipalidades, distritos, acampamentos e assentamentos citados como lugares de naturalidade e de moradia. Na legenda, a esfera branca simboliza Passo Fundo; as esferas pretas representam os municípios de destino de imigração; os quadrados pretos fazem as vezes de distritos rurais destinos de imigração. As esferas coloridas de borda preta simbolizam as cidades de naturalidade das pessoas entrevistadas e as esferas brancas de borda colorida simbolizam os distritos de naturalidade. Para cada pessoa migrante foi eleita determinada cor. Os traçados representam as trajetórias de migração, e a numeração enquadrada que acompanha a trajetória contabiliza os movimentos migratórios do(a) interlocutor(a) durante sua vida.

Figura 50 - Movimentos migratórios aos territórios Záchia e Popular



Fonte: elaboração da autora sobre trabalho de campo (2019).

O mapa traz informações sobre os movimentos de pessoas nascidas em Passo Fundo e que se mudaram a outros municípios, posteriormente voltando a viver em Passo Fundo, no bairro Záchia ou na vila Popular; e sobre as pessoas que nasceram em outras cidades, distritos (localizados em área rural abrangida pela municipalidade) ou localidades e imigraram a Passo Fundo. Dentre as doze pessoas migrantes, sete migraram de pequenos municípios ou distritos rurais e vieram diretamente a Passo Fundo. As localidades das quais são naturais esses imigrantes são: Coxilha, Ernestina, Erval Seco, Ibirapuitã, Campo do Meio (distrito rural de Gentil) e São Valentim (distrito rural de Passo Fundo), no Rio Grande do Sul, e Laranjeiras do Sul, no Paraná. Alguns destes imigrantes emigraram de Passo Fundo em idade adulta para trabalhar, retornando posteriormente. Passaram pelo Assentamento Madre Terra em Catuçaba (distrito rural de São Gabriel), Coxilha, Nova Araçá e Marau.

As demais cinco pessoas migrantes trilharam um trajeto com destinos intermediários até chegar à cidade de Passo Fundo; a pessoa que viveu em menos lugares (dois) saiu de Três Passos, mudou-se para Carreto Quebrado (ambos distritos rurais de Marau), até chegar à vila Vera Cruz, em Passo Fundo, e depois transitar entre duas ocupações no bairro José Alexandre Záchia. A pessoa que esteve em maior número de cidades (sete) até chegar a Passo Fundo pela primeira vez veio de Conceição do Araguaia, no Pará, passando por Cascavel (PR), Porto Alegre (RS), Registro (SP), Curitiba (PR), Novo Progresso (PA), Quiterianópolis (CE) até chegar à vila Luiza, em Passo Fundo. Da vila Luiza mudou-se para a Ocupação 4 no Záchia, migrou para Três Palmeiras (RS) e voltou à Ocupação 4 novamente.

Natural de Nonoai, uma das interlocutoras vivia no município com sua família em terras rurais ocupadas onde está situada a Terra Indígena de Nonoai. Assim como várias famílias camponesas, a interlocutora e sua família foram expulsas quando ocorreu a retomada de terras pelos indígenas *kaingang* em 1978. Para Cunha (1978)<sup>48</sup>, jornalista que documentou a disputa, não havia um lado certo nessa disputa de “índios miseráveis contra colonos pobres”. Armândio Vergueiro, liderança *kaingang*, explica: “Agora é a lei do índio que vai valer (...). O branco veio ser intruso na terra do índio. Agora, o índio vai ser intruso para expulsar o branco”.

---

<sup>48</sup> “Os conflitos de Nonoai”. Disponível no site do Instituto Socio Ambiental (ISA) : <[https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/11162\\_20100416\\_104240.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/11162_20100416_104240.pdf)>. Acesso em 3 de abril de 2020.

A interlocutora se declarou parda e sem ancestralidade indígena, depois da retomada indígena em Nonoai migrou com a família para o Acampamento Encruzilhada Natalino, produzido entre 1980 e 1981 por camponeses sem terras, em terreno entre os municípios de Passo Fundo, Ronda Alta, Sarandi e Carazinho, de acordo com texto do MST<sup>49</sup>. Um marco na história pela reivindicação da reforma agrária e berço do início do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o acampamento de Encruzilhada Natalino chegou a abrigar 600 famílias. Lá viveram cerca de 3.000 pessoas que foram assentadas em Ronda Alta, após dois anos pressionando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e recusando-se a serem assentados em colônias agrícolas no Mato Grosso do Sul, de acordo com documentário de 1981 sobre Encruzilhada Natalino<sup>50</sup>.

Depois de assentada em Ronda Alta, a família da interlocutora trocou terras com um conhecido em Rondinha, para onde se mudaram alguns anos depois. Quando atingiu a maioria ela mudou-se a Passo Fundo e se estabeleceu na vila Popular, onde vive há mais de trinta anos. Durante toda sua trajetória de vida, sua forma de morar esteve baseada na ocupação de terras, fossem rurais ou urbanas.

Os processos organizacionais coletivos são relatados pelos acampados no documentário supracitado. A cada agrupamento de cinco barracos havia uma liderança com a qual se discutiam os problemas e necessidades. Os líderes desses pequenos grupos produziam relatórios com as pautas discutidas que, posteriormente, eram levadas às assembleias gerais para serem compartilhadas com o grande grupo. A organização coletiva seria a ferramenta principal para alcançar o direito à terra:

De nada adianta estar esperando em casa um pedaço de terra sem se organizar e sem se unir porque, no momento que o povo brasileiro sem-terra se une em torno dos direitos que ele tem por lei, porque nós temos direito por lei de ter acesso ao nosso pedaço de terra (...), eu acho que eles vão conseguir um pedaço de terra também (acampado de Encruzilhada Natalino, 1981) .

Relacionando o encadeamento de conflitos de terras rurais que repercutiu em espaços urbanos do interior, foi produzida a montagem que segue, utilizando imagens e reportagens veiculadas entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980.

---

<sup>49</sup> A luta do Acampamento Encruzilhada Natalino. Disponível em: <<https://mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino/>>. Acesso em: 2 de abril de 2020.

<sup>50</sup> Encruzilhada Natalino. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pfvivrYJOWs>>. Acesso em: 2 de abril de 2020.

Figura 51 - Indígenas, colonos e o agronegócio



Fonte: colagem da autora sobre VEJA (1978), O Nacional (1981), Lucas do Rio Verde (2012) e MST (2018).



A montagem faz uma relação entre imagens e manchetes jornalísticas, enfatizando a retomada indígena – que se deu por uma expulsão anterior dos indígenas pelos colonos – como um ponto de inflexão dos conflitos de terras rurais que vai reverberar nas cidades do agronegócio. A faixa superior da colagem traz imagens da retomada indígena ocorrida em 1978, na qual os kaingang teriam queimado uma escola rural e abordado as casas dos colonos agricultores como forma de intimidação para que esses fossem embora das terras de Nonoai. Sem terras, os colonos agrícolas acamparam na Encruzilhada Natalino para reivindicar a reforma agrária.

A faixa inferior da colagem traz uma reportagem de 1981 que disserta sobre o final do Acampamento Encruzilhada Natalino, momento em que foi feito um acordo entre MST e INCRA para o assentamento de parte da população camponesa acampada em Ronda Alta, e outra parte em Lucas do Rio Verde<sup>51</sup> no Mato Grosso do Sul, estado onde foram formadas colônias agrícolas produtoras de soja.

Além dos camponeses de Nonoai, Encruzilhada Natalino abrigou migrantes sem-terra de diversos municípios do noroeste sul-rio-grandense, um processo diretamente relacionado com as transformações do uso da terra que passou de lavouras de subsistência a monocultura de soja a partir dos anos 1960. A hegemonia da ligação agricultor-banco-cooperativa causou o endividamento de pequenos agricultores com a consequente necessidade de vender suas terras por valores ínfimos, ficando sem lugar para morar e trabalhar, condicionando agricultores pobres a trabalhar na condição de escravos em terras alheias, conforme relatos do documentário Encruzilhada Natalino.

A interlocutora que nasceu em Conceição do Araguaia, no Pará, relata que sua família se mudou do Paraná no final da década de 1970 para trabalhar em serrarias na região da Amazônia, derrubando árvores e desmatando a Floresta Amazônica para comercialização de madeira. Outra interlocutora viveu até o período de sua juventude com a família que migrou de Erechim para o interior de Maravilha (SC) cultivando milho, feijão e arroz, e criando animais para subsistência. A prática era desmatar a floresta para ocupar e plantar:

O pai comprou um pedacinho de terra lá, fomos pra lá morar, no meio do mato (...) puro mato. E fomos derrubando, plantando, construindo, fazendo casa.

---

<sup>51</sup> Pioneiros de Lucas do Rio Verde serão homenageados hoje à noite, no Paço Municipal. Disponível em: <<https://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/site/noticias/2154>>. Acesso em 03 de abril de 2020.

(...) Roçando, derrubando. De serra. Eu não sei... eu não sei como é que tô viva hoje! Pra dizer a verdade, porque eu rocei, ó... Derrubei árvores assim, de pouco machado, com serrote! (Interlocutora IVN, 58 anos, 19/08/2019).

A família da interlocutora plantava para consumo próprio e o excedente era trocado ou vendido. A venda do excedente era destinada para compra de roupas e mantimentos para a família e maquinário para lavoura. Na vida adulta se mudou para Coxilha (RS), onde trabalhou como faxineira e em uma granja como trabalhadora volante, triando manualmente a plantação separando a mistura de soja<sup>52</sup>. Trabalhando junto a um grupo de 30 pessoas, rememora o momento das refeições, que eram feitas coletivamente embaixo dos capões de mata; nesses momentos a turma do campo se reunia para contar os “causos”, expressão popular que se refere a histórias orais. Explica que cada trabalhador(a) levava sua marmita em uma relação com a nomenclatura “boia-fria” dos trabalhadores volantes.

O interlocutor que migrou de Erval Seco (RS) vivia junto a sua família na colônia criando galinhas, porcos, bois e cavalos, e na lavoura cultivavam milho, soja, feijão e batata. Na lavoura de soja, cultivada até o final dos anos 1970, nunca foram utilizados agrotóxicos. Quando havia uma praga na lavoura, a prática mais comum era fazer benzimentos e orações. O terreno, de terra dobrada<sup>53</sup>, impossibilitava o uso de máquinas: a terra era lavrada com carroça puxada por bois ou cavalos. As ervas ditas daninhas eram removidas com arado e enxada e eram utilizados adubos e regas para melhorar as condições de plantio e colheita. No que diz respeito às práticas agrícolas, foram relatadas práticas laborais e de subsistência em espaços rurais e urbanos. As práticas agrícolas e de criação de animais em espaços rurais estão organizadas na tabela 19:

**Tabela 19** – Atividades agrícolas rurais

	Agregado (soja)	Familiar (subsistência)	Familiar (milho)	Volante (soja)	Volante (ervatal)	Agroecologia (arroz)	Aviário
Záchia	2	4	1	2	1	1	-
Popular	-	-	-	-	-	-	1
Total	2	4	1	2	1	1	1

Fonte: elaboração da autora, 2019.

O trabalho agrícola em espaço rural faz parte do passado de sete das pessoas entrevistadas, todas migrantes, não constituindo atividade laboral no presente de

<sup>52</sup> Mistura de soja é um processo manual para classificar a semente enquanto está florida para a produção de sementes. Separa-se a soja pela cor de suas flores, brancas ou azuis. A separação tem a finalidade de homogeneizar a lavoura de soja em relação à “qualidade” da semente.

<sup>53</sup> Expressão popular campesina para referir-se à terrenos acidentados.

nenhum dos interlocutores, ainda que estivesse presente na vida da segunda geração, de filhos e sobrinhos que se inserem nos segmentos de trabalho do agronegócio. Os trabalhadores de segunda geração trabalhavam como volante em ervatais em Erebangó, montador de máquinas agrícolas em Passo Fundo, preparador e vendedor de sementes de soja em Chapecó (SC), trabalhadora de aviário em São Miguel (distrito de Passo Fundo), e trabalhador de frigorífico em Passo Fundo. Os trabalhos agropecuários em espaços urbanos estão organizados na Tabela 20:

**Tabela 20** – Atividades agrícolas urbanas

	<b>Frigorífico</b>	<b>Capina de lotes</b>	<b>Comércio (semente soja)</b>	<b>Indústria de máquinas agrícolas</b>
<b>Záchia</b>	4	-	-	1
<b>Popular</b>	1	1	1	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: elaboração da autora sobre dados do trabalho de campo (2019).

Os relatos sobre trabalhadores agropecuários em 2019 eram majoritariamente em espaços urbanos, em agroindústrias e serviços. Quatro interlocutoras trabalharam em frigoríficos, duas delas em Passo Fundo. As outras duas mudaram-se durante um par de anos para pequenas cidades da região para trabalhar em frigoríficos de aves e porcos, Marau (RS) e Nova Araçá (RS). Uma delas relatou que abandonou o trabalho no frigorífico pela insalubridade do serviço: o ambiente fabril, com baixíssimas temperaturas, constantemente lhe fazia adoecer.

Das 24 pessoas entrevistadas, onze relataram vivências rurais exclusivamente no campo, o que representa 45,8% das pessoas entrevistadas. Essas práticas estão relacionadas a cultivos de monocultura e de subsistência, plantio e colheita de grãos, milho, trigo, soja, feijão e arroz; e à criação de animais, como porcos, galinhas e gado leiteiro. Dessas onze pessoas, dez viveram a infância no campo e mantiveram práticas de ruralidade no período que vai da infância à juventude, tendo começado a trabalhar na infância. Uma das pessoas entrevistadas saiu da cidade em busca de trabalho no campo durante juventude, voltando menos de um ano após ter se mudado por conta da falta de infraestrutura no campo.

Das pessoas que viveram práticas de ruralidade na infância, em terras rurais, três mantiveram essas práticas vivendo em espaços urbanos e compõem o grupo etário de maior idade, entre 58 e 64 anos. Na infância, dois dos interlocutores viveram como agregados, junto à família, nas terras dos patrões, no distrito de Três Passos, parcela rural de Marau (RS) e no distrito de São Valentim, parte rural de Passo Fundo (RS).

Ele, que na juventude migrou para a cidade, trabalhou como volante na safra de soja; na entressafra fixava-se na cidade trabalhando na construção civil. Na lavoura trabalhava no plantio, na colheita e na aplicação de agrotóxicos. Em 1980 o número de trabalhadores na lavoura era maior, cerca de 30 pessoas trabalhando por hectare; já em seus últimos trabalhos, por volta de 2010, havia cerca de 10 trabalhadores por hectare. O interlocutor justifica sua descontinuidade nos trabalhos agrícolas devido à falta de especialização: quem se especializava continuava a trabalhar na lavoura, quem não se especializava, era dispensado. Ela, ao atingir a maioridade migrou à Passo Fundo e trabalhou em serviços domésticos remunerados. Em determinado período de sua vida foi integrante do MST e foi assentada no Assentamento Madre Terra em Catuçaba (distrito rural de São Gabriel) onde cultivava arroz orgânico. O Quadro 11 organiza as atividades agropecuárias temporalmente:

**Quadro 11** - Atividades agrícolas rurais e urbanas

	<b>Atividade</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2019</b>
<b>Espaço rural</b>	Agregado (soja)							
	Familiar (subsistência)							
	Familiar (milho)							
	Volante (soja)							
	Volante (ervatal)							
	Agroecologia (arroz)							
	Aviário							
<b>Espaço urbano</b>	Frigorífico							
	Capina de lotes							
	Comércio (soja)							
	Indústria (maquinário)							

Fonte: elaboração da autora (2019).

Em relação às demais atividades laborais, duas pessoas entrevistadas estavam em idade de trabalho ativa e desempregadas. As três pessoas mais velhas, na faixa de idade entre os 58 e os 64 anos de idade, estavam aposentadas.

Na Popular, três pessoas entrevistadas trabalhavam com construção civil, na faixa de idade dos 40 aos 49 anos. Um deles trabalha como pintor, os outros dois entrevistados trabalham há quatro anos como ferreiros terceirizados, montando ferragens para grandes construções de hipermercados e lojas de departamentos. Um dos ferreiros trabalhou carpindo lotes em troca de refeições logo que migrou de Ernestina para Passo Fundo. Quando chegou à cidade descobriu o que era a fome, pois o trabalho

era escasso e incerto. Ao comparar sua vida na cidade à vida que levava no campo, não tem dúvidas de que a vida no campo era melhor: considera a cidade o lugar da individualidade. No campo havia solidariedade e ajuda mútua tanto para cuidar a lavoura quanto para compartilhar as refeições. No Záchia, três dos entrevistados trabalham ou trabalharam na construção civil, como serventes, ferreiros, pedreiros e carpinteiros.

O Quadro 12 classifica as ocupações das pessoas entrevistadas em sete categorias – trabalhos domésticos, manuais, autônomos, construção civil, funcionalismo público e desocupados – e possibilita a relação entre ocupação, gênero e cor ou raça. No item cor ou raça estão inclusas preto (pt), branco (bc), pardo (pd), bugre (bg) e nenhum (nh).

**Quadro 12** – Ocupação, gênero e raça das pessoas entrevistadas

Ocupação	Descrição	Território			Gênero		Raça
		Total	Záchia	Popular	F	M	
Trabalho doméstico	Remunerado	3	2	1			pt,bg, nh
	Não remunerado	2	2	-			bc
Trabalhos manuais	Recicladoras	2	-	2			pd, nh
	Costureira	1	-	1			pd
	Artesã	1	1	-			nh
Trabalhos autônomos	Cuidadora de idosos	1	1	-			pt
	Vendedora	1	1	-			bc
	Comerciantes	2	2	-			bc
Construção civil	Ferreiro(a)	2	-	2			pd
	Pintor	1	-	1			pd
Funcionalismo público	Educador social	1	1	-			nh
	Técnico administrativo	1	1	-			pd
Desocupados/ as	Afastadas	1	1	-			bc
	Desempregados/as	2	2	-			pd, nh
	Aposentado(as)	3	2	-			bc
Total		24	17	7			

Fonte: elaboração da autora sobre dados do trabalho de campo (2019).

O trabalho doméstico remunerado e não remunerado é exclusividade das mulheres. As trabalhadoras domésticas não remuneradas, que trabalham em suas casas cuidando de sua família, são brancas. As trabalhadoras domésticas remuneradas, que trabalham em “casas de famílias” alheias, se identificam como preta, bugra e “nenhum”. Os trabalhos manuais também são exclusividade das mulheres, as

recicladoras se identificam como parda e “nenhum”, a costureira se identifica como parda e a artesã não se identifica com categorias raciais.

Dentre os trabalhadores autônomos, os dois comerciantes, homens, são brancos, a cuidadora de idosos é preta e a vendedora, branca. Na construção civil a função de ferreiro é compartilhada por um homem e uma mulher pardos e o pintor também se considera pardo. No funcionalismo público os dois trabalhadores são homens que se identificam como branco e pardo. Dentre as pessoas desocupadas, a afastada é mulher branca, os desempregados são mulher parda e homem que não se identifica racialmente com nenhum termo, os aposentados são homem e mulher branca.

#### **4.6) TERRITORIALIZAÇÕES NO CASO ZÁCHIA-POPULAR**

Tanto no Záchia quanto na Popular foram identificados movimentos de refavelização; reocupação de favela removida, movimento que ocorreu na Popular, e de ocupação e territorialização de espaços ociosos nas bordas de loteamento popular regularizado no Záchia. Se a intenção do poder público ao construir o Záchia era desfavelizar, ou erradicar as favelas da cidade, podemos dizer que o plano não funcionou: desde a década de 1990, centenas de famílias vêm ocupando terrenos em um movimento que, até o final da década de 2010, segue se ampliando. Por isso, a diminuição de população do Záchia nos levantamentos municipais pode estar relacionada à intensa mobilidade que há entre o loteamento formal e as ocupações no entorno do Záchia, não contabilizadas pela PMPF.

A principal diretriz de aumento de área edificada nos territórios estudados é de expansão horizontal, vinculado às territorializações de ocupações. No final da década de 2010, as possibilidades de expansão horizontal da Popular são limitadas por estar circundada por cidade consolidada. Ainda que haja terrenos livres contíguos à vila, o fato de serem de propriedade privada em região central da área urbana aumenta as tensões em torno desses espaços que são controlados pela municipalidade e visado pela especulação imobiliária, fato que se confirma pelas constantes pressões de remoção sofridas pelas famílias que ocupam terrenos particulares. No Záchia as bordas rurais vem sendo terreno de novas ocupações, limitadas pela rodovia BR-285, o rio Passo Fundo e as agroindústrias, que se configuram enquanto barreiras físicas. Em relação à densidade e forma das edificações, ambos os territórios são pouco

verticalizados. A verticalização é um dos últimos estágios de consolidação da habitação em cujo processo incide o tempo de moradia. Na Popular é possível identificar um conjunto de casas consolidadas e, em alguma medida, verticalizadas, localizadas na Av. Sete de Setembro, no trecho que vai da Av. Ângelo Preto até a ponte.

No Záchia se percebe um conjunto de edificações mais consolidadas no loteamento habitacional. Não há, no entanto, uma localização específica para as residências verticalizadas e dotadas de acabamento externo, o loteamento é bastante heterogêneo e apresenta uma combinação de residências de alvenaria, algumas de madeira, muitas em estágio de ampliação e sem acabamentos. Poucas edificações são verticalizadas, muitas das quais são de uso misto, com comércio no térreo e residência na parte superior.

A vila Popular, bairro vizinho ao Centro, consolidou-se em consonância com o crescimento da cidade, visto que muitos dos equipamentos de importância para cidade estão localizados no território. Sobre a questão associativa, devido à baixa permeabilidade da pesquisa na vila Popular, não foi possível investigar os motivos de haver sido feita menção à associação de moradores fundada em 2017, se de fato essa teria sido a primeira associação da vila, ou se houve algum tipo de cisão com antiga associação de moradores.

A partir de iniciativas familiares, no Záchia foram implantados pequenos comércios, como mercados, padarias, lojas de materiais de construções e creches particulares, fato que inclusive permitiu que se formasse uma burguesia local, aumentando a diversidade socioeconômica dentro do Záchia. Se por um lado há uma burguesia local comerciante no Záchia, atividade típica da urbanidade que fundamenta o bairro enquanto sua própria centralidade, também estão presentes as práticas tipicamente rurais. As práticas rurais foram encontradas na Popular e no Záchia; em maior proporção no Záchia, possivelmente porque nesse espaço há menor densidade construtiva e maior quantidade de espaços livres. Os espaços livres estão localizados nas bordas do Záchia, as ocupações que se confrontam com terras rurais. Nesses espaços torna-se possível criar animais e lavouras de subsistência. Talvez a própria localização e configuração espacial do Záchia seja atrativa para pessoas e famílias em cujos cotidianos haja a prática de ruralidades. A ruralidade também está presente

na toponímia das estreitas passagens de terra do Záchia, os carreiros, herança das lavouras em espaços rurais.

Relaciona-se as práticas rurais encontradas em solo urbano à bagagem cultural trazida pelos migrantes do campo como estratégias de sobrevivência visto que esse cultivo possa ser complementar à alimentação familiar e ao mesmo tempo uma forma de ocupar o terreno urbano, que no futuro, a partir da necessidade, poderá edificado. O imaginário social dos interlocutores revela que o espaço rural, o campo ou a colônia, é teorizado enquanto local da cumplicidade e compartilhamento em distintos níveis, como o da responsabilidade coletiva com as práticas agrícolas, e espaço da abundância em relação à alimentação. Já a cidade aparece como uma contraposição às práticas de ajuda mútua, o local do individualismo.

Em ambos os territórios Záchia e Popular foram encontradas informações sobre as redes familiares enquanto eixos estruturantes do processo de ocupação: em geral um membro da família chegou primeiro no território e, depois de estabelecido, outros seguiram sua trajetória. Tanto no Záchia quanto na Popular esses territórios não foram o primeiro lugar onde as pessoas migrantes moraram em Passo Fundo até que pudessem se estabelecer, tendo vivido em outras vilas da periferia.

Sobre os movimentos migratórios, a maior parte dos movimentos se deu intrarregionalmente, dentro da região no noroeste sul-rio-grandense, desde aqueles que se mudaram diretamente a Passo Fundo até aquelas pessoas que chegaram a viver até sete ou oito deslocamentos migratórios até se estabelecerem no Záchia ou na Popular, movimentos esses permeados por uma forte insegurança de moradia. Em relação à identificação do interlocutor com o território onde vive, no Záchia havia, no loteamento e nas ocupações consolidadas, a ideia de pertencimento dos moradores ao território do Záchia. Os moradores da Ocupação 4, no entanto, não se reconheciam como moradores do Záchia, e sim como moradores da Ocupação 4, possivelmente por sua recente trajetória territorial e ainda frágil integração com a vida social do bairro. Na Popular, interlocutores se descreveram enquanto habitantes da vila Popular, os mais antigos relataram ter habitado a antiga vila Cruzeiro, que seria o mesmo território com uma recente alteração na definição jurídico-política.

Outro aspecto de cisão entre territorialidades, relatado no Záchia, é a sensação de insegurança de alguns dos moradores dos espaços mais consolidados em relação à



Ocupação 4. Esses relatos são similares àqueles que os mesmos moradores antigos descreveram quando se mudaram para o Promorar em 1984, momento em que as famílias eram desconhecidas umas das outras. A similitude entre esses relatos permite estabelecer uma relação entre a formação de comunidade e a segurança, e estabelecer a inversa relação entre insegurança e a não permeabilidade de determinado grupo na comunidade.

No Záchia e na Popular o tráfico de drogas é prática cotidiana e se, por um lado, há o tráfico, por outro há as táticas de contorno ao tráfico que pretendem criar barreiras e alternativas a essa prática; o esporte e as atividades educativas em turno inverso ao da escola são uma forma de criar possibilidades de futuro para as crianças e jovens. No Záchia essas atividades são promovidas através de mobilizações comunitárias, com a criação de escolinhas e times de futebol do bairro, e também através de atividades educativas e profissionalizantes de instituições católicas de caridade. Na Popular essas táticas são promovidas pela instituição católica assistencialista.

Sobre as práticas religiosas, na Popular, o espaço vinculado a religiosidade que se destaca é o projeto católico Transformação, que se evidencia na forma arquitetônica, sendo a maior edificação da vila Popular. Além de religioso, esse projeto tem um papel de agregador comunitário, coletivizando práticas antes individualizadas, como a catação de lixo reciclável que se tornou cooperativada, e as oficinas educativas e esportivas para as crianças em turno inverso ao do colégio, antes inexistentes para essa população.

No Záchia há numerosas igrejas neopentecostais em todas as territorialidades; e as pessoas praticantes dessas religiões indicam os cultos como sua única prática de lazer. Ao mesmo tempo, os moradores que identificam o Campo do 13 de Abril como espaço de lazer afirmam não mais frequentar o espaço devido à falta de infraestrutura e à utilização do espaço para consumo de drogas ilícitas. Podemos entender que há uma disputa de espaço físico e simbólico nesse território, entre as igrejas neopentecostais e o espaço público enquanto áreas de lazer. Ao mesmo tempo, as igrejas neopentecostais se consolidam enquanto espaço preponderante da religiosidade sobre as demais religiões.

Em ambos os territórios foram identificadas práticas de religiões de matriz africana, práticas culturais não verbalizadas e apenas reconhecidas pela observação. Uma

moradora do loteamento do Záchia, praticante de religião de matriz africana e que pode ser identificada socialmente como negra, declarou que se identifica com “sua própria cor”, o que pode indicar uma postura de autoproteção ao decidir não verbalizar sua cor perante uma pesquisadora desconhecida, visto o preconceito e racismo que recai sobre as pessoas negras e praticantes de religiões africanas.

Na vila Popular, que apresentou grande presença de pessoas negras, todo espaço estudado é fruto de distintas ocupações de terra. Isso nos permite concluir que em Passo Fundo, uma cidade cujo imaginário social está fortemente vinculado ao processo de imigração europeia, existe uma expressiva presença de pessoas negras que habitam a cidade, seu espaço nessa cidade talvez seja majoritariamente vinculado às favelas e conjuntos habitacionais. As duas pessoas que se declararam pretas, uma na Ocupação 4 do Záchia e outra antiga moradora da ocupação de ferroviários na Popular, não revelaram qualquer relação com os espaços rurais, afirmando que seus ancestrais sempre viveram em Passo Fundo. Dentre as sete pessoas que se declararam pardas, seis migraram de espaços rurais, e a interlocutora que afirmou ter ancestralidade bugra também é migrante.

A identificação dessa interlocutora enquanto bugra tensiona a questão da identificação com as culturas branca ou indígena. Para aprofundar a compreensão do que significa a palavra bugre podemos recorrer ao trabalho de Dornelles (2011) que analisa alguns aspectos da história de vida de Luís Bugre, indígena de etnia *kaingang* morador do Vale dos Sinos no século XIX, identificando alguns aspectos da definição bugre. Luís Bugre, capturado com onze anos de idade em uma incursão contra colonos alemães, passou a viver como agregado de um descendente de português. No entanto, manteve o vínculo com seus parentes indígenas e suas práticas de incursões pela floresta e caçadas; com frequência passava temporadas fora de casa, caminhando no percurso entre o que conhecemos como Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Vivendo entre os mundos dos colonizadores alemães e seus parentes indígenas, Luís Bugre atuava muitas vezes como intermediário em trocas de objetos e alimentos entre os dois povos e como guia em incursões mata adentro. Por manter laços e conviver com seus parentes *kaingang*, causava desconfiança nos colonos. Detestava a designação de bugre, podendo reagir agressivamente quando assim lhe chamavam. Para Dornelles (2011), Luís Bugre fez de sua condição de múltiplas identidades uma forma de resistência frente à situação na qual se encontrava, circulando fluidamente

nas margens de mobilidade identitária que permeavam suas vivências. Essa fluidez de circulação identitária estava diretamente relacionada aos círculos sociais nos quais ele se inseria. Luís Bugre foi “um homem solitário que percorre distintos universos, que se comunica com eles e, ainda, tira proveito deles, pois tira o que há de mais vantajoso em ser índio, ser colono e ser bugre” (DORNELLES, 2011, p. 254). Ainda, Dornelles (2011) caracteriza esse contato entre colonizadores e indígenas como produtor de uma mestiçagem dos universos sociais e materiais que se dava no compartilhamento de experiências, fazendo emergir personagens cujas práticas eram mestiças.

A partir do caso de Luís Bugre, é possível entender como primeiro aspecto definidor da existência do bugre, a existência do colonizador, quem define pejorativamente os indígenas *kaingang* enquanto bugres. O segundo aspecto de destaque é mobilidade identitária vinculada ao bugre; nesse caso um *kaingang* cuja identidade era flexibilizada dependendo da situação ou grupo com o qual convivia. O terceiro aspecto é o do produto da identidade bugre enquanto uma mistura de práticas: sua identidade não está vinculada apenas a seus traços fenotípicos e ao fato de ser de etnia *kaingang*, mas sim às suas práticas culturais que ora são indígenas e ora são brancas, adaptando-se ao contexto no qual está inserido como prática de resistência.

Voltando ao caso de nossa interlocutora de pesquisa, e embasada nas informações acerca da identidade e da prática dos bugres a partir do caso de Luís Bugre, torna-se possível compreender que para a interlocutora, quando declarou que sua avó era bugre, não havia uma analogia direta entre os termos bugre e indígena. Essa relação não é explícita justamente porque sua avó, mesmo que “bem nativa daqui” e “criada no mato”, conforme declarou, provavelmente já não detinha práticas exclusivamente indígenas e tampouco se identificava como indígena, sendo suas práticas mestiças entre os mundos sociais racializados enquanto branco e indígena. Essa reflexão se faz imprescindível se pudermos pensar que não apenas os traços fenotípicos podem mestiçar-se, mas também as práticas sociais e culturais podem ser mestiças.

## 5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A favelização na cidade média do agronegócio é entendida como uma continuidade da disputa pelo uso da terra que se transpôs do mundo rural ao mundo urbano, uma disputa que se reterritorializa (HAESBAERT, 2004) entre espaços classificados como rurais e urbanos. A moradia atrelada à agricultura de subsistência escasseia no mundo rural à medida que avança o controle do capital e a fronteira agrícola com suas lavouras de monocultura. A produção de alimentos para subsistência também se reterritorializa, migrando dos espaços rurais às favelas urbanas, em menor escala. À já existente disputa pela terra rural entre colonos pobres e indígenas se somam, a partir do último quartil do século XX, os detentores das técnicas modernizantes agrícolas, que produzem a necessidade de uma reterritorialização dos pobres, antes habitantes de espaços rurais, em ocupações urbanas de cidades médias do agronegócio.

Do trabalho de campo se apreendeu um processo de refavelização como uma ressignificação do território, um processo de reterritorialização (HAESBAERT, 2004) das favelas que se contrapõe aos projetos de desfavelização produzidos pelo poder público e embasados na técnica. A implantação periférica do Záchia atuou como a imposição de um distanciamento socioespacial entre Záchia e o restante da cidade, que, se por um lado privou os moradores de acessar serviços básicos, por outro lado produziu uma necessidade de associação comunitária para a reivindicação desses serviços no território do Záchia. A partir da necessidade, os moradores do Záchia transformaram-no em seu próprio centro, de uma pequena vila afastada da cidade, à uma “quase cidade”, para utilizar a expressão de uma moradora. Centralidade provida de equipamentos, ainda que não todos os necessários, atraiu moradores de outras periferias da cidade e de outros municípios que se organizaram em movimentos de ocupação, favelizando as bordas do loteamento regular.

Se as migrações do campo para a cidade representavam para as elites agrárias uma alternativa à reforma agrária (SINGER, 1973), a crescente urbanização com a consequente favelização dos espaços urbanos torna a reforma urbana uma medida urgente. Ao passo que houve um desmanche da subsistência como um setor campesino (SINGER, 1973), as práticas de subsistência não foram extintas, e sim redimensionadas e transportadas aos espaços urbanos como práticas culturais que aparecem como características de favelas imersas em mundo rural, observadas na

Popular e no Záchia. Sua incidência se mostra relacionada à quantidade de espaço disponível para as práticas antes que relacionadas às definições políticas e jurídicas de terras urbanas e rurais, pois como diria Hall (2003), a cultura não respeita limites políticos e transgride fronteiras.

A questão da racialidade nas vilas estudadas possui analogias com as dinâmicas raciais das favelas em grandes cidades da década de 1970, de acordo com Perlman (1977), que afirma que as favelas eram o local de moradia da maioria das pessoas negras dos espaços urbanos. Na cidade média do agronegócio, Passo Fundo, há maior incidência de pessoas que se identificam enquanto negras, pardas e bugras nas ocupações, ao mesmo tempo as religiões de matriz africana se mostram espacializadas no loteamento habitacional. Favela e loteamento habitacional são territorializados por pessoas não brancas e brancas. Ainda, entende-se a identidade racial bugre como fruto de um cruzamento de culturas, transculturação (HALL, 2003) e mestiçagem não apenas fenotípica, mas também cultural que produz práticas que podem ter lugar tanto no campo quanto na cidade.

Em relação às atividades laborais, as informações obtidas em trabalho de campo corroboram com o processo de encolhimento dos trabalhos agrícolas no campo que estimula a migração e a progressiva demanda de especialização dos trabalhos agrícolas urbanos que repele os migrantes não escolarizados como força de trabalho. Em consequência, a esses migrantes são relegados os trabalhos precarizados e informais que são preponderantes sobre o desemprego. Assim como nas metrópoles industrializadas, nas cidades médias agroindustrializadas, na remuneração dos trabalhadores urbanos das classes populares não está incluído o valor da moradia, a alternativa viável para essas populações é a autoconstrução (MARICATO, 1982).

A mobilidade entre lugares de moradia faz parte das dinâmicas de territorialização das pessoas que habitam favelas em Passo Fundo. São quatro escalas que compõe a dinâmica de mobilidade: intrarregional, intraurbana, intra-territorial e interestadual. As mais expressivas dentre essas, por mais recorrentes, são as mobilidades intraurbanas, dentro da cidade de Passo Fundo, entre bairros e vilas de localização periférica na cidade e intrarregional, processos migratórios dentro da região noroeste sul-rio-grandense. Tanto no Záchia quanto na Popular foram encontradas essas quatro escalas de mobilidade. No Záchia as quatro escalas são recorrentes, a intraurbana e intra-territorial no passado recente das trajetórias de vida das pessoas

migrantes moradoras da Ocupação 4, a escala intrarregional está no passado dos migrantes moradores do loteamento e das ocupações.

Ainda que os moradores de ambos territórios, Záchia e vila Popular, tenham circulado por diversos espaços da periferia urbana de Passo Fundo até estabelecerem-se nas territorialidades onde vivem, habitando loteamentos clandestinos, vilas, invasões e ocupações, nenhum deles relatou ter vivido ou conhecido alguém que tenha morado na ocupação Beira-Trilho. Nem mesmo os antigos moradores da Cruzeiro, cujas primeiras ocupações foram nos terrenos remanescentes da via férrea, identificaram-se enquanto moradores de uma (antiga) Beira-Trilho. Assim como a favela, a Beira-Trilho é uma invenção tecnicista que estigmatiza para legitimar a remoção e o não provimento de direitos básicos como infraestrutura urbana, água, luz, um endereço. Beira-Trilho é uma denominação usada para referir-se às ocupações habitadas por populações pobres em terrenos sobre a faixa de domínio da via férrea; denominação seletiva, pois não é utilizada para referir-se a indústrias e comércios implantados nesse mesmo tipo de terreno. A combinação desses fatores nos leva a concluir que a Beira-Trilho, e seus moradores identificados como beira-trilhos (no plural), de fato, não existem.

A emblemática Beira-Trilho em Passo Fundo, assim como o emblemático Morro da Favella, no Rio de Janeiro, é nada mais do que uma invenção criada e consolidada por narrativas hegemônicas da mídia local e do conhecimento científico. A Beira-Trilho é uma invenção desenvolvida aos mesmos moldes da invenção da favela (VALLADARES, 2005) que estigmatiza o território e seus habitantes com a finalidade de legitimar políticas de remoção sobre o espaço. Essas alcunhas pejorativas, estereótipos generalizantes sobre as favelas situadas em terrenos lindeiros à via férrea, atuam como poder simbólico que perpetuam as hierarquias sociais, transmitindo características do espaço físico ao espaço social de seus habitantes (BORDIEU, 1993) e incidindo diretamente na vida de seus moradores ao dificultar sua inserção social.

A cartografia, ao ser utilizada como instrumento de aproximação ao campo, de espacialização de territorialidades identificadas no campo e de análise de territorializações funcionou como um elemento de “momento etnográfico” (STRATHERN, 2014), a junção entre o campo onde se pesquisou dados e informações sobre as favelas de cidades médias do agronegócio, Záchia e Popular.

Elaborados com base em narrativas endógenas aos territórios estudados, os mapas do trabalho de campo carregam informações de memória dos moradores que, associadas, conformam uma memória social e coletiva dos espaços (BOSI, 1979; SOLNIT, 2010). Os mapas são também instrumentos de memória. Se por um lado os mapas produzidos nesse trabalho permitem o reconhecimento desse território associados a uma versão narrativa que não se pretende definitiva e sim mais uma versão (VELHO, 1978), são um convite para que a imagem dos territórios estudados, Záchia, Popular e a cidade de Passo Fundo sejam reinventadas e atualizadas.

Záchia e Popular têm também características socioespaciais que se aproximam àquelas encontradas nas favelas de cidades grandes. Os padrões formais e sociais, como o efeito alvenaria (MARZULO *et al*, 2016) nas residências, que é a materialização da consolidação da favela quando a comunidade tem uma maior segurança de sua permanência na terra a partir da infraestrutura que é provida pelo poder público, foi observado nas duas vilas pesquisadas, Záchia e Popular. Na Popular o efeito alvenaria perpassava as três mais antigas e consolidadas ocupações, não existente apenas na quarta ocupação, mais recente e ainda sem infraestrutura. A mesma relação entre temporalidade, infraestrutura e consolidação foi observada no Záchia, tanto o loteamento quando as ocupações produzidas até os anos 2000 tinham edificações, em sua maioria, em alvenaria. Na Ocupação 4, dos anos 2010, a maioria das ocupações era em madeira, embora houvesse algumas poucas edificações em alvenaria.

Também o padrão de ampliação da favela (MARZULO, 2007) teoria formulada a partir de estudos de favelas metropolitanas, pode ser identificado nas cidades médias, em uma analogia entre as territorialidades de Záchia e da Popular. Entre os espaços irregulares consolidados e os regulares, projetados ou regularizados, pode-se dizer que os espaços físicos em suas territorializações têm mais analogias do que distinções em relação ao acesso à serviços públicos, ao provimento de infraestrutura, à materialização das residências e à caracterização de sua população.

A partir de espacializações de dados quantitativos dos setores censitários onde estão localizados conjuntos habitacionais e favelas foi possível compreender que, no caso de Piracicaba, o adensamento domiciliar, a concentração de famílias pobres e de pessoas não brancas é um fator que incide tanto em favelas quanto conjuntos habitacionais, porém com maior expressividade em conjuntos habitacionais. No caso

de Passo Fundo a ampliação da favela também se confirma a partir dos critérios de concentração de famílias pobres, pessoas não brancas e deficiência de infraestrutura sanitária, pois ainda que as condições entre favelas e conjuntos habitacionais sejam aproximadas, os conjuntos habitacionais em geral são implantados em posições periféricas, diferente de grande parte das favelas que, por suas localizações mais aproximadas ao centro da cidade, se tornam privilegiadas em relação aos conjuntos habitacionais pela existência de infraestrutura de esgoto sanitário.

A constatação de que a maioria dos aglomerados subnormais em duas cidades médias são conformados por domicílios pouco densos aponta para mais um critério que corrobora com a teoria de Cardoso (2016), que identifica o subdimensionamento dos aglomerados subnormais. Isso indica a necessidade de se considerar parâmetros que permitam identificar a favelização de acordo com a escala e o contexto de cada cidade, visto que não mais é fenômeno exclusivamente metropolitano.

Tanto em Piracicaba quanto em Passo Fundo, os aglomerados subnormais com média domiciliar de menor densidade (em relação à densidade máxima de cada contexto) representam a maioria dos aglomerados subnormais assim como concentram a maioria das pessoas que vivem nos aglomerados subnormais dessas cidades, conforme identificados pelo IBGE. Se as residências dos aglomerados subnormais são pouco densas, isso indica que as favelas também podem ser menos densas, o que aponta para uma necessidade de reorganização dos parâmetros de identificação das favelas brasileiras, já que no início do século XXI, a rede urbana no Brasil é composta por uma multiplicidade de cidades de diferenciados portes e com diferentes papéis e atuações nessa rede, espaços urbanos não metropolitanos e favelizados.

Analisar os efeitos recentes da modernização da agropecuária sobre as transformações em espaços urbanos que se favelizam em nível global, tensionando as definições de rural e urbano como territorializações simbólicas e não apenas jurídico-políticas (HAESBAERT, 2004), é um caminho para uma nova agenda de estudos. De acordo com Escher e Wilkinson (2019), o aumento das relações comerciais de importação e exportação de *commodities* entre Brasil e China, relacionado à industrialização da China no período entre as décadas de 1980 2000 e à desindustrialização do Brasil no mesmo período (CANO, 2012), o chamado “efeito China”, provocou efeitos divergentes sobre a economia brasileira. Com efeitos sobre



a economia do eixo Brasil-China, teria o “efeito China” dimensões socioespaciais que contribuem para a favelização das cidades do agronegócio? E paralelamente, teria o aumento de relações comerciais no eixo Brasil-China um efeito sobre as periferias urbanas chinesas?

As periferias chinesas, conhecidas como *urban villages* ou *chengzhongcun*, conjuntos habitacionais onde vivem os migrantes rurais em espaços urbanos, de acordo com Buckingham e Chan (2018) são uma manifestação espacial de um sistema socioeconômico dual que regula o espaço e as pessoas classificando-as enquanto “rural” ou “urbana”. De acordo com sua teoria, o desenvolvimento do espaço urbano chinês pode ser entendido como um produto desse sistema dual baseado na exploração do setor rural, o que inclui a terra, as propriedades e as pessoas do provenientes do meio rural (BUCKINGHAM e CHAN, 2018).

Como se transformam as relações entre espaços urbanos e rurais no contexto da industrialização e modernização da agricultura pós anos 1980? A favelização de espaços vinculados aos circuitos econômicos globais do agronegócio que intermediam os fluxos globais das *commodities*, atuando na desterritorialização de espaços rurais associada à reterritorialização de espaços urbanos desiguais é um tema de pesquisa que merece ser aprofundado.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / rumbo a uma nova consciência. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 13, n. 3, p. 704 a 719, 2005.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROS, G.S.C; Silva, A.F.; FACHINELLO, A.L; CASTRO, N.R.; Gilio, L.; GIACHINI, G. F.; MORAIS, A.C.P.; SOUZA Jr.; M. L. **PIB do Agronegócio Brasil**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), Piracicaba, 2019a.

BARROS, G.S.C; CASTRO, N.R.; Morais, A.C.P.; Machado, G.C.; Almeida, F. M. S.; ALMEIDA, A.N.; SILVA, A.F.; FACHINELLO, A.L. **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), Piracicaba, 2019b.

BECKER, Howard. Evidências de Trabalho de Campo. *In*: \_\_\_\_\_. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 65 - 100.

BELIK, Walter. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. *In*: RAMOS, Pedro et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007, p. 141-170.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. *In*: \_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001 [1993], p. 159 - 175.

\_\_\_\_\_; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON; Jean-Claude. **El oficio de sociólogo**: presupuestos epistemológicos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1975.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em 07 de abril de 2020.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm)>. Acesso em 07 de abril de 2020.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm)>.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República de Passo Fundo/RS. **Ação Cível Pública**. Inquérito Civil nº 1.29.004.000329/2005-80. Partes: União, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Município de Passo Fundo e Rumo Malha Sul S.A. Promotor: Ricardo Gralha Massia. Passo Fundo, 9 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rs/atos-e-publicacoes/acp/passofundo/acp-mpf-ajuiza-acao-para-solucionar-carencia-habitacional-da-populacao-beira-trilhos-em-passo-fundo>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BUCKINGHAM, Will; CHAN, Kam Wing. **One City, Two Systems: Chengzhongcun in China's Urban System**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/322628538\\_One\\_City\\_Two\\_Systems\\_Chengzhongcun\\_in\\_China's\\_Urban\\_System](https://www.researchgate.net/publication/322628538_One_City_Two_Systems_Chengzhongcun_in_China's_Urban_System)>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 621).

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. *In*: FIORI, J. L. **Estado e moedas do desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, 21. Campinas: Instituto de Economia, 2012, 831-851.

CARDOSO, Adauto Lucio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016, p. 29 – 52.

COLET, Jussara; SILVA, Gilnei José. **Direito Humano à Moradia Adequada**. Desvelando o Beira Trilho: Situação e Perspectivas. Relatório de Estudo de Caso. Passo Fundo: Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)/EdIFIBE, 2005, 64 p. Disponível em: <<https://cdhpf.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Direito-humano-a-moradia-adequada.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

CORDEIRO, 2014. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 2 (135), p. 230-248, abril-junho/2014.

CORRÊA, Roberto. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

COUTO, Patrícia Brandão; RODRIGUES, Rute Imanishi. **A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para discussão, n. 2159).

DELGADO, Guilherme. Período de transição: da modernização conservadora à economia do agronegócio. In: \_\_\_\_\_. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DORNELLES, Soraia. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, dez. 2011.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 73–89, 2007.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 25–39, 2007.

ESCHER, Fabiano; WILNKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.57, n.4, p.656-678, 2019.

FACCIO, Ana Júlian. **Infraestrutura ferroviária e privatização: o caso do ramal Passo Fundo – Marcelino Ramos na região do Alto Uruguai/RS**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FAVERO, Natália. As brasílias de Passo Fundo. *In: Anuário O Nacional*. 2011. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

FERRETTO, Diego. **Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha**. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FRITZ FILHO, Luiz. **Análise das trajetórias das unidades de produção agrícolas do município de Passo Fundo/RS**. 2009. 321 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FURTADO, Celso. Economia de Transição para um Sistema Industrial: século XX. *In: \_\_\_\_\_*. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001 [1981], p. 185 – 251.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013.

\_\_\_\_\_. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Definindo Território para entender a Desterritorialização. *In: \_\_\_\_\_*. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. *In: \_\_\_\_\_*. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 25 – 50.

\_\_\_\_\_. Diásporas, ou a lógica da tradução cultural. **MATRIZES**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 47-58, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das CIDADES**. IBGE: Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais Primeiros Resultados.** IBGE: Rio de Janeiro, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico.** Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010. IBGE: Rio de Janeiro, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010.** Resultados do Universo – Características da População e dos Domicílios. IBGE, 2011c. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2017.** IBGE, 2018a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário Séries Temporais.** IBGE, 2018b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/series-temporais>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

INSTITUTO POLIS. Revisão do Plano Diretor de Piracicaba. São Paulo, 2007.

IPEADATA. Grau de informalidade de áreas urbanas não metropolitanas. 2014.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOSTER, Henry. A Sugar Mill, 1816. Biblioteca Nacional Digital, 2004. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=2869](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=2869)>. Acesso em: 25 abr. 2020.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **Cadernos Metr pole n. 5**, v. 5, n. 1, p. 37–59, 2001.

LOPES, Gerson. **Beira-trilho: uma década depois.** **O Nacional.** 2016. Disponível em: <<https://onacional.atavist.com/beira-trilho>>. Acesso em 03 de abril de 2020.

MACHADO, Cau . Lugares e objetos de memória no batuque gaúcho. **Revista Religião e Sociedade**, v. 35, n. 1, 107-120, 2015.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. *In*: \_\_\_\_\_. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 71 – 93.

\_\_\_\_\_. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARZULO, Eber Pires. **Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. 2005. 306 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Favelização Ampliada: o processo de segregação espacial das classes populares. **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belém, 2007.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Agatha; TESSLER, Gustavo. Favela como padrão de ocupação e produção habitacional. **Portuguese-language Network of Urban Morphology (PNUM)**, Guimarães, 2016.

MENDONÇA, Diego. **Caso Sonho Real: mídia e direitos humanos na desocupação do Parque Oeste Industrial em Goiânia**. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília.

MULLER, Agatha. **Favela-discurso: a constituição institucional do fenômeno**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

NASCIMENTO, Cacildo. **As migrações e a constituição das identidades gaúchas, Coxim – MS (1970-2012)**. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

OTERO, Estevam. **Reestruturação Urbana em Cidades Médias Paulistas: a cidade como negócio**. 2016. 343f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, 2016.

PALUDO, Natália. Desativação de parte da linha férrea abre expectativa para moradores da beira-trilho. 2019. Disponível em:

<onacional.com.br/geral/cidade/93357/desativacao+de+parte+da+linha+ferrea+abre+expectativa+para+moradores+da+beira-trilho> Acesso em: 02 de abril de 2020.

PEREIRA, Stefanie. **Centralidade urbana e lutas sociais:** a associação dos favelados de Piracicaba. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2012.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 [1977].

PITTA, Fábio Texeira; VEGA, Gerardo Cerdas. **Impactos Da Expansão Do Agronegócio No Matopiba : Comunidades E Meio Ambiente.** 2017. Disponível em: <<http://actionaid.org.br/publicacoes/impactos-da-expansao-do-agronegocio-no-matopiba-comunidades-e-meio-ambiente-2/>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

PRANDI, Reginaldo. Prólogo. *In:* \_\_\_\_\_. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 17-36.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO (PMPF). Secretaria Municipal do Planejamento (SEPLAN). **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Passo Fundo.** Passo Fundo, 2006.

\_\_\_\_\_. Instituto Latus. **Diagnóstico:** Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passo Fundo. Passo Fundo, 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Planejamento (SEPLAN). **Divisão Bairros / Setorial.** Passo Fundo, 2017a.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Planejamento (SEPLAN). **Planta de Zoneamento Urbano.** Passo Fundo, 2017b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA (PMP). Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP). **Planta do Município:** abairramentos e loteamentos. Piracicaba, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas,** p. 227–278, 2005.



RIO GRANDE DO SUL. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Inventário das estações: 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002. 284 p. Estações com características próprias, p. 249.

\_\_\_\_\_. **Força-tarefa da extinta COHAB/RS. 2019**. Disponível em: <<https://obras.rs.gov.br/forca-tarefa-da-extinta-cohab-rs>>. Acessado em 23/02/2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Renato Emerson. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, San José, v.2, p. 1-17, 2011.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOBARZO, Oscar. *In*: SPOSITO, Maria; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 29-100.

SOLNIT, Rebecca. On the inexhaustibility of a city. *In*: \_\_\_\_\_. **Infinite City: a San Francisco Atlas / cartography by Ben Pease and Shizue Seigel**. London: University of California Press, Ltd., 2010, p. 1 – 9.

SPADOTTO, Bruno. **Centralização do capital e especialização territorial: o setor sucroenergético e o mercado de trabalho em Piracicaba (SP)**. 2016. Universidade Estadual de Campinas, 2016.

SPINELLI, Juçara. **Mercado imobiliário e reestruturação do espaço urbano em Passo Fundo**. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia). – Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SPOSITO, Maria. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. *In*: \_\_\_\_\_. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 345-406.

TEDESCO, João; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)**. Passo Fundo: UPF, 2002.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle. *In*: \_\_\_\_\_. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018 [2005], p. 22-73.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: NUNES, Edson. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36 – 46.

VIEIRA FILHO, José. **Expansão da fronteira agrícola no Brasil**: desafios e perspectivas. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Texto para discussão, n. 2223).

ZALUAR, Alba. **Pesquisando no perigo**: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, outubro de 2009, p. 557-584.

## ANEXOS

Carrion, Ver. Peixoto e D<sup>o</sup> Arienzo.

## Inicia comercialização de casas do Promorar

Ontem pela manhã, durante a audiência mantida pelo Chefe do Executivo Municipal, Fernando Machado Carrion, com o gerente Regional da COHAB-RS, Leopoldo D<sup>o</sup> Arienzo Júnior e ainda com a presença do vereador Afrânio Peixoto, ficou acertado que a partir de hoje este órgão iniciará a comercialização das casas do Conjunto Habitacional do Promorar, situado na BR-285, que foi projetado na época que o Prefeito de Passo Fundense era Diretor de Engenharia da Companhia de Habitação de nosso Estado.

Essa comercialização não iniciou antes, pois era intenção do BNH cobrar 25 mil cruzeiros mensais de cada contemplado com um embrião, e quando o Prefeito Fernando Machado Carrion, foi alertado pelo Gerente Leopoldo D<sup>o</sup> Arienzo e pelo vereador Afrânio Peixoto, deslocou-se para o Rio de Janeiro, para manter contatos com a diretoria deste Banco de Habitação.

Durante sua estada no Rio, Carrion em seus contatos enfatizou que uma prestação de 25 mil cru-

zeiros, tornaria totalmente inviável a comercialização, solicitando assim uma revisão orçamentária nos custos das unidades. Apelo neste sentido também foi formulado ao Ministro do Interior, Mário David Andrezza, ao Delegado Regional do BNH, Ricardo Perrone e ao Secretário Estadual do Trabalho e Ação Social, Alceu Martins.

Os apelos surtiram efeitos, o que causou uma redução, em alguns casos, superior a 50 por cento do preço estipulado primeiramente. A partir de hoje a gerência Regional da Cohab em Passo Fundo, situada na Rua Fagundes dos Reis, 753, tem quatro planos de comercialização, dependendo de cada tipo de embrião, sendo que os preços em setembro são os seguintes: plano "a" Cr\$ 14.595,00; plano "b" Cr\$ 10.967,00; plano "c" Cr\$ 6.583,00 e o plano "d" Cr\$ 4.437,00 mensais.

Os interessados em adquirir uma casa neste Conjunto Habitacional, deverão procurar o escritório da COHAB, quando então será cobrada uma taxa de contrato no valor de uma UPC-aproximadamente 14 mil cruzeiros-

e após este pagamento o interessado já poderá ocupar o imóvel.

No total o conjunto Habitacional do PROMORAR possui 620 embriões, sendo que atualmente já há 440 famílias cadastradas pela Diretoria de Assistência Social do Município, e que deverão procurar a COHAB, para formularem o contrato de compra.

O PROMORAR situado na BR-285, possui completa infra-estrutura, tendo energia elétrica, água encanada e rede de esgoto, servida de linha de ônibus e destinado a população de baixa renda. Famílias que ainda não se cadastraram e se interessem em residir neste Conjunto poderão obter maiores informações junto ao escritório da COHAB.

### PEDIDO DA PREFEITURA

A pedido do Prefeito Municipal, Fernando Machado Carrion, serão reservados 10 embriões para o funcionamento provisório de escolas e ainda de um ambulatório, o que virá atender as necessidades prioritárias daquele núcleo habitacional da Vila Vera Cruz.

Quarta-feira, 25 de Fevereiro de 1982

## Terrenos ao longo dos antigos trilhos serão vendidos aos ocupantes por preço simbólico



Miguel explica



Ferrovários terão solução

Uma reunião realizada na União Batuta dos Santos, o prefeito em exercício, vereador Miguel Lopes dos Santos, informou que a Rede Ferroviária Federal decidiu vender a terrenos ao longo dos antigos trilhos que cortava o município de Batuta dos Santos, que há dezenas de famílias, que são beneficiadas com essa medida, após atuarem, também, como funcionários da Rede Ferroviária Federal.

O prefeito em exercício esclareceu, também, que um documento, contendo uma ficha sócio-econômica de cada um dos ocupantes, será levada ao Rio de Janeiro, onde a Rede Ferroviária Federal analisará caso por caso. "Temos certeza, disse Miguel Lopes dos Santos, que a solução vai ser justa para todos, trazendo tranquilidade para dezenas de famílias de ferrovários que passaram a

proprietários dos terrenos que estão ocupando há muitos anos".

Dessa reunião realizada na sede da União Batuta dos Ferrovários, participaram ainda o sr. Guaracy Barroso

Marinho, presidente do Diretório Municipal do PMD-B, o sr. Viriato Vidal, chefe de Gabinete do Prefeito e o sr.

Doplarz Mello, Presidente da Associação dos Ferrovários Aposentados.



## Prefeitura decidiu fazer doação a 21 moradores de terrenos permutados com a Rede Ferroviária



Miguel Lopes anuncia a Decisão

A Prefeitura Municipal de Passo Fundo resolveu doar os terrenos aos moradores que residem na Avenida 7 de Setembro, ao longo da antiga gare da Rede Ferroviária Federal.

Na noite da última quarta-feira, o vereador Miguel Lopes dos Santos, Prefeito Municipal em exercício, realizou uma importante reunião com os moradores que residem ao longo da Avenida 7 de Setembro que ocupam os terrenos de propriedade da Prefeitura

Municipal de Passo Fundo, que há três anos, numa permuta realizada com a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

A reunião contou com a presença do Secretário Municipal de Obras e Viação Anillo Remor, do Secretário Municipal da Administração Jorge Carlos Ferreira, do Presidente do Diretório Municipal PMDB Guaracy Barroso Marinho do prefeito em exercício e dos moradores do referido local.

Na oportunidade Miguel Lopes dos Santos expos aos moradores que a doação dos terrenos será feita em caráter definitivo e totalmente gratuita bastando para isso, que os moradores, façam requerimento solicitando a escritura pública doando a área.

Miguel Lopes dos Santos destacou que a doação já pode ser efetuada em definitivo a partir do dia 24 de fevereiro. Nós tomamos esta decisão de doar os terrenos, para resolver de uma vez por todas o problema, já que assim estamos resolvendo e dando a única solução que estava ao nosso alcance uma solução que foi apresentada ontem à Diretoria de Patrimônio da RFFSA.

Miguel Lopes dos Santos disse que todos os moradores aceitaram com grande entusiasmo a doação, que ontem participaram do encontro mantido entre a Administração Municipal e a RFFSA.

Durante o encontro realizado, ontem, os representantes das vinte e uma famílias beneficiadas com a doação solicitaram a Superintendência da RFFSA, que ajude os moradores, no caso de terem que efetuar, algum recuo, nas residências após a medição.

Com a doação das áreas aos moradores que ali residem a mais de vinte anos, a Prefeitura Municipal espera solucionar um caso que poderia transformar-se num grave problema social.

# FUNDO HABITACIONAL PERMITIRÁ LEGALIZAR TERRENOS OCUPADOS

Repercutiu intensamente a informação divulgada ontem em manchete por O NACIONAL, informando sobre a aprovação do Prefeito Fernando Machado Carrion a um projeto de lei que visará criar um fundo financeiro para regularizar o assentamento e reassentamento de famílias de baixa renda em Passo Fundo.

mação profissional e desvio da situação de menores.

Essa programação deverá incluir, segundo as mesmas fontes, programas de alimentação escolar, de formação de mão de obra em profissões caseiras, ocupação de menores em atividades rentáveis e outras que possam movimentar as populações de

baixa renda.

O fundo de assentamento e reassentamento de famílias de baixa renda terá como um de seus objetivos prioritários a regularização da ocupação de terras públicas por centenas de famílias, enfrentando um problema que se arrasta há mais de 35 anos em Passo Fundo.

Informações colhidas ontem pela reportagem de O NACIONAL adiantam que, depois de uma série de programas de emergências, a Administração Carrion-Lourenço deverá adotar uma programação diversificada na área social; para fazer frente a carências como desemprego, falta de habitação, ausência de for-

## FERNANDO ESCOBAR

OAB 13009  
ADVOGADO

Crime-Civil-Trabalho-Justiça  
Militar- Direito Agrário  
Endereço:

Av. Gal. Netto, 332 - 2º Andar- Sala 207

# O NACIONAL

DIREÇÃO: MUCIO DE CASTRO · DIÁRIO INDEPENDENTE · ANO 56 · RIO GRANDE DO SUL.

Passo Fundo, Sexta-Feira, 9 de Janeiro de 1981 Edição Número 15.551 - Preço 20,00 6 Pgs

## Prefeitura quer colaborar: Perimetral só inicia com retirada de 40 famílias

A Perimetral Sul, a obra mais aguardada pelos passofundenses nos últimos dez anos, poderá se tornar uma realidade no decorrer deste ano. "O início da construção ocorrerá esta dependendo sempre da retirada de quarenta famílias de famílias que atualmente ocupam o local do futuro centro da cidade", anunciou ontem o deputado estadual Márcio de Castro (Indústria - Conselho - Propriedade e Serviços

após manter entendimentos com o secretário dos Transportes, Firmino Girardin, incluindo na necessidade dessa importante obra.

Diante dessa manifestação a CIGASP encaminhou ofício ao prefeito Firmino Duro, solicitando providências urgentes no sentido de encontrar um novo local para o assentamento dessas famílias que invadiram a referida área por não terem onde morar.

"Realmente não se pode

colocar essas gentes num cemitério e largar abandonada numa estrada qualquer", disse o Prefeito Firmino Duro ao colocar a posição do município diante do problema. "Nós estamos dispostos a colaborar para uma solução, mas deve haver um consenso, pois o município sozinho não pode assumir essas", disse o Prefeito. E lembra que a responsabilidade da Prefeitura "é muito

humana e porque a perimetral é essencial para os interesses da comunidade", Firmino Duro lembra que a responsabilidade legal, no caso, cabe ao próprio Estado. "Nós vamos colaborar e até entraremos em contato com o Secretário dos Transportes, para encaminharmos a solução que atenda os interesses do Estado e das famílias".

Depois de lembrar que a Prefeitura luta com dificul-

dade e que não pode arcar com o custo de ASSENTAR ESSAS QUARENTA FAMÍLIAS, Firmino Duro disse que é o Estado quem possui melhores condições para uma solução, pois existem programas da COHAB, o alvará do Prefeito e do Promotor, que facilitam a construção de moradias para pessoas de baixa renda. E salienta que a obra resolutiva

pode ser iniciada com a retirada imediata dessas famílias, que se encontram no meio do trecho da futura perimetral sul. "Havendo consenso e colaboração mútua, será possível encontrar o encaminhamento adequado que o problema merece", finalizou Firmino Duro, destacando que "o Estado não pode pagar tudo para cima dos municípios".

### Ivaldino Tasca

\* Secretário Pedro Mader colocou seu cargo, junto com dois assessores, à disposição. Firmo não pediu que ele continuasse, vai continuar, junto com os assessores...

\* Telefonaram: "é preciso

Campanha entre trabalhistas vai

PASSO FUNDO SÁBADO 07 DE ABRIL DE 1984

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ESCLARECE: AÇÃO DA PREFEITURA É PARA PROTEGER MORADORES DE VILAS

Vila Entre Rios está sendo e vai ter mais melhoramentos porque se organiza comunitariamente e trabalha em colaboração com a Prefeitura para encaminhar as necessidades de obras e serviços.

Informação foi prestada pelo gabinete do prefeito Fernando Machado Carrion, a propósito de reportagem do jornal Diário da Manhã com moradores de favela no final da Rua Santa Maria, e dos elogios por pessoas ao Executivo pelos melhoramentos introduzindo na Vila Entre Rios, anteriormente de enchentes e de falta de infraestrutura. Segundo a mesma fonte, os moradores deram informações distorcidas, ao tentar acusar a Prefeitura de

estar derrubando casas de operários na referida favela, - A fiscalização da

Prefeitura impedir a construção de uma casa junto ao leito dragado do arroio Santo Antonio, para evitar que a família ficasse em sério risco de ver sua residência inundada. Mas depois a casa foi construída clandestinamente. No outro caso, a fiscalização notificou um segundo morador do embargo de uma segunda casa em construção, pelos mesmos riscos de inundação e de falta de condições adequadas para moradia. Ao mesmo tempo, entretanto, foi oferecida uma solução para essas pessoas de baixa renda: receberem casas do PROMORAR, em poucos dias, em condições dignas de serem habitadas e ampliadas.

O gabinete do Executivo salienta que a Prefeitura tem

a obrigação legal e social de fiscalizar as construções, inclusive para evitar que novas invasões, desordenadas e clandestinas, prejudiquem os atuais moradores desses núcleos de baixa renda, pois não basta construir casas sem que haja um mínimo de infraestrutura de serviços urbanos e de segurança contra inundações.

As enchentes de 1983 demonstraram que o paternalismo da Prefeitura, omitindo-se de tomar providências nos casos de favelamento, expõe dezenas de famílias a riscos e ao desconforto e prejudicam toda a coletividade pelos prejuízos à proteção dos numerosos cursos de água que existem na periferia da cidade.

De outra parte, esclarece, está havendo um cuidado especial para evitar invasões de

áreas de ruas, que prejudicam os proprietários e impedem o crescimento normal de muitas vilas.

### NEGÓCIOS

Outra preocupação dos serviços municipais é quanto às tentativas de continuarem a ser negociados direitos sobre áreas da Prefeitura, pois as justificativas sociais para a tolerância com as invasões fica prejudicada pelos aproveitadores, que seguidamente enganam pessoas de boa fé e auferem rendas indevidas com terras públicas.

O esforço da Municipalidade, em levar mais serviços às vilas, como as radiais e os programas para as populações de baixa renda, com extensão de redes de água e luz, é coordenado também com uma ação fiscalizadora, para assegurar que os benefícios sejam dirigidos às famílias realmente necessitadas.

# Núcleo do Jaboticabal será agora regularizado

25 DE JUNHO DE 1984

Por decurso de prazo, embora sem posições divergentes, a Câmara Municipal de Passo Fundo, aprovou por decurso de prazo o projeto encaminhado pelo Prefeito Fernando Machado Carrion, prevendo as condições para legalizar e regularizar o Núcleo Habitacional do Jaboticabal, implantado pela Administração an-

terior do dr. Firmino Duro.

Com a aprovação do Legislativo resultante de um acordo de lideranças, o Núcleo do Jaboticabal será densificado. Os moradores também pagarão os terrenos de suas casas em um máximo de 60 prestações mensais, correspondentes a 5% do salário-mínimo.